



O ARTÍFICE DO AMANHÃ: A IDEALIZAÇÃO DE UMA “NOVA ORDEM MUNDIAL” NAS OBRAS DE H. G. WELLS (1895-1920)

Pedro Nogueira da Gama

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof.^a Dra. Vanessa Batista Berner

Rio de Janeiro
2017

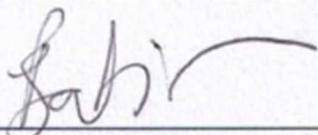
O ARTÍFICE DO AMANHÃ: A IDEALIZAÇÃO DE UMA “NOVA ORDEM MUNDIAL” NAS OBRAS DE H. G. WELLS (1895-1920)

Pedro Nogueira da Gama

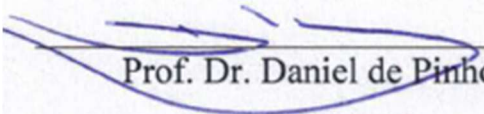
Orientador: Prof.^a Dra. Vanessa Batista Berner

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor em Economia Política Internacional.

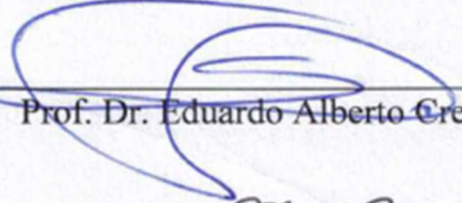
Aprovada por:



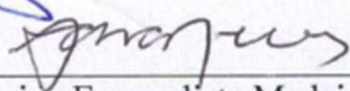
Presidente da Banca Prof.^a Dr.^a Vanessa Batista Berner (UFRJ)




Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiro (UFRJ) (UFRJ)



Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo (UFRJ)



Prof.^a Dr.^a Sabrina Evangelista Medeiros (EGN)



Prof. Dr. Bernardo Kocher (UFF)

FICHA CATALOGRÁFICA

G184 Gama, Pedro Nogueira da.
O artífice do amanhã: a idealização de uma “nova ordem mundial” nas obras de H. G. Wells (1895-1920). / Pedro Nogueira da Gama. – 2017.
210 p. ; 31 cm.

Orientador: Vanessa Batista Berner.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2017.

Bibliografia: f. 204 – 210.

1. Estado Mundial. 2. Primeira Guerra Mundial, 1914-1918. 3. Wells, Herbert George, 1866-1946 . I. Berner, Vanessa Batista, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 320.1

RESUMO

NOGUEIRA DA GAMA, Pedro. **O artífice do amanhã**: a idealização de uma “nova ordem mundial” nas obras de H. G. Wells (1895-1920). Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Resumo da Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor em Economia Política Internacional.

Herbert George Wells (1866-1946), popularmente conhecido como H. G. Wells, foi um dos autores mais importantes da literatura “científica” do seu tempo. A partir da segunda metade do século XIX, escritores como H. G. Wells e Jules Verne escreveram romances cujos temas e ambientes se referiam de certa forma à história humana, às possibilidades investigativas da ciência e aos potenciais caminhos em direção ao futuro, nem sempre otimistas. Alguns desses escritores não se limitaram à produção ficcional. Além de letrados e cultos, eram singulares observadores e críticos do seu tempo. Sensibilizado pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial, Wells produziu obras em que procurou alertar, criticar e entender as múltiplas transformações da humanidade. Simultaneamente, um gigantesco esforço de compreensão histórica se tornou primordial para a sua idealização de uma “nova ordem mundial”. Assim, considerando o pensamento e as ideias históricas, políticas, sociais e econômicas do escritor inglês, o objetivo principal dessa pesquisa é propor possíveis interpretações para o ponto-de-vista de H. G. Wells sobre o sistema internacional e o sentido de “Estado mundial” apresentado pelo autor a partir da análise de alguns de seus escritos de maior sucesso editorial. Entre esses escritos, encontram-se romances e novelas de seus primeiros anos como escritor, além de sua principal obra não-ficcional, *História Universal*, publicada primeiramente em 1919, sendo uma produção intelectual menos conhecida e investigada na atualidade. É possível afirmar que esse texto de Wells constrói uma versão do passado e as condições de possibilidade de futuro a partir de seu “presente” específico, estabelecendo julgamentos, com aproximações e distanciamentos entre ambos, mas que possui um objetivo principal: contribuir para o aperfeiçoamento da humanidade. Assim, entendo que se encontra presente nas obras do escritor inglês a ideia de que o entendimento da história e das relações internacionais de forma ampla, abarcando a humanidade, diferentemente do sentido nacionalista, teria evitado os flagelos das guerras, em especial da Primeira Guerra Mundial. Por fim, a história universal e a “nova ordem mundial” de H. G. Wells, concebida na forma de um “Estado mundial”, por seus aspectos utópicos, podem ser interpretadas como uma “forma moderna de crença”.

Palavras-chave: Estado mundial, Nova Ordem Mundial, Primeira Guerra Mundial.

ABSTRACT

NOGUEIRA DA GAMA, Pedro. **O artífice do amanhã**: a idealização de uma “nova ordem mundial” nas obras de H. G. Wells (1895-1920). Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Abstract da Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor em Economia Política Internacional.

Herbert George Wells (1866-1946), popularly known as H. G. Wells, was one of the most important authors of the “scientific” literature of his time. From the 2nd half of the nineteenth century, writers like H. G. Wells and Jules Verne wrote romances and novels whose themes and environments referred in some way to human history, the investigative possibilities of science and potential paths into the future, not always optimistic. Some of these writers were not limited to fictional production. Educated and deeply learned, they were special observers and critics of his time. Impacted by the effects of the First World War, some works of H. G. Wells were attempts to alert, criticize and understand the multiple transformations of humanity. Simultaneously, a huge effort of historical comprehension became essential for his idealization of a “new world order”. Thus, considering the historical, political, social and economical ideas and thoughts of the English writer, the main objective of this research is to propose possible interpretations to the point of view of H. G. Wells about the international system and his meaning of “World State” from the analysis of some of his most successful published works. Among them, there are romances and novels of his first years as a writer and his most important non-fictional work, less known and investigated in the current days, *The outline of History: being a plain history of life and mankind*, published first in 1919, translated in Brazil by Anísio Teixeira, acquiring the title *História Universal*. I understand that is presented in the works of H. G. Wells the idea that the understanding of history and international relations in a broad approach, covering mankind, unlike the nationalistic sense, would have prevented the scourges of war, in particular the First World War. Finally, the “universal history” and the “new world order” of H. G. Wells, conceived in the form of a “World State”, due to their utopists aspects, may be interpreted as a “modern type of belief”.

Keywords: World State, New World Order, First World War.

SUMÁRIO

Introdução	1
1. Sobre H. G. Wells e o seu tempo	5
1.1 H. G. Wells: apontamentos biográficos	5
1.2. O contexto intelectual da Primeira Guerra Mundial.....	9
2. A ficção de H. G. Wells: entre a utopia e a distopia	23
2.1. O futuro como <i>locus</i> de decadência e horror – <i>A máquina do tempo</i> (1895).....	24
2.2. O “poder” da ciência e a “ciência” do poder– <i>O homem invisível</i> (1897).....	33
2.3. Estado, natureza e o “estado de natureza” – <i>A ilha do Dr. Moreau</i> (1896)	35
2.4. O inimigo desumanizado e o extermínio do “Outro” – <i>A guerra dos mundos</i> (1897).....	38
2.5. Estado “universal e cosmopolita”: a utopia mundial – <i>Uma utopia moderna</i> (1905).....	48
2.6. O sonho utópico e o suposto fim das paixões – <i>Os dias do cometa</i> (1906)	50
2.7. Digressões e comentários sobre as obras ficcionais de H. G. Wells	77
2.8. Modernidade, tempo e utopia: um olhar possível para a ficção de H. G. Wells	98
3. H. G. Wells e seu esboço de uma história da humanidade	109
3.1. <i>História Universal</i> : recepção e crítica	109
3.2. Notas sobre a história de <i>História Universal</i>	115
3.3. Considerações sobre <i>História Universal</i> e a Primeira Guerra Mundial	127
3.4. Reflexões sobre a ideia de progresso e o sentido da história em H. G. Wells.....	166
4. O mundo do amanhã: H. G. Wells e a “nova ordem mundial”	174
4.1. Economia, política e relações internacionais.....	174
4.2. O pós-guerra e a idealização do Estado “mundial” e “universal”	185
Considerações finais: as armadilhas da crença em uma “nova ordem mundial”	195
Referências	204

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XIX, autores como H. G. Wells e Jules Verne escreveram romances como *A guerra dos mundos*, *A máquina do tempo*, *Viagem ao centro da Terra* e *Vinte mil léguas submarinas*, entre muitos outros, cujos temas e ambientes se referiam, alegoricamente, à história humana, às possibilidades investigativas da ciência e aos potenciais caminhos em direção ao futuro, nem sempre otimistas. Essas obras se tornaram conhecidas como “romances científicos”¹.

Alguns desses escritores não se limitaram à produção ficcional. Além de letrados e profundamente cultos, eram singulares observadores e críticos do seu tempo. Entre esses homens de letras, estava Herbert George Wells (1866-1946), popularmente conhecido como H. G. Wells, um dos autores mais importantes da literatura “científica” do seu tempo. Entretanto, sua obra não ficcional é bem menos conhecida e investigada.

Em um momento posterior, no século XX, plenamente conhecido e admirado, H. G. Wells enfocou em outro tipo de literatura, cuja preocupação maior era a reforma da sociedade. Sem abandonar a produção ficcional, esses escritos de Wells tinham uma dimensão mais prática e propositiva e, ao fim e ao cabo, buscavam se basear e influir na realidade².

Durante meus estudos no doutorado de Economia Política Internacional (EPI) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), despontou-me um interesse crescente pela análise dos pensamentos e das ideias presentes na produção intelectual de H. G. Wells. Mais recentemente, percebi o potencial de relacionar o conteúdo dos seus livros, em especial, sua obra não ficcional, à preferência da linha de pesquisa que desejava adotar.

É fundamental deixar claro que a seleção de parte da obra desse autor como objeto de pesquisa tem como objetivo primordial o interesse acadêmico. Entretanto, enfatizo que não se encontra isento de outros interesses: sem dúvida, é um imenso prazer debruçar-me sobre os

¹ Talvez a principal característica dos chamados “romance científicos” seja o uso de um vocabulário e de uma retórica científica, além da utilização de dados científicos, mas que não obrigatoriamente está vinculada com a ciência produzida no período. Popularizou-se na segunda metade do século XIX e está na base da chamada “ficção científica” que surge no século XX. Cf. HUGHES, David. *British “scientific romance”*. *Science Fiction Studies*, Greencastle, v. 14, n. 41, mar. 1987.

² Um de seus escritos não ficcionais mais populares foi *The outline of History: being a plain history of life and mankind*, primeiramente lançado na Inglaterra em versão ilustrada, com 24 fascículos quinzenais, publicados a partir de 22 de novembro de 1919. No ano seguinte, a obra foi editada em um volume único. Trata-se de uma obra colossal que engloba de forma sintética um longo tempo histórico, desde a formação do universo e da Terra até a contemporaneidade do autor, abrangendo os mais variados temas das sociedades humanas. Os escritos obtiveram enorme aceitação popular, com diversas edições, atingindo milhões de exemplares, surpreendendo o próprio autor.

livros de H. G. Wells, cujo conteúdo contribuiu fortemente para formar meu imaginário e enriquecer meu intelecto.

Seguramente, nota-se que os estudos sobre H. G. Wells têm priorizado a análise de sua vasta produção ficcional, concentrando-se particularmente no campo da Literatura. Porém, entendo ser pertinente também lançar um olhar sobre uma obra não ficcional do autor, cujo tema principal é a história e as relações internacionais, com alcance e impacto confirmados pelas fontes e referências bibliográficas que disponho. Assim, julgo que se justifica um estudo acerca da produção intelectual de um “historiador” e “cientista político” diletante como Wells.

Considerando a bibliografia encontrada, verifiquei que são escassas as pesquisas no Brasil com temática semelhante sobre o autor fora do campo da Literatura. Talvez a exceção seja os estudos feitos pelo pesquisador Fábio Luciano Iachtechen, cujos resultados foram considerados e discutidos ao longo da investigação.

Complementarmente, entendo que a compreensão histórica articulada organicamente aos estudos das relações internacionais vai ao encontro dos esforços acadêmicos do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da UFRJ. Assim, considerando as múltiplas dimensões desse campo do saber, enfatizo que, ao longo da pesquisa, procurei privilegiar os aspectos anteriormente citados, propondo eventuais articulações com outras áreas de conhecimento, como o Direito, a Filosofia e a Economia, entre outros.

Por se tratar de uma imensa produção intelectual, optei por realizar um recorte temático e cronológico. Assim, a partir da análise dos escritos do autor, inseridos no amplo contexto relativo à Primeira Guerra Mundial, saliento que o objetivo principal dessa pesquisa foi propor uma interpretação para as ideias de H. G. Wells sobre o sistema internacional e o sentido de “Estado mundial”. Sobre a hipótese preliminar, acredito que a visão de Wells se mostra repleta de ambiguidades. Por um lado, o autor critica o sistema interestatal, os nacionalismos, o capitalismo e o imperialismo, defende o universalismo, o pacifismo e o reconhecimento da alteridade como elementos fundamentais, entre outros, em sua idealização de um novo ordenamento que envolve todos os Estados, nações e povos do mundo. Por outro, de forma implícita ou mesmo explícita, seu olhar e sua proposta, repleta de contradições, apresentam características eurocêntricas e excludentes, com diferentes nuances.

Sabe-se que, posteriormente, Wells escreveu outros ensaios em que abordou a temática da “nova ordem mundial”. Cabe assim uma pergunta inevitável: se, nesses escritos, suas concepções teriam sofrido alterações ou mesmo reveses. Considerando a vasta produção literária do autor, para fins dessa pesquisa, interessou-me o “primeiro Wells”, em apropriação

livre da expressão criada por Jorge Luís Borges. Contudo, não apenas as histórias de grande fôlego do escritor ficcional, produzida em seus primeiros anos. Interessou-me em especial a produção originada no contexto do choque da Primeira Guerra Mundial e de seu desenlace.

Do ponto de vista da metodologia e das fontes empregadas, ressalto que é cada vez mais perceptível na contemporaneidade uma sensível mudança na produção acadêmica, provocada não apenas por um tratamento inovador das fontes tradicionais, como os documentos chamados “oficiais”, mas também pelas propostas de ampliação do *corpus* documental, como a literatura, o audiovisual, as pinturas, as fotografias, as charges difundidas pela imprensa, entre outras. Assim, considerando os novos objetos, problemas e abordagens, deve-se destacar a literatura e, em particular, os textos de divulgação científica para os objetivos dessa pesquisa³.

Nesse sentido, realizei uma análise do material textual presente em parte da literatura ficcional de H. G. Wells, em especial, nos seus “romances científicos” mais populares, como *A máquina do tempo*, *A ilha do Dr. Moreau*, *O homem invisível*, *A guerra dos mundos* e *Os dias do cometa*. A utilização dos textos ficcionais, além de respeitar as recomendações feitas anteriormente pela banca de qualificação, teve como objetivo apreender a evolução das ideias do autor ao longo das obras. De forma semelhante, analisei elementos de sua principal obra de não ficção, *The outline of History: being a plain history of life and mankind*, intitulado em língua portuguesa como *História Universal*. Na leitura desse vasto material, foi empregada como método a análise de conteúdo, buscando interpretações sobre o sistema internacional de acordo com o ponto-de-vista do autor, além de perceber o sentido produzido e veiculado para conceitos como “história”, “progresso”, “Estado” e “nova ordem mundial” e o significado de outros termos e expressões que pudessem remeter aos conceitos mencionados.

Para essa finalidade, levando em consideração o acesso às obras de ficção, julguei ser possível realizar o estudo através de edições em português publicadas no Brasil. Assim, para *A máquina do tempo* e *A ilha do Dr. Moreau*, eu lancei mão das edições de 2010 e 2012, respectivamente, ambas traduzidas por Braulio Tavares. Uma edição de 2007, traduzida por Thelma Médici Nóbrega, foi utilizada para *A guerra dos mundos*. Por não encontrar edições mais recentes, optei por utilizar a de 1989 para *O homem invisível*, traduzida por Elsa Martins, e a de 1984 para *Os dias do cometa*, traduzida por Marcos Santarrita. Para *História Universal*, privilegiei a utilização da edição em português traduzida por Anísio Teixeira, publicada em 1970, além de consultar uma edição dos livros em inglês, o idioma original, publicada em

³ Cf. STAROBINSKI, Jean. A literatura: o texto e seu intérprete. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p.132-143.

2004. A edição em inglês foi adquirida em uma livraria, enquanto a edição em português fazia parte do acervo da biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil à época da pesquisa, encontrando-se disponível para consulta manual e direta, sem a necessidade de intervenção de profissional especializado da instituição.

Não apenas fiz a análise dos textos principais, escritos pelo autor, mas também lancei mão dos comentários e críticas feitas por especialistas, pois acreditei que havia informações relevantes nas polêmicas e discussões que tais críticas suscitaram.

Quanto ao material iconográfico existente nos livros, é importante salientar que as imagens intercaladas ao texto requerem uma análise específica e, portanto, uma pesquisa suplementar. Assim, informo que o trabalho analítico e a discussão subsequente desse material não foram contemplados na presente tese.

A título de informação explicativa para o leitor, ainda que diversas obras utilizadas ao longo da pesquisa de tese sejam estrangeiras, procurei lançar mão, sempre que possível, dos títulos dessas obras em sua tradução para a língua portuguesa.

Por fim, sobre a estrutura do texto, no 1º capítulo, realizei apontamentos sobre a biografia do autor e o contexto intelectual do período pré e pós Primeira Guerra Mundial. No 2º capítulo, a partir de seus escritos ficcionais, procurei interpretar alguns elementos utópicos e distópicos possíveis de serem apreendidos. No 3º capítulo, analisei a produção de *História Universal* e sua recepção, além de sugerir algumas considerações sobre os estudos críticos de Marc Bloch e de Carl Becker acerca dos livros. Adicionalmente, fiz uma leitura comentada de trechos dessa obra, propondo uma compreensão para a ideia de progresso e o sentido da história em H. G. Wells. Para essa finalidade, utilizei duas categorias de conhecimento trabalhadas pelo historiador alemão Reinhart Koselleck como chaves interpretativas para compreender as mudanças de percepção do tempo histórico, conhecidas por “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. No 4º capítulo, considerando o seu gigantesco e primordial esforço de entendimento histórico, procurei realizar uma análise sobre algumas questões-chaves para o autor em seu projeto de reordenamento do mundo. Por último, propus uma interpretação para o ponto de vista do escritor acerca de uma “nova ordem mundial” na forma de um “Estado mundial” e, como encerramento, fiz uma série de ponderações entre possíveis significados e questionamentos que as obras de Wells podem suscitar na contemporaneidade.

1. SOBRE H. G. WELLS E O SEU TEMPO

1.1 H. G. Wells: apontamentos biográficos

Herbert George Wells⁴ nasceu em 21 de setembro de 1866, em Bromley, um subúrbio ao sul de Londres, e faleceu nessa mesma cidade em 13 de agosto de 1946, aos 79 anos. Seus pais tiveram uma origem modesta: originalmente um jardineiro e uma criada, eles se tornaram pequenos comerciantes. Quando criança, Wells acompanhava a mãe, Sarah Wells, em seu trabalho como empregada doméstica de uma família tradicional londrina, permitindo-lhe os primeiros contatos com o ambiente aristocrático inglês e suas divisões sociais.

Um momento importante da infância de Wells ocorreu no ano de 1874. Um acidente lhe deixou acamado com uma perna quebrada. Como passatempo, começou a ler livros trazidos por seu pai, Joseph Wells, da biblioteca local. O enorme universo a que teve acesso pela leitura lhe encantaram, causando forte impressão e incitando-lhe a vontade de ser escritor⁵.

Wells estudou na *Academial Comercial* de Morley até 1880, onde aprendeu assuntos ligados ao comércio. Após seu pai sofrer um acidente, uma parte dos rendimentos familiares ficou comprometida. Assim, não houve alternativa à família a não ser enviar seus filhos como aprendizes em diversas funções. Esse período, em que um jovem Wells trabalhou no comércio de tecidos, influenciou algumas de suas futuras novelas que forneciam um quadro crítico da distribuição da riqueza na sociedade inglesa⁶.

Devido a diferentes convicções entre a mãe protestante e o pai de mente mais livre e racional, o casamento dos pais de Wells passou por várias conturbações. Aliado às restrições impostas pelo trabalho doméstico de sua mãe, esses fatores resultaram na separação da família. Wells acompanhou sua mãe para Up Park, em Sussex, onde pode fazer uso da vasta biblioteca da família para qual sua mãe trabalhava como governanta, aprofundando-se em leituras clássicas como *A República* de Platão e *Utopia* de Thomas More⁷.

⁴ Cf. IACHTECHEN, Fábio Luciano. *Gênero utópico e o discurso científico na ficção de H. G. Wells*. 2008. 99f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

⁵ Cf. BROME, Vincent. *H. G. Wells: a biography*. Westport: Greenwood Press, 1970, p. 17.

⁶ Cf. BROME, Vincent. *Op. cit.*, p. 21.

⁷ Cf. BROME, Vincent. *Op. cit.*, p. 28.

Alguns biógrafos consideram que Wells não teve uma juventude fácil, passando por privações. Em algumas passagens de seu livro *Experiments in autobiography*⁸, o autor comenta estar frequentemente com fome. Entretanto, em um artigo publicado logo após a morte de Wells, em 1946, o escritor irlandês George Bernard Shaw⁹ cita que, uma vez, ao ser repreendido por Wells por ser membro da elite, respondeu ao colega inglês que, de fato, este não teria conhecido uma privação verdadeira, ao tornar-se rapidamente um sucesso literário, sem passar pelas agruras de anos de fracasso, como teria acontecido com o próprio Shaw. Um detalhe importante diz respeito ao temperamento irascível de Wells: a mais tênue desaprovação de seus escritos poderia levá-lo a furiosas investidas em que nem seus amigos mais queridos eram poupados. Isso levou Shaw a caracterizá-lo como a “criança” mais completamente mimada que ele jamais tinha conhecido¹⁰.

Wells perseverou em sua formação intelectual, em boa medida, por esforço próprio. Na década de 1880, conquistou uma bolsa de estudos na *Normal School of Science*, atualmente parte do *Imperial College* de Londres, permanecendo até 1887. Durante esse tempo, tornou-se aluno de biologia de Thomas Henry Huxley¹¹, sendo influenciado por ele¹². Nesse lugar, Wells participou de uma sociedade de discussões e iniciou seu interesse em temas relacionados à reforma da sociedade, como as ideias “socialistas” da recém-criada

⁸ WELLS, H. G. *Experiment in autotobiography*. Nova York: Macmillan, 1934.

⁹ O escritor irlandês foi um dos fundadores, ao lado de outros intelectuais, da *Fabian Society* em 1883. Wells se juntou a essa associação britânica em 1903 por sugestão de Shaw e de outros líderes, como Sidney e Beatrice Webb, impressionados com os escritos não ficcionais de natureza política de Wells. Cf. BROME, Vincent. *Op. cit.*, p. 81.

¹⁰ Cf. SHAW, George Bernard. *H G Wells: the man I knew*. 1946. Disponível em:

<<http://www.newstatesman.com/archive/2013/12/h-g-wells-man-i-knew>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

¹¹ Segundo o filósofo José Ferrater Mora, Thomas Henry Huxley (1825-1895) foi um biólogo inglês com importantes trabalhos nos campos da zoologia e da paleontologia. Tornou-se conhecido por ser um ferrenho defensor da teoria darwiniana da evolução, cuja síntese seria a sobrevivência do mais apto. Ainda que reconhecesse que tal teoria não possuía força explicativa suficiente, entendia-a como uma hipótese satisfatória e um ponto de partida para a constituição de uma filosofia evolucionista. Do ponto de vista ético, entretanto, considerou que os atos e ideais morais são de natureza diversa. Para ser moral, o homem deveria se opor às tendências evolucionistas, caso estas se mostrassem imorais ou amorais. Cf. MORA, J. Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Maria Stela Gonçalves [et al]. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 1407-1408.

¹² Cf. BROME, Vincent. *Op. cit.*, p. 36.

“Sociedade Fabiana”¹³. Foi um dos fundadores de um jornal acadêmico, *The Science School Journal*, em que divulgou suas ideias e opiniões e, em especial, seus primeiros experimentos literários¹⁴.

Depois de um período lecionando, Wells ingressa na *College of Preceptors* para refinar seus conhecimentos pedagógicos, sendo titulado em licenciatura. Wells finalizou, em 1890, seus estudos em Zoologia nos programas externos da Universidade de Londres e começou a lecionar na *Henly House School*. Em 1894, juntou-se à revista *Nature* como um de seus revisores.

Wells deixou a carreira de professor para tornar-se escritor aos 30 anos. Foi um dos primeiros escritores a ser identificado por escrever os “romances científicos”, gênero que também teve Jules Verne como um dos seus principais difusores à época. Contudo, não raramente, Wells foi associado a outras designações, como jornalista, divulgador científico, internacionalista, socialista, crítico, entre outras.

Como escritor, seus “romances científicos” tiveram grande proeminência, tornando-se clássicos no gênero que, posteriormente, foi chamado de “ficção científica”. Entre seus trabalhos mais conhecidos, encontram-se *A máquina do tempo* de 1895, *A ilha do Dr. Moreau* de 1896, *O homem invisível* de 1897, *A guerra dos mundos* de 1898 e *Os dias do cometa* de 1906¹⁵. É possível encontrar diversas metáforas e críticas ao imperialismo e ao colonialismo

¹³ Essa associação tinha como inspiração a postura conciliadora em tempos de guerra do cônsul romano Quinto Fabio Máximo. O termo *fabianism* (fabianismo) surgiu em 1889 a partir da publicação dos *Fabian essays in socialism*, passando a designar uma das correntes do “socialismo britânico”. Em síntese, suas propostas pleiteavam uma redistribuição da riqueza, com mudanças nos impostos e na renda da terra, a estatização de parte da economia que teria permitido à formação de monopólios privados, uma legislação específica sobre o trabalho e a emancipação política das mulheres. O fabianismo tinha como método a persuasão de pessoas que ocupavam postos de poder visando uma reestruturação política, econômica e social de forma gradual e pacífica, sem radicalismos ou revoluções. Encontra-se presente uma visão linear da história, a confiança no progresso e na razão e um conservadorismo, frequentemente acusado de elitista, no que diz respeito às grandes mudanças sociais. Cf. CHERCHIO, Cristina Marchiaro. Fabianismo. In: BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale [et ai.], 5ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 461-463.

¹⁴ Cf. BROME, Vincent. *Op. cit.*, p. 62.

¹⁵ Cf. BROME, Vincent. *Op. cit.*, p. 64.

européus, ao darwinismo social, aos medos e às fobias inglesas, perpassados por um olhar pessimista e distópico sobre os homens e seu amanhã¹⁶.

Wells também escreveu novelas realistas de caráter social como *Kipps* de 1905, considerado um de seus melhores trabalhos literários pela crítica da época, sendo também um dos preferidos do próprio autor. Temas como socialismo e as transformações do indivíduo motivadas por sua ascensão e queda social são recorrentes nessas obras.

É digna de nota a participação de Wells na “Sociedade Fabiana”, onde ele defendeu um socialismo militante. Contudo, diferenças levaram a um esgarçamento da relação, pois essa sociedade não intencionava tornar-se fortemente atuante, como um partido político de massas. Ao contrário, seus integrantes se consideravam uma elite que teria por objetivo persuadir e educar a classe média, preparando-a para o “socialismo”. Sem apoio e sentindo-se aborrecido com a falta de participação política de muitos membros da sociedade, em 1908, Wells decide deixá-la e passa a criticá-la duramente¹⁷.

Com *História Universal* de 1919, talvez seu principal livro não ficcional, ao lado de *A ciência da vida* de 1930 e *A construção do mundo* de 1931, Wells buscou popularizar o conhecimento sobre diversos temas relativos à vida e às sociedades humanas, como a História Mundial, a Biologia e a Economia, respectivamente. Diversos intelectuais e profissionais criticaram seu trabalho. Apesar disso, as obras alcançaram enorme popularidade entre o público comum.

Pode-se afirmar que Wells foi um letrado que produzia uma literatura marcadamente utópica, com profundas críticas sociais, em que a ciência muitas vezes atuava como um importante pano-de-fundo e essencial catalisador para a evolução das histórias. Wells também publicou livros que abordavam os mais variados assuntos, como a liberação feminina, o

¹⁶. De uma forma ampla, o Imperialismo pode ser conceituado como a ação impositiva de um Estado, nação ou povo a fim de dominar ou controlar, direta ou indiretamente, outro Estado, nação ou povo. Caracteriza-se como uma ação de poder que vai de encontro à vontade do outro Estado, nação ou povo sobre o qual a ação se impõe. Deve-se enfatizar que há interpretações que associam diversas políticas e práticas de dominação e povoamento em diferentes épocas e regiões geográficas à ideia de Imperialismo, como aquelas existentes na Antiguidade greco-romana, na Idade Média europeia, a partir das tentativas de reconstituição do Império Romano, na América pré-colombiana, na Ásia com a expansão chinesa, no “orientes próximo” dos babilônios e persas, nas formações imperiais e nas colônias de Portugal e Espanha entre os séculos XVI e XIX, entre outras. Entretanto, o imperialismo a que as críticas de Wells se referem associa-se ao conjunto de políticas e práticas inseridas no contexto das últimas décadas do século XIX e início do século XX, fortemente influenciado pelo dinamismo econômico capitalista, pelas transformações oriundas da revolução industrial, pelo papel crescente das finanças e da exportação de capitais internacionalmente e a necessidade cada vez maior de matérias primas e de mercados consumidores. Esse imperialismo é associado, em larga medida, às ideias de superioridade racial, de propagação do cristianismo, de difusão da “civilização” frente à “barbárie” e, não menos importante, de garantia do poder, da segurança e da riqueza dos Estados a partir da posse de colônias e de terras estrangeiras. Cf. CABRAL, Ricardo. Imperialismo e Império (teoria). In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.). *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 462-463.

¹⁷ Cf. BROME, Vincent. *Op. cit.*, p. 87.

socialismo e manifestos antibelicistas. Sem dúvida, Wells foi um romancista de renome e um intelectual engajado, de grande apelo popular, cuja produção literária se manteve vigorosa, apesar dos anos, sendo digna de leitura e profunda reflexão.

1.2. O contexto intelectual da Primeira Guerra Mundial¹⁸

Uma das marcas da segunda metade do século XIX teria sido a emergência de uma crença civilizatória no mundo ocidental. Segundo o historiador Robert Schnerb, a despeito dos nacionalismos e seus conflitos, o homem europeu tinha a firme convicção de representar a modernidade e de possuir a missão de levar a civilização aos povos “inferiores”, tentar melhorá-los, torná-los mais fortes, instruídos e nobres. Não havia dúvidas sobre a superioridade da cultura europeia. É nesse ambiente que o domínio da ciência cresceu rapidamente¹⁹.

Em linhas gerais, ocorrem alterações progressivas do método e da organização científicas. Diferentemente do racionalismo cartesiano, de caráter intuitivo, privilegia-se um racionalismo firme e radicalmente baseado na experiência²⁰. Se, na lógica cartesiana, a

¹⁸ Segundo o historiador Eric Hobsbawm, a “Primeira Guerra Mundial” inaugura o que o autor chama de “guerras totais”, quando os setores industriais, financeiros, econômicos, a mão de obra, os investimentos do Estado, ou seja, a totalidade dos recursos de um país se volta para o esforço de guerra. De acordo com o dicionário de etimologia da língua inglesa *Etymology Dictionary*, a noção de “Guerra Mundial” se refere a um conflito de grandes proporções e que envolve muitos ou a maioria dos países com preponderância de poder e população a nível mundial. Envolve também confrontos bélicos em diversos continentes e variados ambientes. Ainda que, de fato, nunca tenha havido uma guerra que envolvesse militarmente todos os países do mundo, o envolvimento das principais potências culmina em efeitos políticos e econômicos que modificam a ordem internacional globalmente. Deve-se ressaltar que toda guerra invariavelmente acarreta em consequências danosas em termos humanos, políticos, econômicos e sociais, mas sua repercussão está associada ao momento histórico em que ocorre. Além disso, é fundamental considerar que palavras e expressões contribuem para erigir ou desconstruir significados. Nesse sentido, não é possível deixar de apontar o aspecto eurocêntrico da “Primeira Guerra Mundial”. Entretanto, seus reflexos afetaram de alguma forma, em menor ou maior grau, os demais povos e comunidades humanas. Ainda segundo o dicionário, a expressão *World War* ou “Guerra Mundial” em língua portuguesa teria aparecido publicamente pela primeira vez em 1898, na edição de 16 de dezembro do *New York Times*, referindo-se a uma especulação sobre possíveis consequências dos embates entre os Estados Unidos e a Espanha pelo controle das Filipinas. A mesma expressão teria sido aplicada logo no início da guerra, em 1914, conforme a edição de 02 de agosto do *Pittsburgh Press*. Sobre *World War I*, essa expressão teria sido cunhada em 1939, em substituição a *Great War* ou “Grande Guerra” em língua portuguesa, tornando-se a expressão mais comum, no contexto do 2º grande conflito. Por fim, as expressões *First World War*, *World War II* e *Second World War*, respectivamente “Primeira Guerra Mundial” e “Segunda Guerra Mundial” em língua portuguesa, também teriam surgido em 1939. Por ser uma expressão clássica na historiografia contemporânea, optei por adotar “Primeira Guerra Mundial” ao longo dessa pesquisa. Cf. HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 29 – 60. Cf. HARPER, Douglas. *World War. Etymology Dictionary*. Disponível em: <<http://www.etymonline.com/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

¹⁹ Cf. SCHNERB, Robert. A era do cientificismo. In: CROUZET, Maurice (org.). *História geral das civilizações: o século XIX*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958. p. 109-110.

²⁰ Cf. SCHNERB, Robert. *Op. cit.*, p. 111.

experiência se submetia à ideia, intuitivamente concebida, na era moderna²¹, contudo, são as ideias que devem estar a serviço da experiência. O racionalismo cientificista estimulou a necessidade de compreender os acontecimentos, buscando leis efetivas dos fenômenos por meio do raciocínio e da observação conjuntamente.

O cientificismo não se restringiu aos campos da Física, da Química, da Biologia e da evolução humana. Voltou-se para o estudo do passado, influenciando a construção do conhecimento histórico. Para Schnerb, a pesquisa e a extensão do campo da História se aprofundam. Os fatos devem ser bem provados. A Epigrafia e a Arqueologia se tornam ferramentas fundamentais e seus progressos contribuem para um enorme trabalho de decifração de documentos²².

O objetivo é extrair o geral do particular, ou seja, leis que regem o movimento da história. A título de exemplo, é nesse sentido que, para o marxismo, que tem como base os estudos de Karl Marx, o movimento da história é fundado no dinamismo da luta de classes, enquanto que o positivismo de Auguste Comte compreende a dinâmica histórica como a sucessão de três estágios evolutivos da humanidade: o teológico, o metafísico e o positivo.

É possível afirmar que a modernidade foi profundamente marcada pela crença na razão e na ciência como instrumentos capazes de revelar a verdade. Esse paradigma influenciou uma escrita da história teleológica ou, na expressão do filósofo Immanuel Kant, entendida a partir de um “fio condutor”. Assim, a história também seria universal, regida por leis totalizantes²³.

Entretanto, no início do século XX, a teoria da relatividade de Albert Einstein e a teoria quântica de Max Planck, em especial, trouxeram um abalo profundo ao pensamento ocidental, ao provarem que a teoria clássica newtoniana, até então incontestável, não era válida universalmente. Essas teorias questionaram a existência de uma realidade única e total. Seria possível a existência de múltiplas realidades, que coexistiriam ao mesmo tempo²⁴.

Para um pesquisador, a questão fundamental não diz respeito somente às mudanças da compreensão científica do universo. Os processos do intelecto não são independentes e

²¹ Como resumiu Humberto Mariotti, o pensamento moderno pode ser caracterizado basicamente por: “a) a certeza de que a razão (consubstanciada na ciência e na tecnologia) resolverá todos os problemas humanos; b) a pressuposição de que os ainda não resolvidos o serão mais cedo ou mais tarde, dada a certeza e a inesgotabilidade do progresso científico; c) a ideia, daí decorrente, de que esse progresso nos conduzirá a um futuro cada vez melhor.” MARIOTTI, Humberto. Apresentação. In: MATOS, Olgária. *Vestígios: escritos de filosofia e crítica social*. São Paulo: Palas Athena, 1998. p. 7.

²² Cf. SCHNERB, Robert. *Op. cit.*, p. 118.

²³ WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história: algumas questões. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista>>. Acesso em: 09 mar. 2015. p. 147.

²⁴ WEHLING, Arno. *Op. cit.*, p. 149-150.

autônomos. Ou seja, tais transformações devem ser entendidas como parte de um processo mais amplo. Assim, no mundo literário e artístico, as convenções também são “contaminadas” pela relatividade. Contra o determinismo, cada vez mais artistas e escritores se conscientizam de que devem criar seus próprios modos de expressão, suas linguagens que comunicarão e darão contorno e substância às suas visões de mundo.

H. G. Wells não era um pensador solitário sobre as questões da guerra e da paz entre os Estados, as nações e os povos e o futuro do mundo. Na verdade, suas obras estão inseridas em um contexto com uma significativa produção intelectual de seus contemporâneos, eles próprios observadores argutos e com efetiva participação política em seu tempo. A seguir, aponte alguns exemplos, sem qualquer intenção de parecer restritivo.

Entre os esforços significativos de compreensão das relações entre Estados, nações e povos e, em especial, do capitalismo contemporâneo, não se pode perder de vista as múltiplas interpretações desenvolvidas à época acerca do imperialismo do final do século XIX e início do século XX. Ainda que cada leitura tenha suas particularidades, não é absurdo discriminá-las *grosso modo* segundo suas matrizes teóricas. Em virtude da abundância de interpretações e autores, procurei me ater a alguns princípios para a escolha das obras. Primeiramente, tentei privilegiar os estudos e esforços intelectuais feitos no contexto pré e pós-guerra. Além disso, algumas dessas obras se tornaram “clássicas” no sentido de suscitarem questões que, mesmo na atualidade, são reconhecidas como importantes do ponto de vista epistemológico.

Deve-se apontar que o imperialismo dessa época, exercido pelas grandes potências, não apenas permitiu uma forma de garantir matérias-primas e mercados e exportar capitais excedentes, mas também emigrar parte da população e assim aliviar as pressões internas dos problemas sociais. Diversos elementos como as ideias de superioridade racial, o sentimento nacionalista e sua conexão com as vitórias, as conquistas e o engrandecimento da pátria, frente às potências rivais, foram fundamentais no desenvolvimento do imperialismo. Contudo, aliados a fatores como a partilha desigual dos territórios dominados e das áreas de influência, esses elementos contribuíram para um estado permanente de tensão entre as potências, o que conduziu decisivamente à ruptura do equilíbrio de poder, ao armamentismo e às sucessivas crises em que a diplomacia se mostrou ineficaz para resolvê-las. Ao fim e ao cabo, o processo de acirramento das relações entre as potências europeias imperialistas culminou na Primeira Guerra Mundial²⁵.

Antes da eclosão da guerra, no alvorecer do século XX ou, mais precisamente, no ano de 1902, o inglês John Atkinson Hobson (1858-1940) publicou *Imperialismo: um estudo*,

²⁵. Cf. CABRAL, Ricardo. *Op. cit.*, p. 462-463.

uma das obras precursoras acerca do tema, afetando em larga medida as construções teóricas e os debates subsequentes²⁶. Seu estudo integra uma linha de interpretação crítica do imperialismo do tipo liberal e reformista. Em síntese, sua visão de cunho reformista tende a considerar as políticas imperialistas como um comportamento desviante ou deformado, ainda que temporário, do desenvolvimento capitalista, mas que poderia ser sanado.

Tendo estudado literatura e filosofia na Universidade de Oxford e dado aulas de literatura inglesa e economia nessa universidade e também em Londres, Hobson dedica seus primeiros estudos a explicar aos seus alunos, muitos deles trabalhadores, como a sociedade capitalista industrial funcionava de forma que pudessem compreender e encontrar meios de melhorar sua condição social.

A partir de 1897, sua produção intelectual se debruçou sobre os fatos políticos e suas implicações econômicas e sociais. Ao estudar profundamente a economia capitalista em uma perspectiva histórica, direcionou seus esforços a pensar em uma reforma do capitalismo que o tornasse mais humanizado, combatendo a pobreza e a distribuição desigual da riqueza, promovendo o bem-estar geral. Como pacifista, durante a Primeira Guerra Mundial, defendeu e explanou a ideia de criação de uma “sociedade de nações”, uma organização que atuasse na mediação dos conflitos entre os países e na promoção da paz.

Para Hobson, uma propensão à superprodução e ao subconsumo nos Estados mais desenvolvidos e o excedente de capitais na procura por formas de angariar lucros contribuiu para uma crescente interferência dos capitalistas nos governos nacionais e no direcionamento das políticas externas. Esse processo levou à intervenção nos territórios em que investimentos haviam sido feitos e à anexação de novos territórios, garantindo segurança, exclusividade e continuidade da exploração e dos lucros. Contudo, para Hobson, foram os fatores para além da economia, como a política, a ideologia e a moral, na forma do nacionalismo patriótico, da superioridade racial e cultural, da aventura militar, entre outros, que atuaram articuladamente como a principal engrenagem do imperialismo. Os interesses econômicos e financeiros foram importantes no direcionamento dessa engrenagem e no controle de sua força²⁷.

Ainda que parta de uma análise da Grã-Bretanha, Hobson considerou que, no fim das contas, o imperialismo não era vantajoso ou lucrativo a nenhum país. Seguindo a trilha de outros autores liberais que igualmente haviam duvidado dos ganhos do imperialismo, como David Ricardo²⁸, Hobson afirmou que certos grupos industriais e financeiros, a quem chamou

²⁶. Cf. HOBSON, John Atkinson. *Estúdio del imperialismo*. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

²⁷. “As grandes finanças manipulam as forças patrióticas que geram os políticos, os soldados, os filantropos e os comerciantes.”. FORPEROSA. Prefácio. In: HOBSON, John Atkinson. *Op. cit.*, p. 17.

²⁸. Cf. CABRAL, Ricardo. *Op. cit.*, p. 463.

de “parasitas”, angariava grandes benefícios, mas não a totalidade da nação. A maior parte do povo padecia com a expansão dos gastos militares, a perda de vidas humanas, a contenção de reformas sociais internas necessárias, a transferência de investimentos às áreas adquiridas de forma a gerarem lucros, os custos para a administração dessas áreas e para sua própria estrutura de defesa²⁹.

Outra interpretação sobre o imperialismo que merece ênfase se encontra nas análises do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920). Segundo Michael Löwy³⁰, esse autor escreveu sobre o imperialismo entre 1912 e 1913, poucos anos antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Esse texto integra sua obra de maior notabilidade, *Economia e sociedade*, publicada em 1920, após a sua morte, na forma de um subcapítulo intitulado “Os fundamentos econômicos do imperialismo”, dentro do capítulo “Comunidades políticas” da segunda parte da obra³¹.

Diferentemente das abordagens marxistas, apresentadas na sequência da pesquisa, é possível afirmar que a leitura do imperialismo segundo Weber perpassa o tempo histórico, englobando desde a Antiguidade romana até a sua própria época. Porém, ao se debruçar sobre a contemporaneidade, Weber desenvolve o conceito de “capitalismo imperialista”. Esse termo é utilizado inúmeras vezes ao longo do texto e está relacionado a uma dinâmica colonialista e global, envolvendo os interesses de diversos grupos, cuja obtenção de vantagens e retornos lucrativos depende do poder do Estado, do uso da coerção e da violência.

Weber reconhece a existência de grupos sociais ou comunidades que nutrem uma pretensão de “prestígio”. Seja nos senhores da Antiguidade ou dos tempos feudais, seja nas burocracias modernas, essa aspiração de “prestígio” pode conduzir à busca e à expansão externa do poder, a fim de proporcionar maiores oportunidades de ascensão nas hierarquias e posições privilegiadas, podendo inclusive se relacionar ao interesse material em seu benefício e de seus descendentes. Esse processo também pode levar a reações de grupos ou comunidades concorrentes. Mas, para Weber, essa não é por si só uma regra na “dinâmica do poder”; o que interfere de modo fundamental nessa dinâmica são os fatores econômicos. Dito de outra maneira, o interesse expansivo capitalista é uma influência significativa na expansão externa do poder político³².

²⁹ Cf. HOBSON, John Atkinson. *Op. cit.*, p. 66.

³⁰ Cf. LÖWY, Michael. Prefácio. In: FARIAS, Flávio Bezerra de. *O imperialismo global: teorias e consensos*. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

³¹ WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1999. p. 164-172.

³² WEBER, Max. *Op. cit.*, p. 162-164.

Weber utiliza o conceito de “capitalismo imperialista” ao se referir, em especial, aos lucros extraordinários possíveis de serem obtidos com a espoliação das colônias pelo uso direto da violência ou indiretamente, através do trabalho forçado, com o comércio exterior monopolizado dessas colônias, as concessões e empréstimos fornecidos pelo Estado aos capitalistas, como no caso das ferrovias, entre outros. O resultado, para Weber, são lucros e vantagens expressivamente maiores em relação àqueles obtidos em um contexto pacífico e livre de troca e concorrência. Assim, não se trata de uma “fase”, mas de uma “política”, impositiva, influenciada por certos grupos capitalistas privilegiados entre os quais: credores e fornecedores do Estado, negociantes do comércio exterior e arrendatários de impostos³³.

Sendo uma leitura que atravessa a história, Weber afirma que essa dinâmica ocorreu em vários contextos históricos, ao longo do tempo, tendo adquirido uma intensidade superior na modernidade. A conquista de terras estrangeiras, a dominação das populações locais, a formação dos monopólios, entre outros aspectos, fazem parte do processo de maximização do lucro. Em particular nessa versão do imperialismo, Weber destaca os capitalistas belicistas, ou seja, aqueles que produzem e fornecem armas e que ganham com o seu comércio, assim como uma parcela associada da grande indústria e os bancos financiadores dos empréstimos de guerra. Assim, a política de expansão e conquista, assim como o acirramento das tensões e a guerra em si, favorecem os capitalistas do imperialismo, que alimentam a engrenagem das “máquinas de guerra”. Essas “máquinas” estão disponíveis a todos os atores internacionais. Em outras palavras, não estão restritas aos Estados de origem dos capitalistas³⁴.

Deve-se enfatizar que a dinâmica do conflito, da guerra e dos lucros extraordinários de alguns grupos econômicos não está associada, segundo Weber, à origem do capitalismo moderno. Sua leitura sobre esse processo foi distinta: em resumo, tomando como base o pensamento protestante, Weber relaciona um “modo de ser” capitalista à vida ascética e ao trabalho³⁵. Por fim, seu estudo não possui uma mensagem anti-imperialista ou antibélica, ainda que secundária. Longe de ser um panfleto ou uma denúncia, ele apenas detalha objetivamente o seu ponto de vista sobre o imperialismo.

Igualmente nas primeiras décadas do século XX, mas inseridos na tradição marxista, Rudolf Hilferding (1877-1941), Rosa Luxemburg (1871-1919), Karl Kautski (1854-1938), Nicolai Bukharin (1888-1938) e Vladimir Ilyich Lenin (1870-1924) interpretaram as variadas mudanças no modo de produção capitalista que vinham rapidamente ocorrendo nas últimas

³³ Cf. WEBER, Max. *Op. cit.*, p. 168.

³⁴ Cf. WEBER, Max. *Op. cit.*, p. 169-170.

³⁵ Cf. WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 141-167.

décadas. De uma forma geral, esses intelectuais notaram que o capitalismo havia ingressado em um estágio distinto de acumulação do capital, influenciado, em grande medida, pelo crescimento dos monopólios *vis-à-vis* a livre concorrência e pelo aumento da importância relativa das finanças e da exportação de capitais diante das mercadorias³⁶.

Segundo Leonardo de Magalhães Leite, foi Hilferding quem forneceu um arcabouço teórico a partir de sua obra *O capital financeiro*, de 1910. O desenvolvimento conceitual feito pelos demais autores foram publicados entre os anos de 1912 e 1917, no contexto de grande tensão entre as potências, da corrida armamentista e da própria Primeira Guerra Mundial. Tratou-se de um período de efervescência nos círculos marxistas em busca de leituras sobre as transformações do modo de produção capitalista e suas relações com o capital monopolista e financeiro e o imperialismo. Procuraram “*compreender as causas, a natureza e as possíveis implicações da nova fase que o capitalismo ingressara*”³⁷. A seguir, tentei realizar um esforço de síntese dessas principais teorias.

Partindo dos estudos de Karl Marx, Rudolf Hilferding propôs, em 1910, uma leitura que incorpora os estados nacionais e as guerras no desenvolvimento e expansão do capital monopolista e financeiro³⁸. Deve-se em primeiro lugar ressaltar que, segundo Karl Marx, em sua elaboração sobre a formação e expansão do sistema capitalista a nível mundial, a burguesia tenderia a ocupar, no limite, o mundo inteiro, estabelecendo nexos entre suas partes e incorporando-o totalmente a lógica da produção e do consumo³⁹. Ao elaborar a “lei geral da acumulação” em seu livro *O Capital*, Marx percebeu uma propensão no longo prazo de um processo concentrador e centralizador do capital⁴⁰. Mas, com exceção de sua descrição do processo de “acumulação primitiva” e da origem do capitalismo industrial, em sua construção teórica, Marx não aborda a relevância dos Estados e das fronteiras nacionais, das guerras e da dominação de territórios estrangeiros para o êxito expansivo do capitalismo europeu⁴¹. Nesse aspecto, Hilferding inova ao salientar que, entre os objetivos do capital financeiro, encontram-

³⁶ LEITE, Leonardo de Magalhães. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 2 (51), ago. 2014. p. 507.

³⁷ LEITE, Leonardo de Magalhães. *Op. cit.*, p. 507.

³⁸ “[...] o poder político era decisivo na luta competitiva de caráter econômico, e que para o capital financeiro, a posição do poder estatal é vital para o seu lucro.”. HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 311.

³⁹ “[...] movida pela necessidade de novos mercados, a burguesia invadiria todo o globo. Necessitaria estabelecer-se em toda a parte, exploraria em toda a parte, criaria vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprimiria um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.”. MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. v. 1. São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1953. p. 24.

⁴⁰ Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, v. 2. 20. ed. Tradução de Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁴¹ Cf. FIORI, José Luís. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. p. 42-43.

se a formação de vastos “territórios econômicos”, sua proteção através de barreiras comerciais imposta aos demais países e, por fim, sua exploração econômica feita exclusivamente pelo país dominador, em caráter de monopólio nacional⁴².

Em outra linha, a interpretação do imperialismo formulada por Rosa Luxemburg tem como base a inclusão no pensamento marxista da teoria do subconsumo, cuja formulação ocorreu anteriormente fora desse campo teórico por pensadores como John Hobson. Em seu texto, primeiramente publicado no ano de 1913, a autora articula a teoria do subconsumo e o imperialismo da seguinte forma: os trabalhadores inevitavelmente possuem um baixo poder aquisitivo, sendo obrigados a viver de forma miserável, em virtude da acumulação capitalista; para que a produção possa ser absorvida integralmente, é necessário um comprador externo ao sistema capitalista; esse terceiro elemento, nos primórdios, foi desempenhado pelo mundo agrário, mas, com a sua inserção posterior pelo capitalismo, torna-se premente a busca de mercados externos para o excedente produzido; esses mercados são adquiridos na forma da conquista de colônias, mas, sendo essas áreas limitadas e progressivamente insuficientes, conflitos e guerras se tornam inevitáveis, assim como o fim da própria dinâmica capitalista⁴³.

Em 1914, ano de início da Primeira Guerra Mundial, Karl Kautsky publica um texto sobre o que chamou de “ultraimperialismo”. Algumas premissas gerais estão presentes no estudo do autor, que podem ser assim resumidas: discordância sobre o nexo orgânico entre capitalismo e imperialismo, levando a pensar que somente com a superação desse sistema econômico e social se poderia eliminar o imperialismo; através de reformas políticas, sociais e econômicas seria possível erradicar as propensões imperialistas, existentes em variados grupos sociais, como aqueles anteriores ao capitalismo, em especial, os militares. Diferentemente dos marxistas revolucionários, Kautsky não acreditava na fatalidade da guerra em consequência da disputa entre os países capitalistas e do imperialismo. Esse não seria um estágio inevitável do capitalismo, mas uma de suas políticas, que poderia ser contornada pelo “ultraimperialismo”.

Em resumo, ao considerar custos e vantagens, as potências capitalistas tenderiam a colaborar na organização mundial do mercado e na inclusão de novos territórios. Isso não significaria o fim da exploração dos demais países, por ser um elemento estrutural do capitalismo. Isso implicaria na necessidade de políticas de cunho socialista que buscassem um maior controle sobre a economia e seu desenvolvimento visando o interesse e o bem comuns.

⁴² Cf. HILFERDING, Rudolf. *Op. cit.*, p. 314.

⁴³ Cf. LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. 2. ed. Tradução de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

Do ponto de vista histórico, ainda que concordasse que a implantação do socialismo era viável naquele tempo, ele entendia que possivelmente haveria um período em que o capitalismo conviveria com o desenvolvimento do mundo “ultraimperialista”. Nesse sentido, pode-se dizer que a teoria de Kautsky possui um viés reformista e pacifista⁴⁴.

Outra visão no campo marxista que deve ser destacada é a de Nicolai Bukharin. No ano de 1917, esse autor segue na linha de Marx e Hilferding ao enfatizar o elo entre o capital financeiro e os estados nacionais, sendo esse último um componente fundamental na expansão capitalista⁴⁵. Bukharin também percebe um aspecto contraditório de suma importância: se a expansão do capital tem como consequência sua internacionalização, ela ocorre de uma forma peculiar, em bases nacionais, ou seja, grupos capitalistas nacionais são formados, protegidos por seus respectivos poderes estatais e concorrem ferozmente entre si⁴⁶. Entretanto, de forma distinta de Hilferding, Bukharin adota uma perspectiva que lembra a elaboração de Marx⁴⁷, ou seja, acredita em uma tendência à unificação totalizante, um “império” sob a égide do capital, em que não haveria Estados nacionais ou fronteiras⁴⁸.

Escrita entre janeiro e junho de 1916, sendo publicada no início do ano de 1917, a obra *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Vladimir Lenin, é considerada uma das principais referências entre os estudos marxistas sobre o imperialismo. Em uma perspectiva diferente daquela defendida por Rosa Luxemburg, Lenin baseou sua tese explicativa não no subconsumo e na pauperização do proletariado, mas na tendência de queda da taxa de lucro.

Essa tendência é explicada, de uma maneira geral, pela construção teórica de Marx como fruto da acirrada e crescente concorrência entre os capitalistas. Investimentos em máquinas devem ser constantemente renovados, pois há o risco de derrota nessa disputa inapelável. Eventualmente, os salários dos trabalhadores podem aumentar, uma vez que os capitalistas têm interesse em retê-los. Esse processo leva, portanto, à queda da taxa de lucro.

⁴⁴ Cf. KAUTSKY, Karl. *Ultra-imperialism (September 1914)*. In: *Marxists Internet Archives*. 1914. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: 26 dez. 2016.

⁴⁵ “[...] o poder político era decisivo na luta competitiva de caráter econômico, e que para o capital financeiro, a posição do poder estatal é vital para o seu lucro.”. BUKHARIN, Nicolai. *A economia mundial e o imperialismo*. Tradução de Raul de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 66.

⁴⁶ “[...] o desenvolvimento do capitalismo mundial traz como resultado, de um lado, a internacionalização da vida econômica e o nivelamento econômico; e, de outro, em medida infinitamente maior, o agravamento extremo da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas, à formação de grupos nacionais estreitamente ligados entre si, armados até os dentes e prontos, a qualquer momento, a lançar-se uns sobre os outros.”. BUKHARIN, Nicolai. *Op. cit.*, p.97.

⁴⁷ “[...] uma unidade econômica a que não se baste a si mesma e que estenda infinitamente sua força imensa até transformar o mundo num império universal, tal é o ideal sonhado pelo capital financeiro.”. BUKHARIN, Nicolai. *Op. cit.*, p.99.

⁴⁸ Cf. FIORI, José Luís. *Op. cit.*, p. 43-44.

A inevitável mecanização contribui para a concentração do capital. Assim, não tendo outro caminho, os monopólios capitalistas passam a explorar o mercado a nível mundial.

Nesse processo, cresce também a propensão a exercer o controle do Estado e de seu governo e o “capital financeiro” busca assegurar mercados e matérias primas no exterior. Mesmo que ocorra uma divisão mundial em áreas de influência ou controle por monopólios distintos ou, o que é semelhante, governos distintos, há tensões e confrontos entre os diversos monopólios que também se inserem nessa lógica. A consequência irremediável é a guerra entre os Estados. Assim, as contradições do capitalismo são intensificadas, o que permite o desenvolvimento da revolução socialista⁴⁹.

Cabe ainda salientar que uma diferença importante no estudo de Lenin em relação à Luxemburg foi compreender que os interesses e disputas imperialistas não se restringiam apenas à “periferia”, mas envolviam áreas “centrais” fortemente capitalistas, o que fornecia uma explicação para as sucessivas guerras entre França e Alemanha pelo controle e ocupação da região da Alsácia-Lorena⁵⁰, por exemplo.

Retornando à interpretação liberal sobre o imperialismo, o ensaio escrito entre 1918 e 1919, intitulado *A sociologia do imperialismo*, apresenta as reflexões do economista austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950). Ao investigar amplamente diversos fenômenos que entende como imperialistas, dos tempos antigos até a contemporaneidade, Schumpeter caminha em uma direção radicalmente oposta à linhagem marxista. Do seu ponto de vista, o imperialismo na sua acepção recente não era consequência das mudanças do modo de produção capitalista, mas sim proveniente de arcaísmos pré-capitalistas remanescentes nas formações sociais, políticas, econômicas, culturais e psicológicas das sociedades europeias⁵¹.

Para Schumpeter, o capitalismo tendia a alcançar espontaneamente um equilíbrio com base na livre concorrência e no livre mercado. Sendo o cálculo racional de perdas e ganhos uma propensão inerente, o capitalismo possuía, portanto, uma lógica pacífica, contra os impulsos e as ações hostis, violentas e irracionais. Assim, o imperialismo é explicado pela persistência de uma visão de mundo e de interesses concretos com características arcaicas, pré-capitalistas, que vão de encontro à natureza do capitalismo.

“O imperialismo é um atavismo”, afirma Schumpeter. Em sua análise, ele enfatiza particularmente o nacionalismo presente em diversas camadas sociais dos países europeus,

⁴⁹ Cf. LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008. p. 90.

⁵⁰ Cf. PISTONE, Sergio. *Imperialismo*. In: BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Op. cit.*, p. 612-614.

⁵¹ SCHUMPETER, Joseph. *The sociology of imperialism, 1918*. *Modern History Sourcebook*, 1998. Disponível em: <<http://sourcebooks.fordham.edu/>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

fruto de séculos de rivalidade e disputas de poder. Remanesciam tendências belicistas nas sociedades, em especial, entre as castas militares e de ascendência aristocrática, assim como em alguns segmentos da burocracia, cuja origem e robustez não haviam ocorrido em bases democráticas. Esses grupos não eram movidos por razões econômicas, mas por justificar sua existência e reforçar seu poder e sua condição privilegiada. Por fim, o autor supõe que o desenvolvimento pleno do capitalismo teria como desfecho a erradicação do imperialismo.

Em outro campo do saber, relacionado à compreensão das relações internacionais, o francês Léon Victor Auguste Bourgeois (1851-1925) é considerado o inspirador da Liga das Nações. Durante a 3ª República francesa, Bourgeois teve uma carreira longa e diversificada, atuando como escultor, jurista, acadêmico e parlamentar, ocupando diversos cargos no Estado francês. Entre as suas variadas preocupações intelectuais, é possível mencionar a melhoria das condições de vida dos homens por meio da educação, a justiça sob o domínio da lei, a saúde e a abolição da guerra. Foi considerado um político incomum, que se recusou duas vezes a concorrer à presidência, apesar dos prognósticos de que venceria sem transtornos.

Em 1903, tornou-se juiz do Tribunal Internacional de Haia. Seus discursos em Haia e em outras conferências de paz foram posteriormente reunidos e publicados em 1910 sob o título *A Sociedade das Nações*. Participou da representação francesa na Conferência de Paz de 1919 em Paris, encabeçada pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson. O ano de 1920 representou o auge de sua carreira, quando ocupou a presidência do Senado francês e foi eleito por unanimidade para ser o primeiro presidente do Conselho da Liga das Nações. No mesmo ano, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz⁵².

Faltando poucos anos para a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o escritor e político britânico Ralph Norman Angell Lane (1872-1967) escreveu em 1910 *A grande ilusão*. Sua obra se tornou uma das mais significativas referências nos estudos das relações internacionais. Nesse livro, a tese central do autor diz respeito à inutilidade da guerra como instrumento das nações adquirirem vantagens sobre outras. O argumento principal é que, racionalmente, a guerra traz enormes prejuízos e desgastes devido à interdependência das nações. Da mesma forma, a guerra afeta negativamente o comércio internacional e promove uma corrida armamentista cujos gastos não se revertem em benefícios para as nações. Ainda que esteja presente na obra uma defesa à intervenção europeia na China, Angell afirma que a guerra é irracional e vai de encontro ao processo evolutivo e civilizatório⁵³.

⁵² Cf. HABERMAN, Frederick. *Nobel Lectures: Léon Bourgeois - Biographical*. 1972. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1920/bourgeois-bio.html>. Acesso em: 09 mar. 2015.

⁵³ Cf. ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

Retornando ao campo da economia, segundo Marcelo de Paiva Abreu, o livro *As consequências econômicas da paz*, do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) foi um dos trabalhos mais importantes de toda sua trajetória intelectual. Publicado em 1919, alcançou rapidamente uma enorme vendagem⁵⁴ e influenciou fortemente os debates sobre a guerra na década seguinte. Keynes foi o principal representante do Tesouro na comitiva inglesa da Conferência de Paz de 1919 em Paris.

Para Keynes, a inclusão ilegítima de pensões que deveriam ser pagas pela Alemanha à França incrementava de forma significativa o custo total das reparações de guerra⁵⁵. Ele ainda ressaltou a importância do cancelamento de dívidas entre os aliados, do abandono dos empréstimos feitos à Rússia, por considerá-los perdidos, e da renúncia do recebimento das reparações dos alemães em prol da Bélgica e da França. No balanço final do economista, o Tratado de Versalhes era um erro catastrófico, pois ele acreditava que a dinâmica econômica europeia estava profundamente enraizada na recuperação alemã. Decepcionado com os rumos das negociações para o caso da Alemanha, ele deixou a comitiva antes da assinatura do Tratado de Versalhes e, imediatamente após retornar de Paris, escreveu sua obra.

Em contraponto ao “idealismo”⁵⁶ de Angell e de outros autores, destaca-se a obra de 1939 do historiador e teórico das relações internacionais, Edward Carr (1892-1982), intitulada *Vinte anos de crise 1919-1939*. Carr nasceu em Londres, mas formou-se em Cambridge, onde se graduou com louvor em Estudos Clássicos. Ele ingressou no serviço diplomático inglês em 1916 e, assim como Keynes, fez parte da delegação inglesa presente à Conferência de Paz de 1919 em Paris. Ainda que tenha realizado um trabalho monumental sobre a história da Rússia soviética, Carr se notabilizou por *Vinte anos de crise*. Nessa obra, ele se debruça sobre a crise existente à época. Apesar de ter sido produzida em um período adiante em relação ao recorte cronológico aqui adotado, creio ser importante abordá-la tendo em vista o papel do autor nos momentos subsequentes à guerra, pela discussão teórica que a obra suscita e pela reconhecida importância que ela adquiriu e permanece até os tempos atuais no campo de estudos das Relações Internacionais.

⁵⁴ Aproximadamente 100.000 cópias foram vendidas entre dezembro de 1919 e junho de 1920. Cf. ABREU, Marcelo de Paiva. Prefácio: Keynes e as consequências econômicas da paz. In: KEYNES, John Maynard. *As consequências econômicas da paz*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. xi.

⁵⁵ Cf. ABREU, Marcelo de Paiva. *Op. cit.*, p. xviii.

⁵⁶ “Embora o idealismo seja visto como o paradigma predominante na fase inicial da trajetória teórica das relações internacionais, é interessante observar que nunca nenhum estudioso reivindicou para si o título de idealista, tampouco houve um verdadeiro debate envolvendo idealistas e realistas. Na verdade, o debate foi construído por Edward H. Carr em sua obra *Vinte anos de crise: 1919-1939*, com o intuito de demonstrar a maior razoabilidade e adequação à realidade das ideias realistas.”. Cf. SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. Dicionário de Relações Internacionais. Barueri: Manole, 2005, p. 107.

A percepção dos acontecimentos do ponto de vista enfatizado por Carr não é uma novidade, na sua essência. Vestígios desse modo de analisar o mundo podem ser encontrados em pensadores da Antiguidade como Tucídides⁵⁷ e da modernidade europeia como Maquiavel⁵⁸, Thomas Hobbes⁵⁹ e Jean-Jacques Rousseau. O trabalho de Carr buscou uma reflexão sobre as dificuldades de harmonizar a ânsia e as expectativas mais profundas por um mundo melhor e, no limite, “perfeito”, com as restrições impostas pelo mundo em que os homens vivem, ou seja, a “realidade”.

Vale ressaltar que a ideia primária da obra era propor uma interpretação para a instabilidade do ambiente político e econômico do período entre guerras. Entretanto, o autor realiza uma análise acurada dos instrumentos teóricos disponibilizados pelo liberalismo e pelo utopismo⁶⁰, propondo que eram insuficientes para explicar os acontecimentos do pós-guerra.

Em suma, Carr mostra empiricamente que, por trás do discurso universalista da harmonia de interesses e do liberalismo econômico do *laissez-faire*, estavam interesses particulares daqueles que já tinham atingido uma posição de proeminência tanto nos âmbitos nacional quanto internacional, como a Inglaterra e sua classe dirigente imperialista. Mais importante, segundo Carr, é que tais interesses são produzidos social e historicamente.

Ainda que Carr seja frequentemente associado à tradição “realista”, sendo apontado como seu precursor, é significativo lembrar que o autor identifica criteriosamente limitações à visão “realista”. Por exemplo, o realismo não seria capaz de explicar os elementos irracionais que participam da condução da política. Além disso, ao resvalar na necessidade de conferir uma roupagem neutra aos seus argumentos, o “realismo” cai no equívoco de localizar os objetivos da política fora do processo histórico. Por fim, o autor defende que o pensamento político deve considerar a tensão permanente entre elementos “utópicos” e “realistas”, “que jamais se encontram e são mutuamente incompatíveis⁶¹”.

⁵⁷ Cf. TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

⁵⁸ Cf. MACHIAVELLI, Niccolò. O Príncipe. Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

⁵⁹ Cf. HOBBS, Thomas. Leviatã. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

⁶⁰ Segundo Ferrater Mora, o termo “utópico” tem como significado “o que não está em nenhum lugar”. Criada por Thomas Morus (1478-1535) em sua obra *Sobre a melhor condição do Estado e sobre a Nova Ilha de Utopia*, ou simplesmente *Utopia*, essa palavra diz respeito a uma sociedade considerada modelar em todos os aspectos. Essa obra trata da descrição de um Estado perfeito, apresentando também uma crítica ao contexto social inglês de seu tempo. Cf. MORA, J. Ferrater. *Op. cit.*, p. 2013.

⁶¹ Cf. SATO, Eiiti. Prefácio. In: CARR, Edward H. *Vinte anos de crise 1919-1939: uma introdução ao estudo das Relações Internacionais*. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. p. xiii-xxxv.

A título de reflexão, não é absurdo pensar que uma obra literária atravessa o tempo sendo apropriada e adquirindo sentidos e significados distintos para as diferentes gerações. Mas, como lembra Tsvetan Todorov⁶², ela é produto de um indivíduo oriundo de uma determinada sociedade com certas características e peculiaridades, compartilhando crenças, valores, memórias, pontos de vista e expectativas. Nesse sentido, é fundamental considerar possíveis interpretações acerca das obras de Wells. Mas, por ser igualmente importante, deve-se levar em conta como ocorreu a recepção dessas obras tanto pelo público em geral quanto por alguns de seus pares do ambiente intelectual.

Esse assunto foi tratado pela pesquisa e encontra-se a seguir.

⁶² “A literatura não nasce no vazio, mas no centro de um conjunto de discursos vivos, compartilhando com eles numerosas características.”. TODOROV, Tsvetan. A literatura em perigo. Rio de Janeiro: Difel, 2009. p. 22.

2. A FICÇÃO DE H. G. WELLS: ENTRE A UTOPIA E A DISTOPIA

É inconcebível ignorar a análise dos escritos de Wells feita pelo mítico escritor argentino, especialista em literatura inglesa, Jorge Luís Borges. Parte integrante de sua vasta produção intelectual, Borges apresentou, na forma de pequenos textos, digressões sobre os romances e contos de Wells, alguns deles consagrados e outros nem tanto. Em “O primeiro Wells”, publicado no livro *Outras inquisições* de 1952, Borges comenta a comparação feita entre H. G Wells e Jules Verne. Cita que, ao ser perguntado sobre Wells, em 1899, Oscar Wilde respondera “É um Jules Verne científico” e que tal resposta pouco significava naqueles dias futuros, quase cinquenta anos depois. Afinal, para Borges, os dois autores não poderiam ser mais inconciliáveis.

A primeira das razões seria de natureza técnica. Se, antes de se tornar um reformador da sociedade, Wells havia sido um narrador exemplar, Verne era, todavia, apenas esforçado. Além disso, Verne escrevera para um público juvenil, enquanto que Wells havia escrito para todas as idades. Outra importante diferença seria o uso hábil da criatividade. O próprio Wells, segundo Borges, havia comentado que diversos escritos ficcionais de Verne abordaram temas factíveis, como um navio submarino, o voo de um balão atravessando continentes, entre outros. Nesse sentido, Verne soara muitas vezes como um professor, um “mestre-escola”. Diferentemente, Wells transitara com desenvoltura entre o possível e o impossível, como a máquina do tempo e o retorno de seu viajante ao presente com uma flor do futuro. Por isso, Verne teria comentado, com aversão, sobre as permissividades de Wells no romance *Os primeiros homens na Lua*: “Ele inventa!”.

Para Borges, o grande mérito da obra ficcional de Wells se encontra presente em seus primeiros romances. Sua importância está menos no argumento, que não raro é somente um ponto de partida, do que nos aspectos simbólicos que, de certa forma, remetem quase universalmente ao pensamento e às ações humanas. O que torna sua obra perene é a “universalidade” que, simultaneamente, aponta para o particular, para o mundo e, em especial, para o próprio leitor⁶³. No entanto, o intelectual argentino não mostra entusiasmo ou

⁶³ “Da vasta e diversa biblioteca, que ele nos deixou, nada me agrada mais que seu relato de alguns milagres atroz: *The time machine*, *The island of Dr. Moreau*, *The platner story*, *The first men in the Moon*. São os primeiros livros que eu li; talvez sejam os últimos... Penso que haverão de incorporar-se, como a fórmula de Teseu ou a de Ahasverus, à memória geral da espécie e que em seu seio se multiplicarão, para além dos limites da glória de quem os escreveu, para além da morte do idioma em que foram escritos.”. BORGES, Jorge Luis. Obras completas: volume 2. São Paulo: Ed. Globo, 1999. p. 83-84.

condescendência ao comentar as predileções pedagógicas de Wells em suas ficções⁶⁴. Segundo Borges, as censuras e os julgamentos de Wells trazem limitações que impedem parte de sua obra de atingir níveis artísticos mais elevados⁶⁵.

Creio que Borges não ponderou que tais julgamentos com intenções educativas talvez fossem o prenúncio do polemista que o escritor inglês se tornaria posteriormente. Além disso, nesse momento de sua vida, Wells escrevia freneticamente, preocupado em ganhar dinheiro e com a sua sobrevivência. Biógrafos como Brome e conhecedores da obra e da vida de Wells traçaram paralelos entre situações enfrentadas por seus personagens e a própria história de vida do autor. Tais situações são frequentemente amalgamadas com as críticas à sociedade de seu tempo. Assim, não me parece que Wells estivesse profundamente interessado em realizar uma “grande arte”, ainda que a tenha alcançado de forma eventual, segundo o próprio Borges.

O futuro da humanidade foi, indubitavelmente, umas das mais urgentes preocupações de H. G. Wells. Mas não se deve restringir essa inquietação à Primeira Guerra Mundial, com seus conflitos prévios, seu desenvolvimento angustiante e suas consequências nefastas. O escritor inglês frequentemente apresentou suas aflições com antecipação, em sua literatura ficcional, com inúmeras referências e julgamentos sobre o seu próprio tempo.

Portanto, é necessário analisar algumas dessas críticas presentes em suas primeiras histórias, em particular, seus romances iniciais, obras que se tornaram icônicas e merecedoras de atenção e cuidado. Por fim, informo ao leitor que optei por apresentar e resumir preliminarmente as obras, tecendo alguns comentários e considerações em um subcapítulo posterior. Essa escolha teve como finalidade não comprometer a fluidez da leitura.

2.1. O futuro como *lócus* de decadência e horror – *A máquina do tempo* (1895)

⁶⁴ “Aqueles que dizem que a arte não deve propagar doutrinas costumam referir-se às doutrinas contrárias às suas. Evidentemente, esse não é o meu caso; agradeço e professo quase todas as doutrinas de Wells, mas deploro que ele as tenha intercalado em suas narrações.”. BORGES, Jorge Luis. *Op. cit.*, p. 83.

⁶⁵ “Enquanto um autor se limita a narrar acontecimentos ou a traçar os tênues desvios de uma consciência, podemos considera-lo onisciente, podemos confundi-lo com o universo ou com Deus; assim que ele se rebaixa a arrazoar, sabemos que é falível. A realidade atua por meio de fatos, não de arrazoados; toleramos que Deus afirme (Êxodo 3,14) “Eu Sou Aquele que Sou”, mas não que declare e analise, como Hegel ou Anselmo, o *argumentum ontologicum*. Deus não deve teologizar; o escritor não deve invalidar com razões humanas a momentânea fé que a arte exige de nós. Há outro motivo: o autor que mostra aversão por um personagem parece não entendê-lo por completo, parece confessar que este não é inevitável para ele. Duvidamos de sua inteligência, como duvidaríamos da inteligência de um Deus que mantivesse céus e infernos. Deus, escreveu Spinoza (*Ética*, 5, 17), não odeia ninguém nem ama ninguém.”. BORGES, Jorge Luis. *Op. cit.*, p. 84.

O livro *A máquina do tempo*, de 1895, faz parte desses casos singulares da literatura a inaugurar um subgênero, o das histórias de “viagens no tempo”. Como lembra Bráulio Tavares, no prefácio da edição brasileira de 2010, a obra de Wells e seu próprio autor eram filhos da era industrial e da mentalidade racional que concebeu e produziu uma infinidade de máquinas que revolucionaram, categórica e irremediavelmente, o modo de viver humano. Com a locomotiva, o navio a vapor, o automóvel, a metralhadora, o avião, a fotografia, o cinema, entre muitas outras invenções, nada jamais seria como antes. De certa maneira, essas máquinas representavam uma pretensão de controle do homem sobre o Espaço e o Tempo e remetiam às ideias de individualismo e liberdade⁶⁶.

O romance de Wells conta a história de um cientista que, ao inventar uma máquina que permite ao seu ocupante se deslocar no tempo, viaja para centenas de milhares de anos no futuro, deparando-se com um mundo inteiramente modificado em relação a sua própria realidade vitoriana, que se converte em um pesadelo aterrador. Nesse sentido, o livro de Wells traz uma curiosidade de enorme importância na compreensão da história e das possíveis interpretações associadas. Ainda que a narrativa se mova temporalmente, indo ao futuro e retornando ao presente, é perceptível a restrição no que tange ao deslocamento espacial. A máquina do tempo não é capaz de qualquer deslocamento no espaço e seu viajante, o cientista, se movimenta apenas por poucos quilômetros a partir do seu ponto inicial. Apesar dos eventos se desenrolarem nas proximidades do rio Tâmesa, o cientista generaliza o que está a sua volta para o restante do mundo, ou seja, julgando que as enormes mudanças ocorreram em todos os continentes e atingiram toda a humanidade. Assim, enxergar a Inglaterra e, em particular, Londres, com tamanha proeminência parece bastante condizente com o tipo de visão anglocêntrica do tempo e da origem de Wells.

Segundo Tavares, se a literatura utópica do século XIX muitas vezes lançou mão de personagens auxiliares que, ao encontrar o protagonista, serviam-lhe de guia e apresentador da realidade visitada, explicando pormenores com tom educativo, Wells constrói sua história de forma absolutamente diversa, arremessando seu protagonista ao novo, diferente, repleto de possíveis perigos. O autor gera uma empatia com o leitor ao estabelecer que o seu viajante conte apenas com suas próprias habilidades, pertences e intelecto para decifrar o que está ao seu redor e agir naquelas circunstâncias.

O livro começa com o cientista, também chamado eventualmente de o “Viajante no Tempo”, contando em detalhes a um seletivo grupo de amigos em sua residência sua incrível história: uma viagem no tempo em direção ao futuro. Se, a princípio, não tinha a intenção de

⁶⁶ Cf. TAVARES, Bráulio. Prefácio. In: WELLS, H. G. *A máquina do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

parar, subitamente, é motivado a interromper sua viagem pela possibilidade de vislumbrar no futuro os avanços resultantes do progresso humano, representados durante o percurso por imagens difusas de prédios soberbos e de uma natureza exuberante⁶⁷. Ao cessar sua jornada, chega ao ano 802.701 da “era cristã”.

Em suas investigações preliminares, ele se dá conta de que o ambiente a sua volta está tomado em sua maior parte pela natureza, com alguns poucos edifícios que, apesar de monumentais, possuíam um aspecto decadente, um “esplendor arruinado”. Rapidamente, ele trava contato com alguns habitantes, que posteriormente serão chamados de Elóis, sem que, em nenhum momento, haja uma explicação para esse nome.

Os Elóis são semelhantes a homens e mulheres, mas apresentam um aspecto frágil. Comportam-se como crianças, assim compreende o protagonista, vivendo de forma livre e despreocupada durante o dia, com certo temor pela noite e pela escuridão, alimentando-se a base de frutos, extraídos das árvores, sem qualquer iniciativa ou agressividade. Ao perceber aquela “realidade”, o “Viajante no Tempo” esboça uma primeira interpretação, frustrada e pessimista, contrária às suas expectativas de que os homens e as mulheres do futuro seriam intelectualmente superiores àqueles do seu presente⁶⁸.

Em suas interações iniciais com esses seres do futuro, o “Viajante no Tempo” percebe que há uma ausência de moradias individuais ou familiares. É interessante notar que, rapidamente, ele associa essa percepção à ideia de comunismo⁶⁹. Essa associação é reforçada pelo raciocínio seguinte, ao entender que aqueles seres tinham trajes, comportamentos e até

⁶⁷ “A princípio eu não tinha intenção de parar, não pensava em nada senão nessas sensações para mim inéditas. Mas logo uma nova série de impressões brotou em minha mente, uma certa curiosidade acompanhada por temor que, acabaram por tomar conta de mim. Pensei: que estranhos progressos da humanidade, que maravilhosos avanços sobra a nossa civilização rudimentar que não se revelariam aos meus olhos quando eu me dispusesse a observar esse mundo difuso que flutuava e desaparecia diante dos meus olhos! Vi arquiteturas majestosas e esplêndidas erguendo-se diante de mim, construções mais maciças do que qualquer edifício do nosso tempo, e que ainda assim me pareciam feitas apenas de luz e névoa. Vi um verde mais luxuriante espalhar-se pelos flancos da colina e permanecer ali sem qualquer interferência do inverno. Mesmo sob o véu de confusão que me envolvia, a terra parecia muito bela. E então surgiu em minha mente o desejo de parar.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 40.

⁶⁸ “A questão que veio de súbito à minha mente foi: aquelas criaturas não seriam, talvez, um bando de loucos? Vocês não podem avaliar o quanto isso me desconcertou. Vejam, eu sempre supus que os habitantes do ano 802 mil e tantos estariam incrivelmente avançados, em relação a nós, em conhecimentos, em artes, em tudo. E de repente um deles me fez uma pergunta de quem tem o mesmo nível intelectual de uma criança de cinco anos – perguntava-me, na verdade, se eu tinha vindo do sol num trovão! Fui forçado a aceitar o juízo que formara, mas deixei em suspenso, ao ver suas roupas, seus membros pequenos e frágeis, suas feições sem força. Uma onda de desapontamento cruzou minha mente. Por um instante, achei que tinha construído a Máquina do Tempo em vão.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 46-47.

⁶⁹ “Tomado por uma ideia súbita, olhei em volta, de um terraço onde parei para descansar, e percebi que não havia casas à vista. Aparentemente, as residências individuais, e talvez o próprio conceito de lar, tinha desaparecido. Aqui e ali por entre os gramados viam-se edifícios com proporções de palácios, mas a casa e a casinha de campo, que são características tão marcantes da nossa paisagem inglesa, tinham sumido. ‘Comunismo’, murmurei comigo mesmo.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 52.

mesmo traços físicos muito parecidos. Então, ele concebe uma reflexão sociológica, na qual esse futuro, “comunista” e “utópico”, tinha como um de seus aspectos singulares a tendência ao equilíbrio e à homogeneização social, sem divisões de classe e de gênero⁷⁰. Explorei essas reflexões e seus desdobramentos com mais cautela a seguir.

Entre os aspectos ditos “comunistas”, consta na sua leitura inicial a percepção de uma total ausência de casas ou residências particulares, da enorme semelhança das aparências, dos comportamentos e das vestimentas dos Elóis, além da falta de famílias e de papéis sociais tradicionais. Sobre esses últimos aspectos, o protagonista rapidamente especula, com base na experiência de seu próprio tempo, que haveria uma tendência à extinção do tradicionalismo familiar e dos papéis e divisões sociais na medida em que a sociedade se tornasse harmoniosa e sem violência.

Vale lembrar que, nessa parte, o protagonista havia acabado de chegar ao mundo do futuro. Em sua exploração do ambiente ao longo do primeiro dia, ele ressalta uma “estranha sensação de liberdade e de aventura”. Atinge o topo de uma elevação, que lhe permite uma visão ampla das terras, dos prédios enormes ao redor e dos habitantes do lugar, e então retoma suas especulações.

Intui sobre a ausência de propriedades, assim como algo que se assemelhe a atividades produtivas ou a uma organização do trabalho, na forma de agricultura ou indústria. Essa percepção é reforçada pelo vislumbre da vida lúdica dos Elóis e sua sobrevivência a base de coleta e extrativismo⁷¹. Tal impressão lhe traz sentimentos ambíguos, em que otimismo e pessimismo se alternam.

Assim, o cientista entende que está a assistir a gradual decadência da civilização, que outrora havia atingido o seu apogeu, em que os principais riscos à sobrevivência dos homens, como a escassez de alimento e moradia, as doenças e epidemias, assim como a incerteza e os perigos de uma morte violenta, haviam sido debelados. Afirmo que, já no seu próprio tempo,

⁷⁰ “Vendo a maneira descontraída e tranquila com que eles viviam sua vida, achei que essa semelhança entre os sexos era, afinal de contas, algo previsível. A força do homem e a suavidade da mulher, a instituição da família e a diferenciação de ofícios eram meras necessidades práticas de uma época em que predominava o esforço físico. Quando a população é equilibrada e abundante, criar muitos filhos torna-se um mal e não uma benção para o Estado; quando a violência é rara e as crianças estão seguras, há menos necessidade – na verdade, não há necessidade alguma – de uma família eficiente, e a especialização dos sexos para prover as necessidades dos filhos desaparece. Já vemos sinais disso em nosso próprio tempo, e naquela idade futura o fenômeno tinha se instaurado de vez. Isso, preciso lembrar-lhes, foi uma especulação que me ocorreu naquele momento. Depois, constatei o quanto a realidade era diversa.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 52-53.

⁷¹ “Já falei sobre os grandes palácios que vi espalhados por entre aqueles relvados, alguns deles em ruínas, outros ainda habitados. Aqui e ali erguia-se uma imagem branca ou prateada, por entre os jardins abandonados da terra; aqui e ali divisava-se a abrupta linha vertical de alguma cúpula ou obelisco. Não havia sebes, nenhum sinal de limites de propriedades, nenhuma evidência de atividade agrícola; a terra inteira havia se tornado um jardim.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 53-54.

havia um empenho continuado nesse sentido, impulsionado pela aplicação do conhecimento científico⁷².

Desse modo, haveria, do seu ponto de vista, uma tendência progressiva ao aperfeiçoamento, o que levaria paulatinamente a Natureza a ser decifrada e finalmente domada, além de satisfazer as carências humanas, ainda que eventuais retrocessos pudessem acontecer. É importante notar que essa tendência ocorreria, segundo ele, porque os ideais humanos de seu tempo eram “vagos e ainda experimentais”, assim como o conhecimento e sua aplicabilidade no mundo natural. Portanto, tais limitações precisariam ser superadas⁷³.

Nessa linha de raciocínio, o protagonista deduz que teriam ocorrido mudanças substanciais no meio ambiente, de forma que as inúmeras ameaças naturais à vida humana tivessem sido suprimidas⁷⁴. Além disso, na organização social, entende que teria se tornado dispensável qualquer atividade laboral a exigir grande desgaste físico. Em sua opinião, entre as consequências dessa transformação, estaria uma ausência de antagonismos de classe, de opressores e oprimidos e dos conflitos econômicos. É interessante notar que a presença desses

⁷² “Tive a impressão de estar encontrando a humanidade na sua fase de lento declínio. Aquele pôr do sol me levou a pensar no crepúsculo da própria espécie humana. Pela primeira vez comecei a perceber uma consequência bizarra dos esforços sociais nos quais estamos mergulhados em nossa época. E não obstante, é uma consequência bastante lógica. A força é o resultado da necessidade; a segurança conduz ao enfraquecimento. O esforço para melhorar as condições de vida – o verdadeiro processo civilizatório que torna a vida cada vez mais segura – tinha avançado até atingir o clímax. Cada triunfo conjunto da humanidade sobre a Natureza tinha sido logo seguido por outro. Coisas que hoje não passam de sonhos tinham se transformado em projetos que alguém levou a cabo. E o resultado era aquele!”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 54.

⁷³ “Afim de contas, a saúde e a agricultura de hoje estão ainda num estágio rudimentar. A ciência do nosso tempo conseguiu enfrentar apenas um pequeno número das enfermidades humanas, mas, mesmo assim, expande suas conquistas de maneira firme e contínua. Nossa agricultura e nossa horticultura destroem algumas plantas aqui e ali, e cultivam um número elevado de plantas saudáveis, deixando que a maioria das demais encontre o melhor equilíbrio possível. Introduzimos melhoramentos em nossas plantas e animais favoritos – e são muito poucos – gradualmente, por reprodução seletiva; aqui e acolá um pêssego mais saboroso, ou uma uva sem caroço, ou uma flor maior e mais perfumada, ou uma raça de gado que mais nos convém. Nós os melhoramos gradualmente, porque nossos ideais são vagos e ainda experimentais, e nosso conhecimento limitado; e porque a Natureza, também ela, é tímida e reage devagar às nossas mãos desajeitadas. Algum dia tudo isso será mais bem-organizado e dará resultados melhores. Esse é o rumo para onde flui a corrente, apesar de refluxos ocasionais. O mundo inteiro será inteligente, educado e cooperativo; as coisas caminharão cada vez mais rápidas em nosso esforço para subjugar a Natureza. No fim, iremos reajustar o equilíbrio da vida animal e vegetal, com sabedoria e cuidado, de uma maneira que satisfaça nossas necessidades humanas.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 54-55.

⁷⁴ “Esse ajustamento deve ter sido concretizado, e muito bem-concretizado; realizado para todo o sempre, no espaço de Tempo que minha máquina percorreu. O ar estava livre de mosquitos, a terra sem ervas daninhas e sem fungos; por toda a parte havia frutas, flores belas e perfumadas; borboletas cintilantes esvoaçavam por toda parte. O ideal da medicina preventiva tinha sido realizado. As doenças foram extintas. Não vi sinais de qualquer doença contagiosa durante a minha permanência ali. E irei lhes contar mais adiante como mesmo os processos de putrefação e decomposição tinham sido profundamente afetados por essas mudanças.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 55.

aspectos são marcas indeléveis do capitalismo do final do século XIX. É nesse sentido que ele entende estar diante de um “paraíso social”⁷⁵.

Porém, não há apenas aspectos positivos nas especulações iniciais do “Viajante no Tempo”. Ele acredita que o triunfo categórico da “vontade humana” teria, simultaneamente, levado ao rompimento do fio condutor do progresso contínuo.

Em uma alusão ao darwinismo social, a personagem afirma que, por um lado, o medo das ameaças e a necessidade de suplantá-las teriam resultado em uma seleção dos indivíduos e na perpetuação daqueles mais aptos, inteligentes e robustos. Ao mesmo tempo, teria se formado um lento e complexo “processo civilizador”, onde múltiplas paixões foram reprimidas de forma contínua, o que tornou factível a vida em comunidade e a constituição de sociedades progressivamente mais sofisticadas⁷⁶. Por outro lado, a conquista total das necessidades humanas, a extinção das ameaças à perpetuação da vida dos indivíduos e dos grupos, a superação das lutas e das classes sociais, o fim da violência e das guerras entre

⁷⁵ “Também tinham se conquistado triunfos na área da organização social. Porque eu via a humanidade abrigada em construções esplêndidas, vestida com exuberância, e até então não os vira envolvidos em nenhum trabalho que requeresse esforço. Não havia sinais de lutas sociais ou econômicas. As lojas, a propaganda, o tráfego, todo o comércio que constitui a parte mais visível do nosso mundo, tudo isso desaparecera. Era natural que, naquele crepúsculo dourado, eu tivesse a impressão de um paraíso social.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 55-56.

⁷⁶ “Mas com essa mudança de condições vem, inevitavelmente, a necessidade de adaptação às novas condições produzidas pelas mudanças. Qual é, a menos que nossa ciência biológica seja uma montanha de erros, a causa da inteligência e do vigor da raça humana? Uma vida livre enfrentando condições adversas, condições nas quais os indivíduos ativos, fortes e sagazes sobrevivem, e os fracos são condenados; condições que premiam a capacidade dos homens para o esforço conjunto e solidário, além do autocontrole, da paciência, da capacidade de decidir. E a instituição da família, e as emoções que ali são geradas, o ciúme, a ternura pelos filhos, a devoção dos pais, tudo isso é justificado e explicado pela presença de perigos que ameaçam os mais jovens. E agora, onde estão esses perigos? Há um sentimento crescente, e que irá crescer ainda mais, contra o crime conjugal, contra a dedicação exclusiva à maternidade, contra as paixões de qualquer espécie; coisas desnecessárias agora e que nos deixam desconfortáveis. São resíduos da vida primitiva e se tornam dissonantes na vida refinada e agradável de hoje.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 56.

povos, nações e Estados e a total capitulação da Natureza ao controle do homem teriam, finalmente, conduzido a uma “entropia” civilizacional⁷⁷.

Eis que, a partir do desaparecimento da máquina do tempo, a história toma um rumo repentinamente inesperado, o que leva o protagonista ao desespero. A possibilidade de se ver preso àquele mundo lhe causa um grande temor. Ele então percebe que sua máquina foi arrastada para dentro de uma estátua, próxima ao seu lugar de chegada. Ao descobrir túneis que conduzem aos subterrâneos e adentrá-los, o “Viajante no Tempo” descobre outro tipo de habitante daquele mundo, criaturas pálidas de aspecto simiesco chamadas de Morlocks, sem que existam referências sobre a origem do nome, à semelhança dos Elóis.

É interessante enfatizar que, se no protagonista afloram várias emoções positivas pelos Elóis, em relação aos Morlocks, os sentimentos são, em sua maioria, de repulsa e de medo. Em algumas passagens, refere-se a essas criaturas como seres “malignos”, “pragas albinas” de “natureza repugnante”.

Rapidamente, sua mente aguçada de cientista formula algumas hipóteses de natureza biológica e sociológica, que merecem ser analisadas de maneira exitosa. É menos importante a veracidade de suas hipóteses do que a construção intelectual que realiza, nesse momento, entre os dois “mundos”, o do futuro e de seu próprio tempo.

Em primeiro lugar, o protagonista conclui que as duas criaturas são descendentes dos seres humanos. Ele pressupõe que o contínuo esgarçamento social entre o “Capitalista” e o “Operário” poderia fornecer uma chave de leitura para as alterações ocorridas ao longo daquelas centenas de milhares de anos. Uma intensificação do uso do subsolo para atividades

⁷⁷ “Sob essas novas condições ideais de conforto e segurança, aquela energia inquieta que entre nós se converte em força acabava se transformando em fraqueza. Mesmo em nossa própria época certas tendências e desejos, que em algum momento foram necessários à nossa sobrevivência, tornam-se uma fonte constante de fracassos. A coragem física e o amor pela guerra, por exemplo, não servem de muita coisa – podem até trazer graves prejuízos – ao homem civilizado. E num estado de perfeito equilíbrio das condições físicas e da segurança, o poder intelectual, assim como a força física, estaria sem função. Calculei que há anos sem conta tinha deixado de existir ali qualquer risco de guerra ou de violência pessoal, qualquer perigo de ataques de animais selvagens, nenhuma doença grave a requerer uma constituição forte, nenhuma necessidade de trabalhos braçais. Para uma vida assim, os fracos eram tão capacitados quanto os fortes e nem podiam mais ser chamados de fracos. Eram até mais bem-capacitados, pois os fortes seriam perturbados por uma energia para a qual não havia uso. Não havia dúvida de que a beleza peculiar dos edifícios que eu via era o resultado dos derradeiros impulsos dessa energia na humanidade, energia agora desnecessária, depois que ela repousava numa harmonia perfeita com as condições ambientes: o último florescer do triunfo resultou na paz definitiva. Tem sido sempre esse o destino da energia humana em condições de perfeita segurança: derivar para arte e o erotismo, e depois para a languidez e a decadência. Mesmo o impulso da arte não duraria para sempre e estava quase extinto naquele Tempo de que fui testemunha. Adornar-se com flores, dançar, cantar à luz do sol: era tudo o que tinha sobrado do espírito artístico. E mesmo isso estava condenado a desaparecer, no fim, dando lugar a uma complacente inatividade. Mantemo-nos sempre afiados quando somos submetidos ao esmeril da dor e da necessidade, e agora me parecia que esse mecanismo fatídico tinha finalmente sido despedaçado!”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 57-58.

mais precárias e degradantes em relação àquelas desenvolvidas na superfície teria condenado a indústria, com suas fábricas e trabalhadores, a não mais usufruir da luz do sol⁷⁸.

Ele também identifica nos detentores da riqueza, os abastados do seu tempo, uma disposição ao isolamento, mantendo-se distante dos demais, especialmente, dos pobres, dos trabalhadores. Eles perpetuariam uma estrutura econômica de dominação em que a progressão social se tornaria, no limite, impossível. Nessa sociedade de castas, os pobres de nascimento estariam destinados a permanecer pobres e explorados. Ao viverem nos subsolos, sem acesso à superfície terrestre, não seriam sequer vistos pelos ricos. Ao longo de diversas gerações, por meio de um processo contínuo de violência e coerção, os trabalhadores sofreriam mudanças comportamentais e até fisiológicas, chegando mesmo a se afeiçoar à servidão subterrânea⁷⁹.

O protagonista expressa desilusão mais uma vez, pois sua expectativa em relação ao futuro distante era de harmonia e prosperidade plenas, frutos das conquistas da razão e da ciência. Ao contrário, do seu ponto de vista, a exacerbação do capitalismo industrial teria

⁷⁸ “Primeiro, tomando como base os problemas de nossa própria época, pareceu-me claro como a luz do dia era o aumento gradual da distância social, meramente circunstancial, que existe entre o Capitalista e o Operário. Sem dúvida, isso parecerá grotesco a vocês – e extremamente improvável! – e ainda assim hoje mesmo, em nossa época, existem aspectos que confirmam esse fato. Existe uma tendência a utilizar o subsolo para os aspectos menos ornamentais de nossa civilização: existe o Sistema Metropolitano em Londres, por exemplo, com as novas ferrovias elétricas, os trens subterrâneos, os escritórios e restaurantes alojados no subsolo, e eles não param de se multiplicar. Evidentemente, pensei, essa tendência se acentuou de tal forma que a indústria perdeu seu direito de existência ao ar livre. Ou seja, ela teve que ir mais e mais fundo, em fábricas subterrâneas cada vez maiores, num ambiente, em que os trabalhadores eram forçados a passar cada vez mais tempo, até que, no fim... Mesmo hoje, um operário do East End não vive em condições tão artificiais que se vê praticamente sem direito a acesso à superfície natural da terra?”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 77-78.

⁷⁹ “Por outro lado, a tendência manifestada pelos ricos por uma vida cada vez mais exclusivista – devida, sem dúvida, ao refinamento crescente de sua educação, e ao alargamento do golfo entre eles e a violência rude dos mais pobres – faz com que porções consideráveis da superfície da terra estejam sendo isoladas em seu benefício. Nos arredores de Londres, por exemplo, talvez metade das mais belas zonas campestres tenha o acesso proibido a intrusos. E esse mesmo distanciamento – devido à duração e ao custo elevado da educação superior, e às crescentes oportunidades e tentações para hábitos dispendiosos por parte dos ricos – fará com que o contato entre as classes e a ascensão social através do casamento, que no presente têm retardado a estratificação social da nossa espécie, sejam cada vez menos frequentes. E assim, teremos no final, habitando a superfície, os Ricos, vivendo uma existência em busca de prazeres, conforto e beleza; e no subsolo os Pobres, os Trabalhadores, que se adaptam cada vez mais às condições do seu trabalho. Uma vez enclausurados ali, eles teriam que pagar impostos, que não seriam poucos, para manter a ventilação de suas cavernas; se se recusassem, morreriam de fome ou seriam sufocados até o pagamento dos débitos. Os que tivessem inclinação para o desespero e a rebeldia acabariam morrendo; e, no fim, seria alcançado um equilíbrio permanente, com os sobreviventes tornando-se tão bem adaptados às condições de vida subterrânea, e tão satisfeitos com ela, quanto os indivíduos do Mundo Superior estariam a sua. Aos meus olhos, a beleza refinada de uns e a palidez doentia dos outros era uma consequência natural desse processo.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 78-79.

levado a humanidade à ruína civilizatória, ao desaparecimento do gênio e da capacidade criadora e ao fim da ideia de permanente progresso humano⁸⁰.

A fim de recuperar sua máquina, o protagonista se aventura pelos subterrâneos, munido de sua inteligência e de apenas alguns fósforos. Ele encontra os Morlocks em um ambiente “abafado e opressivo”, aparentemente tomado por máquinas gigantescas, sem que consiga perceber detalhes sobre elas ou suas funções. Ao encontrar esse grupo, o protagonista descobre que os Morlocks são carnívoros e, horrorizado, acredita que os Elóis haviam se tornado o seu alimento. Em outras palavras, crê no retorno de práticas canibais⁸¹. Após um caótico confronto com os Morlocks, que sentem um enorme pavor da luz e do fogo, o protagonista retorna à superfície. Assustado com o que considera ser um inimigo, o mesmo que lhe roubara a máquina do tempo, ele então elabora uma segunda hipótese interpretativa.

Corrigindo suas primeiras impressões, o protagonista entende que, se os Elóis tinham se convertido em uma classe dominante, uma “aristocracia privilegiada” nas suas palavras, e subjugado os Morlocks, isso teria acontecido muito antes daquele período. Naquela época futura, eles tinham se tornado criaturas decadentes, destituídas de genialidade, incapazes de dominar os Morlocks. Esses não reivindicavam seu “lugar ao sol”, pois há muito tempo tinham se adaptado aos subterrâneos. Aparentemente, ainda serviam às necessidades dos Elóis, mas apenas para que esses continuassem existindo de forma a lhes servir de alimento. Nesse sentido, quem de fato ocupava o topo da “hierarquia social” e, por que não dizer, da “cadeia alimentar”, seriam os descendentes dos trabalhadores pobres e não dos capitalistas ricos.

⁸⁰ “O grande triunfo da humanidade com que eu havia sonhado tomou assim uma conformação diferente em minhas ideias. Não fora o triunfo da educação moral e da cooperação entre todos que eu imaginara. Em vez disso, o que eu via era uma verdadeira aristocracia, munida de ciências avançadas e aperfeiçoando até sua conclusão lógica o sistema industrial de hoje. Seu triunfo não tinha sido apenas sobre a Natureza, mas sobre a Natureza e sobre os seus próprios semelhantes. Esta, devo adverti-los, foi a teoria que formulei naquele momento. Eu não dispunha de um providencial cicerone, como ocorre em geral nos romances de Utopia. Minha explicação pode estar completamente equivocada, embora eu ainda ache que é a mais plausível. Mas, mesmo nessas condições, o equilíbrio alcançado pela civilização já deveria há muito tempo ter deixado para trás o seu ponto mais alto e rumava agora para a decadência. A segurança excessiva em que viviam os habitantes do Mundo Superior os conduzira a um lento processo de degeneração, fazendo com que diminuíssem em tamanho, em força e em inteligência.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 79.

⁸¹ “Era óbvio que a certa altura do passado distante, durante a decadência da espécie humana, a comida dos Morlocks tinha escasseado. Talvez eles se alimentassem de ratos e outros animais inferiores. Mesmo hoje o homem é menos exigente e seletivo com sua alimentação do que já foi um dia; menos ainda do que um macaco. Seu preconceito contra a carne humana não é um instinto profundamente arraigado. E quanto àqueles descendentes do homem, tão inumanos... Tentei encarar as coisas com espírito científico. Afinal de contas, eles eram menos humanos e mais remotos do que nossos ancestrais antropófagos de três ou quatro mil anos atrás. E a inteligência que poderia ter visto nesse estado de coisas um tormento tinha desaparecido. Por que motivo eu deveria me atormentar? Os Elóis não passavam de um gado de engorda, que os Morlocks, como se fossem formigas, preservavam e devoravam, além de provavelmente administrar sua reprodução.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2010, p. 95-96.

Próximo ao final do livro, utilizando de muita astúcia, inteligência e uma boa dose de violência, o “Viajante no Tempo” enfrenta os Morlocks, consegue recuperar sua máquina e viajar novamente para outras épocas, milhões de anos distantes no futuro. Nesse futuro ainda mais longínquo, ele testemunha uma Terra moribunda e um sistema solar agonizante, sem qualquer vestígio de seres humanos e vida inteligente, ainda que não se arrisque à exploração devido ao impacto da experiência anterior. Decide então retornar a sua própria época, quando reencontra seus amigos e narra suas estranhas aventuras. No trecho final, equipa-se com uma máquina fotográfica e outros apetrechos que considera essenciais para sua sobrevivência, decidido a viajar no tempo novamente e a trazer evidências. Então ele parte em sua máquina, sem fornecer qualquer pista sobre o seu paradeiro.

Por fim, é possível resumir que Wells lançou mão da distopia futurista para tratar de temas e questões relacionados ao seu tempo histórico e às suas próprias idiossincrasias. Contudo, ao longo de sua imensa literatura ficcional, não abriu mão de abordá-los no ambiente contemporâneo, o que de certa forma tornava suas histórias ainda mais tensas e assustadoras. Esse é o caso do romance apresentado e discutido a seguir, *O homem invisível*, em que se destaca o uso indiscriminado e moralmente questionável da ciência em prol de objetivos egoísticos.

2.2. O “poder” da ciência e a “ciência” do poder– *O homem invisível* (1897)

No romance de 1897, Wells descreve a tragédia de Griffith, um cientista inglês que, por meio de uma utilização inovadora da química e da física, consegue se tornar invisível. À semelhança de *A máquina do tempo*, são o intelecto humano e o uso da ciência que permitem a realização de algo até então considerado impossível, diferentemente de outras histórias em que fatores externos e fantásticos, ou seja, não passíveis de controle pelo homem, possibilitam tal concretização.

Griffith acredita, antes mesmo de realizar sua experiência, que a invisibilidade será capaz de lhe fornecer inúmeros benefícios. A ideia sedutora se associa à fantasia de ser dono de uma liberdade extraordinária, um livre-arbítrio irrestrito, juntamente com o domínio sobre outros homens e a certeza da impunidade, longe dos olhos da lei e da justiça. Contudo, após realizar a experiência em si mesmo, Griffith percebe rapidamente que a invisibilidade lhe traz sérios problemas e que o poder almejado é ilusório.

Assim, para não ser denunciado, com frequência ele se desloca completamente nu, o que, numa Inglaterra fria e úmida, lhe acarreta gripes sucessivas e um enorme desconforto

físico. Pelo temperamento difícil e arrogante, falha em estabelecer relações amistosas com outras pessoas, o que lhe frustra a possibilidade de reconhecimento como uma pessoa *sui generis*, um gênio. Ao contrário, torna-se um pária perante aqueles que não compreendem o que lhes é diferente, sendo caçado implacavelmente.

Entendendo que a invisibilidade deve ser um instrumento de poder para estabelecer relações desiguais, Griffith aceita sua condição marginal e imagina estabelecer um “reino de terror” sobre as aldeias que atravessa. Ao obrigar um homem a ajudá-lo, confia a ele os livros que guardam sua fórmula e seu método secretos, mas esses livros acabam sendo perdidos. Busca a ajuda de um antigo amigo e colega de ciências, mas este decide traí-lo ao saber das cruéis intenções de Griffith, chamando as autoridades. No colérico confronto final, Griffith é morto e, aos poucos, torna-se novamente visível.

São perceptíveis na história de Wells diversos motes que levam o leitor à reflexão, indo além da simples e trivial distração. O invento sem precedentes do “homem-invisível” não é apenas incompreendido pelos outros, mas também pelo próprio inventor, ao percebê-lo somente como um meio de dominação para fins pessoais e egoísticos. No lugar dos louros do reconhecimento, obtém a desconfiança, o medo e o repúdio de todos.

Desde o início da história, Griffith busca incansavelmente um antídoto para a sua condição invisível, não obtendo nenhum sucesso ou mesmo um mínimo avanço, o que lhe gera grande angústia e frustração. Sua própria vida é o “preço” pago para se tornar visível novamente. Creio que não é absurdo associar essa alegoria fantástica aos “usos e abusos” indiscriminados da ciência, sem regras ou mediações, cujas consequências podem ser catastróficas não apenas àqueles que a manipulam, mas a todos os demais, em especial, aos incautos e inocentes.

Finalmente, não é dispensável que, ao longo do livro, seja revelado que Griffith é albino. Sendo assim, era uma exceção antes mesmo de adquirir a invisibilidade, um “Outro”, diferente e, portanto, de difícil compreensão e aceitação pelas pessoas comuns e até mesmo por seus pares cientistas⁸². Por um lado, tais dificuldades alimentam o desejo de exclusão e, no limite, de extermínio. Por outro lado, Griffith percebe a si mesmo como alguém dotado de capacidades extraordinárias, talvez antes mesmo de adquirir a invisibilidade. Portanto, vê-se como “superior” aos demais, o que lhe permitiria submetê-los a sua vontade.

Se as diversas alegorias que relacionam poder, dominação e alteridade surgem de forma mais sutil nessa história de Wells, o mesmo não se pode afirmar a respeito de outro

⁸² Cf. PY, Fernando. Prefácio. In: WELLS, H. G. *O homem invisível*. Tradução de Elsa Martins. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1989.

romance do autor, publicado no ano anterior, marcadamente brutal e “selvagem”. A inversão cronológica, feita por mim, foi proposital com o intuito de preparar o leitor. Essa obra foi examinada em detalhes a seguir.

2.3. Estado, natureza e o “estado de natureza” – *A ilha do Dr. Moreau* (1896)

Se *A máquina do tempo* e *O homem invisível* podem ser considerados exemplos de romances científicos “puros”, o escritor Bráulio Tavares entende que *A ilha do Dr. Moreau*, de 1896, concilia esse gênero com outro extremamente popular na literatura inglesa da época, os romances de aventuras, passados nos recônditos mais distantes e exóticos⁸³. Essas histórias extraordinárias e bastante estimulantes contribuíram para formar uma atmosfera literária de impressionante repercussão ao final do século XIX. Entre os escritores mais conhecidos, havia Robert Louis Stevenson, com *A ilha do tesouro*, de 1882, e H. Rider Haggard, com *As minas do rei Salomão*, de 1885.

Ao pensar nas vibrantes jornadas feitas para terras e mares inexplorados, o contato com as mais peculiares populações, os perigos enfrentados e vencidos com coragem, como não relacionar esse clima excitante com a expansão imperialista e colonial europeia? Mas é precisamente nesse aspecto que o livro de Wells se distingue. À semelhança de *O coração das trevas*, de 1899, do escritor Joseph Conrad, ambos se aproximam do lado aterrador e cruel desse processo histórico. Porém, diferentemente da novela extremamente realista de Conrad, o livro de Wells narra aos seus leitores uma metáfora.

A história pode ser compreendida como o encontro fatal entre ingleses, “civilizados”, e os “Outros”, “primitivos”. O experimento messiânico civilizatório dos ingleses se degenera, resultando em uma luta feroz que, no fim, leva à desumanização de todos. Tavares lembra que o livro foi recebido de forma muito controversa em seu lançamento, por ter sido entendido como uma parábola perversa da sociedade daquela época, conforme noticiou o jornal inglês *The Guardian* em junho de 1896: “*seu propósito parece ser parodiar a obra do Criador da raça humana, e enxergar de maneira negativa as relações de Deus com as suas criaturas*”. Entretanto, essas são apenas algumas das inúmeras possibilidades interpretativas, ao se levar em conta a complexidade narrativa da sua trama.

A história é narrada por um homem chamado Edward Prendick. A introdução, “escrita” por seu sobrinho, Charles, enfatiza o aspecto bizarro da história do tio, que, após ser

⁸³ Cf. TAVARES, Bráulio. Prefácio. In: WELLS, H. G. *A ilha do Dr. Moreau*. Tradução de Bráulio Tavares. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

salvo e descrever sua experiência, foi considerado ensandecido, fruto de um forte abalo físico e psicológico. Tal introdução confere um tom de veracidade ao relato fantástico que se segue. É através de seu olhar que conhecemos a estranha história.

Claramente, percebe-se um narrador muito debilitado física e mentalmente, capaz de interpretações equivocadas e decisões exasperadas. Assim, ao se defrontar com as bizarras criaturas e os experimentos do Dr. Moreau, o senhor da ilha a qual ele chega após ser resgatado, Prendick inicialmente acredita que o cientista está metamorfoseando humanos em animais. Posteriormente, o próprio Moreau lhe explica os detalhes de suas experiências.

Não se trata, portanto, de um narrador isento e imparcial. Em diversos momentos, Prendick emite juízos de valor e chega a adotar um comportamento autoritário e intimidador no trato com as criaturas, à semelhança de Moreau e seu ajudante, Montgomery, revelando contradições e conflitos internos, o que amplifica a dramaticidade da história. Como não pensar nos conquistadores ingleses e europeus e na forma como lidaram com os povos nativos da África e da Ásia em sua ânsia imperialista?

Para Tavares, Moreau é um caso de personagem que contribuiu para formar um tipo clássico não apenas nesse gênero literário, mas também em filmes, povoando de maneira significativa o imaginário popular: o “cientista louco”. Esse tipo vago de personagem engloba tanto os realmente enlouquecidos quanto aqueles homens de ciência ousados, sem escrúpulos, que não aceitam os limites impostos pelas regras humanas. Entre eles, encontram-se o Capitão Nemo de Jules Verne, o Victor Frankenstein de Mary Shelley, o Dr. Jekyll de Roberto Louis Stevenson e o citado “homem-invisível” Griffith do próprio Wells. Contudo, diferentemente de personagens atormentados, que oscilam entre motivações dignas e desejos destrutivos, o Dr. Moreau de Wells parece movido simplesmente pela curiosidade científica.

Ao explicar suas motivações ao protagonista, ele afirma que *“queria – e não queria mais nada, além disto – encontrar o limite extremo da plasticidade de uma forma viva”*. Deve-se notar que Moreau não se vê como um homem cruel. Porém, Prendick enxerga em Moreau uma insensibilidade desumana e não vê qualquer objetivo prático ou nobre nas experiências. As mutilações e enxertos em animais vivos, que lhes causam uma imensa dor, carecem de um propósito maior. Moreau os transforma em algo que não é humano nem

animal. Em seguida, quando se sente frustrado pelos resultados obtidos, ele os abandona à própria sorte⁸⁴.

Segundo Tavares, a ideia de plasticidade existente no livro havia sido tratada antes por Wells em um artigo de 1895, intitulado “*The limits of individual plasticity*”, publicado no periódico semanal londrino *Saturday Review*. Nesse artigo, Wells afirma que um ser vivo é dotado de tamanha plasticidade que pode ser alterado de tal forma a restar apenas uma centelha de suas características originais. Para Jorge Luís Borges, em seu texto “O primeiro Wells”, citado anteriormente, esse atributo está presente nas obras do escritor inglês. Assim, sua perenidade se deve a “uma infinita e plástica ambiguidade”, com múltiplas possibilidades interpretativas, que não são estanques e que se mesclam sucessivamente.

Retornando ao livro, observa-se que Prendick procura saber mais sobre a vida das criaturas, também chamadas de “Povo Animal”, preocupado com a sua própria integridade e sentindo “algo muito pior do que um medo específico”. O assistente de Moreau, Montgomery, então lhe explica que havia uma relativa segurança devido às limitações mentais das criaturas, apesar de sua inteligência ter sido artificialmente incrementada. Além disso, através do uso de hipnotismo e do aprendizado forçado e repetitivo, Moreau havia incutido regras rígidas em suas mentes, estabelecendo limites que não deveriam ser contestados sob a pena de rigorosa punição, como retornar à “Casa da Dor”, o lugar onde Moreau realizava seus experimentos. Esse conjunto de proibições ao comportamento instintivo animal, impregnadas nos animais-homens, era chamado de “a Lei” e lembra, em especial, as crenças e os rituais religiosos e políticos. Contudo, é enganoso acreditar que tais regras fossem obedecidas a ferro e fogo. As criaturas tendiam a reverter para sua condição bestial, sobretudo durante a noite. Se elas repetiam exaustivamente “a Lei”, essas criaturas também encontravam formas de burlá-la. Nesse sentido, ficam evidenciadas as limitações do discurso científico e o equívoco em acreditar em sua infalibilidade.

Eis que, de súbito, uma das experiências ainda não finalizada de Moreau se liberta, dando início a uma grande caçada pela ilha. Após uma furiosa perseguição na qual todos são envolvidos, o desfecho é trágico: a morte de Moreau e o inevitável rompimento do oscilante e

⁸⁴ “Pobres brutos! Comecei a perceber os aspectos mais sórdidos da crueldade de Moreau. Eu não tinha parado para pensar, até então, no sofrimento e nos problemas daquelas pobres vítimas, depois que eram liberadas das mãos de Moreau. Sentira apenas um calafrio ao pensei nos seus dias de tormento no interior do cercado. Agora, isso me parecia o menor dos males. Antes eles eram simples animais, com instintos plenamente adaptados ao ambiente em que viviam, e felizes à maneira de qualquer ser vivo. Agora, cambaleavam presos aos grilhões da humanidade, viviam prisioneiros de um terror incessante, desgastados por uma Lei que eram incapazes de compreender; sua existência pseudo-humana começava em tortura, transcorria numa luta interminável com eles mesmos, sempre sob a ameaça de Moreau – e para quê? Era a natureza caprichosa de todo o processo que me revoltava.”. WELLS, H. G. A ilha do Dr. Moreau. Tradução de Braulio Tavares. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 125.

frágil equilíbrio existente. Pouco tempo depois, Montgomery desaba emocionalmente, torna-se descuidado e termina sendo morto por uma das criaturas, deixando Pendrick a sós com as animais-homens. Com muito esforço, o protagonista consegue sobreviver durante vários dias, aproveitando-se de sua astúcia e inteligência superior de forma a diminuir sua vulnerabilidade diante do ambiente inóspito e mortífero. Progressivamente, as criaturas perdem seus traços e características humanas e se tornam animais e selvagens. Então, num certo dia, por um golpe de sorte, um pequeno veleiro chega até a ilha, com seus dois tripulantes mortos. Sua aproximação é suficiente para que Pendrick consiga alcançá-lo e se lançar ao mar, fugindo finalmente da ilha.

Permito-me especular que não é absurdo imaginar a ilha, com suas relações sociais instavelmente domadas por Moreau, como uma alegoria de um Estado autoritário, governado por um tirano. Uma primeira analogia poderia ser feita ao Estado hobbesiano. Entretanto, na ilha pavorosa de Wells, não há a formação de um “pacto social”, mas a imposição de regras que não são plenamente compreendidas e que geram desconfiança e rebeldia daqueles que são subjugados. Além disso, não deve ser desprezado que algumas utopias, ao serem idealizadas, foram localizadas espacialmente em ilhas. Porém Wells inverte essa associação. Um lugar que vulgarmente seria concebido como paradisíaco se torna um pesadelo letal. Assim, não deixa de ser uma metáfora a respeito dos limites e das consequências funestas de um regime tirânico e egoístico.

Por fim, após ser resgatado por um navio, Pendrick retorna a Londres e à civilização, cerca de um ano depois do naufrágio a que havia sobrevivido. Contudo, o próprio Pendrick havia se transformado. Ele passa a ver os animais-homens em cada pessoa que cruza o seu caminho, como se a selvageria mortal pudesse brotar repentinamente. Ele então abandona Londres e passa a viver quase isolado, no campo. As pessoas e as multidões lhe causam um horror insuportável. Na parte final, afirma passar as noites estudando astronomia, ressaltando sentir segurança e paz interior nesses momentos de “contemplação dos céus estrelados”.

Não deixa de ser um comentário no mínimo curioso. Em muito pouco tempo, Wells brindava seus leitores com uma história de terror ainda mais angustiante, em que os algozes da humanidade eram provenientes não do mundo conhecido, mas do “espaço sideral”.

2.4. O inimigo desumanizado e o extermínio do “Outro” – *A guerra dos mundos* (1897)

Em 1897, ano do segundo jubileu vitoriano e de espantosa exaltação inglesa, feita pelos próprios ingleses, *A guerra dos mundos* é publicada em capítulos pela popular revista

Pearson, sendo lançada na forma de romance no ano seguinte. Na edição brasileira do livro, publicada em 2007, há um interessante prefácio do escritor inglês de “ficção científica” Brian Aldiss cujo trabalho foi fortemente influenciado pelos escritos de seu conterrâneo. Ele é um prestigioso membro da *H. G. Wells Society*, grupo formado por admiradores da obra de Wells.

Aldiss comenta que a população leitora na Inglaterra cresce nas últimas décadas do século XIX. Segundo informações fornecidas pelo parlamento britânico, a partir de 1870, um conjunto de atos legislativos com intuítos educacionais promoveu o ensino público elementar em escala nacional na Grã-Bretanha. Em 1880, um ato adicional tornou a presença escolar compulsória para crianças entre as idades de cinco e dez anos. Atos adicionais estenderam a educação elementar compulsória a outros grupos etários e sociais⁸⁵. De tal modo, iniciou-se um tempo em que o Estado inglês em definitivo tomava para si a responsabilidade de educar sua população. Nesse sentido, um público leitor em grande escala se formava para desfrutar as engenhosidades literárias de H. G. Wells.

Deve-se ressaltar também que, segundo Aldiss, as perturbações das guerras e das mudanças sociais já se encontravam presentes tanto na realidade quanto na ficção inglesa ao final dos oitocentos. Na segunda metade do século, até meados da década de 1890, os ingleses se envolveram em sucessivos conflitos: a Guerra da Criméia (1853-1856), a Guerra Anglo-Zulu (1879) e a Primeira Guerra dos Bôeres (1880-1881). Depois, sua participação direta se estende à Segunda Guerra dos Bôeres (1899-1902) e à Guerra dos Boxers (1900-1901).

Na literatura, Aldiss cita *The battle of Dorking* de George Chesney de 1871 que narra uma invasão germânica e sua vitória sobre uma Inglaterra desorganizada e incapacitada. Essa história, assim como outras cujo tema orbitava em torno da superioridade militar de uma nação sobre outra, gerou uma enorme repercussão à época, ao ponto de I. F. Clarke, em seu livro *Voices prophesying war 1763-1984*, afirmar que praticamente todos os anos entre 1871 e 1914 houve pelo menos uma história ficcional que abordasse guerras futuras envolvendo um país da Europa.

No caso de *A guerra dos mundos*, os algozes não são vizinhos europeus, mas seres oriundos de outro planeta, Marte. Wells começa o livro com um parágrafo que se tornou icônico na literatura de “ficção científica” do século XX. Nesse trecho, os homens são comparados a germes ou micróbios. Ao longo do livro, outras associações pouco nobres são feitas aos seres humanos. Esses são examinados de forma meticulosa, como se estivessem sob as lentes do microscópio de cientistas frios e distantes, cujas intenções comprometem o futuro

⁸⁵ *The 1870 Education Act*. Disponível em: < <http://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/livinglearning/school/overview/1870educationact/>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

da humanidade⁸⁶. Na apresentação, Wells lança as bases para o final inventivo, ainda que pessimista.

Aldiss lembra que o microscópio fora inventado em meados do século XVII. Ao contrário da luneta, já desenvolvida e utilizada por observadores dos céus, esse instrumento apontava para o mundo pequenino. Em uma gota d'água, foram percebidos seres invisíveis a olho nu, criaturas estranhas a que foram chamadas de “animáculos”. A água, mesmo aquela de aparência límpida e transparente, talvez o símbolo maior de pureza, guardava em si esses seres estranhos.

Tendo frequentado os laboratórios de biologia da *Normal School of Science* e sido aluno de Thomas Huxley, conforme informado anteriormente, Wells estava familiarizado com o mundo microscópico. Reflexos desse conhecimento já eram perceptíveis no pequeno conto *The stolen bacillus*, escrito juntamente com outras histórias entre os anos de 1893 e 1895, em que Wells descreve, através do relato do personagem bacteriologista, a mortalidade do germe da cólera, roubado por um anarquista para fins de terrorismo⁸⁷.

A meu ver, outro aspecto, mais profundo, também deve ser ressaltado. A passagem citada pode ser compreendida como uma alegoria, em que se encontra implícito o paradigma cartesiano do homem que se torna “amo e senhor da natureza”, relacionado a um anseio por entendê-la de forma sistemática e, no limite, controlá-la. Para Pablo Dávalos, no interior do pensamento moderno, encontra-se uma concepção da natureza como algo externo à história humana. Ainda que trate de um objeto distinto daquele que eu investigo na presente pesquisa, esse autor afirma que não há neutralidade na razão e na ciência moderna, pois se relacionam a

⁸⁶ “Ninguém teria acreditado, nos últimos anos do século XIX, que este mundo era atenta e minuciosamente observado por inteligências superiores à do homem e, no entanto, igualmente mortais; que, enquanto os homens se ocupavam de seus vários interesses, eram examinados e estudados, talvez com o mesmo zelo com que alguém munido de um microscópio examina as efêmeras criaturas que fervilham e se multiplicam numa gota d'água. Com infinito comodismo, os homens iam de um lado para outro do globo, cuidando de seus pequenos afazeres, na serena segurança de seu próprio sobre a matéria. É possível que os infusórios sob o microscópio façam o mesmo. Ninguém cogitava que os planetas mais antigos do espaço pudessem ser fontes de perigo para a humanidade ou, se pensava-se neles, era apenas para descartar, como impossível e improvável, a ideia de vida nesses mundos. É curioso relembrar alguns dos hábitos mentais desses tempos distantes. No máximo, os terráqueos fantasiavam que poderia haver outros homens em Marte, talvez inferiores a si próprios e dispostos a acolher uma expedição missionária. No entanto, através do golfo do espaço, mentes que em relação à nossa são como a nossa em relação às dos animais que perecem, intelectos vastos, frios e insensíveis, lançavam sobre este planeta olhos invejosos e, lenta e inexoravelmente, traçavam planos contra nós. E, no início do século XX, veio a grande desilusão.”. WELLS, H. G. *A guerra dos mundos*. Tradução de Thelma Médici Nóbrega. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 31.

⁸⁷ ALDISS, Brian. Introdução. In: WELLS, H. G. *A guerra dos mundos*. Tradução de Thelma Médici Nóbrega. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 7-8.

um processo amplo de ordenação dos indivíduos e das sociedades, em que se inserem formas de controle e de legitimação e justificação desse controle sobre a natureza e o “Outro”⁸⁸.

Em *A guerra dos mundos*, a alegoria trágica ganha força na medida em que o “Outro” rapidamente se mostra superior com suas armas e apetrechos e não deseja estabelecer um contato amistoso, invertendo a posição dos ingleses, que à época assim se postavam frente às populações e terras conquistadas na África e na Ásia. A aparência dos marcianos descrita pelo protagonista, com sua pele brilhosa e seus olhos negros, enfatiza seus aspectos inumano e asqueroso, impedindo a empatia ou a identificação. Na primeira tentativa de diálogo, um grupo de pessoas é morto pelos marcianos através de um “raio de calor” que os incinera. Essa arma inigualável se torna um dos símbolos da superioridade bélica dos marcianos, assim como os veículos que as carregam, uma espécie de grande disco metálico que se ergue muito acima do solo através de finas pernas de metal. O conflito se inicia e o diálogo se torna impraticável, assim como a rendição.

O protagonista, um “filósofo experimental”, segundo sua própria identificação, cujo nome não é informado em nenhum momento, morador de uma pequena cidade na zona rural inglesa, constrói o seu relato com uma metódica e detalhada descrição dos acontecimentos. Seu discurso é repleto de comentários e indagações “científicas”. Logo no início, ele especula que, para os marcianos, os homens deviam ser seres inferiores, tais como os macacos são para os humanos, e acredita que a luta pela sobrevivência não seja algo restrito às criaturas terrestres. Além disso, enfatiza que, antes que se faça uma censura extremamente rigorosa aos marcianos, é preciso recordar o tratamento dado pelos europeus a animais e outros povos, a quem chama de “raças menores”, que acabaram por levar populações inteiras à morte violenta e à extinção. É nítida nessa passagem uma enérgica condenação do autor às práticas do imperialismo europeu em suas expedições e conquistas de territórios e populações⁸⁹.

⁸⁸ Cf. DÁVALOS, Pablo. *Movimiento indígena ecuatoriano: construcción política y epistémico*. In: MATO, Daniel (org.). *Cultura, política y sociedad. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 337-339. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

⁸⁹ “E nós, homens, habitantes da terra, devemos ser para eles no mínimo tão exóticos e inferiores como macacos e lêmures o são para nós. O intelecto humano já admite que a vida é uma incessante luta pela existência, e parece ser esta também a crença das mentes marcianas. Enquanto o planeta deles se resfria, o nosso ainda está repleto de vida, mas povoado apenas por seres que eles consideram animais inferiores. Travar a guerra num planeta mais próximo do Sol é, de fato, a única escapatória para a destruição que geração após geração os ameaça. Mas, antes de os julgarmos com muita severidade, lembremos a destruição cruel e completa que nossa própria espécie impôs não só a animais, como os extintos bisões e dodôs, mas a suas próprias raças menores. Os tasmanianos, apesar da aparência humana, foram inteiramente dizimados numa guerra de extermínio promovida por imigrantes europeus no espaço de cinquenta anos. Será que somos realmente esses apóstolos de tolerância, para nos queixarmos agora de que os marcianos nos combateram com a mesma mentalidade?”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 33.

Logo no início do livro, o protagonista acompanha no observatório astronômico os primeiros sinais da vinda dos marcianos de seu planeta até a sua chegada à Terra. Ele fica assustado ao vislumbrar o primeiro marciano e absolutamente aterrorizado ao presenciar as primeiras mortes pelo “raio de calor” dos alienígenas. Mas, ao voltar para sua casa e reencontrar sua esposa, sente-se levemente aliviado diante de seu jantar e de seu vinho, algo que lhe é familiar e confortável. Ele acredita que os marcianos talvez estivessem muito assustados ao encontrar vida inteligente. Observa então que, por um tempo “interminável”, aquele seria o seu último jantar “civilizado”.

O protagonista recorda que, entre os acontecimentos peculiares do dia seguinte, aquele que considera o mais curioso de todos foi o prosseguimento da vida cotidiana, “dos hábitos corriqueiros de nossa ordem social”. Apesar de alguns fatos terem sido mencionados e discutidos, não houve naquele momento um grande alvoroço por parte da grande maioria das pessoas. Nas palavras do protagonista, “certamente não causou a sensação que um ultimato à Alemanha teria provocado”. Concordo com Aldiss que esse trecho transmite verossimilhança à história de Wells, pois se trata de uma referência crível à tensão entre as principais potências europeias ao final do século XIX.

Um segundo cilindro aterrissa, seguido de outros. A destruição se espalha pela área rural inglesa. Aliás, as máquinas marcianas contrastam com o campo inglês e sua quietude. Em diversos momentos, o protagonista se salva da morte iminente por um golpe de sorte ou por que as máquinas talvez percebessem os homens como esses perceberiam o “desespero de formigas”. Mas é importante ressaltar que nem sempre é assim. Os militares demoram a agir, mas, quando o fazem, provocam uma terrível reação dos marcianos. Suas máquinas disparam a uma grande distância uma espécie de pó negro que leva à morte todos os homens atingidos por ele, inutilizando assim os esforços da artilharia inglesa. Trata-se de uma morte “limpa”, sem sangue, ferimentos ou mutilações. É uma óbvia referência do autor ao que posteriormente se tornará um dos grandes flagelos da Primeira Guerra Mundial, o gás venenoso. Aliás, deve-se comentar que, à época, ainda não havia clareza sobre a incrível capacidade bélica e de destruição humana e material das potências que estava prestes a emergir⁹⁰.

Em meio à guerra entre ingleses e marcianos, o protagonista encontra um padre. Concordo com Aldiss de que o padre de Wells expressa o desalento da chamada “religião

⁹⁰ “É um livro repleto de destruição. No entanto, a destruição estava na moda. A população inglesa ainda não tinha na boca o gosto da ruína. Os eduardianos eram filhos de um século que ainda não atingira sua terrível maturidade. Nesse espírito D. H. Lawrence exclama: “Três vivas para o homem que inventou o gás venenoso” e “Que todas as escolas fechem agora mesmo”, enquanto T. S. Eliot lamenta a disseminação da educação, que “baixa nossos padrões, destrói nossos antigos edifícios...”. ALDISS, Brian. *Op. cit.*, 2007, p. 12.

institucionalizada”, incapaz de fornecer qualquer esperança diante dos alienígenas. O padre não é apenas uma figura execrável, covarde e egoísta. Em diversos momentos, o protagonista se vê obrigado a confrontá-lo, pois suas ações ameaçam a segurança de ambos. Quando ocorre sua morte fatídica, tanto o protagonista quanto os leitores não são capazes de sentir qualquer simpatia ou piedade pelo padre.

Em certo ponto da história, Wells informa que o protagonista tem um irmão que mora em Londres. Dessa forma, a narrativa se desloca do campo para a grande capital inglesa. Progressivamente, a calma cede à ansiedade, ao pânico e à desordem. Em primeiro lugar, convergem para Londres diversas pessoas em fuga, oriundas do campo. Então, chegam também os marcianos, abalando a tradicional ordem inglesa. Ocorre uma rápida dissolução do tecido social e o caos se instala na população. Na distopia de Wells, não é absurdo que a civilização, na forma do Estado, das leis, das instituições e do “pacto social”, se mostre, no fundo, demasiadamente frágil. Como uma pequena jangada, acaba por sucumbir diante de uma forte tempestade⁹¹.

Deve-se enfatizar que Wells demora muitos capítulos para fornecer minúcias sobre as características biológicas dos marcianos. Nesse sentido, é importante considerar que o olhar do autor sobre a vida alienígena é fortemente influenciado pela teoria da evolução de Charles Darwin. Na segunda metade do século XIX, as ideias de Darwin causaram um profundo impacto intelectual, não apenas na ciência biológica, mas em outros campos do conhecimento. Não é absurdo dizer que seus desdobramentos se estendem até os dias atuais. Através de seu protagonista, mais precisamente no “Capítulo 2” do “Livro 2”, Wells lança um conjunto de descrições e comentários curiosos sobre a anatomia dos alienígenas.

Percebe-se que o relato do protagonista, a partir de observações feitas enquanto se encontrava confinado nos fundos de uma casa em ruínas, é uma mescla de seu próprio testemunho, referências “científicas”, não apenas suas, mas também de outros, e uma boa dose de especulação, seguindo um estilo “jornalístico” de descrição factual. Nota-se também

⁹¹ “Já vimos como foi a formidável onda de medo que varreu a maior cidade do mundo no alvorecer da segunda-feira – o fluxo de pessoas em fuga tornando-se rapidamente uma torrente, desaguando num furioso tumulto ao redor das estações de trem, amontoando-se em terrível disputa ao redor da frota do Tâmsa e fugindo por todos os canais disponíveis nas direções norte e leste. Às dez horas a organização policial e ao meio-dia até mesmo as organizações ferroviárias perdiam a coerência, a forma e a eficiência – esgarçavam-se, amoleciam, até enfim juntarem-se à veloz liquefação do organismo social. [...] Todas as linhas ferroviárias ao norte do Tâmsa e o pessoal da linha Sudeste, na rua Cannon, haviam sido alertados à meia-noite do domingo, e trens enchiam-se de passageiros. Lutou-se brutalmente por um lugar de pé nos vagões até as duas horas; às três, pessoas eram pisoteadas e esmagadas até na rua Bishopsgate, a cerca de duzentos metros da estação da rua Liverpool; alguns davam tiros, outros, facadas, e os policiais que haviam sido enviados para orientar o trânsito, exaustos e enfurecidos, quebravam a cabeça dos cidadãos que tinham como dever proteger.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 135.

que variadas temporalidades se intercalam nessa descrição. O protagonista frequentemente avança no tempo em relação ao instante de observação de forma a complementar seu relato com informações que teriam sido descobertas *a posteriori*. A seguir, alguns trechos desse relato merecem ser examinados com cuidado.

A frase de abertura do protagonista expressa seu enorme distanciamento em relação aos marcianos: “Via agora que eram as criaturas mais extraterrenas que se podia conceber”⁹². Ao longo de três páginas, a personagem principal descreve os pormenores exóticos daquelas criaturas. Cabe ressaltar a simplicidade fisiológica, deduzida a partir de comparações feitas à anatomia humana. Destaca-se também uma observação acerca da proeminência do cérebro sobre os demais órgãos⁹³.

Em seguida, o protagonista relata e comenta sobre o sistema digestivo alienígena ou, melhor dizendo, a ausência dele. Nesse ponto, ele enfatiza que as criaturas se alimentavam de sangue, sendo preferencialmente humano, transferindo-o diretamente para o sistema circulatório delas. Ao presenciar esse processo de alimentação, deixa claro o asco e o horror que algo assim lhe causa⁹⁴. Apesar disso, subseqüentemente, faz uma ponderação ao imaginar como “nossos hábitos carnívoros pareceriam repugnantes a um coelho inteligente”⁹⁵.

Indo além, o protagonista pondera a respeito dos aspectos vantajosos da anatomia digestiva dos alienígenas e a forma de alimentação correlacionada, articulando os benefícios

⁹² Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 170.

⁹³ “Tinham enormes corpos arredondados – ou melhor, cabeças – com cerca de um metro de diâmetro e um rosto na frente. O rosto não tinha narinas – de fato, parece que os marcianos não possuíam qualquer olfato – mas apresentava um par de olhos muito grandes e escuros, e logo abaixo uma espécie de bico carnudo. Atrás dessa cabeça ou corpo – não sei bem como classificar – ficava a única e estreita superfície timpânica, anatomicamente um ouvido, embora deva ter sido quase inútil em nossa atmosfera mais densa. Ao redor da boca brotavam 16 tentáculos finos quase como chicotes, divididos em dois grupos de oito de cada lado. Esses grupos depois foram apropriadamente classificados pelo destacado anatomista, professor Howes, como *mãos*. Quando eu os vi pela primeira vez, os marcianos pareciam tentar elevar-se sobre essas mãos, o que era impossível devido a seu peso maior nas condições terrestres. Há razões para supor que em Marte eles se deslocavam sobre elas com facilidade. Sua anatomia interna, como dissecações depois mostraram, era quase igualmente simples. A maior parte da estrutura era composta pelo cérebro, de onde enormes nervos se estendiam para os olhos, ouvido e os tentáculos táteis. Depois vinham os volumosos pulmões, na altura dos quais estava a boca, e o coração e seus vasos sanguíneos. A tensão pulmonar causada pela atmosfera mais densa e a maior atração gravitacional era evidenciada pelos movimentos convulsivos da pele. E isso totalizava os órgãos marcianos.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 170.

⁹⁴ “Por mais estranho que pareça aos seres humanos, todo o complexo aparato digestivo, que constitui boa parte de nosso organismo, não existia nos marcianos. Eles eram cabeças – meramente cabeças. Não possuíam entranhas, Não comiam, e muito menos digeriam. Em vez disso, extraíam o sangue fresco de outras criaturas e *injetavam-no* em suas próprias veias. Eu mesmo os vi fazendo isso, como mencionarei no momento oportuno. Mas, ao risco de parecer melindroso, não consigo forçar-me a descrever o que não suportava sequer assistir. Digamos que apenas que o sangue obtido de um animal ainda vivo, na maioria dos casos um ser humano, era transferido diretamente, por meio de uma pequena pipeta, no canal do receptor...”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 172-173.

⁹⁵ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 173.

que entende existir com a ausência de perturbações físicas e emocionais⁹⁶. As vantagens de ordem emocional seriam potencializadas pelo fato dos marcianos serem criaturas assexuadas, que se reproduzem tal como certos animais terrestres “inferiores”⁹⁷. Além disso, segundo o protagonista, os marcianos não tinham a necessidade de repouso como os seres humanos e pareciam agir e trabalhar contínua e incansavelmente. Ele chega inclusive a compará-los a formigas⁹⁸.

Essas reflexões acabam por gerar uma predição surpreendente e deveras inquietante, feita pelo protagonista em seguida. Ele cita um escritor conhecido por suas “especulações quase científicas”, mas cujo nome não é mencionado. Em suas antecipações, tal escritor havia dito que, biologicamente, os homens do futuro seriam semelhantes aos marcianos⁹⁹. Ao descrever a especulação do escritor, o próprio protagonista afirma, após haver longamente impregnado seus leitores de enorme ojeriza, que considera tal hipótese razoável e aceitável¹⁰⁰.

⁹⁶ “As vantagens fisiológicas da injeção são inegáveis, se pensarmos no tremendo desperdício de tempo e energia humanos causados pelo ato de comer e pelo processo digestivo. Metade de nosso organismo é composto de glândulas, tubos e órgãos cuja função é transformar alimentos heterogêneos em sangue. Os processos digestivos e sua reação sobre o sistema nervoso minam nossa energia e influenciam nossa mente. Os homens ficam felizes ou infelizes dependendo da saúde do fígado ou das glândulas gástricas. Mas os marcianos estavam acima de todas essas flutuações orgânicas de humores e emoções.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 173.

⁹⁷ “Além disso, por mais incrível que pareça a nós, seres sexuados, os marcianos eram totalmente desprovidos de sexo, e portanto das emoções turbulentas suscitadas por essa condição humana. Hoje não restam mais dúvidas de que um jovem marciano nasceu na Terra durante a guerra; foi encontrado preso a seu progenitor, em parte britando dele tal como brotam os bulbos de lírio, ou como o fazem os pólipos de água doce. Nos seres humanos e em todos s animais terrestres superiores tal método de procriação se extinguiu, mas mesmo na Terra certamente foi o método primitivo. Entre os animais inferiores e até entre os primeiros parentes dos animais vertebrados, os tunicados, os dois processos coexistem, mas o método sexual acabou suplantando o concorrente. No entanto, em Marte parece que o contrário sucedera.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 174.

⁹⁸ “O organismo deles não dormia, assim como o coração do homem não dorme. Como não tinham um extenso mecanismo muscular para recuperar, desconheciam esse apagamento periódico. Pareciam desconhecer a fadiga. Na Terra, nunca se moviam sem esforço; no entanto, até o final eles se mantiveram em ação. Trabalhavam 24 horas por dia, como talvez seja o caso das formigas em nosso planeta.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 174.

⁹⁹ “Vale a pena notar que um certo escritor dado a especulações quase científicas, escrevendo muito antes da invasão marciana, previu que a estrutura final do homem não seria muito diferente da apresentada pelos marcianos. Lembro que sua profecia apareceu em novembro ou dezembro de 1893 numa publicação há muito extinta, a *Pull Mall Budget*, e lembro de uma caricatura baseada nela num periódico pré-marciano chamado *Punch*. Ele observou em tom leve e brincalhão que dispositivos mecânicos mais perfeitos acabariam por substituir os membros humanos, que artificios químicos mais eficientes suplantariam a digestão, que elementos como cabelos, nariz, dentes, orelhas e queixo não eram mais partes essenciais do ser humano, e que no futuro a seleção natural trataria de reduzi-los cada vez mais. Apenas o cérebro continuaria uma necessidade cardinal. Somente outra parte do corpo tinha um bom argumento para sobreviver – a mão, “mestre e agente do cérebro”. Enquanto o resto do corpo definharia, as mãos aumentariam.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 174-175.

¹⁰⁰ “Muitas verdades são escritas como brincadeira, e no caso dos marcianos não restam dúvidas de que a inteligência superou o lado animal do organismo. Para mim é perfeitamente plausível que os marcianos tenham descendido de seres parecidos com os humanos, pelo gradual desenvolvimento do cérebro e das mãos (que teriam sido a origem dos dois grupos de tentáculos delicados) à custa do restante do corpo. Sem o corpo, o cérebro tornar-se-ia uma simples inteligência egoísta, sem nada do substrato emocional do ser humano.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 175.

Em um trecho posterior, ele chega a afirmar que “nós, homens [...] estamos apenas no começo da evolução que os marcianos já conquistaram”¹⁰¹.

Por fim, uma peculiaridade desse relato que merece ser enfatizada diz respeito às vulnerabilidades dos marcianos. Antecipando o espantoso desfecho da história, o protagonista considera que ou os marcianos haviam extinguido os germes e micro-organismos causadores de inúmeras enfermidades e moléstias, cujos equivalentes na Terra foram responsáveis por ceifar milhões de vida humanas ao longo de milhares de anos, ou então tais criaturas, invisíveis a olho nu, jamais haviam habitado o planeta Marte¹⁰².

Indo ao encontro dessa tese evolutiva, outro aspecto mostrado no livro diz respeito à flagrante superioridade bélica dos marcianos sobre os ingleses. Em vários trechos, são descritos detalhadamente os confrontos entre o exército e a marinha inglesas e os marcianos com suas estranhas e mortais máquinas de guerra. Ainda que os militares ingleses consigam infligir perdas aos marcianos, é notável a letalidade dos ataques alienígenas, causando uma quantidade absurdamente superior de destruição e morte da população humana.

Alguns dos momentos mais dramáticos da história se referem ao uso de um tipo de gás venenoso pelos marcianos¹⁰³, responsável por levar centenas de civis e militares ingleses à morte repentina, sem que haja qualquer possibilidade de resistência ou retaliação. Em outra passagem de grande tensão, narra-se a destruição de um enorme navio de guerra inglês, um

¹⁰¹ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 177.

¹⁰² “O último aspecto notável em que o organismo dessas criaturas diferia do nosso poderia ser considerado trivial. Os microorganismos que causam tantas doenças e sofrimentos na Terra nunca existiram em Marte, ou a ciência sanitária dos marcianos os eliminou há muito tempo. As centenas de doenças – febres e males contagiosos, tuberculoses, cânceres e, tumores – que atormentam a humanidade nunca fizeram parte da vida marciana.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 175.

¹⁰³ “Tudo subitamente ficou muito calmo. Ao longe, a sudeste, demarcando o silêncio, ouvimos os marcianos uivando uns para os outros, e em seguida o ar voltou a vibrar com o estampido distante de suas armas. A artilharia terráquea, no entanto, não respondeu. Na hora não entendemos o que acontecia, mas depois vim a saber o que eram aqueles sinistros *kopjes* (denominação sul-africana para um tipo de colina pequena e achatada) que se formaram à hora do crepúsculo. Cada marciano, posicionado no grande semicírculo que descrevi, havia lançado pelo tubo que segurava uma imensa lata sobre qualquer monte, matagal ou grupo de casas que pudesse servir de abrigo para canhões. Alguns dispararam apenas uma dessas latas; outros, duas – no caso do marciano que víamos. O marciano que estava em Ripley disparou nada menos que cinco de uma vez. Essas latas, em vez de explodir, rompiam-se ao atingir o chão, liberando imediatamente uma enorme quantidade de um gás pesado e escuro que subia formando uma imensa nuvem negra, uma montanha gasosa que baixava e se espalhava lentamente pela região ao redor. E o toque daquele vapor, a inalação de suas pungentes emanções, era a morte para todos os alentos.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 129-130.

poderoso torpedeiro encouraçado, no enfrentamento de máquinas de guerra alienígenas, em meio a uma fuga desesperada pelo mar de dezenas de barcos repletos de pessoas¹⁰⁴.

No final do romance, os “abomináveis” marcianos são derrotados e o desfecho poderia ser esperançoso e repleto de alegria. Contudo, como lembra Aldiss de maneira perspicaz, é preciso constatar que o capítulo anterior ao “Epílogo” é chamado de “Devastação”, em que Londres e diversas cidades inglesas estão destruídas, cheia de pessoas moribundas traumatizadas pela guerra. Passaram-se apenas quatro semanas desde a chegada do primeiro cilindro alienígena, mas a visão de mundo inglesa, baseada na crença no progresso e na evolução da humanidade, havia se alterado significativamente. Um exemplo disso se encontra no comentário ambíguo do protagonista nas últimas páginas, mas no qual o pessimismo se sobressai ao final¹⁰⁵. Esse pessimismo é compreensível. Os humanos não são os grandes vitoriosos. São apenas sobreviventes, salvos pela baixa imunidade dos marcianos aos micro-organismos e germes terrestres. Em vários aspectos, os humanos são comparativamente inferiores aos marcianos. Trata-se, portanto, de uma instigante metáfora para a condição frágil da civilização ocidental e seus pressupostos modernos progressistas.

A título de comentário final, sem absolutamente esgotar a análise da obra, é possível pensar a respeito de uma passagem, citada por Aldiss, escrita por Mary Shelley na introdução a sua inesquecível obra *Frankenstein ou O Prometeu moderno*¹⁰⁶, publicada em 1818, e então fazer algumas digressões a respeito da proximidade do que transcorre ao longo dos “romances científicos” e as vivências de seus autores. Não é raro que suas particularidades e segredos sejam desvelados em suas histórias, ainda que fantasiosas.

Assim, em *A guerra dos mundos*, quando o protagonista e o padre ficam retidos na cozinha e na área de serviço de uma casa arruinada, é rapidamente perceptível que se trata de

¹⁰⁴ “O *Thunder Child* continuava vivo; ao que parecia, o mecanismo de direção estava intacto, e os motores funcionavam. Ele partiu direto para cima do segundo marciano, e estava a cem metros dele quando o Raio de Calor entrou em ação. E então, com um choque violento, um clarão ofuscante, seu convés e chaminés voaram para o alto. O marciano titubeou com a violência da explosão e, no momento seguinte, os escombros em chamas do encouraçado, ainda avançando com o ímpeto da investida, atingiram-no e derrubaram-nos como se fosse feito de papelão.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 157.

¹⁰⁵ “É impossível exagerar o alargamento dos horizontes humanos que resultou dessa provação. Antes da queda do cilindro, a crença geral era de que em toda a amplidão do espaço não existia vida além da superfície de nossa pequena esfera. Agora sabemos mais. Se os marcianos podem chegar a Vênus, não há razão para supor que a humanidade não consiga o mesmo feito e, quando o lento resfriamento do Sol tornar a Terra inabitável, como há de acontecer, pode ser que o fio da vida que começou aqui já tenha estendido sua teia até o planeta vizinho. Uma visão vaga e maravilhosa se formou em minha mente, da vida, se espalhando lentamente desta pequena sementeira do sistema solar para a vastidão inanimada do espaço sideral. Mas é um sonho remoto. Por outro lado, pode ser que a destruição dos marcianos tenha sido apenas um adiamento da sentença. Talvez a eles, e não a nós, o futuro esteja reservado.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 2007, p. 235.

¹⁰⁶ “A invenção, devemos humildemente admitir, consiste em criar não a partir do nada, mas a partir do caos; em primeiro lugar os materiais precisam ser angariados: ela pode moldar substâncias misteriosas e informes, mas não pode produzir a própria substância.”. SHELLEY, Mary *apud* ALDISS, Brian. *Op. cit.*, 2007, p. 16.

um “beco sem saída”. É plausível fazer um paralelo com a área de serviço da casa em que a mãe de Wells trabalhou duramente por anos a fio. As lembranças dessa vida espartana o perseguiram ao longo de sua vida.

De acordo com Aldiss, “Wells sabia que a sujeira tem significado político”¹⁰⁷. Um excelente exemplo disso é a eugenia e sua força expansiva como teoria “científica” e ideologia simultaneamente ao final do século XIX. No romance de Wells, a cozinha também remete a outro significado, peculiar. Se esse é o lugar onde a comida é preparada, os marcianos haviam viajado até outro planeta para se alimentar.

Um dos primeiros empregos de Wells foi em uma loja de tecido, ocupação que não lhe agradou nem um pouco. Alguns traços dessa vida aparecem em um de seus romances posteriores, intitulado *História do Sr. Polly*, de 1910, refletindo igualmente o desejo de muitos homens jovens de escapar da vida árdua e pesada dos trabalhos das lojas de tecidos. Nota-se que os marcianos de Wells são infatigáveis, segundo o protagonista, trabalhando incessantemente, sem qualquer descanso ou lazer. Não deixa de ser uma ideia pavorosa acreditar que, na irremediável evolução da espécie humana, o trabalho se tornará ininterrupto, sem espaço para o lúdico e o afloramento das emoções. Se o alimento para o corpo ainda será uma necessidade, o alimento da alma deixará de existir.

Se, em *A guerra dos mundos*, Wells especula uma vez mais sobre os riscos de uma humanidade futura desprovida de paixões, em um romance posterior, contudo, o autor propõe uma metáfora otimista, em que razão e paixão convivem em harmonia. Curiosamente, retomando o olhar e um desejo íntimo de paz do protagonista de *A ilha do Dr. Moreau*, o “cosmo” se converte em lugar de esperança e não na origem do flagelo humano. Uma ideia intrínseca à obra se converteria posteriormente em um dos principais objetivos reformadores de Wells: a formação de um único Estado, “universal e cosmopolita”, abarcando toda a Terra e toda a humanidade.

2.5. Estado “universal e cosmopolita”: a utopia mundial – *Uma utopia moderna* (1905)

¹⁰⁷Cf. ALDISS, Brian. *Op. cit.*, 2007, p. 19.

Existem diversas obras¹⁰⁸ cujos temas tratam de “utopias”. Ainda que sejam muito diferentes entre si, elas têm em comum o ideal de perfeição das sociedades que descrevem e a riqueza de detalhes na descrição dessas sociedades. Mas, para que se possa elucubrar e fazer algumas digressões sobre elementos relacionados às “utopias” da era moderna e sua ligação com o tempo e a história, de forma a propor interpretações para os escritos de Wells, não é possível deixar de destacar uma obra utópica em especial: *Uma utopia moderna*¹⁰⁹, do próprio H. G. Wells, publicada primeiramente em 1905.

Em síntese, a história se passa em outro planeta, uma duplicata da Terra, onde seus habitantes são idênticos aos terráqueos, mas com diferentes hábitos, ideias, conhecimentos e funções, vivendo em uma sociedade perfeita. Dois homens da Terra, o narrador e um amigo, botânico, viajam até esse mundo paralelo e argumentam sobre seus méritos e defeitos. Ao longo da obra, há frequentes comparações com outras “utopias” literárias. A peculiaridade fica por conta da dimensão utópica: não mais uma ilha ou um lugar distante, mas a “Terra” inteira. Assim, Wells concebe sua primeira versão literária de um Estado, ao mesmo tempo, “mundial e universal”.

A partir de uma breve investigação, nota-se que a palavra “universal” e algumas de suas variações, como “universalmente” e “universalismo”, aparecem em um total de 47 vezes ao longo da obra. Quanto a “Estado Mundial”, essa expressão contabiliza aproximadamente 35 aparições. Mas os dois casos não se igualam à “utopia” e “utópico”, adjetivo utilizado para qualificar tudo que é relacionado ao planeta imaginário. Se “utopia moderna” aparece em um total de 198 vezes, apenas “utopia” ou “utópico” são utilizados cerca de 680 vezes.

Nesse outro mundo, os problemas característicos das sociedades humanas foram solucionados. As vidas dos habitantes são saudáveis e felizes, suas necessidades são atendidas plenamente. A ciência permite que as pessoas se libertem do trabalho e vivam em segurança. A economia é organizada pelo Estado. A produtividade é estimulada e existe fartura, sem que haja ganância e egoísmo. Homens e mulheres possuem a mesma liberdade e o discurso racial é considerado cruel e ignorante.

A base dessa sociedade utópica é a convicção de que o mundo pode ser conhecido e controlado, que a razão e a ciência são capazes de trazer grandes benefícios à humanidade.

¹⁰⁸ Ferrater Mora menciona, entre as mais conhecidas obras “utópicas”, *A República* de Platão, *Sobre a melhor condição do Estado e sobre a Nova Ilha de Utopia*, de Thomas Morus (1480-1535), *Cidade do sol* de Campanella, *Nova Atlântida* de Francis Bacon (1561-1626), *Théorie de l'unité universelle* de Charles Fourier (1772-1837), *Viagem a Icária*, de Étienne Cabet (1788-1856), *Notícias de lugar algum* e *Paraíso terrestre* de William Morris (1834-1896) e, por fim, *Uma utopia moderna* de H. G. Wells (1866-1946). Cf. MORA, J. Ferrater. *Op. cit.*, p. 2961.

¹⁰⁹ WELLS, H. G. *A modern utopia*. Pensilvânia: *The Pennsylvania State University*, 2004. Disponível em: <http://www.hubertlerch.com/pdf/Wells_A_Modern_Utopia.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2015.

Entretanto, não há plena igualdade nem democracia nesse mundo, pois há um grupo social que governa o planeta. Conhecido como “Samurai”, esse grupo é formado por pessoas que levam uma vida ascética, dedicadas ao progresso da ciência e da tecnologia¹¹⁰.

Vincent Brome ressalta, na biografia de Wells, que *Uma utopia moderna* obteve enorme aceitação entre jovens universitários, especialmente pela ideia de liberação sexual que havia na obra. Entre as críticas recebidas, merece ênfase a noção de que a “Verdade” não é construída pelo pensamento racional crítico, mas por uma fé repartida por todos¹¹¹.

Mas o que pensar a respeito dos riscos das paixões exacerbadas e egoísticas? Em uma história posterior, Wells mostra que as consequências não se encontram em outro lugar, nem estão localizadas no futuro, mas estão “em nossa porta” e são imediatas. Sem abandonar a alegoria e o sonho de um “novo mundo”, Wells inverte a direção: encontra-se no “universo” não mais o *locus* privilegiado da utopia, mas a fonte da mutação, o intermédio providencial de uma “grande mudança”.

2.6. O sonho utópico e o suposto fim das paixões – *Os dias do cometa* (1906)

Retornando alguns anos no tempo, em 1902, Wells publica o livro *Previsões*. Trata-se de um conjunto de ensaios de pretensões premonitórias. Nesse mesmo ano, em seu discurso na *Royal Institution*, conhecido como *A descoberta do futuro*, Wells propõe a existência de modos de pensar divergentes, especialmente, pontos de vista em relação ao tempo. Segundo o escritor inglês, há aqueles que pensam pouco ou não pensam acerca do futuro, sendo o tipo mais comum. Porém, ainda que em menor quantidade, existem os que pensam frequentemente no que está por vir e nos tempos atuais considerando o que pode resultar a partir do presente. Para Wells, é essa mentalidade que, finalmente, questiona e altera a ordem previamente definida.

Paulatinamente, Wells modifica sua trajetória. De forma cada vez mais atuante, no lugar de gerar mundos fantásticos, em que pese suas metáforas críticas neles presentes, o mundo real e a necessidade premente de sua transformação se tornam o seu objeto principal. Considerando tal observação, talvez se possa dizer que o romance *Os dias do cometa*, menos conhecido e afamado que os anteriores, esteja em uma espécie de “interseção” entre esses dois modos da carreira literária de Wells.

¹¹⁰ WELLS, H. G. *A modern utopia*. Pensilvânia: *The Pennsylvania State University*, 2004. Disponível em: <http://www.hubertlerch.com/pdf/Wells_A_Modern_Utopia.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2015.

¹¹¹ Cf. BROME, Vincent. *H. G. Wells: a biography*. Londres: Longmans, Green, 1951.

O livro *Os dias do cometa* foi publicado um ano após *Uma utopia moderna*, outro livro de grande sucesso e considerada por muitos a “utopia definitiva” na ficção. Se o Wells de *Uma utopia moderna* crê que os homens e seus confrontos podem ser apaziguados através do uso da ciência e de uma tecnocracia governante, talvez seja possível dizer que, apenas um ano depois, o próprio Wells parece não acreditar em uma alternativa utópica construída de forma espontânea pelos próprios homens.

No prólogo de *Os dias do cometa*, dois homens, um jovem e o outro mais velho, estão juntos na sala de uma torre muito alta. Não é possível identificar a época em que se encontram. Entretanto, pode-se supor que seu tempo presente está localizado em um período posterior a um evento chamado por eles de “Grande Mudança”. O homem mais velho escreve com certa alegria em folhas soltas. Trata-se de parte de uma obra manuscrita disposta em diversos fascículos. O objeto de sua escrita é exatamente a “Mudança”. Ao saber disso, o jovem inicia a leitura dos manuscritos desde o princípio. Nesse momento, o leitor passa a acompanhar a história lida pelo jovem, ou seja, a história dentro de outra história¹¹².

Percebe-se que essa segunda história é baseada nas memórias do homem mais velho. Para facilitar a compreensão, passei a designá-lo como “protagonista”. Ele se propõe a escrever sobre a “Grande Mudança” e como tal evento mudou sua vida e de algumas pessoas de sua intimidade. Segundo ele, resolveu escrever para se divertir. Contudo, no início de seu relato, não há quase sinais de alegria. Ao contrário, em diversos trechos, ele constrói um duro panorama dos problemas sociais, religiosos, políticos e econômicos daquele tempo, a primeira década do século XX.

O protagonista possui um melhor amigo, de nome Parload, jovem como ele à época, com apenas 22 anos. Compartilhavam um interesse pelo socialismo e pela dúvida religiosa. Mas, diferentemente do protagonista, desperta em Parload uma fascinação pela astronomia e, mais especificamente, um cometa, um corpo celeste proveniente do espaço exterior e que, aos poucos, se aproxima da Terra. Em meio a pensamentos diversos, no qual se misturam seu interesse amoroso por uma mulher jovem e a enorme aversão ao seu emprego e ao seu patrão, o protagonista afirma que a “Grande Mudança” trouxe novos ares e iniciou uma nova era, de paz e prosperidade para a humanidade. Em outras palavras, assiste-se à realização de uma “utopia”. Até então, a “realidade” do mundo era desesperadora, com breves e fugazes momentos de encanto. É perceptível a dor em suas palavras. Entretanto, curiosamente, pergunta a si mesmo se essa utopia não teria eliminado também prazeres e alegrias mais

¹¹² Cf. WELLS, H. G. *Os dias do cometa*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984. p. 6-8.

vigorosas ou se essa percepção se deve ao desânimo da idade mais avançada, afirmando ser impossível saber. Nesse sentido, essa “utopia” não significa plena satisfação da alma humana¹¹³.

O protagonista afirma ter sido criado pela mãe no seio de uma religião cristã. Porém, as dificuldades da pobreza, o trabalho detestável em uma olaria e seu baixo salário, aliados à paixão pelas ideias socialistas, o tornaram um jovem rebelde, irascível e questionador. Assim, ele denuncia uma visão de mundo ultrapassada, ao mesmo tempo em que revela um desprezo profundo pelos dogmas e valores religiosos, aprisionadores da sociedade, em oposição à ânsia de liberdade dos homens¹¹⁴.

Ao percorrer as ruas com seu amigo, o protagonista descreve o ambiente industrial insalubre e penoso da Inglaterra do início do século XX, com suas minas, fundições, fábricas e operários que trabalhavam por horas a fio¹¹⁵. Ainda que sua descrição das ruas mostre uma

¹¹³ “Devem entender – e cada ano isso se torna mais difícil – como o mundo era inteiramente diferente do que é hoje. Era um mundo negro; cheio de desordem, doenças e sofrimentos que se podia prevenir, de durezas e crueldades estúpidas e não premeditadas; mas ainda assim, talvez devido à própria escuridão geral, havia momentos de rara e evanescente beleza, que não parecem mais possíveis em minha experiência. A Grande Mudança veio para sempre, a felicidade e a beleza são o ar que respiramos, há paz na terra e boa vontade para todos os homens. Ninguém sonharia em retornar às agruras dos tempos passados, e, no entanto, a infelicidade era perfurada, a cortina cinza varada repetidas vezes por prazeres de uma intensidade, percepções de uma agudeza, que me parecem hoje inteiramente desaparecidos da vida. Pergunto-me se foi a Mudança que roubou os extremos da vida, ou se foi apenas a juventude que me deixou – até mesmo o vigor da meia-idade me abandona agora – levando seus desesperos e arrebatamentos, e deixando-me apenas a sensatez, talvez simpatia, lembranças? Não sei dizer. Seria preciso sermos jovens agora e termos sido jovens naquela época também, para solucionar esse impossível problema.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 17.

¹¹⁴ “Vocês devem entender que o mundo das ideias naquele tempo se achava na mais estranha condição, sufocado por fórmulas obsoletas e inadequadas, tortuoso como um labirinto, com macetes e adaptações secundários, supressões, convenções e subterfúgios. As coisas baixas imediatas estragavam a verdade nos lábios de todos. Eu fora educado por minha mãe numa fé esquisita, anacrônica e estreita em certas fórmulas religiosas, certas regras de conduta, certos conceitos sobre a ordem social e política, que não tinham mais relevância para as realidades e necessidades do cotidiano contemporâneo do que roupa de baixo branca guardada com lavanda em uma gaveta. [...] Assim vejo a coisa hoje, mas existe algo de impiedoso na ávida intensidade da juventude; e tendo a princípio levado tudo isso a sério, o inferno feroz e a vingança de Deus contra qualquer negligência, como se fossem tão reais como o ferro fundido de Bladden e a olaria de Rawdon, acabei jogando-os fora de minha mente com igual seriedade.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 18-19.

¹¹⁵ “Admito que, com o crepúsculo, descia um sortilégio de misteriosa magnificência sobre toda esta terra, pairando sobre ela até de madrugada. Velava horrível pobreza de seus detalhes, os barracos que eram lares, a erichada multidão de chaminés, os feios pedaços de involuntária vegetação entre as cercas improvisadas de aro de barril e arame. As ferruginosas cicatrizes que emolduravam os morros defronte, de onde se extraía o minério de ferro, e as nuas montanhas de escória dos altos fornos se escondiam; o mau cheiro, a fumaça fervente e a poeira da fundição, da olaria e dos fornos, eram transfigurados e assimilados pela noite. A atmosfera carregada de poeira, numa cinzenta opressão, durante o dia, tornava-se ao pôr-do-sol um mistério de cores profundas e translúcidas, verde e púrpura, vermelhos vívidos e sombrios, estranhas e luminosas claridades verdes e amarelas cruzando o céu que escurecia. Cada novo forno, quando seu monarca, o sol, se ia, coroava-se em chamas, os negros montes de cinza começavam a reluzir com trêmulas fogueiras, e cada olaria agachava-se rebelde num vulcânico diadema de luz. O império da época dividia-se em mil baronatos feudais de carvão.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 25-26.

grande transformação urbana, exemplificada pelas ferrovias e pela luz elétrica, é sem dúvida uma visão lúgubre, sombria e “infernai” do progresso¹¹⁶.

A fortuna e o bem-estar não estão ao alcance de todos, segundo o protagonista, mas apenas de uma pequena “casta”, que domina e explora os trabalhadores¹¹⁷. Suas observações, ainda que marcadas por certo radicalismo, apontam também para o lado rico e próspero do progresso, mostrando a lógica desigual do capitalismo e da ordem econômica e social vigente. É perceptível nesse trecho que, para ele, existe uma intrincada rede de relações sociais que articula a dominação, que não ocorre apenas do ponto de vista econômico. Ela se dá também por meio das leis e suas interpretações e, indo muito além, alcança o pensamento, as ideias, as crenças e os valores¹¹⁸. Dito de outra maneira, apropriando-me de um dos conceitos presentes em Karl Marx, um predomínio que é perpetuado através de uma “Superestrutura”¹¹⁹.

Chama a atenção na fala do protagonista que ele enxerga a si mesmo e ao seu amigo como aqueles tipos capazes de mudar substancialmente a realidade perversa. Há certo tom messiânico em seu olhar, alterado pelo conhecimento acerca do socialismo, que teria lhe trazido um esclarecimento ainda despercebido por grande parte dos operários e trabalhadores.

¹¹⁶ “As ruas menores por todo o vale se destacavam com lampiões de gás de um amarelo fraco, que se misturavam e iluminavam todas as principais praças e cruzamentos com a palidez esverdeada de mantos incandescentes e o alto brilho frio da luz elétrica. As ferrovias entrecruzadas erguiam luminosas tendas de sinalização em suas intersecções e estrelas sinalizadoras verdes e vermelhas em constelações retangulares. Os trens tornavam-se serpentes negras articuladas bafejando fogo.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 26.

¹¹⁷ “Ali, de um lado, numa amontoada escuridão, em volta das feias fábricas e locais de trabalho, os operários se arrebanhavam, mal vestidos, mal nutridos, mal educados, mal e dispendiosamente servidos em todas as ocasiões da vida, inseguros até mesmo de seu insuficiente meio de vida de um dia para o outro, as capelas e lugares públicos inchando em meio a seus lares desgraçados, como saprófitos em meio a uma corrupção geral; e do outro, com espaço, liberdade e dignidade, mal dando atenção às poucas cabanas, tão superlotadas quanto pitorescas, em que os trabalhadores apodreciam, viviam os donos da terra e senhores, que possuíam as olarias, as forjas, as fazendas e as minas. Remota, distante, bela, irrelevante, brotando do meio de um pequeno grupo de livrarias de segunda mão, residências eclesiásticas, tavernas e outros estabelecimentos de uma cidade mercantil em decadência, a catedral de Lowchester apontava uma bela e discreta espiral para os vagos e incríveis céus. Assim, parecia-nos que todo o mundo era planejado segundo aquelas primeiras impressões juvenis.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 26-27.

¹¹⁸ “Víamos tudo simples, como todos os jovens. Tínhamos nossas soluções iradas e confiantes, e quem quer que as criticasse era amigo de ladrões. Tratava-se de um caso claro de roubo, afirmávamos, visivelmente; ali naquelas grandes casas, emboscavam-se o Latifundiário e o Capitalista, com seu patife o Advogado e seu tapeador o Padre, e nós outros éramos as vítimas da deliberada vilania deles. Sem dúvidas eles piscavam o olho e davam risadinhas bebendo seus vinhos, em meio às suas deslumbrantes mulheres escandalosamente vestidas, e tramavam como triturar mais ainda os rostos dos pobres. E em meio a toda a esqualidez do outro lado, em meio às brutalidades, ignorâncias e embriaguezes, sofria multitudinariamente a inocente vítima deles, o Operário. E nós, quase ao primeiro olhar, descobríamos tudo isso, que tinha apenas de ser afirmado agora com suficiente retórica e veemência para mudar a face de todo o mundo. O Operário se levantaria – sob a forma de um Partido Trabalhista, e com homens como Parload e eu para representá-lo – e chegaria a si mesmo e, então? Então os ladrões receberiam o que mereciam, e tudo seria satisfatório.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 27.

¹¹⁹ “Superestrutura é uma categoria usada na tradição marxista para indicar as relações sociais, jurídicas, políticas, e as representações da consciência que complementam a estrutura ou base. Assim escreviam Marx e Engels em *Ideologia alemã*: “a organização sócia imediatamente criada pela produção e permuta [...] constitui, em todos os tempos, a base (*Basis*) do Estado e de qualquer outra Superestrutura (*Superstruktur*)””. Cf. GOZZI, Gustavo. Superestrutura. In: BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Op. cit.*, p. 1230-1232.

Tal esclarecimento seria capaz de transformar a ordem social a nível mundial. Mas também considera como uma opção viável o caminho da luta e do enfrentamento. Como uma espécie de herói mítico, compara seu inimigo, o capitalismo monopolista, à fantástica Hidra de Lerna, criatura da mitologia grega de múltiplas cabeças que, ao serem cortadas, se regeneravam¹²⁰.

Em seu discurso, um desabafo de um homem “angustiado e infeliz”, o protagonista convida os leitores, em especial aqueles que conhecem a “realidade” existente após a “Grande Mudança”, a um exercício de alteridade, caso acreditem que há um enorme exagero em suas palavras. Propõe que empaticamente se ponham no lugar do outro, operário ou trabalhador daquele tempo. Ao descrever de forma genérica a rotina desses homens, o protagonista procura mostrar aos leitores em parte o funcionamento do mecanismo de dominação que alia diversas formas de coerção física e mental, resultando em deterioração do corpo, deficiência de raciocínio e de cognição, além de submissão intelectual¹²¹. Curiosamente, ele afirma que a necessidade de tal exercício se deve a uma tendência de atenuação do passado, em geral, pelas novas gerações. Do meu ponto de vista, entendo ser uma observação pertinente para os riscos das construções míticas do passado e os usos equivocados, intencionais ou não, da história¹²². Cabe enfatizar, conforme abordado ao longo da pesquisa, que o conhecimento sobre a história adquiriu uma importância central para as ideias e os propósitos do autor, H. G. Wells.

¹²⁰ “A menos que minha memória me faça estranhos truques, isso não faz injustiça ao credo de pensamento e ação que Parload e eu defendíamos como resultado final da sabedoria humana. Acreditávamos ardentemente nisso, e rejeitávamos ardentemente a mais óbvia qualificação de sua dureza. Às vezes, em nossas grandes conversas, sentíamos-nos cheios de esperanças estonteantes para o triunfo próximo de nossas doutrinas, porém mais frequentemente nosso estado de espírito era de ardente ressentimento contra a maldade e estupidez que retardavam uma reconstrução tão clara e simples da ordem mundial. Então ficávamos malignos, e pensávamos em barricadas e violências significativas. Eu estava muito irado, reconheço, nessa noite de que falo agora; e o único rosto na hidra do Capitalismo e do Monopólio que consegui ver com alguma claridade sorria exatamente como o velho Rawdon sorria quando se recusara a dar-me mais que uns desprezíveis vinte xelins por semana.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 27-28.

¹²¹ “Acharão essas ideias de minha juventude coisa medíocre, tola e violenta; particularmente, se pertencem à nova geração, nascida após a Mudança, serão dessa opinião. Hoje todo mundo pensa com clareza, com deliberação, com felpudas certezas; vocês acham impossível imaginar como qualquer outro pensamento pode ter sido possível. Deixem-me dizer-lhes então como podem pôr-se em algo semelhante à nossa condição anterior. Em primeiro lugar, devem estragar a saúde bebendo e comendo insensatamente, e perder a forma esquecendo os exercícios; depois devem esforçar-se para ficar muito preocupados, muito ansiosos e desconfortáveis, e trabalhar duro quatro ou cinco dias, e por longas horas cada dia, em algo mesquinho demais para ser interessante, complexo demais para ser mecânico, e sem qualquer significado pessoal para vocês. Feito isso, entrem diretamente numa sala sem qualquer ventilação, e já viciada de ar impuro, e ali ponham-se a pensar num problema muito complicado. Em pouco tempo se verão em estado de confusão intelectual, aborrecidos, impacientes, agarrando o óbvio, e acabando por escolher e rejeitar conclusões ao acaso. Tentem jogar xadrez em tais condições, e jogarão estupidamente e perderão a paciência. Tentem fazer alguma coisa que exija esforço do cérebro ou paciência, e fracassarão.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 28-29.

¹²² “Sei que isso parece incrível, que alguns dos mais jovens já começavam a duvidar da grandeza da Mudança pela qual nosso mundo passou, mas leiam – leiam os jornais daquela época. Toda época abrande-se e enobrece-se em nosso espírito, à medida que recua no passado. Cabe àqueles que, como eu, têm histórias para contar sobre aquele tempo, fornecer, através de algum escrupuloso realismo espiritual, um antídoto para esse encanto.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 29.

São tempos que, segundo o protagonista, clamam pela revolução socialista. De uma maneira didática, explica que se trata de uma época em que a indústria inglesa perde boa parte de sua competitividade diante de concorrentes estrangeiros, dentro de seu próprio mercado¹²³. O resultado é o desemprego e a fome, amplificando os sentimentos de revolta e os brados pela revolução¹²⁴. Esta tinha grande apelo entre os jovens, resistentes em geral às condições de vida coercitivas, mas que corriam o risco de sucumbir, assim como ocorrera às gerações anteriores, que acabavam por se converter eles mesmos em adeptos da ordem dominante e atuando de forma a impedir transformações sociais, políticas e econômicas profundas¹²⁵.

Em certo momento, o protagonista se mostra irritado com o amigo. Apesar de ter-lhe apresentado as ideias socialistas, Parload parece possuir uma crença excessiva na ciência em fornecer “verdades”, diferentemente da sua visão sobre o socialismo, que considera, com certa depreciação, apenas “uma teoria”. Sem que um consiga convencer o outro de suas convicções, o protagonista chega a se imaginar em uma espécie de tribunal revolucionário, inspirado na Revolução Francesa, no qual puniria os traidores. Para ele, quaisquer outros conhecimentos e preocupações acabam por desviar a atenção do problema principal: a necessidade urgente de

¹²³ “[...] Os americanos andaram produzindo demais, e pretendem inundar os mercados. O comércio de ferro vai sofrer convulsões. [...] Tem havido empréstimos e especulações. Os senhores não se apegam mais a um único negócio, como faziam antes. Até aí eu posso dizer. Metade do vale pode estar “vadiando” antes de dois meses. [...] “Vadiar” era o nosso eufemismo local para quando não havia trabalho nem dinheiro para um homem, para as épocas de estagnação e terrível fome dia após dia. Tais interlúdios pareciam naquela época uma consequência necessária da organização industrial.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 31-32.

¹²⁴ “E quem liga? – eu disse – Que venham as encrencas... quanto mais, melhor. Este sistema tem de acabar, mais cedo ou mais tarde. Esses capitalistas, com suas especulações, seus interesses e fundos fazem as coisas irem de mal a pior. Por que deveria eu me encolher no escritório de Rawdon, como um cão assustado, enquanto a fome campeia pelas ruas? A fome é a senhora da revolução. Quando chegar, devemos sair e saudá-la. Eu, pelo menos, vou fazer isso agora.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 32.

¹²⁵ “Naquela época de confusão e obscuridade, as pessoas eram alcançadas pelas necessidades, o trabalho e as paixões ardentes antes de terem a oportunidade de mesmo um ano, mais ou menos, de pensamento claro; estabeleciam-se numa aplicação enérgica e intensa a algum dever parcial, mas imediato, e o pensamento parava de crescer nelas. Enveredavam por estreitos caminhos e se endureciam. Poucas mulheres continuavam capazes de novas ideias após os vinte e cinco anos, poucos homens após os trinta e um ou trinta e dois. O descontentamento com as condições existentes era encarado como imoral, sem dúvida uma chateação, e o único protesto contra elas, o único esforço contra a tendência universal em todas as instituições humanas para engrossar e obstruir, para trabalhar frouxa e pessimamente, vinha dos jovens – os rudes e impiedosos jovens. Isso parecia aos homens conscientes da época a dura lei da vida – submeter-nos aos mais velhos e sermos sufocados, ou ignora-los, desobedecer-lhes, pô-los de lado, e dar nosso pequeno passo de progresso antes de também ossificar-nos e nos tornarmos obstrutores por nossa vez.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 35-36.

alteração substantiva da ordem social. Essa passagem evidencia o clima de grande radicalismo existente naqueles dias¹²⁶.

Em outro trecho, o protagonista faz uma longa explanação sobre as razões do que chama de “desorganização econômica mundial”. Do seu ponto de vista, a crise que afetava diretamente os operários ingleses era o resultado de uma combinação de fatores: a ausência de um planejamento coordenado da produção, o uso de *dumping* por empresas estrangeiras, a fim de eliminar seus concorrentes, a ausência de leis de proteção aos operários, além de pura e simples desonestidade¹²⁷. Esses fatores em conjunto teriam causado superprodução e oferta excessiva, queda de preços e desemprego massivo de trabalhadores, aumentando enormemente a pobreza e acirrando as tensões sociais¹²⁸. Chama a atenção, nessa parte, o uso que o protagonista faz de palavras e expressões de forte intensidade dramática, como “coisas estúpidas”, “tacanhos”, “trapalhões”, “dementes”, entre outras, ao se referir aos capitalistas industriais e suas atitudes, o que mostra, uma vez mais, um ambiente social inglês extremamente explosivo.

¹²⁶ “Embarcamos numa daquelas estranhas discussões que os jovens iletrados sempre achavam excitantes. Ciência ou socialismo? Evidentemente, era como discutir o que é destro, canhoto ou gostar de cebolas, uma oposição inteiramente impossível. Mas o alcance de minha retórica possibilitou-me finalmente exasperar Parload, e o simples repúdio, por ele, de minhas conclusões já era o bastante para me exasperar, e terminamos num tom de decidida briga. [...] E fora Parload quem me introduzira no socialismo! Apóstata! Naquele tempo, as coisas mais extraordinárias me passavam pela cabeça. Confesso que minha mente andava persistentemente às voltas, nessa noite, com revoluções no melhor estilo da francesa, e eu participava de um Comitê de Segurança e julgava os apóstatas. Parload lá estava, entre os prisioneiros, apostatíssimo, consciente tarde demais do erro de suas maneiras. Tinha as mãos amarradas às costas, pronto para o matadouro; pela porta aberta, ouvia-se a voz da justiça, a rude justiça do povo. Eu sentia pena, mas tinha de cumprir meu dever. Se punimos aqueles que nos trairiam aos reis – eu dizia, com triste determinação –, quanto mais não devemos punir os que deixariam o Estado pela busca do conhecimento inútil? – E assim, como sombria satisfação, mandava-o para a guilhotina.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 40.

¹²⁷ “Aquele foi um ano ruim, um ano de desorganização econômica mundial. Graças à sua falta de orientação inteligente, o grande truste de siderúrgicas americanas, uma bando de donos de fornos enérgicos e tacanhos, fundira mais minério de ferro que a demanda de todo o mundo. (Naquele tempo, não havia meio de calcular qualquer necessidade desse tipo de antemão.) Tinham feito isso sem sequer consultar os fundidores de qualquer outro país. Durante esse período de atividade, haviam atraído a seus empregos um grande número de operários, e erguido uma imensa usina de produção. É indiscutivelmente justo que pessoas que fazem coisas estúpidas e precipitadas como essa sofram, mas que no tempo antigo era muito possível, era costumeiro, os verdadeiros trapalhões de tais desastres transferirem para outros quase todas as consequências de sua incapacidade. Ninguém achava errado que um demente “capitão da indústria”, que levara seus trabalhadores à superprodução, à manufatura desproporcional, digamos, como tampouco havia algo que impedisse a súbita e frenética venda abaixo dos preços de um rival, a fim de surpreendê-lo e destruir o seu negócio, ganhar os clientes para as próprias necessidades e transferir parte da própria punição para ele.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 42.

¹²⁸ “Ninguém enfrentava ou manobrava a verdade um tanto intrincada da questão. Todo o efeito na mente de um observador frio era o de um conjunto de tagarelices sem substância vagueando por uma série de cataclismos econômicos irracionais, os preços e empregos jogados de um lado para outro como torres num terremoto, e em meio às massas em jogo o operário comum prosseguia com sua vida o melhor que podia, sofrendo, perplexo, desorganizado e, com exceção de protestos violentos e inúteis, impotente. Não se pode esperar compreender hoje a infinita falta de ajuste da velha ordem. A certa altura, havia gente morrendo de fome, mesmo na Índia, enquanto outros queimavam trigo que não conseguiam vender na América. Isso soa como a história de um sonho particularmente mau, não é? Era um sonho, um sonho do qual ninguém na terra poderia esperar despertar.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 43.

O leitor toma ciência de que o protagonista tem um interesse amoroso, uma jovem mulher, de origem pobre como ele. Após uma série de desentendimentos, ele resolve terminar o relacionamento. Porém, pouco tempo depois, arrepende-se e decide procurá-la. Eis que descobre que ela não quer retomar o relacionamento e que está interessada em outro homem. Além disso, espanta-se ao desvendar que seu rival pertence a uma rica família aristocrática. Nessa passagem, o protagonista deixa claro seu ressentimento pelos detentores da riqueza e de propriedades, que vivem e enriquecem a partir da exploração do trabalho dos outros. Cita o que seria uma estreita relação da elite com a política. Adicionalmente, rejeita o que considera uma percepção que associa a posição social dessa elite a uma óbvia superioridade moral¹²⁹. Ao encontrar subitamente o rival, acusa-o de pertencer a uma classe de usurpadores de terras que outrora eram públicas¹³⁰.

Entre arroubos emocionais, o desejo de se vingar de alguma forma pela sua condição social e a busca por um revólver, o protagonista volta a descrever o ambiente das ruas em que circula. Nesse momento, percebe um clima de apreensão crescente com um confronto entre capitalistas industriais e trabalhadores¹³¹. Ao mesmo tempo, apresenta um novo personagem,

¹²⁹ “Todo o meu enorme ódio pela classe dele irrompera à vista daquelas roupas, e diante do fantasioso desafio daquelas palavras. Conhecia-o. Era Edward Verrall, filho do homem que era dono não só daquela grande propriedade, mas de mais da metade da olaria de Rawdon, e que tinha interesses e posses, minas de carvão e casas alugadas em todo o distrito das Quatro Cidades. Era um jovem valente, diziam as pessoas, e muito esperto. Apesar de tão jovem, falava-se que ia para o Parlamento; fora um grande sucesso na universidade, e estava sendo diligentemente popularizado entre nós. Recebia com leviana confiança, como algo que lhe era devido, vantagens que eu teria ido para o pelourinho para conseguir, e eu me julgava firmemente melhor que ele. Era, ali parado, uma figura concentrada de tudo que me enchia de amargor. Um dia, ele parara num carro na frente de nossa casa, e lembro-me da emoção da raiva com que notei a respeitosa admiração nos olhos de minha mãe quando o espiava por entre as cortinas.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 57.

¹³⁰ “– Eu passo por esse caminho se quiser – eu disse. – Está vendo? É um caminho público... do mesmo modo como esta terra era antes terra pública. Vocês roubaram a terra... você e os seus, e agora querem roubar o direito de passagem. Daqui a pouco, vão nos pedir que deixemos a face da terra. Eu não obedecerei. Está vendo?”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 58.

¹³¹ “O comum e saudável fluxo de pessoas que iam para o trabalho, gente que tratava de sua vida, estava gélido e contido. Grupos de homens ficavam parados nas ruas, em ajuntamentos e rodinhas, como os corpúsculos se juntam e grudam nos vasos sanguíneos nos estágios iniciais de uma inflamação. As mulheres pareciam desvairadas e preocupadas. Os operários das fundições tinham recusado a proposta de redução de seus salários e haviam-se iniciado as dispensas. Já estavam “vadiando”. O Conselho de Conciliação fazia o que podia para impedir um rompimento entre os mineiros de carvão e seus patrões, mas o jovem Lorde Redcar, o maior de nossos donas de minas de carvão e latifundiários de toda Swathinglea, e de metade de Clayton, assumia uma atitude firme que tornava esse rompimento inevitável.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 65.

Lorde Redcar, um aristocrata pertencente à elite inglesa que explora economicamente os pobres e os operários¹³².

Ao falar da casa alugada em que vivia com a sua mãe e de sua rotina, o protagonista explicita detalhes sobre o vasto mecanismo social de dominação. Segundo ele, inclui um profundo e arraigado esquema psicológico, particularmente presente nos mais velhos. Em outras palavras, trata-se da subjugação do pensamento e da visão de mundo. Além disso, ele aponta para uma complexa, hermética e onerosa “engrenagem legal”, que remete às leis e ao sistema jurídico inglês que privilegiam a elite em detrimento dos mais pobres¹³³.

¹³² “(Lorde Redcar) Era um jovem guapo, um jovem valente; seu orgulho revoltava-se à ideia de receber ordens de um “bando de mineiros agitadores”, e ele dizia que pretendia lutar contra isso. O mundo tratara-o suntuosamente desde seus primeiros anos; as ações no mercado comum de cinco mil pessoas tinham pago sua bela educação, e grandes, românticas e caras ambições enchiam-lhe a mente generosamente nutrida. Distinguiu-se inicialmente em Oxford devido à sua desdenhosa atitude para com a democracia. Havia algo que atraía a imaginação em seu refinado antagonismo à malta – de um lado, o brilhante nobre, romanticamente sozinho; do outro, a multidão feia, inexpressiva, vestida deselegantemente em roupas de porta de loja, subeducada, subnutrida invejosa, baixa, e com uma perversa desinclinação para o trabalho e um perverso apetite por coisas boas que tão raramente podia conseguir. Para fins imaginativos comuns, deixava-se de fora o policial desse esquema, o bravo policial que protegia sua excelência e ignorava o fato de que, enquanto Lorde Redcar enfiava a mão direita e legalmente na morada e no pão do operário, este só poderia tocar nele graças e algum ato de violenta quebra da lei.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 65-66.

¹³³ “Nossa casinha era arrendada; pertencia a um velho sovina e mau chamado Pettigrew, que morava numa mansão enfeitada com estátuas de gesso de cães e cabras, em Overcastle, e apesar de nosso acordo específico, não fazia nenhum conserto para nós. Confiava tranquilo na timidez de minha mãe. Certa vez, muito tempo atrás, ela atrasara o pagamento do aluguel, metade do trimestre, e ele estendera de um mês os dias de tolerância; a sensação que ela tinha de que um dia poderia precisar da mesma piedade fizera dela uma escrava abjeta. Temia até pedir-lhe que mandasse consertar o telhado, com medo de que ele se ofendesse. Mas m noite a chuva despencou em sua cama e causou-lhe um resfriado, manchando e ensopando sua pobre e velha colcha de retalhos. Então ela fez com que eu compusesse uma carta excessivamente polida ao velho Pettigrew, pedindo-lhe, como um favor, que cumprisse suas obrigações legais. Fazia parte da imbecilidade generalizada naquele tempo o fato de que a lei unilateral existente era um profundo mistério para a gente comum, as determinações impossíveis de distinguir, a maquinaria incapaz de ser posta em funcionamento. Em vez do colégio claramente escrito, as lúcidas declarações das regras e princípios que hoje estão a serviço de todos, a lei era um obscuro segredo da profissão legal. A gente pobre, esgotada de trabalho, tinha de submeter-se constantemente a pequenos malefícios devido à intolerável incerteza não só da lei, mas do custo, e às exigências de tempo e energia que os processos poderiam acarretar. Na verdade, não havia justiça alguma para a pessoa pobre demais para pagar a deferência e lealdade de um bom advogado; havia apenas a rude proteção policial e o conselho relutante ou excêntrico do magistrado para as grande massas da população. O código civil, em particular, era uma misteriosa arma das classes altas, e não consigo imaginar injustiça alguma que fosse suficiente para induzir minha pobre mãe a recorrer à lei. Tudo isso começa a soar inacreditável. Só posso garantir a vocês que era assim.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 66-67.

Mais adiante, ao citar um dos confrontos entre operários, policiais e industriais, critica duramente o papel da imprensa, acusando-a de atuar de forma subserviente às elites e ao capital¹³⁴.

Prosseguindo em seu relato memorialístico, o protagonista se encontra em meio a diversos acontecimentos políticos e sociais e a problemas de ordem sentimental. Contudo, ele não deixa de abordar outros temas que compõe o “pano de fundo” dessa história. Em certo ponto, um dos temas que certamente desperta a atenção do leitor atento é a questão da guerra. Sendo um romance de 1906, entendo ser relevante a ênfase do autor sobre um potencial conflito armado entre Inglaterra e Alemanha, o que, de certa maneira, expõe o ambiente da época, impregnado de tensão entre as grandes potências europeias, oito anos antes da eclosão da “Grande Guerra”¹³⁵.

Em seguida, o protagonista faz uma longa digressão sobre o absurdo da guerra, em amplo sentido, e sobre a participação inglesa em confrontos recentes. Em sua divagação, ele emite um julgamento contrário à guerra, ao seu aspecto destrutivo e assassino. Ele enfatiza o flagelo da guerra e seus efeitos nefastos sobre os homens. Contudo, afirma que esses efeitos, apesar de mais óbvios e dramáticos, são radicalmente menos letais do que algumas “certezas” enraizadas na sociedade, como a anuência comum sobre a propriedade privada da terra¹³⁶.

¹³⁴ “Foi três dias depois disso – ou seja, numa quarta-feira – que ocorreu o primeiro daqueles sinistros levantes, que terminaram no sangrento episódio de Peacock Grove e na inundação de toda a cadeia de minas de carvão de Swathinglea. Era a única dessas perturbações que eu iria ver, e no máximo uma simples e trivial preliminar da luta. As versões que se escreveram desse caso variam amplamente. Lê-las é compreender o extraordinário descuido com a verdade que desonrava a imprensa daqueles últimos dias. Tenho em minha mesa vários arquivos dos jornais diários do tempo antigo – colecionei-os, na verdade – e acabo de separar e olhar três ou quatro dessa época para refrescar a impressão do que vi. Estão à minha frente – coisas estranhas, enrugadas, incríveis; o papel barato já se tornou quebradiço e puído nas dobras, a tinta descorou e bordou, e tenho de manuseá-los com o máximo cuidado quando olho as furiosas manchetes. Sentado aqui, neste local sereno, todo o tom, a disposição, a qualidade, os argumentos e exortações deles parecem vir de pessoas drogadas e bêbadas. Dão-nos a sensação de uivos, gritos e berros desbotados, que se ouvem baixinhos num pequeno gramofone... Descubro que só na segunda-feira, e enterrada bem abaixo das notícias da guerra, essas publicações trazem alguma insinuação de que aconteciam coisas incomuns em Clayton e Swathinglea.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 69-70.

¹³⁵ “Quando (minha mãe) saiu para comprar alguns legumes, em meados da manhã, trouxe-me um jornal de meio penny. Era exatamente como um destes em cima de minha mesa agora, só que o exemplar que li estava úmido da impressão, e estes estão tão secos e quebradiços que estalam se os toco. Tenho um exemplar da edição que li naquela manhã; era um jornal chamado enfaticamente de *New Paper*, mas todo mundo o comprava e o chamava de “o berro”. Naquela manhã, vinha cheio das estupendas notícias, e de manchetes ainda mais estupendas, tão estupendas que por um tempo fui despertado de minhas meditações egoístas para interesses mais amplos. Pois parecia que a Alemanha e a Inglaterra estavam à beira da guerra.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 80.

¹³⁶ “De todos os monstruosos fenômenos irracionais do tempo antigo, a guerra era certamente o de insanidade mais impressionante. Na verdade, era provavelmente muito menos daninha que males mais discretos como, por exemplo, a aquiescência geral para com a propriedade privada da terra, mas suas más consequências se mostravam de modo tão visível que mesmo naquela época de sufocante confusão as pessoas se espantavam com ela. Não havia qualquer sentido, em qualquer base que se pudesse conceber, na guerra moderna. A não ser pelo extermínio de um grande número de pessoas, a destruição de imensa quantidade de material e o desperdício de inúmeras unidades de energia não resultava em coisa alguma.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 80.

Adicionalmente, o protagonista ressalta o caráter inútil e predatório das guerras modernas relacionadas ao imperialismo e ao colonialismo britânicos, como as ocorridas no continente africano em um passado recente. Entre essas guerras, ele cita a chamada “Guerra dos Bôeres”. Sobretudo, ele afirma que não há qualquer melhoria significativa das condições de vida das populações nativas. Em outras palavras, são absolutamente incapazes de conduzir os povos conquistados e subjugados ao progresso, nos moldes da civilização ocidental¹³⁷.

Outro aspecto digno de atenção é a crítica feita pelo protagonista ao nacionalismo exagerado, alertando para o papel que considera execrável dos jornais e periódicos britânicos nessa exacerbação, seja na defesa do imperialismo, seja na construção e estímulo de ódios e rivalidades contra outros países e nações, em especial, a Alemanha¹³⁸. Ele enfatiza, de forma pormenorizada, a manipulação deliberada das informações pelas duas imprensas, a exaltação da guerra como forma de dirimir conflitos e a carência de racionalidade do processo de

¹³⁷ “A antiga guerra entre as nações bárbaras e selvagens pelo menos mudava a humanidade, pois se uma tribo se julgava superior em físico e disciplina, demonstrava isso sobre os vizinhos, e se tivesse êxito, tomava a terra e as mulheres deles, perpetuando-se e aumentando sua superioridade. A nova guerra nada mudava, a não ser a cor dos mapas, o desenho dos selos postais e o relacionamento de uns poucos indivíduos acidentalmente conspícuos. Num dos últimos desses ataques internacionais de epilepsia, por exemplo, os ingleses, com muita disenteria e má poesia, e algumas centenas de mortos em combate, venceram os bôeres sul-africanos ao grande custo de umas três mil libras por cabeça – poderiam ter comprado toda aquela ridícula imitação de país por um décimo dessa soma – e a não ser por algumas substituições de personalidades, pondo-se esse grupo de autoridades parcialmente corruptas em lugar daquele, e assim por diante, a mudança permanente fora no todo insignificante. [...] Os homens que percorreram o cenário dessa guerra, depois que ela acabou, descobriram a humanidade ali sem nenhuma mudança, e retomando com pouca perplexidade todos os seus velhos hábitos e mal-entendidos, os negros ainda em seus *kraals* tipo cortiço, os brancos em suas feias cabanas mal administradas...”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 81.

¹³⁸ “Deste lado estávamos nós, os britânicos, quarenta e um milhão de pessoas em estado de quase indescritível e fútil confusão econômica e moral, que não nos deixava nem a coragem, nem a energia, nem a inteligência para melhorar, a maioria mal tendo coragem de pensar no caso, e com nossos assuntos irremediavelmente voltados com as confusões inteiramente diferentes dos outros trezentos e cinquenta milhões, num estado de confusão nem um pouco melhor que o nosso; e as barulhentas criaturinhas que dirigiam os jornais, escreviam livros e faziam conferências, e em geral pretendiam naquela época de demência mundial, ser a mente nacional, agitavam-se em ambos os países, com uma espécie de unidade interna, exortando – e não apenas exortando, mas conseguindo persuadir – os dois povos a desviarem o pequeno estoque comum de energia material, destrutiva e inútil da guerra. E – tenho de dizer essas coisas a vocês, mesmo que não acreditem nelas, porque são vitais para a minha história – não havia um só homem vivo que pudesse apontar aos outros qualquer benefício real permanente, qualquer coisa que contrabalançasse o óbvio desperdício e malefício resultantes de uma guerra entre a Inglaterra e a Alemanha, quer a Inglaterra despedaçasse a Alemanha, quer fosse esmagada e arrasada, ou qualquer outro que fosse o fim.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 82.

acirramento das relações entre os dois países¹³⁹. Não deixa de ser importante que um elemento ganhe destaque nessa parte da história, ligando fatos aparentemente sem conexão. Trata-se da participação propositadamente desleal e falaciosa da imprensa, marcada por um “descuido com a verdade”, conforme enfatizada pelo protagonista, tanto ao descrever a situação de penúria e desalento dos trabalhadores como na incitação e glorificação da guerra. Do meu ponto de vista, encontra-se subentendida a noção de que a imprensa, em ambos os casos, está a serviço de um mesmo “senhor”.

Eis que, de súbito, a história toma um rumo inesperado. O protagonista descobre que sua antiga namorada, com quem ele ainda tinha esperanças de reatar, havia fugido da casa dos pais para viver com o rival aristocrata outrora mencionado, filho dos patrões dos pais dela. Ao saber do ocorrido, ele interpela o pai da jovem para que faça algo a respeito e se impressiona com o conformismo do pai, resignado e impotente em sua condição “inferior”.

Nesse ponto, o protagonista faz uma divagação em que explica aos leitores de uma forma sintética, informal e demasiadamente simples a divisão social existente naqueles tempos prévios à “Grande Mudança”. É possível interpretar que, ao propor uma distinção dos indivíduos em dois únicos grupos, chamados de “Seguros” e “Inseguros”, seu critério crucial de separação se resume à posse ou não da propriedade privada da terra. Assim, os “Seguros” são aqueles que, entre diversas formas de subjugação, arrendam terras e vivem da exploração

¹³⁹ “E a imprensa era o principal instrumento que mantinha aquelas duas imensas multidões dirigidas uma contra a outra. [...] Tolice! Tudo um ruidoso paroxismo de tolice, excitação irracional, dano idiota e desperdício de força – que não significa nada... [...] Aquele jornal era como um dos germes de uma inundação invadindo o corpo. Lá estava eu, um corpúsculo no grande e amorfo corpo da comunidade inglesa, um dos quarenta e um milhões dos tais corpúsculos; e, apesar de todas as minhas preocupações, as poderosas manchetes, o fermento do jornal contagiavam-se e abalavam-me. Por todo o país nesse dia, milhões leram como eu li, e entraram em forma comigo, e sob o mesmo fascínio magnético, voltaram-se – como era que dizíamos? – ah, “para enfrentar o inimigo”. [...] A “Alemanha” – eu geralmente imaginava essa mítica criatura maligna como um imperador apertado num colete e de bigodes rígidos, realçado por asas negras heráldicas e uma grande espada – insultara nossa bandeira. Essa era a mensagem do *New Paper*, e o monstro pairava acima de mim, ameaçando com novos insultos, cuspido ostensivamente na bandeira de meu impecável país. Alguém içara uma bandeira britânica na margem direita de um rio tropical do qual eu jamais ouvira falar, e um oficial alemão bêbedo, obedecendo a instruções ambíguas, rasgara-a. Depois um dos nativos convenientemente abundantes no lugar, indiscutivelmente súdito britânico, recebera um tiro na perna. Mas os fatos não eram claros de modo algum. Nada era claro, a não ser que não íamos tolerar nenhuma tolice da Alemanha. Houvesse ou não acontecido o que quer que fosse, pretendíamos obter um pedido de desculpas, e aparentemente eles não pretendiam desculpar-se”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 83-86.

do trabalho dos “Inseguros”. Nesse sentido, entendo que se trata de uma compreensão baseada no conflito de classes, de nítida inspiração marxista¹⁴⁰.

Por um lado, o protagonista ressalta a existência de forças arcaicas na Inglaterra, que se adaptaram aos valores burgueses, sem, contudo, abrir mão de uma visão aristocrática da ordem social. Dito de outra maneira, a riqueza econômica se torna um elemento essencial na aquisição e garantia de direitos dessa classe. A origem familiar e os privilégios “divinos” de nascença diminuem de importância, mas apenas de forma relativa, conservando em grande medida seu valor do ponto de vista ideológico.

Por outro lado, a despeito do enorme abismo de poder e riqueza, o protagonista deixa claro que a “realidade” social não é estável, que diversas contestações e resistências trazem progressivos distúrbios aos pilares dessa ordem social repleta de elementos arcaicos¹⁴¹. Em uma breve passagem, ele sintetiza o embate cujo cerne se encontra em visões de mundo

¹⁴⁰ “Mas graças à propriedade privada da terra, que resultara do abandono dos compromissos feudais na Grã-Bretanha [...], grande massas de propriedade haviam-se tornado artificialmente estáveis nas mãos de uma pequena minoria, à qual era necessário hipotecar todas as novas empresas públicas e privadas, e que se mantinha unida não por alguma tradição de serviço e nobreza, mas pela simpatia natural dos interesses comuns e um grande estilo comum de vida. Era uma classe sem quaisquer limites definidos; individualidades vigorosas, graças a métodos em sua maior parte violentos e discutíveis, viviam constantemente projetando-se da insegurança para a segurança, e os filhos e filhas das pessoas seguras, peço casamento com as inseguras ou por alguma louca extravagância ou vício flagrante, afundavam na vida de ansiedade e privação que constituía o dia-a-dia ordinário dos homens. O resto da população não tinha terra e, a não ser trabalhando direta ou indiretamente para os Seguros, não tinha direito legal a existir. E tamanha era a pouca profundidade e a insuficiência de nosso pensamento, tamanho o egotismo de todos os nossos sentimentos antes dos Últimos Dias, que só se podia encontrar muito poucos dos Seguros, na verdade, que duvidassem de que aquela era a ordem natural e a única concebível no mundo”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 98.

¹⁴¹ “É a vida dos Inseguros sob a velha ordem que estou descrevendo, e espero estar transmitindo algo de sua desesperançada amargura; mas devem imaginar que os Seguros viviam vidas de paradisíaca felicidade. O poço de insegurança abaixo deles fazia-se sentir, mesmo não sendo compreendido. A vida em torno deles era feia; não se podia escapar à visão de casas feias e miseráveis, gente mal-educada, os apelos vulgares dos vendedores de artigos populares. Abaixo da soleira da porta deles havia uma intranquilidade; eles não apenas não pensavam claramente na economia social, mas apresentavam uma instintiva desinclinação a pensar. A segurança deles não era tão perfeita que não temessem cair no poço, estavam sempre se amarrando com novas cordas, o cultivo de “ligações”, interesses, o desejo de confirmar e melhorar suas posições, era uma ignóbil e constante preocupação. [...] Depois, as bactérias ignoravam as distinções de classe, e eles nunca se satisfaziam realmente com os criados. [...] Cada geração lamenta a decadência da “fidelidade” dos criados, que nenhuma geração conheceu. Um mundo esquelético em todo canto é esquelético em toda parte, Acreditavam que não havia o suficiente de coisa nenhuma, acreditavam que essa era a intenção de Deus e uma condição incurável da vida, e apegavam-se apaixonadamente e com um senso de justiça à sua parte desproporcional. Mantinham um relacionamento comum conhecido como “Sociedade”, de todos os que eram, na prática, seguros, e a escolha por eles dessa palavra é exhaustivamente eloquente sobre a qualidade da filosofia deles.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 98-99.

distintas: uma ligada à tradição e ao “Antigo Regime”, em oposição à “modernidade”, herdeira do Iluminismo e dos ideais da Revolução Francesa¹⁴².

Em resposta às descobertas dramáticas, o protagonista toma uma decisão radical: ele resolve procurar os dois amantes e, quando os encontrar, matá-los e então cometer suicídio. Trata-se de uma espécie de vingança, aos seus olhos, contra as injustiças sociais e a própria vida, que considera repleta de infâmias e que “insistia” em mantê-lo vivo.

No capítulo intitulado “Guerra”, o confronto bélico eminente entre a Inglaterra e a Alemanha é então apresentado de forma flagrante, em um aviso de notícias colado em uma parede de rua. Percebe-se a ênfase no horror que tal palavra causa ao protagonista¹⁴³.

Em meio aos preparativos para concretizar seus planos assassinos, o protagonista volta para sua casa em um determinado momento e encontra sua mãe trabalhando na copa. Então ele pensa na insalubridade daquele ambiente e a degradação que os dias de labuta ali causaram a sua mãe.

Conforme citei anteriormente, essa área de serviços guarda semelhanças com aquela mostrada em *A guerra dos mundos* e possui relação direta com a própria história de vida do autor. Não é estranha, portanto, a descrição do protagonista nesse trecho ser carregada de lembranças e sensações visuais, táteis e olfativas profundamente desagradáveis, aliada a uma

¹⁴² “O que nunca entrou em minha cabeça naquele tempo foi o fato de que uma grande proporção dos ricos era rica em absoluta boa fé. Eu achava que eles viam as coisas exatamente como eu, e negavam perversamente. Mas na verdade a Sra. Verral não era mais capaz de duvidar da perfeição do direito de sua família a dominar uma ampla região do que de examinar os Trinta e Nove Artigos ou lidar com qualquer outro dos inflexíveis pilares sobre os quais o Universo se sustentava em segurança. Sem dúvida espantei-a e assustei-a tremendamente. Mas ela não podia entender. Nenhuma das pessoas de sua espécie parecia entender essas lívidas explosões de ódio, que repetidas vezes iluminavam a amontoada escuridão abaixo de seus pés. A coisa saltava das trevas por um momento e desaparecia, como um vulto ameaçador à beira de uma deserta estrada no meio da noite. Encaravam isso como pesadelos, e faziam o que podiam para esquecer o que era evidentemente tão insignificante quanto perturbador.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 101-102.

¹⁴³ “A palavra nele – só havia uma palavra, em letras garrafais – era: “GUERRA”. Imaginem a rua vazia e pobre, ecoando vaziamente meus passos – nenhuma alma desperta e audível, a não ser eu. Depois minha parada diante do cartaz. E em meio àquela adormecida quietude, empastado às pressas no quadro, um pouco torto e amassado, mas bastante claro àquele frio fulgor meteórico, absurdo e apavorante, o imensurável mal daquela palavra: GUERRA!”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 106.

dolorosa emoção ao se referir à mãe. Ao mesmo tempo, ele dá sequência a sua contundente crítica social em relação à condição de vida penosa e degradante dos pobres¹⁴⁴.

Eis que o protagonista encontra o Sr. Gabbitas, um clérigo que reside em um quarto próximo ao dele e de sua mãe. Não é difícil perceber o desprezo que o protagonista sente pelo Sr. Gabbitas, indicado não apenas na sua descrição física, mas no comportamento e na forma de pensar, um representante do “velho mundo”. O protagonista se irrita com a insistência do clérigo em conversar, pois significa um atraso no encaminhamento de seus planos. Ainda assim, apesar de constantes tentativas de evadir-se, discute efusivamente com o clérigo acerca de assuntos sensíveis, como a guerra, as greves dos trabalhadores e, principalmente, questões religiosas, em que se nota a radical oposição entre os dois. Esse trecho é particularmente interessante, pois se percebe o conflito entre a visão “antiga”, conservadora e dogmática do clérigo, em sintonia com a dominação estrutural presente na sociedade inglesa descrita frequentemente ao longo da obra, e um olhar “moderno”, interrogador da ordem social vigente, expresso, sobretudo, nas ideias socialistas do protagonista. Curiosamente, apresenta uma rara comicidade, pois, em meio às discussões, o protagonista afirma lançar mão de variados nomes de intelectuais de forma a conferir autoridade aos seus argumentos, ainda que, no fundo, tivesse pouco conhecimento sobre suas ideias, apenas com o objetivo de vencer a querela retórica¹⁴⁵.

¹⁴⁴ “Uma copa no mundo antigo era, no caso de moradas como a nossa, uma região úmida, fétida e sobretudo subterrânea, atrás da escura cozinha na sala de estar, mais tipicamente suja em nosso caso pelo fato de que para ela se abria a adega de carvão, um poço escancarado de negra sujeira e pequenas partículas que estalavam sob os pés no piso de tijolos desigual. Era a região da “lavagem”, aquela função gordurosa e úmida que se seguia a toda refeição; sua atmosfera tinha sempre uma esfriante vaporosidade e a lembrança de repolho cozido, e as fuliginosas manchas negras onde a panela de casca de batata presos na grade do cano de drenagem, e trapos de um horror quase indescritível, chamados “panos de prato”, me vêm à memória a esse nome. O altar desse lugar era a “pia”, um tanque de pedra, revoltante para uma mão refinada, coberto de gordura e desagradável de ver, e acima dele uma torneira de água fria, arranjada de tal modo que quando a água descia, espadanava e molhava quem quer que a tivesse aberto. Essa torneira era o nosso abastecimento de água. E num lugar desses vocês devem imaginar uma velhinha, meio incompetente e muito delicada, uma alma de abnegação e sacrifício, de roupas sujas, desbotadas de suas cores originais para um cinza encardido generalizado, sapatos gastos e malfeitos, mãos retorcidas pelo mau uso e cabelos brancos desgrenhados – minha mãe. No inverno, as mãos dela ficavam gretadas e ela pegava uma tosse. E enquanto ela se lava eu saio para vender meu casaco e meu relógio, a fim de desertá-la.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 109.

¹⁴⁵ “Passamos a interromper-nos cada vez mais rudemente. Inventávamos fatos e apelávamos a autoridades cujos nomes eu pronunciava errado; e, descobrindo que Gabbitas se intimidava diante da crítica elevada e dos alemães, usava os nomes de Karl Marx e Engels como exegetas das Bíblia, com não pequeno efeito. Uma total disputa! Uma disputa absurda! – vocês devem imaginar nossa conversa tornando-se mais gritada, com um crescente tom de briga [...] embora ainda mantivéssemos uma pretensão de deferência mútua. A superioridade ética do cristianismo em relação a todas as religiões veia à baila – não sei como. Tratamos do assunto em generalizações ousadas e imaginativas, devido à insuficiência de nossos conhecimentos históricos. Fui levado a acusar o cristianismo como a ética dos escravos, e declarar-me um discípulo de um escritor alemão de não pouca voga naquele tempo, chamado Nietzsche. Para um discípulo, devo confessar que estava particularmente mal informado sobre as obras do mestre. Na verdade, tudo que sabia dele viera-me de um artigo em duas colunas do *Clarim* na semana anterior... Mas o Rev. Gabbitas não lia *O Clarim*.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 117-118.

Finalmente, o protagonista consegue se desvencilhar do Sr. Gabbitas, mas não sem antes furtar-lhe algum dinheiro para os seus planos assassinos. Enquanto se dirige à estação ferroviária a fim de pegar o trem rumo ao local onde supõe encontrar o casal de amantes, toma conhecimento de algumas notícias sobre a guerra entre a Alemanha e a Inglaterra, como o afundamento de um grande navio inglês. Nesse trecho, Wells parece denunciar o paradoxo da capacidade criadora e destrutiva dos usos da ciência: por um lado, a existência de máquinas que possibilitam feitos extraordinários até então restritos à imaginação; por outro lado, essas mesmas máquinas servindo primordialmente ao extermínio de centenas de vidas humanas¹⁴⁶.

Em seu caminho rumo à estação, o protagonista reflete sobre as mudanças no céu devido à aproximação do cometa e a luminosidade inigualável daquelas noites inglesas. Um detalhe dessa reflexão, que merece ser mencionado, diz respeito à forma serena com que os ingleses em geral encaravam a proximidade do cometa e suas implicações. Segundo o protagonista, o desdém por um desfecho escatológico é plenamente factível por se tratar de uma população alfabetizada na qual prevalece um modo de pensar mais racional e científico¹⁴⁷. Assim, os dois trechos em sequência parecem evocar que a mesma “razão” que permite aos homens vislumbrar a passagem do cometa como um fenômeno natural, distante de significados ocultos, também é capaz de produzir o capitalismo e a guerra, com seus efeitos sociais e humanos devastadores.

Então o protagonista chega a um lugarejo próximo ao litoral onde acredita encontrar os amantes fugitivos. Em uma breve passagem, afirma ver navios de guerra no mar, passando ao longe. Por um momento, mostra-se vacilante quanto ao desejo de matar, confessa ser um

¹⁴⁶ “(Dois jornaleiros) gritavam: “Grande desastre britânico no Mar do Norte. Navio afundado com todos os seus homens!”. Comprei um jornal, dirigi-me à estação ferroviária lendo os detalhes que eram fornecidos sobre esse triunfo da velha civilização, a explosão daquele grande barco de ferro cheio de canhões e explosivos e a mais cara maquinaria de que a época era capaz, juntamente com novecentos homens em perfeita forma física, todos acima da média, por uma mina de contato rebocada por um submarino alemão. A leitura provocou-me uma emoção bélica febril. Não apenas esqueci o meteoro, mas por um tempo até mesmo o propósito que me levava à estação ferroviária me fizera comprar a passagem e agora me conduzia para Shaphambury.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 126-127.

¹⁴⁷ “A glória daquelas noites era quase universalmente encarada como apenas um espetáculo. Nada significava para nós. No que dizia respeito à Europa, só uma parte pequena e ignorante das classes baixas encarava o cometa como um portento do fim do mundo. No exterior, onde havia camponeses, era diferente, mas na Inglaterra o campesinato já desaparecera. Todo mundo lia. Os jornais, nos dias tranquilos antes que nossa precipitada briga com a Alemanha chegasse a um clímax, haviam desfeito absolutamente todas as possibilidades de pânico nesse caso. Até os vagabundos nas estradas, as crianças nas creches haviam sido informadas de que no máximo aquela reluzente nuvem só podia pesar algumas dezenas de toneladas. Esse fato fora demonstrado de forma muito conclusiva pelas enormes deflexões que o haviam afinal dirigido diretamente para o nosso mundo. Ele passara por perto de três dos menores asteroides sem provocar a mais mínima deflexão visível no curso deles; enquanto, de sua parte, descrevera um curso de quase três graus. Quando atingisse a nossa terra, seria um espetáculo magnífico, sem dúvida, para os que estivessem do lado certo do planeta; mas, além disso, nada mais.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 127.

escravo de suas paixões e anseia por sentir-se em paz. Para isso, cogita tirar sua própria vida, desistindo da vingança pela qual tanto desejara. Em uma reflexão amargurada, revela uma profunda falta de esperança de que sua vida possa ser transformada e, em meio a pensamentos e emoções confusas, acaba por adormecer.

Pouco tempo depois, ele acorda surpreendido pela presença próxima dos amantes e vê-se tomado por uma fúria revigorada. Abruptamente, no mar próximo, um combate entre navios ingleses e alemães se inicia, espantando a todos. Sem se desviar de seu intuito, o protagonista inicia uma frenética perseguição aos dois, que fogem ao perceber sua presença.

Eis que um estranho e súbito fenômeno acontece: todo o ambiente é tomado por uma misteriosa e repentina neblina verde proveniente do céu, que se torna rapidamente densa e escura e que provoca a perda da consciência de todos. E assim, a partir desse ponto, a história toma um caminho inusitado¹⁴⁸.

“Pareceu-me que despertava de um sono repousante”, afirma o protagonista. Sente-se sereno e, por um breve momento, acredita estar só. Mas então os animais próximos também despertam. Ele admira a beleza de tudo que está a sua volta e intui que algo havia mudado, dentro e fora de si¹⁴⁹. Rapidamente, percebe que, sobretudo, as paixões haviam se arrefecido. Não se sente mais dominado por elas. Ao contrário, sente-se tranquilo e lúcido. E exatamente por isso saboreia uma sensação de liberdade como nunca havia sentido antes¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 139-147.

¹⁴⁹ “[...] Uma conclusão me perturbou. Não era um novo planeta; não havia nenhum futuro glorioso, como imaginara. Aquela bela terra de maravilhas era o mundo, o velho mundo de minha ira e morte! Mas, pelo menos, era como encontrar uma casa, suja e familiar, lavada e dignificada, vestida em roupagens de rainha, respeitável e aprazível... podia até ser o velho mundo, mas algo de novo se colocava sobre todas as coisas, uma certeza ardente de saúde e felicidade. Podia até ser o velho mundo, mas a poeira e a fúria da vida antiga haviam sem dúvida acabado. Pelo menos disso eu tinha certeza.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 154.

¹⁵⁰ “Eu era apenas um dos muitos milhões que, naquela manhã, manifestavam as mesmas dúvidas. Suponho que a gente adquire consciência de si mesmo, quando retorna do sono ou da insensibilidade, pela familiaridade com as próprias sensações corpóreas, e naquela manhã todas as nossas sensações corpóreas mais íntimas estavam mudadas. Estavam mudados os processos químicos íntimos da vida, seu metabolismo nervoso. Aos pensamentos e percepções dos velhos tempos, flutuantes, incertos, sombreados pela paixão, chegavam processos estáveis, plenos, sadios. O tato era diferente, a visão era diferente, a audição e todos os sentidos eram mais sutis. Não fora nosso pensamento mais estável e íntegro, creio que grandes multidões de homens teriam ficado loucas. Mas compreenderíamos, se fosse o caso. A impressão dominante que eu transmitiria neste balanço da Mudança seria a de uma enorme libertação, de uma vasta e sólida exaltação. Nessas circunstâncias, haveria um efeito de delírio, que seria também lucidez, e as alterações nas sensações corpóreas, em vez de produzirem ofuscação mental, e perda da identidade, tão comuns em distúrbios mentais sob as condições anteriores, dariam simplesmente um novo desligamento das paixões e confusões túrgidas da vida pessoal.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 156.

Não deixa de ser interessante a relação feita pelo autor entre as paixões humanas e os sentimentos egoísticos, responsáveis ao fim e ao cabo por obliterar a razão e por gerar tensões e conflitos entre homens, classes e nações¹⁵¹.

Logo depois, o protagonista encontra um homem chamado Melmount, que, para espanto do leitor e do próprio protagonista, trata-se do Primeiro Ministro inglês, embora seja um personagem fictício. Conversam sobre as sensações estranhas e as lembranças confusas que aos poucos se tornam menos nebulosas. O protagonista se mostra fascinado por aquele homem e sua maneira franca de expor seus pensamentos mais profundos, o que o faz pensar sobre sua antiga visão de repulsa e desprezo a respeito de estadistas e governantes¹⁵². Então, o tema da guerra vem à tona. Melmount afirma considera-la “medonha”, uma “insensatez”, que poderia ter sido impedida, revelando uma modificação significativa do olhar e que se tornará marcante nesses novos tempos¹⁵³.

Wells prolonga o diálogo entre os dois homens por várias páginas, em que são feitas diversas reflexões sobre o absurdo da guerra e suas consequências. Em certo momento, encontram o corpo afogado de um marinheiro alemão proveniente de um navio de guerra destruído a poucos quilômetros dali e elucubram sobre a morte inútil de pessoas “capazes de realizar coisas boas”¹⁵⁴. Nesse sentido, em um contexto de acirramento do conflito político e da escalada armamentista entre as grandes potências europeias e que se intensificaram nos anos anteriores a Primeira Guerra Mundial, é profundamente simbólico que essa obra literária de Wells, publicada em 1906, seja acentuada e explicitamente antibelicista.

¹⁵¹ “Nessa estória que lhes conto, de minha juventude amarga e confinada, procurei sempre transmitir a chata mesquinhez, a intensidade, a confusão, a desordem e a excitação do velho mundo. Uma hora depois do despertar, ficou bem claro para mim de que tudo aquilo se fora, de alguma forma misteriosa. De que, também, era uma experiência comum. Os homens se erguiam; enchiam os pulmões de ar renovado – uma respiração prolongada e profunda, e passado se afastava; podiam perdoar, podiam esquecer, podiam esforçar-se...”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 156-157.

¹⁵² “É curioso que, agora, não possa recordar qualquer das ideias que, antes da Mudança, fazia sobre a personalidade dos estadistas, mas duvido que tenha pensado alguma vez neles, naquele tempo, como seres humanos tangíveis, capazes de alguma complexidade intelectual. Creio que tinha a impressão de uma honesta mistura de caricatura e líder da imprensa. Por certo não os respeitava. E agora, sem servilismo nem hipocrisia, como se fosse o primeiro fruto da Mudança, encontrava-me em presença de um ser humano perto de quem me sentia inferior e subordinado; diante de quem permanecia sem servilismo nem hipocrisia, numa atitude de respeito e atenção. Meu egoísmo inflamado e rançoso – ou, no final das contas, seriam apenas as oportunidades da vida? – nem uma única se permitiria isso, antes da Mudança.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 161.

¹⁵³ “– Poderíamos tê-la evitado! Qualquer um de nós que decidisse manifestar-se livremente poderia tê-la evitado. Uma fraqueza pouco decente. O que havia para evitarmos ser francos um com o outro? O imperador... a posição dele era um amontoado de pretensões ridículas, sem dúvida, mas no fundo... era um homem são. – Descreveu o imperador em poucas palavras expressivas, a imprensa alemã, o povo alemão, e o nosso. Expressou-se como nos expressaríamos agora, mas com certo ardor, como de um homem meio culpado e totalmente ressentido – Malditos professorezinhas empertigados! – exclamou ao acaso – Existiram tais homens? E os nossos! Alguns de nós deveriam ter adotado uma posição mais firme... Se muitos tivéssemos adotado uma posição mais firme e posto fim, logo, àquela insensatez...”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 163.

¹⁵⁴ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 166.

Melmount, o Primeiro Ministro, revela duras críticas a si mesmo e aos seus pares, dirigentes e governantes, acusando todos de serem egoístas desprovidos de sensibilidade e inteligência¹⁵⁵. Mostrando um pensamento renovado, ele afirma a necessidade de encerrar não apenas àquela guerra, mas eliminar de vez todas as guerras e mazelas¹⁵⁶.

Em um capítulo intitulado “O despertar”, é descrito de forma sucinta e imprecisa as razões para as mudanças acontecidas, em que, mais uma vez, Wells não se mostra preocupado com verossimilhanças científicas.

O protagonista afirma que, num processo que levou pelo menos três horas, toda a superfície do globo terrestre, em especial os seres vivos que nela habitam, havia sido afetada simultaneamente¹⁵⁷. Em uma breve passagem sobre a guerra, ele cita pela primeira vez a participação de soldados franceses, revelando que a guerra ocorrida não estava circunscrita a Alemanha e Inglaterra, sendo travada também no continente europeu¹⁵⁸. Sobre os afetados, uma exceção se refere àqueles sob os mares e oceanos, o que remete a um curioso relato a respeito de um submarino inglês, cuja tripulação não chegou a adormecer, mas foi do mesmo modo afetada posteriormente, ao respirar os novos ares¹⁵⁹. Mas nem todas as notícias são alvissareiras. Houve aqueles que, por circunstâncias peculiares, morreram devido à perda da

¹⁵⁵ “– Alguma vez lhe ocorreu imaginar a pequenez... a pequenez!... de cada pessoa envolvida numa declaração de guerra? – indagou. E prosseguiu, como se a palavra fosse necessária para tornar crível, descrevendo Laycock, o primeiro a proferir as palavras de horror no Conselho do Gabinete, como “um pedante de Oxford, de estatura menor que a normal, com uma voz de tenor e vestígios de grego [...] aquele tipo de tolo que se criou sob a admiração das irmãs mais velhas.” [...] Durante quase todo o tempo – disse – eu o observava, pensando no asno que ele era, para que lhe confiassem vidas humanas... Eu deveria ter feito melhor, para não pensar o mesmo de mim. Nada fazia para evitar tudo aquilo. O maldito imbecil estava atolado no drama, gostava de alardeá-lo, esbugalhava os olhos à nossa volta. “Então, é a guerra!” disse. Richover encolheu os ombros. Esbocei um leve protesto e cedi... Depois, imaginei-a. [...] Éramos muitos! Todos um pouco assustados consigo mesmos... todos, por assim dizer, servindo de instrumentos... E são tolos como aqueles que levam a coisa como esta! – Sacudiu a cabeça, àquele homem morto perto de nós.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 167.

¹⁵⁶ “– A guerra – ele disse, no seu murmúrio formidável, colocando a mão grande no meu ombro e sem fazer outra tentativa de erguer-se. – Vou pôr fim à guerra... a todo tipo de guerra! E a todas as coisas que devem terminar. O mundo é belo, a vida grandiosa e esplêndida, temos apenas de erguer os olhos e ver. [...] Tivemos nossos ciúmes, nossas querelas, nossos direitos instáveis, nossos preconceitos insuperáveis, nosso empreendimento vulgar e nossa timidez estagnante; tagarelamos e rezingamos um com o outro, e conspurcamos o mundo. [...] Chega disto! Chega disto! Se o mundo inteiro mudou ou não, nada importa. Nós dois vimos esta aurora...” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 168.

¹⁵⁷ “Por toda a parte da terra, naquele dia, aos ouvidos de quem quer que respirasse, havia o mesmo zunido no ar, a mesma precipitação de vapores verdes, a crepitação, o jorro de estrelas cadentes. O hindu ficou nos campos, em seu trabalho matinal, para fitar, admirar e prostrar-se; o chinês de vestes azuis caiu frente à sua tigela de arroz do meio-dia; o mercador japonês, pasmado, livrou-se do tagarela do escritório e agora jaz diante da porta; os espectadores noturnos dos Golden Gates foram surpreendidos enquanto esperavam pelo nascer da grande estrela. Isso aconteceu em todas as cidades do mundo, em todos os vales remotos, em todos os lares e casas e abrigos, e em todos os espaços abertos.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 170.

¹⁵⁸ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 171.

¹⁵⁹ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 172-173.

consciência. A meu ver, está implícita nessa passagem a ideia de que transformações gerais profundas em prol da paz demandam sacrifícios, ainda que não propositalis¹⁶⁰.

Esses trechos trazem importantes revelações sobre a estatura da guerra, tanto do ponto de vista de sua amplitude, com o envolvimento de milhares de soldados e diversos países e nações, quanto da forma como a guerra era travada, com o uso de trincheiras terrestres, armas e veículos modernos, como navios de aço encouraçados e submarinos.

O protagonista segue sua narrativa sobre a chamada “Grande Mudança”, enfatizando em cada história o abrandamento das paixões humanas, como o caso de dois comerciantes rivais que se apaziguaram após uma inimizade silenciosa de vinte anos¹⁶¹. Nos campos de batalha, o efeito imediato foi a interrupção dos combates com a tomada de consciência da irracionalidade da guerra¹⁶².

Outro caso chama a atenção em seus relatos ao citar uma família profundamente religiosa que acreditou se tratar de um evento escatológico, o “fim dos dias”. Sentimentos conflituosos de fé e descrença, euforia e medo se fizeram presentes¹⁶³. Em um trecho posterior, o protagonista afirma que o fenômeno teria sido responsável pelo que foi nomeado “Grande Renascimento”, um tipo de arrebatamento, no qual homens e mulheres se achavam “de súbito acesos e exaltados, capazes de realizar o que até então fora impossível, incapazes de fazer o que até então fora irresistível, felizes, esperançosos, enérgicos e sem egoísmo”¹⁶⁴.

¹⁶⁰ “Mas o pensamento de certos fogueiros, e dos marinheiros do submarino em geral, não conseguiu reter lembranças do desfile de horrores grotescos que acompanhou todo esse acontecimento, fio que não posso esquecer, por todo o esplendor de bem-estar humano que dele emanou. Não posso esquecer os navios desgobernados que afundaram, que se renderam em desgraça, com todos os marinheiros adormecidos, nem como, em terra, os carros se precipitaram para a destruição nas estradas, e os trens nas ferrovias avançavam apesar dos sinais, para serem encontrados, por fim, por seus maquinistas ressuscitados e espantados, em linhas desconhecidas, o ímpeto exaurido, ou, menos afortunados, para serem descobertos por camponeses atônitos ou porteiros despertos, esmagados pela fumaça, pela ruína crepitante. O fogo das fundições das Quatro Cidades ainda ardia, a fumaça da nossa combustão ainda poluía os céus. O fogo ardia, de fato, mais brilhante por causa da Mudança – e espalhava-se...”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 173.

¹⁶¹ “– De nada adiantou todo o nosso ódio – disse-me o Sr. Wiggins, explicando a emoção do encontro. – Não fez bem a nossos clientes. Vim para dizer isso a ele. Lembre-se disso, jovem, se algum dia vier a ter um negócio próprio. Uma espécie de estupidez se apoderou de nós, e não posso compreender como não vimos isso antes daquela luz. Não era tanto uma perversidade manifesta, mas estupidez mesmo. Um ciúme estúpido! Pense nisso! Dois seres humanos ao alcance de um arremesso de pedra, que deixaram de se falar por vinte anos, endurecendo os cm contra o outro!”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 178.

¹⁶² “Embaixo, os homens não voltaram às fileiras, mas sentaram-se à margem da estrada, ou ficaram conversando em grupos, discutindo, com uma nova incredulidade, as causas ostensivas da guerra. “O imperador”, diziam; e “Oh! Bobagem! Somos homens civilizados. Que arranjem outro para esta tarefa!... Onde está o café?”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 182.

¹⁶³ “[...] fez a família levantar—se também, a fim de se prepararem para o fim. Fê-los vestir as roupas domingueiras. Saíram todos juntos ao jardim, as mentes divididas entre a admiração... pela glória do espetáculo... e um terror imenso e crescente. Eram não conformistas, gente muito religiosa fora do horário de trabalho, e parecia-lhes, naqueles últimos momentos de magnificência, que afinal a Ciência devia estar errada, e os fanáticos certos. Com os vapores verdes veio a certeza, e eles se preparavam para encontrar o seu Deus...”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 179.

¹⁶⁴ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 183.

Ele então faz uma longa divagação na qual assegura que “renascimentos” anteriores haviam ocorrido, sem, entretanto, arrefecerem as paixões e os sentimentos individualistas. Esses movimentos haviam se dado universalmente, em diferentes religiões e povos, e tinham como característica comum sua incompletude e fugacidade. A meu ver, é possível interpretar esses trechos como uma crítica severa do autor às religiões em geral e à sua incapacidade de livrar os homens de forma perene de seus anseios egoísticos¹⁶⁵.

No capítulo seguinte, “O conselho de gabinete”, o protagonista informa que está a trabalhar com Melmount como seu assistente e, pela primeira e única vez, é citada a intenção de “elaborar a constituição do Estado Universal”¹⁶⁶ a partir de uma conferência liderada pelo Primeiro-Ministro inglês e que outrora tal iniciativa teria sido improvável¹⁶⁷.

Utilizando palavras impactantes, como “excrescência parasítica” e citando eventos históricos recentes, como a “Guerra dos Bôeres”, o protagonista descreve a elite dirigente do Estado e os políticos de seu tempo implacavelmente, de forma caricata, como homens desprezíveis seduzidos pelos seus próprios interesses, alheios à vida cotidiana da população e apartados de qualquer ideal democrático¹⁶⁸, no sentido da participação e da representação políticas de forma ampla, dos vários segmentos da sociedade.

Oriunda de um mesmo grupo social, de ascendência aristocrática, e dotada de um conhecimento e de um modo de vida tradicionais, os quais o protagonista avalia como

¹⁶⁵ “Esses despertares do passado eram, digamos o movimento convulsivo de um corpo que sufoca. São as manifestações mais claras, de antes da Mudança, de um sentimento, em todos os homens, de que as coisas não estavam certas. Mas, com muita frequência, não forma mais do que luzes passageiras. Sua força se exauria em gritos descoordenados, gesticulações, lágrimas. Não eram mais que lampejos da perspectiva. O desgosto com a vida limitada, com todas as baixezas, tomava forma como mesquinhez e infâmia. A vida vivificada punha fim à noite hipócrita; profetas disputavam superioridade; as seduções – e isso é absolutamente indiscutível – eram frequentes entre os penitentes! [...] Era quase universal que o convertido fosse impaciente e imoderado, escarnecedor da razão e de qualquer escolha de meios, oposto ao equilíbrio, técnica e conhecimento. Logo cheios de graça, como nos velhos odres rasos transbordando, sentiam que iriam rebentar se um dia entrassem em contato com a dura realidade e com uma orientação sadia”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 185.

¹⁶⁶ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 187.

¹⁶⁷ “Nos velhos tempos, um conselho de gabinete era um conclave secreto, e sigilo e dissimulação estavam na textura de toda a vida pública. Nos velhos tempos, todos viviam sempre escondendo alguma coisa de alguém, sendo precavido e astuto, prevaricador, corruptor – a maior parte do tempo, sem motivo algum. Quase despercebido, esse sigilo desaparecera da vida.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 188.

¹⁶⁸ “O Estado da Grã-Bretanha era representado, quase sempre, por um fazendeiro de rosto vermelho, orgulhoso do pecúlio, com uma barriga enorme; o belo sonho de liberdade que haviam sido os Estados Unidos, por um biltre ladino de rosto magro, calças listradas e casaco azul. Os principais ministros de Estado eram batedores de carteira, lavadeiras, palhaços, baleias, asnos, elefantes e outras coisas semelhantes; e questões que afetavam o bem-estar de milhões eram apresentadas como e julgadas como um todo, em alguma pantomima imbecil. Uma guerra trágica na África do Sul, que destruiu muitos milhares de lares, empobreceu duas nações inteiras, e levou à morte e à invalidez cinquenta mil homens, foi apresentada como uma querela quase cômica entre um ser violento e esquisito chamado Chamberlain, com um olho de vidro, uma orquídea e um gênio irascível, e um velho *Kroojer*, um velho obstinado e muito astuto, num chapéu repelente de má qualidade. [...] Nessa atmosfera, aqueles homens chegaram à fama e ao poder, e naquele dia julguei encontrar neles a mais bizarra sugestão de atores que de repente abandonaram peças grotescas e tolas; a pintura fora lavada de seus rostos, a pose posta de lado.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 190.

supérfluos, tratando-os com ironia¹⁶⁹, a classe governante inglesa havia garantido para si acúmulo de poder e posições políticas relevantes, mas não as desejavam propriamente a fim de utilizá-las em grandes feitos. Faltavam-lhe ideias para um “projeto de futuro”. Entretanto, essa não era uma peculiaridade dos ingleses, pois em nada se distinguiam dos governantes das demais potências¹⁷⁰.

Um aspecto relativo à “Mudança” e destacado pelo protagonista merece uma breve reflexão. Segundo ele, a ideia de propriedade da terra sofre uma profunda alteração a partir daqueles dias. Contudo, antes de descrever a nova concepção, ele decide explicar de forma sucinta qual era o entendimento predominante até então a respeito da propriedade da terra.

Do seu ponto de vista, em princípio, não houve uma preocupação das comunidades humanas que viviam da terra com a sua posse. De forma cautelosa, o protagonista afirma que “supostamente” houve uma dissociação entre essas comunidades e a terra e a maior parte dela passou a pertencer a um pequeno grupo de pessoas chamado de “proprietários de terra”. Esses

¹⁶⁹ “Oito dos quinze eram oriundos da mesma universidade, tiveram uma educação totalmente paralela: um pouco de linguística grega, matemática elementar, um pouco de “ciência” degenerada, um pouco de história, um pouco de leitura da discreta ou timidamente ortodoxa literatura inglesa dos séculos XVII, XVIII e XIX, todos os oito se embebedaram da mesma tradição de comportamento cavalheiresco, infantil em essência, sem imaginação – sem espadas afiadas ou arte – uma tradição capaz de cair no sentimentalismo numa crise e fazer, de um simples dever bastante mal cumprido, uma grande virtude. Nenhum dos oito tivera experiência real de vida; viviam com anteolhos, passaram de bebês a governantas, de governantas à escola preparatória, de Eton para Oxford, da governanta para a rotina social preparatória. Mesmo os vícios e os lapsos deles estavam de acordo com certos conceitos de bom-tom. Todos haviam saído clandestinamente de Eton para as corridas. De Oxford, saíram para a cidade a fim de ver a vida – a vida de teatro de variedades – e seguiram de novo, obedientemente. Então, de repente, descobriram suas limitações...” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 193.

¹⁷⁰ “É fato que esse grupo de homens que constituíram o governo de um quinto da região habitável da terra, que governaram um milhão de homens armados, que possuíram uma marinha como a humanidade jamais vira, cujo domínio sobre nações, línguas e povos ainda ofusca, naqueles grandes dias não tinham uma ideia comum do que pretendiam fazer com o mundo. Haviam representado um governo por três longos anos e, antes da Mudança atingi-los nem mesmo lhes ocorrera que era necessário ter uma ideia comum. Não havia em absoluto uma ideia comum. Aquele grande império nada mais era que uma coisa sem rumo, uma coisa sem propósito, que comia, bebia, dormia, prestava serviço militar, e tinha orgulho metódico de si mesma, porque acontecera por acaso. Não tinha plano, intenções; nada pretendia, nada em absoluto. E o outro grande império sem rumo, perigosamente desgovernado como minas marinhas, estava no mesmo caso. Hoje mais absurdo que possa parecer agora um conselho de gabinete britânico, aquele não era nem um pouco mais absurdo que o núcleo controlador, o conselho autocrático, o comitê presidencial, ou qualquer outro de seus cegos rivais...” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 194.

proprietários adquiriram a liberdade total de uso e exploração da terra, submetendo aqueles que não a possuíam ao pagamento de impostos e outras coerções¹⁷¹.

Progressivamente, tornou-se possível vender e comprar a terra. Sua posse teria sido estimulada e garantida pelo poder do Estado na Europa e esse modelo teria sido replicado para diversas regiões do mundo, como os Estados Unidos e outras ex-colônias que se tornaram independentes. O uso de certas palavras qualificadoras pelo protagonista, como “louca ilusão” e “demência”, evidencia sua opinião sobre a irracionalidade desse processo¹⁷².

Por um lado, entendo que se trata de uma leitura extremamente simplista, que carece de uma base histórica mais consistente. Assim, é possível apontar uma falta de clareza em sua interpretação sobre o nascedouro desse processo e em que medida ele se articula com a formação do próprio Estado, assim como as variadas formas de resistência de outros grupos sociais ao processo, por exemplo. Por outro lado, é preciso lembrar que, por ser uma obra literária, exigir uma fidelidade estrita com a veracidade histórica seria um equívoco. É mais relevante buscar compreender o sentido da interpretação dada pelo autor através de seu protagonista.

Seja como for, ainda que o autor não utilize termos e expressões como “mercadoria” e “acumulação primitiva”, pertencentes em grande medida ao universo teórico-conceitual marxista, não deixa de ser perceptível a influência dessa visão em seu entendimento sobre as transformações dos usos sociais e da ideia de posse da terra. Tais modificações haviam sido compreendidas, pelo senso comum, de forma naturalizada, segundo o protagonista. Contudo,

¹⁷¹ “Deixem-me tentar expor os fatos principais que desapareceram de nossas mentes. A princípio, havia o antigo sistema de “propriedade”, que causava uma confusão extraordinária quanto à administração da terra em que vivíamos. Antes, ninguém pensava nela, fosse como adequada ou idealmente conveniente, mas todos aceitavam. A comunidade que vivia da terra supostamente teria desistido de sua necessária associação com ela, exceto em certos exemplos restritos de rodovia e propriedade coletiva. Todo o resto da terra foi dividido, da forma mais louca, em pedaços, retangulares e triângulos de vários tamanhos, entre uma centena de milhas quadradas e alguns acres, e colocado sob o governo quase absoluto de uma série de administradores chamados proprietários de terras. Eles possuíam a terra quase que da mesma forma como hoje um homem possui um chapéu; compravam-na, vendiam-na e dividiam-na como queijo e presunto; podiam arruiná-la ou deixá-la definhar, ou erguer nela monstros horríveis e devastadores. Se a comunidade necessitasse de uma rodovia ou um bonde, se quisesse uma cidade ou um povoado em qualquer situação, nada feito, e mesmo se quisesse apenas locomover-se de um lado para outro, teria de fazê-lo mediante tratados exorbitantes com cada um dos monarcas cujo território estivesse envolvido. Nenhum homem teria posição segura na face da terra até pagar tributo e homenagem a um deles.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 195.

¹⁷² “Isto soa, bem sei, como um sonho de lunático, mas a humanidade era esse lunático, e isso prevalecia não só nos velhos países da Europa e Ásia, onde o sistema surgira sem a delegação do controle local aos magnatas territoriais, mas nos “novos países”, como os chamávamos então – os Estados Unidos da América, a Colônia do Cabo, Austrália e Nova Zelândia – passaram grande parte do século XIX no frenético doar de terras para sempre, a qualquer um que eventualmente a tomasse. Houvesse carvão, houvesse petróleo ou ouro, houvesse solo rico ou porto, ou local para uma bela cidade, e esses governos obcecados e néscios clamavam por trabalhadores, e uma corrente de aventureiros maltrapilhos, malandros e violentos se estabelecia para fundar uma nova seção da aristocracia territorial do mundo. [...] Isto era algo que nenhum dos estadistas, antes da Mudança, encararia senão como a ordem natural do mundo, e que nenhum deles encara hoje senão como a ilusão louca e desaparecida de um período de demência.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 196.

ele próprio entende que se trata de uma leitura equivocada ao negligenciar o poder como uma relação social fundamental nesse processo.

Prosseguindo, na reunião dos dirigentes ingleses, elementos do capitalismo de então são encarados como “facilmente” superáveis no vindouro “Estado universal”. Em uma breve passagem, percebe-se que a marca do novo capitalismo seria a não exploração do “Outro” em suas variadas formas. Para tal empreendimento, o “novo mundo” deve privilegiar a educação ampla e profunda de todos os jovens, mas não aquela vigente, que perpetua a dominação e a “visão de mundo” egoística¹⁷³. Indo além, toda e qualquer forma de separação entre pessoas, povos e nações, seja por meio de prisões ou fronteiras, deve ser abandonada¹⁷⁴.

Contudo, não há detalhes sobre como executar uma transformação de tal calibre. A narrativa apenas esclarece que a importância de tais mudanças, vagas em grande medida, se torna evidente e, portanto, “tudo pode ser feito tão facilmente”. Curiosamente, não se deve deixar de perceber que tais ideias universalistas e pacifistas de organização de um “novo mundo” surjam precisamente no âmago do Império Britânico, ou seja, no centro do poder e do capitalismo mundial.

Em um momentâneo deslocamento no tempo, o protagonista afirma olhar para o passado, após o decorrer de décadas e do alto da sua maturidade, e compreender com alívio e alegria que a humanidade e, conseqüentemente, o mundo haviam de fato se modificado. Uma

¹⁷³ “E tal como se deu com a questão da terra, o mesmo aconteceu com uma centena de outros sistemas, instituições e fatores complicados e falsos na vida do homem. Falaram de comércio, e constatei, pela primeira vez, que podia haver compra e venda sem perda para qualquer homem; falaram de organização industrial, e ninguém encarou sob chefias que não buscassem vantagens fundamentais. A confusão das velhas associações, complicações pessoais e reconhecimento habitual foi banida de todo estágio e processo de treinamento social dos homens. Coisas de há muito escondidas vieram à tona com uma clareza e nudez surpreendentes. Os homens que despertaram deram risos cáusticos, e a velha desordem das escolas e universidades, livros e tradições, o antigo ensino tateante, meio figurativo, meio formal das igrejas, o complexo de sugestões e induções enfraquecedoras e confusas, em meio às quais o orgulho e a honra da adolescência entravam em dúvida, tropeçavam e caíam, tornou-se nada mais que uma lembrança apagada, curiosa e agradável. Deve-se haver uma educação comum para os jovens”, dizia Richover, “uma iniciação franca. Não os educamos tanto quanto as coisas que escondemos deles, e armamos armadilhas. E devia ser tão fácil... tudo pode ser feito tão facilmente.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 196-197.

¹⁷⁴ “Nessa perspectiva ampliada, a guerra com os alemães – aquela Alemanha mítica, heroica, fêmea armada, desaparecera da imaginação dos homens – era um simples episódio exaurido. Uma trégua já fora acertada por Melmount, e aqueles ministros, depois de algumas reminiscências admiráveis deixaram de lado a questão da paz como uma simples questão de acordos particulares... Todo o esquema do governo universal se tornara fluído e provisório em suas mentes, tanto nos pequenos como nos grandes detalhes, e eles atiraram para um só lado a confusão pouco analisável das prisões e sacristias, distritos e municipalidades, condados, estados, juntas e nações, autoridades entrelaçadas, sobrepostas e conflitantes, a teia de interesses e reivindicações mesquinhos na qual uma multidão inumerável e insaciável de advogados, agentes, gerentes, chefes, organizadores vivia como pulgas num velho casaco sujo; a teia de conflitos, ciúmes, apaziguamentos inflamados e especulações decompostas do velho sistema.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 197.

vez mais, ressalta o contraste com o “velho mundo” e suas misérias¹⁷⁵, a radical mudança no destino de inúmeros homens e mulheres e, em especial, das novas gerações¹⁷⁶.

Finalmente, chega-se à parte derradeira da trama, o “Livro III”, intitulado “O novo mundo”. Uma palavra é repetida pelo protagonista como um nome próprio, como o reverso resumido de toda a constelação de afetos de outrora: Esperança¹⁷⁷. Subitamente, ele encontra sua antiga namorada e seu rival juntos, procurando por ele. Percebe então que algo havia mudado neles também. Em seu íntimo, sabe que aquilo que sente não é do mesmo caráter das paixões “egoísticas”¹⁷⁸. De uma forma ampla, acredita que essas paixões, que contaminavam pensamentos e atos, não se encontram presentes¹⁷⁹.

“Toda paixão é loucura”, afirma o protagonista. Então, anuncia que se irá se afastar, dedicar-se a outros interesses e não mais voltar a vê-los. Mas eis que, surpreendentemente, a antiga namorada protesta contra essa decisão, revela que sente amor pelos dois homens e propõe que os três deveriam ficar juntos. Ela enfatiza a falta de sentido em preservar antigas convenções. Contudo, os dois homens discordam da mulher. Ao longo de algumas páginas, esses personagens discutem a respeito de uma essência profunda de homens e mulheres. A questão central diz respeito à natureza egoística de tal essência. Diferentemente da mulher,

¹⁷⁵ “Assim, num breve lapso de tempo, a humanidade, em irmandade estagnada, mas efetiva, movimentou-se para se fazer o seu mundo. Aqueles primeiros dias, aquela primeira e segunda décadas da nova época eram, em suas circunstâncias diárias, um tempo de jubilosa labuta; víamos principalmente nossa própria parcela nele, e um pouco do conjunto [...]. Todas essas grandes cidades cederam e se foram; até mesmo as olarias e a minha região negra nativas se foram, e as vidas apanhadas, mutiladas, subjugadas pela fome e deformadas em meio a seus labirintos, a seus desajustes esquecidos e negligenciados, e à sua vasta maquinaria industrial desumana, malconcebida, se foram – para a vida. Essas cidades de crescimento e acidentais se foram todas; jamais uma chaminé enfumaçará nosso mundo hoje, e se foram com elas, com a mudança total em nossas vidas, o som de do choro das crianças que andam com dificuldade e têm fome, o desespero surdo das mulheres sobrecarregadas, o barulho das violentas rixas nos becos, todos os prazeres vergonhosos e todas as grosserias feias do orgulho abastado.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 198-199.

¹⁷⁶ “[...] E por todo o mundo vão nossas crianças, nossos filhos, que o velho mundo teria feito empregados servis e balconistas, servos do arado e criados; nossas filhas que antigamente eram criadas anêmicas, prostitutas, mulheres de moral baixa, mães torturadas pela ansiedade ou fracassadas insensíveis e descontentes; eles vão por este mundo, contentes e bravos, aprendendo, vivendo, fazendo, felizes e jubilosos, bravos e livres.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 200.

¹⁷⁷ “Com tudo isso, se poria em marcha a Esperança, a Esperança confiante, radiante e invencível, até tornar-se afinal a marcha triunfante da Esperança, o conquistador entrando com toques de clarim e bandeiras pelos portões escancarados do mundo.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 203.

¹⁷⁸ “Pareceu-me ver os dois pela primeira vez; como eram agradáveis, graciosos e humanos. Era como se eu de fato jamais os tivesse visto antes, e na verdade, antes, sempre os vira através de uma névoa de paixão egoísta. Eles partilhavam da escuridão e da pequenez universal dos velhos tempos; agora partilhavam da exaltação universal dos novos tempos.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 203.

¹⁷⁹ “Todo o antigo esquema da vida humana se dissolvera e deixara de existir, a concorrência mesquinha, a agressão gananciosa e vil, a indiferença ciumenta de alma para alma. Onde isso nos deixara? Era o que discutíamos, nós e milhares de milhões de outros.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 206.

tanto o protagonista¹⁸⁰ quanto o seu rival¹⁸¹ concordam com a premissa egoística. “Vive-se de diferentes meios”, opõe-se a mulher. Mas, apesar de seus argumentos contrários, a decisão do protagonista acaba por prevalecer e o casal se separa dele, deixando-o sozinho.

O protagonista então comenta sobre a destruição de cortiços e a construção de novas habitações para os trabalhadores, um empreendimento colossal feito a partir de um esforço coletivo. Em um pequeno trecho, é sugerida a ideia de que a noção de propriedade deve ser severamente modificada¹⁸².

Ao descrever os dias derradeiros de sua mãe, ele afirma que as terras e os prédios, que outrora haviam pertencido às classes abastadas, foram adaptados segundo as necessidades da população de forma a abrigá-la. Em certo ponto, a palavra “paraíso” é citada em contraste com a descrição da vida proletária do passado, “do carvão, do minério de ferro e do barro”. Assim, a principal impressão é que progressivamente uma “utopia” havia se tornado plausível e alcançável a todos naquela existência presente, não mais deslocada a um futuro longínquo ou ao além-vida¹⁸³.

Ao recordar as inúmeras mudanças daqueles primeiros anos, o protagonista comenta a respeito das grandes festas incendiárias cujo sentido era realizar uma espécie de “purgação”. Ele afirma que incontáveis livros, documentos, prédios, templos, obras de arte, roupas e toda sorte de objetos criados pelo homem foram incinerados em festividades realizadas duas vezes por ano até que tudo que fosse “sem imaginação, sem beleza, sem honestidade pública, sem sequer conforto ou comodidade” não mais existisse. Em sua descrição, nenhuma divergência ou conflito sobre o que deveria ou não ser eliminado são aludidos, como se estivesse presente uma uniformidade de pensamento. São mencionados simbolicamente objetos que remetem à religião, à propriedade, à guerra e ao capitalismo industrial do início do século XX como

¹⁸⁰ “Nossas emoções, nossas paixões, nossos desejos, a essência deles, como a essência de nossos corpos, é uma coisa animal, competitiva, bem como desejável. Você nos fala agora de alma para alma... pode-se fazer isso quando se fez ginástica ou comeu, ou quando não se faz nada... mas quando voltamos à vida, a matéria volta outra vez.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 216.

¹⁸¹ “[...] Penso como Leadford, Nettie, que, como ele colocou, está na natureza do homem ser exclusivo... As mentes são coisas livres e vagueiam pelo mundo, mas apenas um homem pode possuir uma mulher. Você deve descartar rivais. Fomos feitos para a luta pela existência... nós *somos* a luta pela existência. O que vive é a luta pela existência material... e isso faz com que os homens lutem por suas companheiras; para cada mulher, um leva a melhor. Os demais se vão.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 217.

¹⁸² Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 225.

¹⁸³ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 230.

alvos preferenciais da destruição¹⁸⁴. Mais importante e simbólico, são as ideias “deturpadas e mutiladas” que tais objetos e símbolos representam e que compõem o “lixo” a ser varrido não apenas do ponto de vista material, mas do intelecto humano¹⁸⁵.

Na “utopia” que alvoreceu com a “Grande Mudança”, as paixões egoísticas haviam sido extintas, o que não significava o fim de todas as paixões¹⁸⁶. Assim, o protagonista inicia uma relação amorosa com Anna, uma jovem mulher que havia cuidado de sua mãe durante um breve período que antecedeu o falecimento dela, e que se torna sua companheira pelo restante de sua vida. Entretanto, não há empecilhos que lhe cerceiem o amor pela antiga namorada. Nesse sentido, fruto da ausência das paixões egoísticas, encontra-se implícita uma noção de liberdade¹⁸⁷.

No capítulo final, “Epílogo”, a história retorna ao seu ponto de partida, ou seja, aos dois homens no alto da torre. Nesse ponto, o homem jovem resume o significado da

¹⁸⁴ “Destruímos e queimamos a maioria de nossos edifícios públicos, enquanto reformávamos nos plano de habitação, nossos teatros eram verdadeiros barracos, nossos bancos, nossas inconvenientes reservas de caça, nossas fábricas, e toda a repetição sem sentidos de falsas igrejinhas e templos góticos, meras cascas, de aparência mesquinha, de pedra e argamassa, sem amor, sem imaginação, sem qualquer beleza, que os homens haviam empurrado na face de seu suado Deus enquanto empurravam comida barata nas bocas de seus suados trabalhadores; tudo isso destruímos, no decurso daquela primeira década. Depois faltava ainda todo o sistema superado de trens a vapor para jogar no ferro-velho e nos desembarçarmos de estações, sinais, cercas, material rodante; uma maquinaria de mecanismo mal planejado e fumacenta que nas antigas condições teria mantido uma vida obstrutiva, desagradável e degenerada por talvez meio século. E também havia uma grande colheita de cercas, quadros de aviso, tapumes, feios abrigos, todo o ferro corrugado do mundo e tudo quanto estava sujo de piche; nossas quatro fábricas de gás e depósitos de petróleo, todos os nossos veículos puxados a cavalo, os vagões de carga e vagonetes tiveram de ser suprimidos... Contei-lhes já o bastante, talvez, para dar uma ideia do volume e da qualidade de nossas grandes fogueiras, nossas queimas, nossas fundições, o trabalho pesado dos escombros totais, acima e além do esforço construtivo, naqueles primeiros anos.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 239.

¹⁸⁵ “[...] E pareceu-me que, ao juntarmos esses livros e papéis, reunimos algo mais que impressos e escritos; juntamos ideias deturpadas e mutiladas, e sugestões vis contagiosas, as fórmulas de tolerância embotada e da impaciência estúpida, a ingenuidade mesquinha e protetora de hábitos arraigados de pensamento e subterfúgios tímidos e indolentes. Havia mais que um traço de maligna satisfação em mim, ao ajudar a reunir tudo isso.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 240.

¹⁸⁶ “Não! A Mudança de fato nos libertara de nossas paixões mais vis, de nossa concupiscência habitual e mecânica, de questões mesquinhas e concepções grosseiras, mas não nos libertar das paixões do amor. Apenas trouxera o senhor da vida, Eros a si mesmo.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 244.

¹⁸⁷ “Antes, o amor era uma coisa patenteada, cruel. Mas agora Anna deixaria Nettie viver no mundo da minha mente, tão livremente quanto uma rosa permite a presença de lírios brancos. Se eu ouvia notas que não estavam em seu compasso, ela ficaria feliz, porque me amava, pelo fato de eu ouvir outra música que não a dela.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 247.

transformação resultante da passagem do cometa: ao suprimir as paixões egoísticas, o que se vê é a “desumanização” do homem¹⁸⁸.

Percebe-se que o homem jovem, de alguma forma, não pertence ao “novo mundo”, alterado pela “Grande Mudança”. Esse aspecto se torna evidente em sua interpelação ao protagonista sobre a vida amorosa dele e por não entender e aceitar que um amor livre pudesse ocorrer entre ele, sua mulher, sua antiga namorada, seu amante e tantos outros. Não é clara no romance a origem desse jovem, mas, pela cronologia, pode-se cogitar que pertence a uma geração posterior aos efeitos da mudança. Esse raciocínio conduz a algumas questões que merecem uma reflexão.

Não é incoerente supor que outros homens e mulheres se encontrem na mesma condição que o jovem, sendo uma espécie de “reminiscência” do “velho mundo”. Na hipótese desse jovem ter nascido após a “Grande Mudança”, seus efeitos, portanto, poderiam não ser perenes. Sendo assim, ao constituírem uma parte essencial da natureza humana, as paixões egoísticas retornariam, assim como toda sorte de consequências. Portanto, não há certeza se a “utopia” oriunda dos “dias do cometa” irá perdurar.

Assim, entre as linhas finais do romance, uma ambiguidade se encontra presente. Entretanto, também é possível apreender que uma transformação verdadeiramente duradoura das sociedades e da ordem internacional não deve esquecer ou negar o legado histórico, assim como as vicissitudes humanas.

2.7. Digressões e comentários sobre as obras ficcionais de H. G. Wells

Conforme aponte, diversos aspectos das obras de Wells apresentadas anteriormente merecem ser examinados com cautela. De maneira a não prejudicar a leitura de suas sínteses, além de contribuir para o estabelecimento de relações entre as próprias obras e também com os trabalhos de outros autores, optei por concentrar a discussão de tais aspectos nessa parte da pesquisa.

¹⁸⁸ “Isso era tudo que escrevera aquele homem de cabelos grisalhos e aparência agradável. Perdi-me completamente em sua história nos primeiros tomos, esquecido do autor e de seu agradável escritório, e da torre elevada na qual se localizava. Mas, gradativamente, à medida que me aproximava do fim, voltou-me a sensação de estranheza. Tornava-se cada vez mais evidente que se tratava de uma natureza humana diferente de quantas eu conhecera, irreal, com hábitos diferentes, crenças diferentes, interpretações diferentes, emoções diferentes. Não fora uma simples mudança de coração e mente. Em certo sentido, desumanizara o mundo, roubara-o de seus rancores, seus ódios intensos, suas incompatibilidades, seu humor. No fim, e particularmente depois da morte da mãe, senti, em geral, que a história perdera inteiramente minha simpatia. As fogueiras de Beltane queimaram nele alguma coisa que ainda funcionava viva e insubmissa em mim, que se rebelou em particular com a volta de Nettie. [...] Quando ocorreu a Mudança, a cada uma das fases de concretização o abismo se ampliava mais e tornava-se mais difícil acompanhar a linguagem dele.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1984, p. 247-248.

Sendo assim, em *A máquina do tempo*, alguns elementos são importantes e devem ser ressaltados nesse interessante romance de estreia de H. G. Wells. Em primeiro lugar, o que é possível indagar sobre o “comunismo” futurista imaginado pela personagem principal e, por que não dizer, pelo próprio Wells? É preciso notar, com atenção, que a ideia de comunismo apresenta uma historicidade, com variados significados. Segundo Giuseppe Bedeschi, duas importantes concepções comunistas são representativas também de ideais utópicos: *A República* de Platão e *Utopia* de Thomas Morus. Devo lembrar que tais obras tiveram influência na formação intelectual de Wells.

Na cidade ideal platônica, a propriedade privada é extinta de forma que não haja nenhum conflito entre os interesses do Estado e o privado. Adicionalmente, a ideia de família é suprimida para que a dedicação ao bem público não sofra a interferência de afetos particulares. Cabe ao Estado prover as condições materiais e a educação das crianças, geradas pela união temporária de homens e mulheres. Entretanto, essa organização é adotada para os grupos “superiores”, ou seja, os governantes e os guerreiros. O restante da população tem a obrigação de executar serviços manuais, cuidar do comércio e da agricultura, entre outras funções econômicas, dentro de uma estrutura familiar tradicional. A dependência é primordial para a preservação do modelo. Assim, não há qualquer questionamento sobre uma possível emancipação desses grupos “inferiores”.

A obra de Morus foi escrita em 1516, no alvorecer da era moderna e das mudanças econômico-sociais resultantes da apropriação das terras comunais inglesas, transformadas em fornecedoras de lã para as produtoras de têxteis. Entre essas mudanças, encontra-se também a expulsão das populações de agricultores dessas terras, que se convertem, basicamente, em despossuídos em situação de miséria e em mão-de-obra assalariada das produtoras de têxteis, suportando condições de trabalho deploráveis.

Em *Utopia*, não são tolerados a propriedade privada nem o dinheiro, incompatíveis, segundo Morus, com a ideia de uma sociedade harmoniosa, em que as necessidades de todos são atendidas de forma satisfatória, sem carências ou excessos¹⁸⁹. Além disso, todos os bens imóveis pertencem ao Estado, como terras, matérias-primas, fábricas, entre outros. Todos os habitantes trabalham até seis horas por dia. Assim, não há ociosos que sejam mantidos pelo trabalho alheio. Existe uma estrutura social baseada na família. As famílias de *Utopia* podem retirar de um fundo comum o que for suficiente para as suas necessidades. Não há bens de

¹⁸⁹ “Parece-me que em todo lugar em que se vigora a propriedade privada, onde o dinheiro é a medida de todas as coisas, seja bem difícil que se consiga concretizar um regime político baseado na justiça e na prosperidade.”. MORUS, Thomas *apud* BEDESCHI, Giuseppe. Comunismo. In: BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Op. cit.*, p. 205-210.

luxo nem a acumulação de bens em excesso. Do ponto de vista político-administrativo, privilegia-se a “democracia aberta”, em que os governantes e os responsáveis pela aplicação das leis são eleitos. De forma semelhante, os negócios econômicos e sociais são gerenciados por uma assembleia igualmente eleita. Por fim, a escravidão é mantida, restrita a prisioneiros de guerra ou àqueles que cometeram algum crime, sendo nesse caso em regime temporário. A eles, são destinadas funções duras e pesadas.

Nesse caso, parece haver aspectos presentes nas duas obras, mas não ao mesmo tempo obrigatoriamente, que vão ao encontro da noção de comunismo apresentada por Wells em *A máquina do tempo*, como a extinção da propriedade privada, do dinheiro e da família na forma tradicional. Mas talvez uma concepção “utópico-comunista” que apresente elementos muito próximos à leitura inicial do protagonista seja aquela de Étienne Cabet. Em sua obra *Viagem à Icária*, também não há qualquer possibilidade de propriedade privada ou pessoal. Mas, diferentemente das outras concepções “utópico-comunistas”, há uma radical eliminação das diferenças sociais, incluindo os papéis sociais de homens e de mulheres, e até mesmo distinções na forma de se vestir. Os meios de produção são coletivos e os planos de produção são anuais, feitos por um grupo eleito pela comunidade. O trabalho é igualmente dividido e cada membro da coletividade recebe o necessário para a manutenção de sua vida, sem que haja faltas ou excessos.

É preciso enfatizar que, ao formular hipóteses interpretativas para o mundo do ano 802.701 da “era cristã”, o protagonista a princípio relaciona a ordem social dos Elóis ao “comunismo”. Em que pese minhas análises anteriores, assinalo que o “comunismo” futurista de Wells é marcado pelo fim da ideia de progresso e caracterizado por um estágio derradeiro onde não é possível ir além, mas apenas retroceder. Com a decadência da civilização humana, a “paz perpétua” seria afinal alcançada.

Em um momento posterior, no entanto, o protagonista propõe uma interpretação “capitalista” para o futuro distópico. Compreende que a separação social extrema está inserida na lógica do capitalismo. Sua ininterrupta exacerbação levaria a um paulatino processo de “desumanização” do homem. A indústria não deixaria de existir, mas não mais estaria inserida em um processo de acumulação de capital e na busca pelo lucro. Os papéis sociais seriam formados segundo um nexos “racial”, sem que houvesse contestação ou possibilidade de mudança, funcionando de modo “automático”.

Essa lógica social lembra, em boa medida, a forma como se estruturou prática e doutrinariamente o colonialismo inglês e europeu na África e na Ásia na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX¹⁹⁰.

Por fim, um aspecto importante, essencial nas obras utópicas aqui resumidas, mas, a princípio, alheio ao pesadelo futurista de Wells, é a existência do Estado. Não há indícios no livro de Wells de que, no futuro distante, haja um pacto social, governos, instituições, leis, estruturas políticas, legislativas, jurídicas e administrativas, ou ainda legitimidade no uso da violência. Nesse sentido, em que medida, para o autor, a ausência de Estado e o colapso civilizacional podem estar relacionados?

A título de digressão, aponto que tradições distintas do pensamento filosófico inglês, em particular, as ideias de Thomas Hobbes e John Locke¹⁹¹, no século XVII, apresentaram em comum o reconhecimento do pacto social constituinte do corpo político, da sociedade civil e do Estado como forma de impedir a guerra, seja de todos contra todos, seja de alguns contra os demais, respectivamente. Considerando somente essas tradições, não é absurdo interpretar que, se a paz, a segurança e a permanência da sociedade são alcançadas e se tornam perenes a partir da formação do Estado, do ponto de vista lógico, sua falência acabaria por conduzir os homens à guerra, ao crime e à desestruturação da sociedade. Contudo, essa é uma reflexão

¹⁹⁰ Segundo Anna Maria Gentili, colonização é o processo de aquisição e alargamento de territórios (colônias) assim como a subjugação dos povos ali residentes, diferentes daqueles da potência colonial, através da coerção física e/ou da supremacia econômica. Contudo, não se deve confundir colonização com Colonialismo, o qual se alinha mais adequadamente ao estabelecimento sistemático de formas diversas de dominação. Em sua versão contemporânea, o Colonialismo formal se caracteriza pela institucionalização de um domínio político, econômico, social e ideológico de um Estado sobre territórios e povos diversos. Tal dominação, entretanto, também ocorreu de maneira informal, *de facto*, sobre territórios considerados independentes. É possível também caracterizar o Colonialismo como uma das formas assumidas pelo imperialismo europeu ao final do século XIX e início do século XX. Está inserido na dinâmica de obtenção de fontes de matérias-primas, minerais e agrícolas, em prol do desenvolvimento industrial europeu. Não apenas as fronteiras dos territórios submetidos ao Colonialismo são definidas pelas potências coloniais, mas também a estrutura política, econômica e social de maneira a explorar a força de trabalho com baixo custo, promover um emprego racional dos recursos e, simultaneamente, manter certo equilíbrio e impor uma determinada ordem. Cf. GENTILI, Anna Maria. Colonialismo. In: BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Op. cit.*, p. 181-186.

¹⁹¹ Indico brevemente algumas diferenças significativas entre as duas tradições. Em um Estado de tipo “lockeano”, um governo representativo é formado, levando em conta a vontade coletiva. Um pacto social é estabelecido, contrário à ideia da violência como forma de garantir o pacto. Para Locke, o governo representativo e as leis devem garantir o direito de propriedade, que existe no “estado de natureza”, mas é incerto. Diferentemente, um Estado de inspiração “hobbesiana” remete a uma monarquia absolutista. A natureza do homem é considerada “maléfica”. Para Hobbes, no “estado de natureza”, existe a luta de todos contra todos. Com o intuito de preservar a vida e contra o medo da morte violenta, o pacto que se estabelece é de submissão. A desigualdade é justa, pois é determinada pela vontade do soberano, que é a vontade dos súditos. Contudo, no Estado “lockeano”, a desigualdade também existe, mas não como vontade de um senhor, mas como forma de legitimar a propriedade, fruto do trabalho de cada homem. Por um lado, no Estado “hobbesiano”, uma vez estabelecido o pacto, esse somente pode ser rompido se ameaçar a vida da comunidade, razão pela qual foi estabelecido. Caso contrário, seria considerada uma injustiça. Por outro lado, em um Estado “lockeano”, o pacto pode ser rompido caso não se cumpra com o compromisso de garantir a liberdade e o direito de propriedade. Cf. HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Cf. LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

que leva em consideração as relações sociais no interior de um único Estado e não as relações entre Estados. Além disso, não é possível afirmar que Wells deliberadamente se fundamentou nessa ou naquela referência no processo de edificação de sua obra.

Se não há clareza sobre tal questão no futuro longínquo apresentado em *A máquina do tempo*, pergunto se, na literatura de Wells, há elementos que reforcem o conceito de Estado como um componente necessário para a constituição de uma paz duradoura entre os homens. Nesse momento, posso adiantar que, no decorrer da pesquisa, procurei mostrar que o Estado, sob uma conformação peculiar, é fundamental para o escritor inglês no delineamento de uma “nova ordem mundial”. Entretanto, essa ideia não é suficiente. É preciso que o Estado esteja a serviço do que Wells chamou “o homem e a mulher comuns” e não de elites apartadas do restante da sociedade e de seu ordenamento.

Ainda assim, isso seria o bastante? O que seriam “o homem e a mulher comuns”? O mundo distante temporalmente imaginado por Wells parece esconder uma metáfora adicional. Os dois povos futuristas descritos no romance, Elóis e Morlocks, homogêneos em seu interior, mas profundamente distintos entre si, ainda que tenham estabelecido uma relação importante para a dinâmica social peculiar daquela “realidade”, não parecem estabelecer qualquer tipo de diálogo, de convivência pacífica ou de reconhecimento de suas diferenças e características. A meu ver, a designação “o homem e a mulher comuns” de Wells parece estar inserida em uma mesma “unidade de realidade”, ou seja, que não considera as múltiplas identidades e culturas existentes e suas especificidades. Em sintonia com tal pensamento, está o princípio, para o protagonista de *A máquina do tempo*, de que Elóis e Morlocks estariam presentes em todas as terras e continentes, abrangendo o mundo inteiro, e não apenas restritos aos arredores da região de Londres ou mesmo das Ilhas Britânicas.

Não se pode desconsiderar um aspecto fundamental do universalismo: trata-se de um produto originário do conhecimento e da cultura de matriz europeia. Semelhantemente, deve-se recordar que as hipóteses explicativas sobre o mundo do futuro e o processo que levou à sua constituição, racionadas pelo protagonista-cientista, possuem como referências básicas esse mesmo conhecimento e cultura.

Vale ressaltar que a pergunta sobre a relevância do Estado como ator fundamental à perenidade civilizacional, em tempos recentes, sofre uma transformação, podendo ser assim sintetizada: em que medida a concepção de uma única forma de Estado vai de encontro e põe em risco a existência de povos e nações? Para além de um olhar universalista, de conceitos como socialismo, capitalismo e comunismo e de categorias como dominação de classe, a

discussão sobre a fundação e o papel do Estado passou a refletir, ao longo do século XX, sobre outros elementos, que incluem a colonialidade e a dominação étnico-racial.

Segundo o sociólogo Boaventura de Souza Santos, esses elementos compõem o que chamou de uma “gramática social”, um modo de pensar, viver e conviver que se desenvolveu em territórios e populações conquistadas e colonizadas, como, por exemplo, nas Américas espanhola e portuguesa. Apesar de terem alcançado a independência política, a “gramática social” desenvolvida nessas sociedades perpassa de forma ampla a sociabilidade, os espaços público e privado, a cultura, as mentalidades e as subjetividades. Nesse sentido, as noções de colonialidade e de dominação étnico-racial não estão em oposição a ideias como dominação de classe, mas se combinam e alimentam mutuamente. O princípio norteador, nesse caso, é que a igualdade não pode estar separada do reconhecimento da diferença dos “Outros”¹⁹².

Seria errôneo considerar que transformações epistemológicas significativas ocorreram apenas no seio do chamado “Ocidente” intelectual. É importante salientar que a desvinculação epistêmica dos fundamentos e dos conceitos ocidentais e da acumulação do conhecimento está na base das diversas correntes que compõem o pensamento descolonial.

Sobre esse tema, deve-se destacar resumidamente que o processo de conquista e dominação de vastos territórios, iniciado com as expansões marítimas europeias do século XV, teve, como uma de suas consequências, a violenta substituição de um conjunto de olhares de inteligibilidade do mundo por uma gama de visões centradas em matrizes europeias de pensamento.

Segundo Walter Mignolo, o colonialismo, praticado com variações e em períodos distintos nas Américas, na Ásia e na África, provocou um processo impositivo de assimilação pelas sociedades locais das bases do pensamento eurocêntrico, o que foi posteriormente denominado de “colonialidade”.

Indo além, esse autor entende que “não pode haver modernidade sem colonialidade; que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa” ou, ainda, que a colonialidade é “o outro lado da modernidade”. Em síntese, é nesse sentido que se tornam centrais a hierarquização e a subjugação epistemológica¹⁹³.

Se, por um lado, as distopias alegóricas de Wells contribuem para interrogar epistemologicamente as aspirações utópicas dos chamados “neologismos” da modernidade,

¹⁹² Cf. SANTOS, Boaventura de Souza. *Refundación del Estado en América Latina: perspectivas de una epistemología del Sur*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010, p. 25-34

¹⁹³ Cf. MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 35-38. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

como o liberalismo, o socialismo e comunismo, por outro, não é perceptível em seu texto a indagação e o reconhecimento de outros saberes e experiências, diferentes epistemologias. Mas esse diagnóstico pode soar muito rigoroso e perigosamente anacrônico. Ainda que seja flagrantemente crítico, pode-se pensar que Wells tinha seus questionamentos limitados a um “horizonte” de possibilidades, inseridos no contexto intelectual de seu tempo.

Nesse sentido, do ponto de vista histórico, é perceptível que romances como *A guerra dos mundos*, assim como as demais obras ficcionais de Wells brevemente analisadas nessa pesquisa, reúnem múltiplos interesses, questões e fobias presentes na sociedade inglesa do final do século XIX. Mas não há dúvidas de que seria um erro pensar que tais histórias se resumem a esses aspectos. De fato, eles estão costurados em tramas tecidas com argúcia e criatividade. Posto isso, procurei desvelar alguns aspectos históricos a seguir.

Em *A guerra dos mundos*, ao considerar a maneira como os marcianos se alimentam, sugando diretamente o sangue humano e introduzindo-o em suas veias, não convém deixar de lado que, em 1897, ou seja, no mesmo ano de lançamento do romance, uma novela traria ao público outra história de horror, considerada uma referência marcante da literatura gótica do século XIX. Essa novela se chama *Drácula*, que notabilizou até os dias atuais a figura do vampiro como uma das principais representações do “terror”, ocupando um lugar de fascinação e medo no imaginário coletivo. Seu autor, o escritor irlandês Bram Stoker (1847-1912), tornou-se amplamente conhecido por conta da história.

Ressalto preliminarmente que não é objeto dessa pesquisa realizar uma investigação acurada da novela de Stoker. Compreendo, todavia, que é fundamental discutir alguns pontos relacionados à obra de Wells e sua associação ao contexto do final do século XIX.

Segundo o historiador Thiago Monteiro Bernardo, a ideia principal relacionada ao mito do vampiro diz respeito a um ser que, para sobreviver, necessita extrair a força vital do outro, tal como os marcianos de Wells. É perceptível que, nas representações literárias dos vampiros¹⁹⁴, feitas no início dos oitocentos, as vítimas atacadas são sempre mulheres belas e fragilizadas, sem que haja qualquer indicação de que essas mulheres haviam sido infectadas de alguma forma pelo vampiro. Ao longo do século XIX, entretanto, tal preocupação adquiriu paulatinamente maior relevância, sendo *Drácula* um dos reflexos dessa mudança no mundo literário.

¹⁹⁴ *The vampyre* de John Polidori em 1819 e *Varney, the vampire* de Rymer, editado no formato de série em 1840 são alguns exemplos. Cf. BERNARDO, Thiago Monteiro. Vampiro. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.). *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 934.

Pode-se afirmar que algumas fobias sociais, presentes na sociedade britânica entre o final do século XIX e início do século XX, estão profundamente relacionadas a características e atributos do vampiro¹⁹⁵, conforme exibidos por Stoker, “expressando indiretamente uma percepção de fragilidade tanto do universo masculino quanto da própria estrutura social e política do Império Britânico”¹⁹⁶. Encontram-se presentes no discurso médico do período alertas e cuidados, em particular, sobre “fluidos corpóreos”, em um contexto marcado por surtos de sífilis causadores de grande tormento a homens e mulheres, tornando seus corpos precários para o trabalho e podendo levá-los à morte.

Contudo, diferentemente dos marcianos de Wells, o “Drácula” de Stoker é capaz de contaminar suas vítimas. Para isso, elas precisam ser mordidas e também beber o sangue do vampiro. Deve-se ressaltar que as mulheres são os alvos preferenciais. Elas não apenas são atacadas e contaminadas, mas sobrevivem, tornando-se semelhantes ao vampiro e assim transmissoras da “praga” mortal. Assim, a comparação com o medo masculino do contágio pela sífilis é inevitável. De forma análoga, trata-se de um “mal” que, ao se abrigar no corpo da mulher, infecta e conduz os homens à agonia e à morte.

O romance de Wells aproxima mortalmente o espaço sideral, a “fronteira final”, da humanidade, ameaçando sua existência e continuidade. Encontra-se também presente a ideia de que, apesar de sobreviverem aos marcianos, os homens poderão se transformar, no futuro, ao longo de um processo “evolutivo”, em criaturas grotescas e frias, destituídas de empatia e emoções, capazes de cometer barbaridades para continuarem vivendo. Portanto, possuem alguma semelhança com o vampiro de Stoker. Porém, deve-se enfatizar uma distinção: esse “antagonista” da humanidade não é proveniente do “cosmos” longínquo, mas das fronteiras do Império Britânico.

É possível apreender diferentes conexões entre os “antagonistas” de ambas as obras e temáticas que envolvem o par sangue e sexo. Em primeiro lugar, ambos são o “Outro”, o estrangeiro, o estranho, o *alien* ou alienígena, em português, seja proveniente do planeta Marte, seja da Europa Oriental, uma vez que a origem do Conde Drácula está associada aos montes Cárpatos, na Romênia.

¹⁹⁵ O Conde Drácula, personagem central da novela de Stoker, é um ser ligado ao “mal”, em oposição ao “bem” cristão, um “morto-vivo” que possui capacidades inumanas e sobrenaturais, que precisa desesperadamente consumir sangue de forma a continuar existindo. Cf. BERNARDO, Thiago Monteiro. *Op. cit.*, p. 934.

¹⁹⁶ Cf. BERNARDO, Thiago Monteiro. *Op. cit.*, p. 934.

Além disso, em sintonia com algumas correntes do pensamento eugenista¹⁹⁷, pode-se afirmar que a miscigenação não interessava ao projeto colonial britânico. Ao contrário, havia a concepção de que o “sangue inglês” deveria se manter “puro”, ou seja, que a miscigenação entre ingleses e as populações nativas não deveria ocorrer.

Ideologicamente, acreditava-se que o sangue estrangeiro causava uma “falha”, um erro incorrigível. Portanto, as fronteiras entre civilização e barbárie deveriam se manter sólidas e “incorruptíveis”. Caberia ao branco “civilizado” estabelecer uma determinada ordem e ao nativo “não branco” obedecê-la resignadamente, pois somente dessa maneira poderia superar o que, à época, era chamada de “infância da humanidade”¹⁹⁸. Logo, a noção de superioridade racial e cultural se articulava à imposição de um controle social, econômico e político¹⁹⁹.

É preciso notar que, na descrição dos alienígenas de Wells, o protagonista cita que a reprodução acontecia de forma assexuada e que não havia uma distinção sexual entre os marcianos. Esse detalhe é encarado de forma positiva pelo protagonista, pois os marcianos não seriam afetados por emoções tumultuosas ligadas ao sexo. Ao mesmo tempo, ele especula que, no processo “evolutivo”, a humanidade poderia se transformar em algo semelhante aos marcianos. Assim, é curioso constatar que, nesse futuro hipotético, as implicações “nocivas” resultantes da miscigenação não ocorreriam, pois seriam resolvidas “naturalmente”.

Em resumo, pode-se afirmar que, mesmo de forma distinta, tanto o vampiro quanto o marciano são representações da “ameaça estrangeira”, refletindo um grande temor existente à época de dissolução de toda a estrutura social e política do Império Britânico.

Do meu ponto de vista, mais um aspecto histórico também é merecedor de destaque: a percepção de que o “Outro” se torna superior e intimidante, sendo capaz de levar os ingleses à derrocada militar, abalando em definitivo os pilares do Império Britânico, está inserida em um contexto de amplo crescimento industrial e militar das demais potências mundiais, como a

¹⁹⁷ Criada pelo inglês Francis Galton em meados do século XIX, a eugenia foi um dos diversos discursos nascidos com base na crença inquestionável no progresso humano como o destino incontestável do homem e que se pretendia científico. Foi descrita em diversos artigos a partir de 1865 como a ciência do aprimoramento da raça humana, desconsiderando a historicidade das condições econômicas sociais e resumindo-as à questão biológica de seres “superiores” e “inferiores”, “aptos” e “inaptos”, desde o seu nascedouro: “utilizando-se de elementos positivistas e darwinistas, Galton acreditava que a raça humana encontrava-se em constante evolução biológica, base da evolução moral, e que a ciência eugênica deveria ajudar, e mesmo acelerar, a natureza nesta tarefa. Assim, em uma época marcada por rápidas transformações, em que a industrialização e a urbanização aceleradas traziam consigo problemas sociais e sanitários, até então sequer imaginados, a eugenia vinha afirmar, para alívio da ordem vitoriana, que a miséria dos cortiços operários não era histórica e socialmente construída, mas resultava da incapacidade de espíritos e corpos inferiores para se adaptar às novas condições que se apresentavam à evolução da espécie.” LIMONCIC, Flávio. Eugenia. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Org.). *Op. cit.*, p.278.

¹⁹⁸ Cf. BERNARDO, Thiago Monteiro. *Op. cit.*, 2007, p. 934.

¹⁹⁹ Cf. MIGNOLO, Walter. *Op. cit.*, p. 35-38.

Alemanha e os Estados Unidos, em relação aos ingleses. Assim, creio que é significativo fazer algumas observações complementares.

Em meados do século XIX, a Inglaterra havia alcançado um patamar sem igual de desenvolvimento como a principal economia industrial do mundo. Segundo Vânia Cury, mais da metade da população inglesa habitava as cidades, com atuação direta ou indireta na promoção da indústria. Não havia país que se igualasse a sua produção de carvão, à produção têxtil e de ferro, oriundas de suas fábricas, aos quilômetros de ferrovias construídas e em operação. De igual ou maior importância, a hegemonia do comércio inglês devia-se em larga medida a substancial superioridade de sua marinha mercante, capaz de exportar seus diversos produtos para qualquer parte do globo, protegida por sua inigualável marinha de guerra²⁰⁰.

Essa composição de elementos contribuiu fortemente para formar certo padrão de desenvolvimento econômico calcado na indústria, propagando-se para outros países. Ainda que essa difusão tenha ocorrido de forma heterogênea, encontrando resistências e sofrendo adaptações em cada localidade, é inegável que resultou em profundas mudanças estruturais do ponto de vista social e econômico. Esse processo teve como consequência desenvolvimentos econômicos desiguais. Progressivamente, as potências industriais “tardias” lançaram disputas e desafios ao poder político, militar e econômico britânicos. Essas mudanças, porém, somente surtiram seus primeiros efeitos nas últimas décadas oitocentistas. O baixo crescimento da economia inglesa, comparado ao extraordinário crescimento de países como Estados Unidos e Alemanha, à época, apontava para inúmeros questionamentos sobre o “modelo” inglês de desenvolvimento que até então havia preponderado no sistema mundial capitalista²⁰¹.

Sobre as relações internacionais dos Estados europeus nesse período, o historiador Wolfgang Döpcke enfatiza o marcante acirramento entre as principais potências, levando a uma polarização e constituição de dois blocos de poder após 1890. Ainda que uma parte da literatura especializada aponte a saída de Otto Von Bismarck da chancelaria como um ponto de inflexão da política externa do Império Alemão, Döpcke entende esse período como uma época de transição. Mesmo com tentativas de conciliação, forma-se em primeiro lugar uma divergência entre a Alemanha e a Rússia. Posteriormente, com a *Weltpolitik* alemã e a corrida armamentista naval com a Inglaterra, forma-se uma aguda rivalidade anglo-alemã que será fundamental para a bipolaridade das relações estatais europeias. Esse contexto de tensão foi amplamente relatado e, não raramente, estimulado por jornais e periódicos, gerando grande

²⁰⁰ Cf. CURY, Vânia. História da industrialização no século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 15.

²⁰¹ Cf. CURY, Vânia. *Op. cit.*, p. 16.

repercussão e influenciando a política interna desses países²⁰². Considerando esse último aspecto, é preciso lembrar que Wells chama a atenção para o importante papel social dos jornais, que, ao fim, são capazes de influenciar na interpretação dos fatos e no sentido dos eventos, conforme observado em *Os dias do cometa*.

A respeito desse romance, acredito ser relevante tecer alguns comentários do ponto de vista histórico-teórico. Um dos detalhes marcantes presentes na obra é a identificação do protagonista com as ideias socialistas, constituindo-se como a principal chave de leitura para sua compreensão da realidade.

Sobre isso, é possível afirmar que o socialismo pode ser entendido como a orientação política das hostes trabalhadoras geradas a partir da Revolução Industrial. São plurais as variações do socialismo, mas identifica-se um cerne comum a todas: uma transformação significativa da ordem jurídico-econômica do capitalismo então balizada na troca de mercadorias e na propriedade privada dos meios de produção.

A ordem jurídico-econômica socialista possui como atributos básicos a limitação sobremaneira do direito de propriedade, o controle pelos trabalhadores dos principais recursos econômicos e a busca da igualdade social e não apenas política e jurídica, utilizando-se para tal finalidade da ação do poder público²⁰³.

Os termos e conceitos de socialismo e comunismo estiveram unidos desde a origem de uma forma oscilante, ora em sintonia, ora em oposição²⁰⁴. Não é objeto da pesquisa aqui desenvolvida traçar uma ampla historicidade desses termos e seus significados, mas creio ser importante enfatizar que, a partir dos anos 1840 na Europa, essas palavras vieram a distinguir um extenso movimento, com seus inúmeros matizes, que denunciava o papel dos operários e

²⁰² Segundo o historiador Wolfgang Döpecke, em seu texto síntese sobre a história e a historiografia do período de crise das relações internacionais europeias entre a guerra franco-prussiana de 1871 e o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, “no início de 1897, a política externa alemã entrou numa nova fase, a da mão-livre (*freie Hand*) e da *Weltpolitik*, o que fez surgir definitivamente o antagonismo teuto-britânico. Essa nova política externa, iniciada e simbolizada pelo novo ministro das Relações Exteriores e, mais tarde, chanceler, Bernard Von Bülow, marcou a ruptura definitiva com a política continental de segurança de Bismarck. Definiu como meta não assumir compromissos ou formar alianças (manter a mão livre) nem com a Rússia nem com a Grã-Bretanha, até que a Alemanha possuísse uma armada suficientemente grande para formar com a Rússia um pacto contra a Grã-Bretanha. A Alemanha reivindicou o que Von Bülow chamava de “um lugar ao sol” e o que ele entendia como igualdade na escala mundial com as outras grandes nações. [...] Segundo Bridge e Bullen, o tão aspirado status de potência mundial significaria, na prática, que “nenhuma outra potência teria o direito de decidir qualquer assunto (na política internacional), em qualquer lugar do mundo, sem a autorização da Alemanha”.”. Com dificuldades políticas e financeiras, a Alemanha não conseguiu enfrentar a reação inglesa de aumento do poderio da marinha de guerra e, após 1911, abandonou a corrida armamentista naval, voltando a privilegiar intensamente o exército. Cf. DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1914). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. p. 115-116.

²⁰³ Cf. PIANCIOLA, Cesare. Socialismo. In: BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Op. cit.*, p. 1196-1197.

²⁰⁴ Cf. PIANCIOLA, Cesare. *Op. cit.*, p. 1197.

sua condição no incremento da sociedade capitalista industrial. Além disso, esse movimento rejeitava o individualismo e o liberalismo político e econômico, além de propor formas de associação dos operários e de reformulação comunitária da sociedade²⁰⁵.

Ainda que não seja explicitamente citado em *Os dias do cometa*, não é possível, no contexto histórico do final do século XIX e início do século XX, deixar de considerar o anarquismo, não apenas como teoria, mas como um vasto movimento social presente em diversos países. O anarquismo foi extremamente significativo na oposição e no enfrentamento ao sistema capitalista e à ideologia liberal-burguesa.

De forma resumida, na modernidade, os termos “anarquia” e “anárquico” foram empregados politicamente para especificar a estrutura de uma comunidade ou, de maneira pejorativa, sua falta de estrutura. Em princípio, do ponto de vista teórico, tanto o liberalismo quanto o anarquismo compartilharam a importância de questionar a ordem e os juízos instituídos, de considerar o papel essencial da crítica, assim como da insurreição aos poderes antigos e enraizados, aos quais tendem a se reproduzir e reprimir as dissensões.

Mas, ponderando que, nos sentidos social e econômico, o liberalismo se tornou gradativamente a ideologia das classes burguesas, houve um afastamento conceitual entre anarquismo e liberalismo. Defender uma interferência mínima ou nula do Estado nas atividades dos indivíduos passou a representar usualmente o ideal do *laissez-faire*, acarretando em importantes ganhos para grupos contrários ao poder “oficial” constituído, mas não para toda a sociedade, o que diferia radicalmente das ideias anarquistas.

Por fim, pode-se dizer que, desde o século XVIII, enquanto um ideal político, social, econômico e moral, o anarquismo de uma forma geral defendeu a redução e a eliminação de todas as formas de opressão, de tirania e de exploração do trabalho de outrem por propiciarem graves obstruções ao exercício pleno da liberdade e à efetivação da justiça.

Porém, é necessário lembrar que há uma enorme variedade de doutrinas anarquistas, que apresentam importantes diferenças tanto entre si quanto em relação ao socialismo e ao

²⁰⁵ Um indício dessa divergência semântica se encontra no prefácio ao *Manifesto do partido comunista*, escrito por Friedrich Engels para a edição inglesa de 1888, no qual ele afirma: “Em 1847, se apontavam como socialistas, de um lado, os seguidores de diversos sistemas utópicos: discípulos de Owen na Inglaterra, de Fourier na França, uns e outros já reduzidos ao estado de simples seitas em vias de gradual extinção; de outro lado, os charlatanismos sociais mais diversos... em ambos os casos, tratava-se de homens alheios ao movimento operário que procuravam mais que tudo o apoio das classes “instruídas”. Toda a fração da classe operária que se tinha convencido da insuficiência das revoluções unicamente políticas e proclamara a necessidade de uma transformação geral da sociedade, se dizia comunista. Era um tipo de comunismo grosseiro, apenas esboçado, puramente instintivo; visava, todavia, ao essencial e teve força suficiente entre a classe operária para dar origem ao comunismo utópico, ao de Cabet na França e ao de Weitling na Alemanha. Portanto, em 1847, o Socialismo era um movimento burguês, o Comunismo um movimento da classe operária.” Cf. PIANCIOLA, Cesare. *Op. cit.*, p. 1197.

marxismo. Não se trata de examinar em detalhes cada uma das doutrinas. Mas cabe ressaltar que, embora divergissem, por exemplo, quanto aos métodos para sua concretização, tais doutrinas tinham em comum o ideal de uma sociedade sem classes, sem desigualdade e com a prevalência da justiça. Assim, em resumo, faziam parte de uma gama de visões de mundo que se opunham à ideologia liberal e ao capitalismo dominante²⁰⁶.

Outro aspecto fundamental é que críticas ao papel do Estado, ao capitalismo, ao imperialismo, ao nacionalismo, à guerra, entre outros elementos, estão agudamente presentes em *Os dias do cometa* através das intervenções de seu protagonista. Entretanto, à exceção talvez de suas elucubrações sobre a “engrenagem legal” inglesa e seu caráter perverso, as possíveis correlações entre os elementos citados anteriormente tendem a ser mostradas de uma forma sutil ou implícita. Posso adiantar, todavia, que, em seu empreendimento de interpretação histórica, realizado nos anos subsequentes à Primeira Guerra Mundial, tais correlações surgem de maneira mais explícita e veemente.

Não obstante as diversas teorias do imperialismo, contemporâneas às obras de Wells, descritas e contextualizadas de forma breve anteriormente, em que esses elementos aparecem interligados em maior ou menor amplitude, eu entendo que outros pontos-de-vista podem ser apresentados e discutidos. Assim, sem o intuito de dissecar e esmiuçar obras complexas de outros autores, eu procurei apreender resumidamente algumas de suas principais ideias.

Com muitas décadas e debates de diferença em relação às obras de Wells, o jurista Alysson Leandro Mascaro propõe, a partir de uma análise marxista²⁰⁷ e subsidiária à corrente

²⁰⁶ Cf. MORA, J. Ferrater. Anarquismo. In: MORA, J. Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 133-135.

²⁰⁷ Respeitada a diversidade das correntes marxistas, em que existem concordâncias e divergências, é possível afirmar preliminarmente, segundo Franklin Trein, que “o ponto de partida de Marx, como é bastante conhecido, são as relações de produção e mais particularmente as relações de produção capitalistas. Ele entende que, nessas relações se confrontam interesses antagônicos. De um lado, estão os proprietários privados do capital – o capitalista – e de outro aqueles que detêm a força de trabalho – o trabalhador.”. TREIN, Franklin. *Relações Internacionais: uma introdução ao seu estudo*. Sinais Sociais/Serviço Social do Comércio. Departamento nacional. Vol. 3, n. 9 (janeiro/abril), Rio de Janeiro, 2009. p. 89.

derivacionista²⁰⁸, a compreensão do campo político e do Estado de maneira profundamente vinculada à reprodução social no capitalismo.

Essa reprodução se baseia em relações sociais tornadas mercantis, ou seja, suportada na troca de mercadorias, assim como na exploração dos capitalistas, que detém o capital e os meios de produção, sobre os trabalhadores, possuidores unicamente de sua força de trabalho, tornada mercadoria. Tanto os capitalistas como os trabalhadores são considerados sujeitos livres e iguais juridicamente. Nessa configuração social, o “sobretabalho” é extraído dos trabalhadores em benefício dos capitalistas. Esse processo dinâmico, constituído social e historicamente, conduz de forma inevitável e contínua a tensões e embates entre esses grupos ou, na expressão clássica, à “luta de classes”²⁰⁹.

No livro *Estado e forma política*, publicado em 2013, Mascaro afirma que a acumulação do capital implica e influencia na edificação da “forma política” do capitalismo, o Estado²¹⁰. A configuração e a função do Estado devem ser compreendidas segundo mudanças nos padrões de acumulação.

Mascaro inicia sua construção intelectual a partir das “formas sociais”. Para esse autor, no capitalismo, o salário, o dinheiro, a mercadoria, sua compra e venda, entre outras, são formas oriundas das relações sociais, mas simultaneamente fornecem o substrato principal para essas relações, conferindo sentido, compreensão e reafirmação dos laços estabelecidos

²⁰⁸ Luiz Felipe Osório sintetiza e contextualiza assim o derivacionismo: “Em oposição ao pensamento conservador, socialdemocrata e keynesiano, a Teoria da Derivação de Estado e do Direito emerge [...] no contexto de crise do socialismo soviético e do bem-estar social ocidental, entre as décadas de 1960 e 1980, compreendendo o Estado a partir das próprias categorias que estruturaram a sociedade capitalista. Em outras palavras, da economia política e da própria forma do capital e das relações do modo de produção capitalista, é possível extrair o entendimento das estruturas políticas que lhe são próprias. O derivacionismo defende a compreensão da própria forma política como derivação da forma-mercadoria que se instaura no capitalismo. Para os derivacionistas, a crítica materialista da economia política oferece as bases para uma teoria do Estado capitalista. Há a flagrante necessidade de que o Estado, na concorrência entre capitais, deve oferecer a infraestrutura e a regulação do conflito capital-trabalho.”; OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Um estudo crítico da União Europeia: contradições de seu desenvolvimento institucional e normativo. 2015. 244f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. p. 162.

²⁰⁹ Cf. OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. *Op. cit.*, p. 39-40.

²¹⁰ “Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Sobre as razões dessa especificidade, que separa política de economia, não se pode buscar suas respostas, a princípio, na política, mas sim no capitalismo. Nas relações de produção capitalistas se dá uma organização social que em termos históricos é muito insigne, separando os produtores diretos dos meios de produção, estabelecendo uma rede necessária de trabalho assalariado. [...] No capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob a forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados.”. MASCARO, Alysso Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 14.

entre indivíduos e grupos²¹¹. As mercadorias, incluído o trabalho que se torna generalizado e despersonalizado e, portanto, abstrato, adquirem algo de equivalente, pois todas podem ser trocadas. Além disso, adquirem “valor” que é sempre relacional, entre mercadorias. Tomando como exemplo o dinheiro, Mascaró afirma que essa forma social se torna a medida comum de valor das mercadorias. Mas tal universalidade do dinheiro necessita de um espaço de garantia e reprodução, que será dado pelo Estado²¹².

Para esse autor, em uma perspectiva histórica, a transformação do Estado se inter-relaciona com a luta de classes, as crises capitalistas, os arranjos produtivos que também sofrem modificações, entre outros elementos. Mesmo que, a princípio, não haja barreiras ou intervenções ao capital, por exemplo, em um contexto de um Estado “mínimo”, esse Estado conforma um território e estabelece uma ordem, com um lastro jurídico e político, para que a liberdade do capital possa existir e prosperar. O Estado é a base fundamental de sustentação à dinâmica capitalista de acumulação do capital.

O Estado atua como intermediário e garantidor fundamental das relações entre trabalhadores e capitalistas. Ao mesmo tempo, por determinar os tipos vigentes de contratos, personalidade jurídica, entre outros elementos que compõe seu quadro jurídico, o Estado assegura um ambiente de exploração permanente do trabalho. Ele é a forma característica da socialização capitalista.

Contudo, o Estado não apenas é constituído pelas relações sociais, como também as constitui. Devido a esse aspecto, apresenta contradições, o que significa que nem sempre está

²¹¹ “Com o desenvolvimento das relações capitalistas, [...] as interações entre os indivíduos não mais se estabelecem por meio de junções imediatas aleatórias ou mandos diretos ocasionais ou desconexos, mas por intermédio de formas sociais que possibilitam a própria estipulação e inteligibilidade das relações e que permitem a reiteração dos vínculos assumidos. A reprodução social não se constitui apenas de atos isolados ou meramente dependentes da vontade ou da consciência dos indivíduos. [...] A apropriação do capital, a venda da força de trabalho, o dinheiro, a mercadoria, o valor são formas constituídas pelas interações sociais dos indivíduos, mas são maiores que seus atos isolados ou sua vontade ou consciência. Formas sociais são modos relacionais constituintes das interações sociais, objetificando-as. Trata-se de um processo de mútua imbricação: as formas sociais advêm das relações sociais, mas acabam por ser suas balizas necessárias. [...] Nas sociedades capitalistas, todas as coisas se tornam bens passíveis de troca. Nesse tipo de interação plena, tanto a circulação quanto a produção de mercadorias se instituem por meio de formas sociais necessárias, como o valor e o dinheiro.”. MASCARÓ, Alysso Leandro. *Op. cit.*, p. 17-20.

²¹² “[...] a conformação da apropriação do capital e da mercadoria e a asseguarção dos vínculos nas trocas só se realizam mediante o investimento de juridicidade às subjetividades. Assim, as formas valor, capital e mercadoria transbordam, necessariamente, em forma política estatal e forma jurídica.”. MASCARÓ, Alysso Leandro. *Op. cit.*, p. 21.

a serviço dos interesses de um dado grupo contra os demais²¹³. Nesse sentido, o Estado não deve ser encarado como uma mera ferramenta, neutra e passiva. A crença nessa ideia leva a pensar que bastaria, portanto, qualquer grupo controlá-lo para que as relações econômicas e sociais sejam modificadas²¹⁴.

Assim, é possível afirmar que essa visão apresenta diferenças importantes em relação àquela em que se insere o texto de Wells, ou seja, a prevalência da tradicional concepção marxista do Estado, com seus esteios políticos e jurídicos, como preliminarmente um meio de dominação dos trabalhadores pela burguesia capitalista e, *a posteriori*, com a sua conquista pelos trabalhadores, convertido em instrumento de libertação frente aos capitalistas²¹⁵.

Mascaro vai além, ao propor uma leitura sobre o capitalismo e o sistema de Estados. Afirma que “a forma política moderna capitalista, baseada no Estado, surge historicamente em coletivo, ou seja, como um sistema de Estados, dada sua pluralidade”²¹⁶. Se, no romance de Wells, ponderando que se trata de uma obra ficcional, os conflitos entre os Estados e, sua expressão mais contundente, as guerras são encaradas como irracionalidades e desperdícios materiais e humanos, implicando que, ao fim, não há possibilidade de “vencedores”, o olhar de Mascaro aponta para uma direção distinta.

²¹³ “No capitalismo, a relação entre as múltiplas formas sociais é dinâmica, sustentada pelas interações sociais, demandando uma grande implicação recíproca. Na reprodução social, as formas sociais se apoiam e se coadunam. No entanto, no bojo dessa pluralidade, não há uma espécie de implicação lógica entre si nas próprias formas sociais. Por exemplo, a forma política estatal é fundamental à reprodução da sociabilidade do capitalismo, mas, ao se assentar como forma de um poder separado dos próprios agentes econômicos, ela pode até mesmo, eventualmente, ser disfuncional e contrária aos interesses da valorização do valor. Atravessado pelas pressões e pelos conflitos sociais de modo específico, o Estado pode se revelar um opositor de determinadas relações econômicas do capital. Entre a forma valor e a forma política estatal não há uma decorrência de desdobramento lógico necessário nem de total acoplamento funcional. A separação entre o político e o econômico permite a valorização do valor, forjando suas formas, mas isso se dá num processo que contém, intrinsecamente, a contradição, justamente por conta da própria separação e do apoderamento dividido.”. MASCARO, Alysson Leandro. *Op. cit.*, p. 21.

²¹⁴ “A sua própria constituição como elemento terceiro da relação entre capital e trabalho faz com que o Estado não se estabeleça simplesmente como comitê de uma classe contra outra. Não é porque uma classe controla o Estado que um poder se abre imediatamente em seu total favor e imediatamente em desfavor total das demais classes. O processo de dominação social capitalista é complexo, necessariamente atravessado por formas sociais. Não se identificando apenas à função de poder que assume, mas fundada em objetivações sociais que estão além de sua autonomia, a forma estatal é derivada da forma mercantil e nesse contexto estabelece suas estruturas. Por isso, não é o domínio total e indiferente dos capitalistas nem pode, por via reversa, servir como redenção aos trabalhadores. A forma estatal é justamente alheia aos interesses imediatos dos grupos como modo necessário da reprodução social do próprio capitalismo. O Estado não é domínio dos capitalistas; menos e mais que isso: o Estado é a forma política do capitalismo.”. MASCARO, Alysson Leandro. *Op. cit.*, p. 72.

²¹⁵ Citado por Mascaro, a pergunta de Evgeny Pachukanis vai ao encontro do seu ponto de vista: “por que é que o domínio da classe não se mantém naquilo que é, a saber, a subordinação de uma parte da população a outra? Por que é que ele reveste a forma de um domínio estatal oficial ou, o que significa o mesmo, por que é que o aparelho de coação estatal não se impõe como aparelho privado da classe dominante, por que é que ele se separa desta última e reveste a forma de um aparelho de poder público impessoal, deslocado da sociedade?”. PACHUKANIS, Evgeny. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Acadêmica, 1988. p. 95.

²¹⁶ Cf. MASCARO, Alysson Leandro. *Op. cit.*, p. 104.

Em teoria, seria possível imaginar que a forma estatal, resultante da reprodução capitalista, tenderia a conformar um único território, que se estenderia por todo o globo, construindo assim um “Estado mundial”. Porém, segundo Mascaro, as relações capitalistas se estabelecem e se alimentam de um ambiente composto por múltiplos Estados, que interagem de forma complexa. Fruto também do desenvolvimento histórico de formações como feudos, unidades econômicas autônomas, regiões politicamente controladas por certos grupos ou unidas religiosamente, entre outras, a constituição de um sistema estatal, ainda que apresente simultaneamente disputas, conflitos, apoio e equilíbrio, não apenas vai ao encontro da reprodução capitalista como amplifica seu aspecto de exploração²¹⁷.

Na leitura de Mascaro, cada Estado do sistema possui uma mescla de interesses em que a acumulação de capital e a exploração do trabalho são componentes fundamentais. Os Estados e seus conjuntos de interesses competem entre si. Ainda que a concorrência entre os capitalistas nacionais frente aos capitalistas externos tragam perdas aos primeiros, o dano é maior sobre as classes exploradas. Conseqüentemente, fruto da lógica contraditória capitalista, evidencia-se a possibilidade de acordos e acomodações de interesses, inclusive entre grupos rivais e antagonistas, no interior de cada Estado *vis a vis* os interesses estrangeiros. Como resultado, amplia-se a exploração em nome de condições mais favoráveis para a reprodução do capital interno²¹⁸. Assim, Mascaro considera duvidoso que, no sistema capitalista mundial, haja uma tendência à formação global de um único Estado²¹⁹.

Mascaro dedica um subcapítulo ao abordar o imperialismo. No sentido jurídico, haveria uma equivalência formal entre os Estados e sua relação seria pautada pelo respeito à soberania de cada Estado. A relação entre os Estados ocorre permeada pelo direito. Laços são estabelecidos através de tratados, acordos, entre outros instrumentos, o que confere uma universalidade. Entretanto, na prática, observa-se uma replicação do processo estrutural de exploração interna no ambiente internacional. Do ponto de vista material, a desigualdade entre os Estados é profunda, assim como do ponto de vista do poder. Da mesma maneira que a forma estatal não é um mero acaso, a igualdade formal entre os Estados atua em sintonia com a desigualdade real. A exploração internacional não raramente permite minimizar as tensões

²¹⁷ Cf. MASCARO, Alysson Leandro. *Op. cit.*, p. 105.

²¹⁸ Cf. MASCARO, Alysson Leandro. *Op. cit.*, p. 106.

²¹⁹ “É justamente na constituição de uma unidade concorrencial interna, em comparação com o externo, que se dá um dos elementos mais importantes das específicas redes de reprodução do capital. Os Estados se apresentam como unidades competitivas entre si, clamando por reiterados sacrifícios das classes trabalhadoras internas a fim de dar condições de competitividade do capital nacional em relação ao capital mundial. Nesse sentido, é improvável a existência de um Estado mundial global, sob o risco de o capital e a política perderem as vantagens e ganhos da competição entre Estados plurais. As condições da concorrência capitalista necessitam de unidades políticas distintas em benefício das lutas pela valorização do valor.”. MASCARO, Alysson Leandro. *Op. cit.*, p. 107.

internas entre capital e trabalho. Mas, assim como no plano interno, nem sempre a política externa de um Estado está em total sintonia com o capital nacional, refletindo rivalidades e antagonismos internos. Deve-se atentar também que os conflitos internacionais nem sempre ocorrem entre Estados ou são motivados apenas pela reprodução do capital, o que mostra uma multiplicidade de relações no plano internacional²²⁰.

No processo de exploração internacional, não é incomum que Estado e capital atuem em sintonia. Como o sistema internacional é material, política e socialmente hierarquizado, as disputas entre Estados, territórios, sociedades e economias geram clivagens e um processo de dominação e submissão. Mascaro entende essa dinâmica geral como imperialismo. Trata-se de um processo relacional, articulando política, economia e sociedade tanto dos dominantes quanto dos dominados. É alimentado pela expansão internacional do capital, que normalmente está acoplado à atuação do seu Estado, mas não é limitado por ele. O imperialismo pode ser explicitado formalmente, política e juridicamente, com um controle total de territórios, como no caso dos colonialismos dos séculos XVI ao XIX nas Américas e no século XIX na África e na Ásia, mas também se apresenta na forma de variadas dependências, como a financeira e a econômica, mas com a separação formal no plano político²²¹.

Uma distinção importante que Mascaro aponta em relação às tradicionais teorias marxistas do imperialismo, em especial, àquela desenvolvida por Lênin, é que a desigualdade exterior e o imperialismo são basilares no capitalismo desde o seu nascedouro, perpassando variados tempos históricos, abarcando territórios e sociedades não obrigatoriamente inseridas, a princípio, na dinâmica capitalista e assumindo diferentes configurações. Entretanto, ambos

²²⁰ Cf. MASCARO, Alysson Leandro. *Op. cit.*, p. 109-110.

²²¹ Cf. MASCARO, Alysson Leandro. *Op. cit.*, p. 112-113.

interpretam que a Primeira Guerra Mundial foi resultante de uma disputa imperialista entre países no topo da hierarquia internacional²²².

Por fim, a meu ver, na interpretação de Mascaro, a dimensão financeira do capital é menos enfocada que a dimensão produtiva, ainda que ressalte aspectos como a importância da reprodução do caráter exploratório nos mecanismos de acesso ao crédito internacional, assim como na liberdade crescente, não raramente imposta, dos fluxos de capitais financeiros. Além disso, pode-se dizer que a profunda imbricação construída pelo autor entre as “formas sociais”, em especial a “forma mercadoria”, e a “forma estatal” é essencial em sua teorização. Em relação à outra leitura resumida e analisada a seguir, do cientista político José Luís Fiori, essa é uma diferença significativa.

No campo da Economia Política Internacional, Fiori interpreta o sistema interestatal capitalista como uma disputa contínua entre os Estados pela acumulação de poder e capital, em que os momentos de paz e guerra, ordem e desordem, expansão e crise são provocados segundo os interesses das grandes potências. No limite, essas potências lutam entre si pelo “poder global”, um poder que se caracteriza por ser não do tipo “hegemônico”, mas do tipo “imperial”²²³.

Em síntese, tendo como referências Tucídides, Thomas Hobbes e Norbert Elias, Fiori argumenta que, a partir do “longo século XIII”, pela coerção ou por alianças, iniciou-se no noroeste do continente europeu um processo de concentração de poder, em grande medida, motivado pelo medo da aniquilação, que produziu uma força propulsora, uma pressão competitiva entre as unidades de poder numa luta pela sobrevivência. Nesse processo,

²²² “A dinâmica histórica internacional do capitalismo revela, desde seu início, seu caráter de dominação e exploração imperialista, procedendo à hierarquização entre regiões do mundo. As colônias nas Américas, na África, na Ásia e na Oceania, sistematicamente já desde o século XVI, dão dimensão de um processo de subordinação espacial da sociabilidade internacional que remonta aos primórdios do mercantilismo. No século XIX, uma nova fase de imperialismo colonialista acabou por deslindar outra forma de sua caracterização, num processo constante de guerras por domínio territorial cujo saldo final se revelará nas duas guerras mundiais. [...] Dada a multiplicidade de formações sociais entre sociedades exploradoras e exploradas, estabelecem-se variadas relações de dominação e dependência na dinâmica do capitalismo, que procedem à espoliação e à acumulação a partir de um arco de estruturas sociais que vai de condições primitivas de produção até de escravidão e de servidão, mas revelando, sempre, um manejo político-econômico-militar de imperialismo, cujo motor principal é o capital. Historicamente, a hierarquização entre Estados e territórios não se configura como um fenômeno típico apenas de uma fase da evolução do capitalismo mundial. Embora Lênin tenha encontrado traços marcantes de uma de suas fases ao final do século XIX e início do século XX – quando se pode falar até mesmo de um imperialismo autodeclarado e típico, em sentido estrito –, todas as fases do capitalismo foram e são imperialistas, em sentido lato. Os períodos coloniais das Américas, até o início do século XIX, e da África, até a segunda metade do século XX, dão demonstração de que, em seu passado, as sociedades capitalistas se instalaram e foram forjadas num arco mundial de explorações e hierarquizações territoriais.”. MASCARO, Alysson Leandro. *Op. cit.*, p. 114-115.

²²³ Cf. FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: Fiori, José Luís, MEDEIROS, Carlos, SERRANO, Franklin (org.). *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008. p. 11-70.

surgiram os Estados modernos europeus ou, segundo o conceito criado por Elias, ocorreu a “sociogênese do Estado”.

Uma vez iniciado, o processo adquire uma dinâmica automática. A luta pela sobrevivência e o medo constante de ser subjogado provocam um aumento da pressão competitiva, que leva a um crescente expansionismo do sistema, resultando em um aumento dos conflitos e das guerras e uma projeção do poder dos Estados para fora de si mesmos. Essa projeção do poder traz outras partes do mundo para a mesma dinâmica, expandindo o seu “universo”.

Contudo, não teria sido a guerra em si que se constituiu no principal mecanismo de acumulação de poder e capital, mas a preparação para a guerra ou a “guerra potencial”. A associação dos príncipes com os banqueiros, a formação da dívida pública e a articulação entre guerra e tributos, moedas e comércio, criaram a principal engrenagem do aumento do excedente e da multiplicação do dinheiro pelo dinheiro, sem passar pela mercadoria. Fiori ainda ressalta que esses Estados já nasceram com uma “vocação imperial”. Em outras palavras, os Estados nascem e, simultaneamente, se expandem para fora de suas fronteiras; ou seja, o sistema se “internacionaliza”. É nessa dinâmica que surgem as economias nacionais como principal instrumento expansivo do poder.

Na teoria de Fiori, no sistema interestatal, expansivo e competitivo, não há qualquer possibilidade de equilíbrio de poder ou mesmo de estabilidade temporária. Da mesma forma, é improvável a concretização de uma “utopia cosmopolita” de tipo kantiano. É importante ressaltar que, do ponto de vista lógico, o sistema tende para a monopolização do poder por apenas um único Estado. Entretanto, isso significaria o fim da competição e, portanto, o fim do processo de acumulação de poder e capital, o que vai ao encontro da análise de Mascaró. Sendo o poder uma relação social, existe a necessidade do outro. Nesse sentido, ter concorrentes e inimigos faz parte da lógica da sobrevivência do sistema interestatal. Mas isso não impede que haja convivência e complementaridade entre os Estados, o que explica, em alguma medida, maiores ou menores períodos de paz no sistema, sem que isso signifique estabilidade ou equilíbrio de poder.

Por fim, outro aspecto importante que se encontra presente em *Os dias do cometa* e que também deve ser discutido diz respeito às ideias de nação e ao nacionalismo. Cabe apontar que, apesar de reflexões sobre a origem e o significado de nação e de seus possíveis desdobramentos na Europa terem sido feitos ao longo dos oitocentos e nas primeiras décadas do século XX, foi no momento subsequente à Segunda Guerra mundial e nos anos posteriores que se iniciou o desenvolvimento de um amplo conjunto de estudos com essa temática. Nesse

contexto, o nacionalismo ocidental era fortemente encarado com um dos principais responsáveis pelos dois gigantescos conflitos mundiais.

Outro fator expressivo que estimulou a continuidade desses estudos ao longo dos anos foi o surgimento, entre 1945 e 1980, de cerca de 100 novos Estados, em especial, a partir do processo de descolonização de extensos territórios na África e na Ásia. Na gênese e futura evolução desses Estados, não é cabível menosprezar as ideias de nação e o nacionalismo como componentes legitimadores relevantes, articulando-se harmoniosa ou conflituosamente com outras ideias e visões de mundo²²⁴.

Para os fins dessa pesquisa, compreendo que existem poucos elementos no romance que possam conduzir a uma leitura apurada sobre o sentido de nação em Wells, o que de modo algum é impeditivo para uma observação importante. Nota-se que as palavras “nação”, “tribo”, “povo”, “comunidade”, adotadas pelo autor, a princípio, de forma indiscriminada, para se referir a indivíduos que fazem parte de um mesmo agrupamento social ou étnico, parecem se assemelhar em uma característica fundamental: tais palavras remetem a uma noção ampla de homogeneidade, que não é necessariamente completa, mas que permite estabelecer tanto um conjunto de diferenças como uma separação de outras nações, tribos, povos e comunidades, ou seja, de um “Outro”.

Sobre a noção de nacionalismo, deve-se enfatizar que, por um lado, o protagonista não utiliza essa palavra. Por outro lado, entendo que ele implicitamente parece associá-lo a um amálgama de afetos e anseios, a uma identidade coletiva, a um senso de pertencimento, ao patriotismo e a aspectos culturais, como uma memória comum, compartilhada por muitos, em especial em oposição a um inimigo, um “Outro”. Contudo, o protagonista chega a afirmar que essa mescla confusa não sobreviveria a uma análise minimamente racional. Ele não deixa de reconhecer sua força e seus efeitos, o potencial de manipulação e agregação, cujo papel dos meios de comunicação da época como os jornais se revela essencial. Considerando o aspecto emocional, compreende ser uma irracionalidade que contribui para enfraquecer laços de identidade mais significativos, como aqueles relacionados às classes e seus antagonismos. Além disso, ele entende que não estaria restrito a um país isolado, uma vez que menciona sua influência e efeitos negativos tanto na Inglaterra como na Alemanha. Por fim, encontra-se implícita a percepção do nacionalismo como uma ideologia a serviço do Estado, no sentido de, ao orientar o comportamento político coletivo, provocar um falseamento da realidade.

²²⁴ Cf. MAURÍCIO, Carlos. Hobsbawm, o quando o nacionalismo inventa a nação. *Ler História*, n. 62, 2012. Disponível em: <<http://lerhistoria.revues.org/604>>. Acesso em: 07 jan. 2017. p. 113-116.

Chegado a esse ponto, é possível apontar semelhanças e diferenças entre as ideias apreendidas no romance e o posicionamento do historiador Eric Hobsbawm a respeito desse tema, explicitado na obra *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*²²⁵. Nessa obra, o autor argumenta que a nação é uma construção moderna, uma das marcas da era industrial, e que não pode ser analisada como algo exógeno aos contextos político e econômico e das necessidades do aparelho estatal onde é gestada. Sem dúvida, essa é uma concepção que se diferencia de outras apoiadas na etnia, na língua, na religião ou em uma trajetória histórica compartilhada. Além disso, apesar de ser uma construção a partir de cima, uma compreensão abrangente do nacionalismo passa necessariamente pela articulação com as expectativas, as necessidades e os interesses das pessoas comuns. Por último, segundo Hobsbawm, o nacionalismo é anterior à nação e, não raramente, o Estado cria culturalmente a nação da qual afirma ter a sua origem. A meu ver, esses pontos vão ao encontro do texto de Wells.

Sem diminuir a importância das digressões e análises desenvolvidas até então, cabe notar que existem outros aspectos que perpassam as obras de Wells aqui examinadas e que possuem profunda relação com as transformações da noção de tempo, as mudanças do sentido de utopia e a própria emergência do pensamento moderno. Optei por examinar esses temas com mais vagar a seguir.

2.8. Modernidade, tempo e utopia: um olhar possível para a ficção de H. G. Wells

Percebe-se nos livros de Wells apresentados que o ponto de partida é o contraste entre a “realidade” de um mundo conhecido e a hipótese de um “mundo novo”, que não é necessariamente melhor. Se o triunfo da harmonia social, da paz e do amor entre pessoas e povos é reconhecidamente possível em *Os dias do cometa*, outras histórias como *A máquina do tempo* e *A guerra dos mundos* apontam para um futuro marcado pelo mais profundo terror. Cabe lembrar que, como afirma Luiz Costa Lima, um discurso ficcional não postula uma verdade, mas a põe entre parênteses. Assim, creio que é importante fazer uma reflexão sobre as relações entre o discurso ficcional e o gênero utópico, assim como sua historicidade, sem deixar de considerar as especificidades de um escritor como H. G. Wells.

O historiador Reinhart Koselleck chama à atenção que, em geral, um autor de obras utópicas não enxerga ou nomeia a si mesmo como “utopista”. De forma semelhante, apesar da

²²⁵ Cf. HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

procedência a partir de Thomas Morus (1478-1535), o termo dificilmente aparece nos títulos das obras. O mesmo é parcialmente válido para H. G. Wells, o autor no qual essa pesquisa se debruça. Ainda que tenha escrito em 1905 uma novela intitulada *Uma nova utopia*, percebe-se que é dessa temática que tratam seus principais escritos ficcionais anteriores, mesmo que o exposto eventualmente remeta ao seu exato contrário, ou seja, a distopia.

Como lembra Suzana Guerra Albornoz, a Modernidade, que irrompe em especial no Ocidente a partir do século XVIII, foi pródiga na geração de utopias²²⁶. A história desse conceito está profundamente ligada à erupção da era moderna²²⁷, ainda que características e aspectos utópicos tenham sido desvelados em obras desde a Antiguidade. O grego Heródoto cita em seu compêndio *Histórias* uma terra de nome Tartessos, “para lá das colunas de Herácles”, um lugar em que “a comida é farta e onde os homens vivem na mais completa harmonia”. Considerando, antes mesmo da erupção da Modernidade, as diversas formulações utópicas de diferentes períodos históricos e culturas, pode-se identificar uma “fantasia” em comum na qual a vida humana se encontra organizada de forma exemplar e sem sofrimento.

Entretanto, não se pode ignorar a existência de distintas relações entre utopia, espaço e tempo. Essa questão se encontra no cerne das transformações de sentido no que se refere às experiências e às expectativas do homem europeu. Nesse ponto, acredito ser apropriado lançar

²²⁶ Cf. ALBORNOZ, Suzana Guerra. Trabalho e utopia na modernidade. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 6, dezembro, 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v6/v6a02.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

²²⁷ É preciso ressaltar que a ideia de “Modernidade” conforme apresentada por Albornoz e outros autores, é alvo de inúmeras críticas, pormenorizadas por Aníbal Quijano e outros estudiosos do pensamento descolonial. Segundo esse autor, especificamente, resistência e contraposição intelectual ao ponto de vista de uma “Modernidade” eurocêntrica surgem no final do século XIX, mas ganham força e expressão após a Segunda Guerra Mundial, nas discussões sobre a questão desenvolvimento-subdesenvolvimento dos países e sociedades. Algumas vertentes desse debate sustentam que “modernização” não condiciona obrigatoriamente à “ocidentalização” dos não europeus. De forma contundente, Quijano cita que “as estas alturas da pesquisa histórica seria quase ridículo atribuir às altas culturas não europeias uma mentalidade mítico-mágica como traço definidor, por exemplo, em oposição à racionalidade e à ciência como características da Europa, pois além dos possíveis ou melhor conjecturados conteúdos simbólicos, as cidades, os templos e palácios, as pirâmides, ou as cidades monumentais, seja Machu Pichu ou Boro Budur, as irrigações, as grandes vias de transporte, as tecnologias metalíferas, agropecuárias, as matemáticas, os calendários, a escritura, a filosofia, as histórias, as armas e as guerras, mostram o desenvolvimento científico e tecnológico em cada uma de tais altas culturas, desde muito da formação da Europa como nova *id-entidade*.”. Para o autor, a ideia de “Modernidade” foi naturalmente encarada como resultado das experiências e das construções intelectuais unicamente europeias, em sintonia com um padrão de poder político, econômico e social que se irradiava mundialmente e que tem a Europa como centro inicial. Quijano defende que, ao se adotar as ideias e experiências comumente associadas ao conceito de “Modernidade”, como novidade, avançado, pensamento racional-científico, laico e secular, entre outros, não se pode pensar que tal fenômeno não seria possível em outras culturas e períodos históricos. Cf. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 122-123. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: 16 nov. 2016. Concordo que as críticas feitas pelos pensadores descoloniais como Quijano são extremamente importantes e suscitam a uma ampla discussão sobre as bases e limites em que os conceitos “modernos” foram erigidos. Entretanto, para fins dessa pesquisa, é relevante informar que adotei a referência tradicional à “Modernidade” como chave de leitura para a compreensão das transformações de percepção do tempo e da história.

mão de dois conceitos propostos por Koselleck e que, a meu ver, são contribuições muito importantes na compreensão dessas relações. Um detalhamento sobre esses conceitos foi feito com mais cuidado a seguir.

Segundo Marcelo Jasmim, o autor alemão entende que, em cada período “presente”, os indivíduos e grupos sociais se relacionam de forma peculiar com o passado e o futuro. Assim, o tempo não deve ser compreendido como uma dimensão natural ou como parte intrínseca à consciência, mas como uma construção histórica e social. Sendo plausível conceber que indivíduos, sociedades e culturas distintas apreenderam e lidaram com o tempo singularmente em seus diversos tempos “presentes”, então é razoável considerar “uma forma específica de relação entre experiência e expectativa que conforma o horizonte de ação dos membros de cada comunidade”²²⁸.

Mas o que seriam “experiência” e “expectativa”? Para Koselleck, a experiência é o passado enxergado com o olhar do presente. Ou seja, trata-se de um passado incorporado que é lembrado de forma atualizada. São integrantes da experiência tanto o uso consciente da razão quanto condutas inconscientes. Às experiências individuais, sempre são incorporadas as experiências de outrem²²⁹. Segundo Jasmim, se esse “passado presente” pode significar um “já não mais, mas ainda aqui”, então o “futuro presente” é a expectativa atual do que poderá vir a ser ou um “ainda não, mas já aqui”²³⁰.

Deve-se ressaltar, todavia, que é um engano pensar em uma noção de simetria e de complemento entre os dois conceitos. Enquanto a experiência acontecida possui completude, aquela a acontecer permite incontáveis possibilidades adiante. Para o próprio Koselleck, a “experiência, uma vez feita, está completa, na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais”²³¹. Levando em consideração essa expressiva diferença, Koselleck propõe os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”.

Em síntese, o espaço de experiência agrupa de forma acumulativa o que é conhecido, mesmo que não conscientemente. Ela não é imutável, pois correções são feitas à medida que informações do passado e sobre ele passam a ser consideradas enganosas. Novas experiências permitem que, ao se debruçar sobre o passado, lembranças sejam integradas ou ressignificadas e processos sejam redesenhados, diferentemente de como eram

²²⁸ Cf. JASMIN, Marcelo. Futuro(s) presente(s). In: NOVAES, Adauto (org.). *Mutações: o futuro não é mais o que era*. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. p. 388.

²²⁹ Cf. KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006. p. 309-310.

²³⁰ Cf. JASMIN, Marcelo. *Op. cit.*, p. 389.

²³¹ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*, p. 310.

compreendidos. Dessa forma, as experiências passadas são, com frequência, reconstruídas no presente.

Das expectativas, fazem parte um conjunto amplo de afetos, como medos, desejos e esperanças, assim como o exame e a crítica racionais. As expectativas são posicionadas em um horizonte que é revigorado ou reelaborado à medida que novas experiências são agregadas e se tornam parte do universo sabido. Seguindo a metáfora espacial do autor, o horizonte se move junto com aquele que se desloca. Frente às experiências presentes, seus limites podem ser superados, gestando um novo horizonte de possibilidades²³².

Com base nos argumentos de Koselleck, Jasmin expõe “os dois principais modelos de temporalidade mundana, conhecidos pelo mundo ocidental” e apresenta a interpretação desses modelos a partir dos conceitos previamente sintetizados. Assim, *grosso modo*, Jasmin afirma que a historiografia desde a Antiguidade grega até meados do século XVI, em particular, o Renascimento, era basicamente composta pela narração dos eventos entendidos como merecedores de serem lembrados de maneira a torná-los inesquecíveis, eternos. Aos responsáveis pelos assuntos públicos, havia um manancial de escritos históricos que, repletos de situações análogas àquelas encontradas no presente e potencialmente no futuro, permitiam encará-las de maneira exemplar, com menos riscos e mais cautela e chances de êxito. Tais experiências tornadas imortais pelos historiadores eram guias e modelos fundamentais para as ações e as decisões de governantes e homens públicos.

Mesmo que alterações ou novidades ocorressem ao longo do tempo, elas eram assimiladas ao modelo temporal pré-existente. Aquilo que poderia acontecer no presente ou no futuro, de certa forma, já havia ocorrido no passado, inserindo-o na mesma tradição. Um rompimento somente era aventado por fatores alheios às ações humanas, como um evento cósmico ou divino. Nesse sentido, pode-se afirmar que, até o século XVI, em uma experiência social majoritariamente camponesa, a reprodução do passado no futuro estava associada a mentalidades e estruturas econômico-sociais relativamente estáveis²³³.

Na Modernidade, com as diversas inovações permitidas pelos avanços científicos, pelas grandes navegações, pelo comércio mundial, entre outros, foi possível imaginar de forma contundente que experiências inéditas poderiam ocorrer não mais fruto do sobrenatural ou do cósmico, mas através da intervenção cada vez mais expansiva do homem. Dilatam-se as disparidades entre passado e futuro. A crença ancestral na história “mestra da vida” se esgota, assim como seu modelo temporal. O futuro não seria mais marcado por uma imitação do

²³² Cf. JASMIN, Marcelo. *Op. cit.*, p. 390.

²³³ Cf. JASMIN, Marcelo. *Op. cit.*, p. 392.

passado, cujo conhecimento fora narrado pelos antigos historiadores, ainda que ensinamentos considerados importantes tenham sido preservados para a prudência. Diferentemente, abre-se a possibilidade do novo e do distinto²³⁴.

Indo além, ideias relacionadas ao progresso ininterrupto da humanidade em direção a um mundo melhor, à concretização da felicidade terrena, se tornam marcantes no pensamento iluminista. Estão presentes na “perfectibilidade” do homem, em Jean-Jacques Rousseau, ou no “aperfeiçoamento”, em Condorcet, ou ainda no “aprimoramento” sem limites do homem e do mundo, em Immanuel Kant. Nos termos de Koselleck, pode-se afirmar que o “horizonte de expectativas” e o “espaço de experiências” se distanciam irreparavelmente²³⁵.

Encontra-se nesse novo regime de temporalidade²³⁶ a base para, a partir do final do século XVIII e no transcorrer do século XIX, a concepção de modernas Filosofias da História, de uma profusão de programas políticos e também de variadas “utopias”. Em comum, alguns aspectos em sua essência se destacam.

Primeiramente, a noção de que os feitos humanos sofrem modificações ao longo do tempo e de que o tempo em si próprio é transformador. Além disso, essas variações teriam algo de estável, obedecendo a uma sequência, que poderiam ser identificadas e traduzidas na forma de “leis”. Assim, caberiam aos historiadores não mais salvaguardar do esquecimento os feitos considerados exemplares e, portanto, merecedores de serem eternizados, mas desvendar os padrões que direcionam as mudanças de forma a explicar toda a trajetória humana desde o seu princípio. Finalmente, uma vez encontrado o “fio condutor” das mudanças, seria possível, através do uso da razão, vislumbrar previamente o ponto futuro a ser alcançado²³⁷.

Nesse sentido, o distanciamento que se aprofunda entre o “espaço de experiências” e o “horizonte de expectativas” possibilita a concepção da ideia de História única, que engloba

²³⁴ Cf. JASMIN, Marcelo. *Op. cit.*, p. 393.

²³⁵ Cf. JASMIN, Marcelo. *Op. cit.*, p. 393.

²³⁶ Uma pergunta que surge é se um exame mais acurado identificaria ou não características eurocênicas nos argumentos do historiador Reinhart Koselleck. Por hora, cabe enfatizar que o historiador alemão aborda a importância das grandes navegações e do alargamento do mundo conhecido para a mudança de percepção sobre o espaço, o tempo e a história. Entretanto, não relaciona essa mudança com as transformações subjetivas e intersubjetivas de e entre os povos e culturas que vão sendo integrados ao “sistema-mundo”, conforme expressão de Immanuel Wallerstein, dominado inicialmente pela Europa. Assim, na perspectiva proposta por Aníbal Quijano, é a partir da entrada da América nesse sistema, um processo que tem início no século XV, que emerge um elemento básico em sintonia com a mudança de subjetividade e intersubjetividade: a percepção da mudança histórica. “É esse elemento o que desencadeia o processo de constituição de uma nova perspectiva sobre o tempo e sobre a história. A percepção da mudança leva à ideia do futuro, já que é o único território do tempo no qual podem ocorrer as mudanças. O futuro é um território temporal aberto. O tempo pode ser novo, pois não é somente a extensão do passado. E, dessa maneira, a história pode ser percebida já não só como algo que ocorre, seja como algo natural ou produzido por decisões divinas ou misteriosas como o destino, mas como algo que pode ser produzido pela ação das pessoas, por seus cálculos, suas intenções, suas decisões, portanto como algo que pode ser projetado e, conseqüentemente, ter sentido.”. QUIJANO, Aníbal. *Op. cit.*, p. 124.

²³⁷ Cf. JASMIN, Marcelo. *Op. cit.*, p. 394.

a humanidade em uma totalidade temporal, cujo percurso rumo ao futuro possui um sentido que pode ser apreendido. Inserido nessa lógica, o futuro passou a ser pensado de forma objetiva, resultado da ação dos homens, capazes de efetivá-lo com mais vagar ou celeridade. Exemplos desses futuros imaginados são as “utopias” modernas, citadas anteriormente de forma breve e que serão melhor discutidas e comentadas a seguir.

Foi o inglês Thomas Morus quem criou o neologismo que deu nome à sua principal obra, cuja publicação ocorreu em 1516. Segundo Henrique Estrada Rodrigues, encontra-se presente uma ambiguidade na expressão. Não é estranho afirmar que “utopia” se associa a *ou-topos* ou “lugar nenhum”, mas também a *eu-topos* ou “lugar feliz”. Em ambos os casos, é apontada a dimensão espacial desse lugar, ou seja, um destino aonde chegar, e não uma época particular ou um determinado tempo²³⁸.

Koselleck afirma que, a despeito da espacialidade, essas utopias antigas podiam ser compreendidas como possibilidades de um mundo localizado no futuro. Ao conter alguns elementos irrealis, seu contraste com o mundo conhecido possuía o potencial de “invocar a transformação, a reforma ou revolução do próprio mundo”²³⁹. Entretanto, basicamente, o “espaço de experiência” das utopias era espacial e a forma de representá-las seguia a mesma lógica. Assim, é comum encontrar nessas histórias o “relato” de viajantes que, após atravessar longas distâncias, em geral, pelo mar, chegam a uma costa afastada da Europa, descobrindo nesse lugar uma sociedade organizada, feliz e bem governada. Eventualmente, esse viajante retorna ao seu lugar de origem, onde narra e descreve suas descobertas extraordinárias. O que principalmente se apreendia como forma de representar a utopia é a dimensão espacial. Ainda que, do ponto de vista temporal, já existissem muitas utopias relacionadas ao passado, faltava decididamente sua representação no futuro.

Essa mudança, segundo Koselleck, ocorre ao final do século XVIII. Nesse momento, as expedições exploratórias dos europeus haviam encontrado praticamente todas as terras costeiras do globo terrestre. O efeito dessa limitação foi o esgotamento dos espaços potenciais onde localizar as utopias terrestres, pois “os espaços utópicos haviam sido ultrapassados pela experiência”²⁴⁰. Como alternativa, se as utopias não podiam ser fixadas espacialmente ou no além-vida, a forma de escapar foi deslocá-las para o futuro. Como não há limites para o tempo futuro, as possibilidades para a imaginação utópica se expandiram radicalmente.

²³⁸ Cf. RODRIGUES, Henrique Estrada. A utopia no tempo, o tempo na utopia. In: FÓRUM DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 2015, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015. p. 3.

²³⁹ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014. p. 123.

²⁴⁰ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*, p. 124.

Outro aspecto ressaltado por Koselleck diz respeito ao papel do autor. Nas utopias espaciais, ao viajar ou dissimular uma viagem, o autor encontrava ou fingia encontrar outro mundo e, ao retornar, relatava suas descobertas. Ou seja, ele podia expor como realidade o fruto de sua imaginação. Quanto mais distante, maior era a credibilidade de sua viagem e de sua história. De forma diferente, nas utopias futurísticas, a realidade alternativa não pode ser constatada pela experiência. Assim, através de seu gênio e de sua capacidade imaginativa, o autor se torna propriamente o criador de sua utopia.

Segundo Koselleck, a primeira utopia futurística foi publicada em 1770 pelo francês Louis-Sébastien Mercier, intitulada *O ano 2440*, ainda que seu autor não reconhecesse seu romance de aspecto progressista como uma utopia²⁴¹. Outras ficções utópicas futuristas foram publicadas a partir de então. Já no século XIX, um romance escrito por um compatriota de Thomas More, William Morris (1834-1896), foi publicado em 1890, ou seja, na mesma época em que Wells escrevia suas primeiras histórias. O livro se chama *Notícias de lugar nenhum*. Contudo, ao contrário do que o título indica, sua estrutura utópica não se baseava em um lugar deslocado no espaço, mas no tempo, em direção ao futuro.

O advento do futuro na utopia está relacionado à outra transformação fundamental, consolidada a partir da segunda metade do século XVIII: a inserção da utopia nos chamados “neologismos” da era moderna, assim como nas modernas Filosofias da História. Conforme procurei explicar anteriormente, irrompe uma forma original de conferir sentido ao transcender do tempo, que passa a ser considerada, nas palavras da filósofa Hannah Arendt, como “um processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência se deve exclusivamente à raça humana”²⁴². Como expressa Marcelo Jasmim, associado a esse processo corresponde a “sua transformação em objeto de teorias políticas e filosofias que imaginam poder apreender o passado, o presente e o futuro como uma totalidade dotada de sentido previamente definido”²⁴³.

²⁴¹ “Permito-me fazer algumas observações sobre os elementos estruturais dessa utopia futurística. Trata-se de um antiapocalipse. Os elementos escatológicos são reinterpretados de forma progressiva. Mesmo que inicialmente se apresente a possibilidade de o futuro acabar em cinzas, ruínas e destroços, no fim se revela que, apesar dessa ameaça profética, apenas Versalhes acaba destruída. Os opressor do povo escravizado, Luís XIV, é condenado a lamentar eternamente suas vilezas.” KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*, p. 128-129.

²⁴² “Na época moderna a História emergiu como algo que jamais fora antes. Ela não mais se compôs dos feitos e sofrimentos dos homens, e não contou mais a história dos eventos que afetaram a vida dos homens; tornou-se um processo feito pelo homem, o único processo global cuja existência se deve exclusivamente à raça humana.”. ARENDT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 89.

²⁴³ Cf. JASMIM, Marcelo. Apresentação. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006. p. 11.

Deve-se ressaltar que certos elementos das modernas Filosofias da História também ampararam uma compreensão do real como um processo regido por uma lei que, uma vez descoberta, revelaria a finalidade da história e o sentido do movimento histórico. Dentro dessa lógica, prevê-se intervir na lei do movimento em nome da própria lei, constituindo-se assim um movimento teleológico em que o futuro pode ser antecipado. A título de exemplo, o liberalismo, especificamente no aspecto econômico, afirmava a capacidade autoregulatória do mercado através de suas leis, como “a oferta e a procura”, em que se encontra presente uma ideia de movimento natural e teleológico.

Segundo Michel Foucault, em sua investigação²⁴⁴ sobre o ensaio de Immanuel Kant “O que é o esclarecimento?”, a Modernidade é inaugurada a partir da construção de uma nova atitude. Trata-se de uma atitude crítica em que o pensamento interroga a atualidade, entendida como a diferença do hoje em relação à ontem. O “esclarecimento” ou *Aufklärung*, em alemão, é um processo que liberta o homem do que Kant chamou de “menoridade”, caracterizada por um estado de aceitação de uma autoridade externa responsável pelo uso da razão. A libertação desse estado se dá através de um processo coletivo e uma ação individual. Os homens fazem parte e são modificados pelo processo, mas também são atores voluntários desse mesmo processo. Ao fazer o uso livre da razão, não mais submetido a outras instâncias, como a política e a religiosa, o homem seria capaz de alcançar a “emancipação”.

Tais transformações que caracterizam o advento da Modernidade geram reflexos importantes na linguagem europeia em suas variadas expressões, particularmente no que diz respeito à dimensão temporal. Ao examinar a semântica de certos termos, como os conceitos políticos, na perspectiva de sua historicidade, Koselleck identifica um largo processo de modificações em que se percebe uma contínua substituição de elementos da “tradição”. Nesse sentido, os significados de conceitos egressos da tradição são alterados, moldando-se assim aos “novos tempos”. Além disso, surgem palavras e conceitos inéditos, os “neologismos”, já citados, criados para dar conta das experiências originais da Modernidade. Segundo Jasmin, ao mesmo tempo em que a linguagem se modifica em razão das novas experiências, ela é fundamental nas disputas que acabam por provocar tais inovações²⁴⁵.

Entre os “neologismos”, nos quais se encontra intrínseca essa nova relação entre experiência e expectativa, conforme teorizada por Koselleck, são notadamente relevantes aqueles termos atrelados à ideia de “movimento”. Esses conceitos, nascidos na Modernidade,

²⁴⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 335-351.

²⁴⁵ Cf. JASMIN, Marcelo. Futuro(s) presente(s). In: NOVAES, Adauto (org.). *Mutações: o futuro não é mais o que era*. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. p. 396.

possuem uma característica temporal, relacionada à premissa central de que passado e futuro serão necessária e essencialmente distintos. Entre os vários conceitos modernos mencionados por Koselleck²⁴⁶, interessou-me, em especial, “socialismo” e “comunismo”. As razões podem ser assim resumidas: nas diversas histórias ficcionais de Wells, compreendi que esses termos são empregados de forma paradoxal, ora como um modelo de utopia, ora como o seu avesso, a distopia, sendo ambos localizados no futuro.

A respeito do “comunismo”, Jasmin lembra que, cientes e refratários às referências religiosas potencialmente associáveis a sua *Confissão de Fé da Liga Comunista*, Marx e Engels em 1847 tomaram a decisão de retirar os termos religiosos do título de seu manuscrito, promovendo de maneira proposital uma “inovação linguística”. Assim, o título apresentado foi *Manifesto do Partido Comunista*. Ainda que suas ideias ali expressadas se aproximassem de outras propostas, como o socialismo, a utilização do termo “comunismo” tinha por intuito estabelecer distinções. Lançaram assim um programa político inédito, diferente de propostas antigas e modernas até então formuladas. Como bem observa Jasmin, “o termo comunismo, naquele momento, não tinha nenhuma base experiencial, não podendo reivindicar nenhum exemplo histórico. Em 1848, o comunismo é pura expectativa”²⁴⁷.

Não se pode perder de vista que o *Manifesto*, assim como outros textos posteriores, procurou mostrar o comunismo em bases científicas e, dessa forma, buscou uma diferenciação de outras propostas consideradas utópicas. Contudo, não é absurdo notar que Marx e Engels acabaram por promover uma associação significativamente relevante. Uma leitura possível é que elementos do pensamento utópico, no sentido da luta para que os homens concretizem sua “natureza específica”, vinculada, portanto, ao que existe de eterno, imutável e universal nos homens, foram ao mesmo tempo atrelados ao materialismo histórico e à dialética que, por sua vez, estão intimamente relacionados ao efêmero e à mudança.

²⁴⁶ “Desde o fim do século XVIII, um número [...] crescente de conceitos políticos e sociais orientou-se para um futuro novo e heterogêneo, que não se baseava em qualquer experiência prévia e (que, por isso mesmo, não podia...) ser testado por referência ao passado. Estes não são conceitos [...] coevos à experiência registrada, mas pré-condições. O que é antecipado por tais conceitos modernos é inversamente proporcional à experiência passada. A razão para isto é extralinguística: as interações crescentemente complexas de nossa era moderna, interligados como estamos agora ao redor do mundo, tornaram-se cada vez menos acessíveis à experiência pessoal direta. Tal estado de coisas possui consequências semânticas e também estabelece novas condições semânticas para a linguagem política e social. Os conceitos tornam-se necessariamente mais abstratos, ao mesmo tempo mais gerais e menos descritivos que nunca. A temporalização (*Verzeitlichung*) dos conceitos modernos deve ser compreendida em termos desse contexto. Muitos conceitos básicos, sobretudo aqueles que designam movimentos – (os) ismos – confluem na reivindicação de que a história futura deve diferir fundamentalmente da passada. Entre tais conceitos estão “progresso”, “desenvolvimento”, “emancipação”, “liberalismo”, “democratização”, “socialismo” e “comunismo””. KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: _____. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola/IUPERJ, 2006. p. 99.

²⁴⁷ Cf. JASMIN, Marcelo. *Op. cit.*, p. 397.

Assim, Marx e Engels haviam apontado que, a partir das contradições do capitalismo de seu tempo e do desenvolvimento histórico-material da luta de classes, a emancipação humana seria alcançada de forma universal, realizando assim a utopia. Deve-se enfatizar que, segundo Leandro Konder, a importância do espírito utópico está na inspiração da ação revolucionária e na conformação de um projeto que, ao vislumbrar possibilidades vindouras, transformam a dinâmica do presente para a edificação do futuro²⁴⁸.

Vale ressaltar que, tanto para os termos surgidos no século XIX, como o liberalismo, o socialismo e o comunismo, quanto para aqueles originados *a posteriori*, como o nazismo e o fascismo no século XX, as ideias de processo e movimento se encontram fortemente presente. Caberia ainda indagar se o montante de experiências relacionadas a esses termos seria ou não inversamente proporcional às expectativas. Ainda que uma resposta afirmativa faça sentido, é evidente que não compete a essa pesquisa encontrar respostas a uma pergunta tão complexa.

Assim, após uma longa explanação, na qual uma importante interpretação histórico-conceitual foi apresentada e discutida a fim de contribuir para uma maior inteligibilidade a respeito das transformações modernas, é pertinente retornar aos textos de Wells para algumas elucubrações adicionais, sem a pretensão de encerrá-las.

É admissível apreender nos escritos ficcionais do autor inglês, por hora exibidos e debatidos, que os métodos e os instrumentos da Modernidade, como a razão, o conhecimento e a técnica, são empregados para justificar fins absolutamente contrários às ideias centrais modernas, criando um futuro humano aterradoramente distópico. A concepção moderna do século XIX pretendia prevê-lo com esperança, baseada na crença no progresso inabalável do homem. Como diria a filósofa Hannah Arendt, exemplifica o rompimento com a tradição no mundo público, tradição que regulava as ações humanas, fornecendo referências e limitando comportamentos. Ao mesmo tempo, um movimento “subterrâneo” do pensamento ocidental vem à superfície. Em outras palavras, um paradoxo crucial ocorre com a imbricação entre os preceitos da Modernidade, entendidos como positivos, e seu potencial destrutivo, nascidos a partir dos mesmos preceitos.

Se parece razoável apreender essa visão paradoxal nos escritos ficcionais de Wells em relação aos seus aspectos utópicos, é cabível questionar se uma interpretação semelhante pode ser formulada, de forma coerente, a partir da apreciação de uma parte de sua obra não ficcional, em particular, aquela que se tornou mais célebre, intitulada no Brasil como *História Universal*. Além disso, cabe perguntar: é possível perceber um ou mais sentidos no *tour de*

²⁴⁸ Cf. KONDER, Leandro. Marx, Engels e a Utopia. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *O Manifesto do Partido Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. p. 71.

force de narrativa histórica feita por Wells? Norteados por essas dúvidas, realizei um exame dessa obra de Wells, conforme mostrado no capítulo a seguir.

3. H. G. WELLS E SEU ESBOÇO DE UMA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

3.1. *História Universal*: recepção e crítica

Segundo William Ross, os volumes que formavam a obra completa de *História Universal* foram vendidos integralmente com números considerados extraordinários ao final de 1921. As vendas contabilizaram cerca de 150.000 exemplares da obra completa na Inglaterra e 500.000 nos Estados Unidos. Além disso, a obra foi traduzida para mais de vinte idiomas diferentes, com grandes vendas na maioria dos países. Entre as décadas de 1920 e 1940, Wells não apenas se tornou um dos escritores de não ficção mais populares, como sua obra alcançou a marca de mais de um milhão de cópias vendidas²⁴⁹.

Outra importante indicação da repercussão e das críticas que seu trabalho sofreu em poucos anos é a multiplicação editorial, marcada por seguidas revisões. Na introdução da obra, intitulada “A história desta *História Universal*”, o próprio autor afirma que foi escrita pela primeira vez entre 1918 e 1919, sendo publicada em fascículos ilustrados. Em seguida, houve outras edições que teriam sido revistas com cuidado e eventualmente acrescidas de informações. Assim, foi publicada na forma de livro em 1920, mas severamente revista e reorganizada para uma nova edição em 1923. Após ser redigida novamente em muitas partes e com material adicionado, foi preparada uma edição ilustrada em 1925, que, em nota, o autor ressalta ainda se encontrar à venda. Houve ainda uma edição aumentada em 1930, que foi revista para uma nova edição em 1932²⁵⁰.

No Brasil, a primeira publicação da obra ocorreu em 1939. O título escolhido foi *História Universal* e a tradução ficou a cargo de Anísio Teixeira²⁵¹. Nessa edição, os escritos foram divididos em três tomos, como parte de uma coleção intitulada “Biblioteca do Espírito Moderno”, compondo a parte nomeada “História”.

Segundo o historiador Fábio Luciano Iachtechen, considerando os vários analistas que enfocaram diferentes aspectos da obra de Wells, é possível categoriza-los basicamente em

²⁴⁹. Cf. ROSS, William. *H. G. Wells world reborn: the outline of History and its companions*. Danvers: Rosemount Publishing, 2002.

²⁵⁰ Cf. WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. v. 1, p. 1.

²⁵¹ A título de esclarecimento, entendo que explorar a escolha de Anísio Teixeira como tradutor da obra ou analisar sua receptividade no meio intelectual brasileiro, entre diversas questões possíveis, seriam, em si, objetos para pesquisas acadêmicas distintas. Assim, decidi focar em outras indagações que a obra oferece.

três blocos críticos: a questão da forma e do estilo; a questão religiosa e bioevolutiva; por fim, a abordagem metodológica e historiográfica²⁵².

Sobre o primeiro grupo, pode-se destacar o professor de História escocês Arnold Gomme e a historiadora canadense Florence Deeks. Gomme foi ex-combatente da Primeira Guerra Mundial e se especializou na Antiguidade clássica, produzindo estudos analíticos sobre a historiografia de Tucídides. Em um artigo de 1921²⁵³, Gomme argumenta que Wells atribuiu ao passado clássico os primórdios de iniciativas que visaram uma união dos homens sob um mesmo governo, regido por valores universais, o que revelava uma visão equivocada e pouco instruída de Wells. Também em 1921, Deeks publica pequenos artigos em que acusa Wells de tê-la plagiado, apresentando uma análise comparativa entre os escritos e ideias de ambos, com particular atenção ao estilo narrativo²⁵⁴.

O segundo bloco diz respeito aos críticos dos aspectos evolucionistas presentes ao longo da obra de Wells, destacando-se o historiador e parlamentar inglês Hilaire Belloc e o arcebispo de Liverpool, o britânico Richard Downey. Belloc foi o crítico mais enérgico, enquanto que Downey foi menos agressivo. Tendo fortes laços com a Igreja Católica, Belloc participa de inúmeros debates com Wells ao longo dos anos 1920, tanto na forma escrita quanto verbal, quando se encontravam em ambientes intelectuais. O confronto excessivo acabou por gerar uma resposta de Wells em 1926²⁵⁵. Sobre Downey, pode-se afirmar que aponta implicações problemáticas sobre os pressupostos evolucionistas de Wells²⁵⁶.

Por fim, ponderando a respeito do vasto material analítico existente sobre o autor e sua obra, optei nessa parte da pesquisa por privilegiar um recorte sob dois aspectos principais: o olhar historiográfico e as ideias relacionadas ao sentido da história. Esses aspectos estão associados ao terceiro bloco de críticas da obra de Wells.

Assim, meu enfoque discutirá com mais tranquilidade duas das principais análises críticas que compõem a abordagem metodológica e historiográfica. É fundamental ressaltar que essas críticas foram feitas por historiadores contemporâneos de Wells. Eles são Marc Bloch e Carl Becker.

²⁵² Cf. IACHTECHEN, Fábio Luciano. Evolução, progresso e universalidade: elementos do conceito de história em H. G. Wells. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. p. 8-11.

²⁵³ Cf. GOMME, Arnold W. *Mr. Wells as historian: an inquiry into those parts of Mr. H.G. Wells's Outline of History which deal with Greece and Rome*. Glasgow: MacLehose, Jackson and Co., 1921.

²⁵⁴ Cf. McKILLOP, A. B. *The spinster and the prophet: H.G. Wells, Florence Deeks, and the case of the plagiarized text*. Nova Iorque: Publishers Group West, 2002.

²⁵⁵ WELLS, H. G. *Mr. Belloc objects to "The outline of History"*. Londres: Watts & Co., 1926.

²⁵⁶ DOWNEY, Richard. *Some errors of H. G. Wells: a catholic's criticism of the "Outline of History"*. Nova Iorque: Benziger Brothers, 1921.

O eminente historiador francês Marc Bloch (1886-1944), um dos pais fundadores do movimento dos *Annales*²⁵⁷, escreveu um artigo²⁵⁸ publicado em 15 de agosto de 1922, intitulado “*Uma nova história universal: H. G. Wells historiador*”, anterior, portanto, à publicação do 1º número da *Annales d’histoire économique et sociale*, de 15 de janeiro de 1929.

Em seu artigo, Marc Bloch percebe uma incessante preocupação do escritor com os rumos e possibilidades futuras da “humanidade”. Entende que Wells encara a história do mesmo modo que lida com as ciências físicas ou naturais, ou seja, como algo que possui uma utilidade. Bloch concorda que não é possível negar de todo o valor prático da história²⁵⁹, assim como um papel orientador, ainda que cauteloso, nas ações humanas.

Bloch reconhece méritos no esforço de Wells e seus colaboradores. Um desses méritos teria sido compreender que os resquícios do passado se encontram em camadas profundas das sociedades humanas, moldando-as. Por isso, Bloch concorda com a crítica de Wells ao presidente norte-americano à época, Woodrow Wilson, renomado professor de História, mas essencialmente voltado para o passado e o presente de seu próprio país e que, por isso, “andava às apalpadelas pelo nosso velho planeta”²⁶⁰.

Bloch também faz importantes ressalvas à obra. O mais grave “defeito” era a atitude incessantemente julgadora de Wells, que, assim, não agia como um cientista que busca

²⁵⁷ A revista *Annales*, fundada em 1929 e que, a despeito das mudanças no nome, se encontra em atividade nos tempos atuais, foi parte de um movimento inovador no campo da historiografia francesa e mundial conhecida como *la nouvelle histoire* (a história nova) Em seu núcleo central, encontravam-se historiadores como Lucien Febvre e Marc Bloch, seus fundadores, Fernand Braudel, um dos mais importantes membros da 2ª geração, entre outros. Como sumariza o historiador Peter Burke, o direcionamento da revista em termos de ideias e propostas foi “em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras.” Cf. BURKE, Peter. A Escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p.11-12.

²⁵⁸ Cf. BLOCH, Marc. Uma nova história universal: H. G. Wells historiador. In: _____. *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998. p. 256-269.

²⁵⁹ A “utilidade” da História é tema de reflexão que perdura na atualidade, pois, ainda que a compreensão de uma história exemplar tenha sido há muito tempo contestada, essa é uma ideia que tem sentido e é relativamente comum no imaginário coletivo. Contudo, segundo o historiador Leandro Karnal, não há uma História definitiva, encerrada, exemplar e verdadeira. A História é constantemente renovada através de uma produção realizada em um determinado “presente” histórico, que utiliza novas fontes, novos olhares e abordagens sobre fontes conhecidas, uma combinação desses elementos, entre outros fatores. Para Karnal, “fazer um texto de História é estabelecer um diálogo entre o passado e o presente. Isso significa que não há um passado “puro”, “total”, que possa ser reconstituído exatamente “como era”. Também significa que não podemos fazer um texto ou dar uma aula de História baseados apenas na concepção atual, pois isso leva a projeções do presente no passado: os famosos anacronismos. Existe o passado. Porém, quem recorta, escolhe, dimensiona e narra esse passado é um homem do presente. Assim, uma vez produzido, todo texto histórico torna-se ele mesmo objeto de História, pois passa a representar a visão de um indivíduo sobre o passado.” KARNAL, Leandro. Introdução. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2007. , p. 7.

²⁶⁰ Cf. BLOCH, Marc. *Op. cit.*, p. 263.

conhecimento e compreensão²⁶¹. A utilidade prática da história defendida por Wells estaria relacionada ao valor moral e educador nela existente.

Estaría igualmente presente na obra de Wells a ideia de que o entendimento da história de uma forma “global”, diferentemente do sentido nacional, teria evitado os flagelos da “Grande Guerra”²⁶². Entretanto, Bloch vê contradições em Wells que remetem ao oposto do que seria o desejo de união fraterna e solidariedade entre os homens. Em especial, o desconhecimento e um toque de menosprezo pela cultura francesa lembram as históricas querelas entre França e Inglaterra.

Por fim, acredito que, a partir das observações de Bloch, verifica-se que o sentido da história de Wells está relacionado às potencialidades de aperfeiçoamento do homem moderno. Esse progresso não seria uma “força da natureza”, mas uma possibilidade a ser avaliada e perseguida. A depender das escolhas humanas, pode ocorrer o seu exato oposto.

Em julho de 1921, o historiador norte-americano Carl Becker (1873-1945) escreveu um artigo intitulado *Mr. Wells and the New History*, publicado em *The American Historical Review*. Em sua análise crítica à obra²⁶³, Carl Becker se mostra preocupado com a “Filosofia da História” de Wells. Assim como Bloch, Becker enxerga um viés moral em Wells, que deixa claro suas preferências e antipatias.

Becker foi um historiador norte-americano frequentemente relacionado entre os proponentes da chamada *New History* no início do século XX, ao lado de seus professores Frederick Jackson Turner e James Harvey Robinson. Essa concepção de história aprofunda as questões relacionadas ao progresso intelectual, científico e social do homem ao invés de meramente focar os acontecimentos políticos.

Tal abordagem busca no passado ações, ideias, instituições, entre outros aspectos das realizações humanas, que tenham validade universal e permanente. Esses aspectos estariam em conformidade com a “natureza essencial do homem”, servindo, portanto, como princípios norteadores para uma tarefa de regeneração social. Essa ideia de progresso é distinta daquela percebida na análise de Bloch.

²⁶¹ Ao tratar da análise histórica em um dos seus últimos escritos, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, Bloch afirma que mesmo o juiz, em sua pretensa imparcialidade, submete suas sentenças a um sistema de valores. Cf. BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986. p. 121-126.

²⁶² “Não poderá haver paz comum nem comum prosperidade sem ideias históricas comuns. Sem a história universal como base, toda a cultura que verdadeiramente liga os homens uns aos outros é inconcebível. Sem ela, somos o caos.”. WELLS *apud* BLOCH, Marc. *Uma nova história universal: H. G. Wells historiador*. In: _____. *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998. p. 265.

²⁶³ BECKER, Carl. *Mr. Wells and the New History*. *The American Historical Review*, Chicago, v. 26, n. 4, p. 641-656, jul.1921.

Becker não vê traços de nacionalismo na moralidade de Wells, ainda que perceba um marcante eurocentrismo. Em sua opinião, Wells busca, mediante um artifício literário, revelar o significado e o propósito da história: o passado deve ser apreendido de forma pragmática à luz de objetivos que se deseja atingir no futuro.

Becker ressalta que, a despeito de uma tendência da historiografia do século XIX se voltar para a busca de estabilidade e nem tanto por mudanças da ordem social, em alinhamento com um conservadorismo intelectual do tempo da “Restauração”, o pensamento de historiadores contemporâneos, como seu mestre James Harvey Robinson e ele próprio, não se contentava em relatar os fatos do passado como tinham precisamente ocorrido. Como se retomasse um “antigo” ponto de vista²⁶⁴, a história se voltava, uma vez mais, a explorar o passado com o interesse em “avançar”.

Assim, Becker entende que, ao escrever *História Universal*, os esforços de Wells caminhavam nesse mesmo sentido, significando que o romancista estava em sintonia com os propósitos e anseios da *New History*.

Entretanto, não é essa a compreensão de Iachtechen, ao afirmar que, segundo a introdução de Wells, o principal orientador do projeto historiográfico era a temática do poder. Ainda que Wells tenha apresentado *História Universal* como uma “nova história”, Iachtechen argumenta que as escolhas temáticas e metodológicas que vinham sendo consideradas pela *New History*, e que tinham forte influência da sociologia e da antropologia, não iam necessariamente ao encontro do projeto de revisão histórica de Wells²⁶⁵.

Becker acredita que a visão de Wells foi marcada pelo período conturbado do final dos anos 1910. Essa visão teria sido direcionada por uma ideia particular de progresso, cujo fator primordial é a capacidade expansiva da inteligência humana.

Um paulatino incremento da inteligência teria permitido ao homem se tornar ciente de si mesmo, adquirindo a capacidade de lembrar o passado e vislumbrar o futuro, estabelecendo valores em seus propósitos e decisões. É a partir dessa consciência que o homem forma um conceito sobre o que significa “melhor”, sendo capaz de basear suas escolhas a partir desse conceito.

De acordo com Becker, Wells estabelece um valor segundo a contribuição de cada escolha e das ações associadas rumo ao progresso. Privilegiando a pedagogia, Wells mostrase mais interessado nos rumos que a história deveria ter seguido e, dependendo desses rumos,

²⁶⁴ Becker identifica nos enciclopedistas da França do século XVIII, como Friedrich Melchior Grimm e Charles Pineau Duclos, as raízes da *New History*. Cf. BECKER, *Op. cit.*, p. 642.

²⁶⁵ Cf. IACHTECHEN, Fábio Luciano. *Op. cit.*, p. 5.

no que precisa ser feito adiante, visando “um novo estágio na história”: todos os homens unidos em um “Estado mundial” com características específicas²⁶⁶.

Nesse momento, creio ser importante fazer uma digressão, salientando a atualidade da ideia de um Estado ou governo mundial nos estudos contemporâneos de história, filosofia e política, não apenas após os eventos traumáticos das duas guerras mundiais nas primeiras décadas do século XX, mas nos tempos mais recentes, em virtude dos atentados ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Cabe enfatizar também a existência de diferentes visões acerca das bases ideológicas e das características de um Estado ou governo mundial.

Segundo o filósofo e jurista italiano Danilo Zolo, uma forma de Estado ou governo mundial teria sido concebida após as guerras napoleônicas, ou seja, em um momento muito anterior a Primeira Guerra Mundial e aos escritos de H. G. Wells. Em sua obra de 1995, *Cosmopolis: la prospettiva del governo mondiale*, Zolo defende o que chama de “modelo cosmopolita da Santa Aliança” como um tipo de “governo mundial” levado a cabo pelas potências vencedoras das guerras contra a França napoleônica e que interrompe a ordem soberana e independente dos Estados europeus surgida após a “Paz de Vestfália” de 1648. Para Zolo, esse “governo mundial” teria sido estabelecido em 1814 no Congresso de Viena e, ao sofrer diversas modificações, havia se perpetuado até os tempos atuais. Um exemplo dessa continuidade seria a criação e as atribuições do Conselho de Segurança das Nações Unidas a partir de 1945. Por fim, o “governo mundial” apresentaria um ordenamento hierarquizado dos países e uma centralização política por duas ou mais potências com o objetivo de garantir sua hegemonia mundial²⁶⁷.

Essa é uma visão distinta daquela defendida por Jürgen Habermas. Para o filósofo alemão, a ideia de uma “Justiça internacional”, assim como de “cidadania mundial” e de “direito cosmopolitano”, está estreitamente relacionada ao pensamento do Iluminismo, em

²⁶⁶ O autor assim sintetiza a concepção do “Estado mundial” de Wells: “democrático em sua organização política, sem exército ou marinha, sustentada por uma raça voluntariosa e conscientemente educada, inspirada pela religião da fraternidade, dirigida pelo conhecimento crítico e científico, dedicada à exploração do mundo material para o benefício da humanidade e para a exploração das possibilidades ilimitadas do espírito humano.”. Cf. BECKER, *Op. cit.*, p. 653.

²⁶⁷ Cf. SALES, Tomeu. El realismo político crítico de Danilo Zolo. In: VI JORNADAS DE FILOSOFÍA POLÍTICA, 2009, Barcelona. Anais... Barcelona: Universidade de Barcelona, 2009. Disponível em: <http://www.ub.edu/demoment/jornadasfp2009/comunicaciones/1_lunes/sales-tomeu-danilo-zolo.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2016.

particular, de Immanuel Kant, localizado na noção de uma “comunidade universal”, presente em seus diversos escritos, como *A paz perpétua*, entre outros²⁶⁸.

Retomando o texto de Wells e considerando as semelhanças e divergências entre as duas críticas, especialmente sobre a ideia de progresso, percebe-se que está ausente um aprofundamento quanto aos potenciais alinhamentos de Wells com outras tradições historiográficas, com a devida ressalva feita anteriormente a respeito das observações de Becker.

Logo, em que medida a obra de Wells dialoga com outras matrizes de pensamento? E em que medida possui originalidade?

Nesse sentido, as profundas transformações intelectuais e as críticas realizadas à época sobre o trabalho de Wells, aqui descritas de forma sucinta, servem como um pano de fundo histórico que contribui na contextualização e auxiliará na interpretação do sentido da história na obra do escritor inglês.

3.2. Notas sobre a história de *História Universal*

A obra é iniciada com uma nota não assinada com o título “Herbert George Wells”. A nota ressalta que H. G. Wells, como ficou mundialmente conhecido, foi o escritor de maior público naquele contexto. Para aquele que apresenta o autor, um homem tão brilhante quanto Wells deveria desempenhar um duplo papel: ensinar sobre o passado e apontar para o futuro²⁶⁹. Afinal, tratava-se de um momento peculiar. Ao final do século XIX e no início do

²⁶⁸ “Como Kant definiu, este é o Estado de uma comunidade universal em que todos os membros estão habilitados “a se apresentar diante da sociedade dos outros, porque têm direito à posse comunal da superfície da terra”. Quando essa comunidade estiver formada, uma violação de direitos em uma parcela do mundo seria sentida por toda parte. Somente sob essa condição, seremos capazes, escreveu Kant, de nos vangloriar da certeza “de que estamos continuamente avançando na direção de uma paz perpétua”.”. Cf. BORRADORI, Giovana. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Jürgen Habermas e Jacques Derrida*. trad. Roberto Muggiati. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 12.

²⁶⁹ “Profeta e publicista, Wells deixou de ser o romancista e humorista que todos conheciam para se fazer o professor da Humanidade, arrastado a isso pela necessidade da época em que vive – a nossa época – e pela vigorosa lucidez de sua inteligência. [...] Quando se viu compelido a escrever sua trilogia – *História Universal*, *Ciência da vida* e *A construção econômica do mundo* – já era o escritor de renome universal, mas estava longe de supor que se ia transformar em um dos maiores guias da Humanidade nos tempos presentes.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. i.

século XX, assistiu-se a uma renovação da vida intelectual²⁷⁰, colocando em questão os princípios em que se fundava o conhecimento científico e filosófico.

Nesse ponto, creio ser importante comentar que as independências e os movimentos pós-coloniais ocorridos ainda no século XIX e, posteriormente, ao longo do século XX, protagonizados em alguns casos pelas elites descendentes dos europeus, não buscaram recuperar as raízes epistemológicas pré-coloniais, consideradas inferiores em relação às matrizes de saber ocidentais. Assistiu-se assim a reprodução no interior dos novos Estados da mesma “colonialidade”. Os projetos de nação e os nacionalismos nesses países, em seus diversos matizes, apresentaram reflexos da estrutura de dominação do pensamento ocidental, integradora e ao mesmo tempo diferenciadora²⁷¹.

Nesse sentido, é muito significativo que a Primeira Guerra Mundial, com a racionalização e a sistematização da morte, foi essencial para abalar o paradigma clássico e a crença no progresso e na razão. Quebrou-se, no interior do pensamento europeu, a ideia de modernidade como uma evolução²⁷².

O tom da nota é propositadamente carregado ao falar do papel social de Wells, evidente no uso de palavras como “arrastado” e “compelido”. Nessas palavras, encontra-se a importância inevitável das ponderações de Wells diante das incontáveis transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais diversos países atravessavam nas primeiras décadas do século XX, causando significativa perplexidade nos meios intelectuais. Segundo a nota, as contribuições de um homem capaz, inteligente e visionário como Wells certamente trariam luz e confeririam sentido ao caos das mudanças em curso²⁷³.

Wells seria então o “profeta” que indica o caminho, que consegue enxergar o que os outros não são capazes. Se sua obra ficcional muitas vezes apontou para uma ideia de distopia

²⁷⁰ “O início do século XX, na véspera da Primeira Guerra Mundial, era ainda dominado pelo otimismo racionalista proveniente do pensamento do século XVIII e de uma parte do XIX, segundo o qual, com o desenvolvimento da ciência, o homem só se governaria conformemente com conhecimentos e princípios racionais, isto é científicos. Entretanto, desde antes de 1914, o racionalismo e o otimismo científico, já posto em xeque no século XIX por Kierkegaard e Nietzsche, encontram-se abalados em seus alicerces e prenuncia-se uma crise que ameaça subverter, não só a herança de Kant e Comte, mas o próprio humanismo oriundo do Renascimento.”. CROUZET, Maurice. A renovação da vida intelectual e artística. In: _____. *História geral das civilizações: a época contemporânea*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958. p. 100.

²⁷¹ Em um amplo contexto de crítica ao projeto da modernidade, em que também se insere o pós-modernismo, o pensamento descolonial busca realizar renovação e liberação epistemológica, política e econômica, sem negar de todo o pensamento ocidental. Assim, anseia pela construção de uma “pluriversalidade” em que todas as singularidades são incluídas. Cf. MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

²⁷² Cf. WEHLING, Arno. *Op. cit.*, p. 151.

²⁷³ “Sentindo como ninguém o estranho apelo do nosso tempo de transição e mudança por uma nova mensagem e uma nova esperança, Wells empreendeu uma dessas obras cíclicas que, por singular privilégio da humanidade, surgem sempre para lhe definir e clarificar os novos e mais altos rumos.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. i.

do futuro, seria possível pensar que seu trabalho não ficcional tinha como meta limite seu exato oposto, a utopia? Procurarei explorar melhor essa questão ao longo da pesquisa.

A nota ressalta ainda, como qualidades, que a mensagem de Wells não é obscura nem hermética: nessa empreitada, sua reconhecida genialidade buscava clarificar e sintetizar a gigantesca “herança cultural do homem”. Conforme citei anteriormente, seu esforço resultou em um gigantesco sucesso de vendas, obtendo uma enorme aceitação popular, com diversas edições atingindo milhões de exemplares, o que surpreendeu o próprio autor.

Acredito que, para o redator da nota, a história deveria ser “definitivamente” narrada e que, para tal, necessitava de um historiador incomum. Era preciso um visionário, com erudição e inteligência “ímpares”, que, ao narrar a história como a “aventura do homem”, conseguisse aliar harmonicamente elementos aparentemente díspares como ciência, literatura, filosofia e religião, fontes de fascínio e curiosidade do espírito humano²⁷⁴.

A introdução de Wells, intitulada “A história desta *História Universal*”, foi dividida em três partes pelo próprio autor: “De como veio a ser escrita”, seguida por “Método e planos escolhidos” e, finalmente, “Da razão de certas omissões e acréscimos”. Farei a seguir algumas observações que de forma alguma se esgotam aqui.

Sobre os motivos que levaram Wells a escrever a obra, o próprio autor assinala, na introdução, que, naquele tempo, “todos estavam pensando internacionalmente”, que as experiências e os feitos recentes eram considerados repentinos e trágicos e que não havia uma compreensão dos mesmos: “Como aconteceram essas coisas, indagavam todos?”. A pergunta, feita pelo autor, parece indicar a profunda incapacidade de relacionar os fatos, apreender seus nexos, de estabelecer as causas e as consequências e, em suma, de construir seu significado histórico, social, econômico e político²⁷⁵.

²⁷⁴ “Wells pôs ordem e clareza nesse mundo de riquezas tumultuárias e malbaratadas e permitiu ao homem moderno o gozo de uma imensa fortuna e a utilização de suas possibilidades para novos empreendimentos e perspectivas. A *História Universal* é a narração genial da aventura da humanidade neste nosso planeta até o dia de hoje. [...] é que a obra era uma tremenda necessidade do tempo, que não estava senão a esperar o homem que pudesse satisfazê-la. [...] Nenhum outro livro por si só poderá como este dar-nos o deslumbramento do romance, o ímpeto ardente da ciência e o deleite pacificador da filosofia e da religião. Wells, como Heródoto, o primeiro dos historiadores, tornou a História a primeira, a mais alta e a mais fascinante forma de literatura.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. i-ii.

²⁷⁵ “Havia, em 1918, mais de uma razão a levar o autor a escrever a *História Universal*. [...] Passava o último, o mais fatigado e o mais desencantado ano da “Grande Guerra”. Por toda a parte, privações sem precedente; luto e tristeza em todo o lugar. A relação dos mortos e mutilados subiria em muitos milhões. Os homens sentiam que tinham chegado demasiado desgraçados para a consideração de possibilidades complicadas. Não havia se o que se anunciava era o desastre da civilização ou o inaugurar-se de uma nova fase de associação humana. As coisas eram vistas, entretanto, sob a simplicidade dessas alternativas gerais e os homens se deixavam embalar pela esperança. Em meio a isso, uma copiosa discussão de novos arranjos para a política mundial; de tratados mundiais para abolir a guerra, de liga de nações e liga dos povos.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 1-2.

Wells ressalta que tal incompreensão levou homens e mulheres a recordarem a história aprendida nas escolas e constatar que esta não contribuía para responder suas interrogações²⁷⁶. Do seu ponto de vista, tratava-se de uma história de cunho nacionalista, com “uma lista inexpressiva e parcialmente esquecida de reis e presidentes”, que praticamente ignorava os outros países e suas relações.

É curioso observar alguns comentários iniciais do autor. A princípio, denotam uma visão estereotipada, alarmada com o que lhe é apresentado como “fatos”, conforme é possível identificar em sua breve descrição sobre o Japão²⁷⁷ contemporâneo²⁷⁸. Percebe-se também o olhar voltado para dentro, a Europa, como um lugar evoluído, superior, mas também repleto de mazelas. Assim, sobre a Alemanha, não há como ignorar a ênfase no temor²⁷⁹, a partir de uma visão que considera os alemães como “bárbaros” conquistadores²⁸⁰.

²⁷⁶ “Era-lhes quase impossível determinar os valores relativos das coisas em discussão. Uma enorme quantidade de pessoas – de fato, todas as pessoas inteligentes que não haviam sido especialmente instruídas – estava a buscar, mais ou menos conscientemente, familiarizar-se com os negócios do mundo como um todo. Na realidade, trabalhavam por improvisar “escorços da História Universal” para seu próprio uso.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 3.

²⁷⁷ “[...] terra de pitoresco e de romance, uma legenda de arte frágil e delicada, uma terra de ópera cômica, tão remota quanto outro planeta, (como) achava-se agora patrulhando o Mediterrâneo com imensos navios de guerra?”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 2.

²⁷⁸ Segundo o historiador Wolfgang Döpcke, ainda que o período entre 1870 e 1914 marcasse o apogeu do poder europeu a nível mundial, também havia uma percepção das restrições desse poder. No caso específico do Japão, após 1860, o país se transforma radicalmente, de país agrário em potência industrial e imperialista, sendo a evidência mais significativa a imposição de uma derrota militar até então inimaginável aos russos em 1905, na guerra russo-japonesa. “Embora o Japão tenha desdobrado o seu pleno potencial somente depois da Primeira Guerra Mundial, o futuro desafio à hegemonia europeia já se esboçava na virada do século. A celebração da aliança entre o Japão e a Grã-Bretanha, em 1902, e a vitória japonesa sobre a Rússia, em 1905, demonstraram dramaticamente, as aspirações do país como potência.”. DÖPCKE, Wolfgang. *Op. cit.*, p. 79.

²⁷⁹ “[...] que transformara a Alemanha de uma série de pequenos estados numa vontade e numa potência agressiva, e pusera o medo da energia alemã em metade da humanidade?”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 2.

²⁸⁰ Segundo Wolfgang Döpcke, há pelo menos duas interpretações sobre o funcionamento do sistema europeu de Estados entre os trinta últimos anos do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial. A primeira sustenta que houve um sistema de “equilíbrio de poder” entre as principais potências, ainda que esse sistema tenha mostrado distinções em determinados períodos. Assim, até 1871, um “equilíbrio de poder”, fundamentado na ideia de que nenhuma potência teria condições de domínio sobre todas as demais, teria de fato se efetivado. Após 1871, um equilíbrio de outra natureza teria se formado, com base principalmente na diplomacia do chanceler alemão Otto Von Bismarck e seus sistemas de acordos, com pesos e contrapesos. Por fim, a partir da década de 1880, o equilíbrio teria sido mantido, mas de forma incerta e tensa, com a formação dos dois principais polos de poder em torno da Inglaterra e da França, de um lado, e da Alemanha e da Áustria-Hungria, do outro, com os seus respectivos aliados. Diferentemente, a segunda visão defende que, no continente, as relações entre as potências foram marcadas pela questão da segurança e pela hegemonia alemã e sua superioridade militar, econômica e demográfica, estabelecida após a guerra franco-prussiana. Entretanto, Döpcke pondera que, apesar da superioridade e do potencial hegemônico, a Alemanha não o efetivou em prática de poder nesse período. Para Döpcke, a política externa alemã foi conduzida pela percepção de insegurança frente às demais potências e suas alianças. Nesse sentido, até 1880, a prudência prevaleceu nas suas políticas e práticas nas relações internacionais. A partir dos anos 1880, a Alemanha chegou a reivindicar um novo *status* no cenário internacional, mas, com a aliança entre França e Rússia em 1894, simultaneamente, formaram-se novos blocos de poder e um novo tipo de equilíbrio. “Entre esses blocos em formação, estabeleceu-se uma espécie de equilíbrio. Mas isso não pode ser visto como se fizesse parte da tradição dos princípios do Concerto Europeu. Era mais um equilíbrio inspirado por medo mútuo – uma “paz armada”.”. DÖPCKE, Wolfgang. *Op. cit.*, p. 82-83.

Wells reconhece que o “fazer” historiográfico requer um profissional que a escreva, que a produza. Além disso, entende que a história deve ser pensada totalmente e que existem “forças” que a direcionam²⁸¹. Nesse sentido, para o autor, existiriam regras que, se bem compreendidas, poderiam apontar para um “sentido da história”? Wells defendia que, a partir desse conhecimento, é possível antecipar os rumos da história, prevê-la?

Em meio ao caos e à perplexidade existentes ao fim da Primeira Guerra Mundial, o autor parece denunciar em suas palavras a carência de alguma previsibilidade. O mundo havia se tornado ininteligível, até mesmo para os gênios. A “confusão e o tumulto mental da guerra” tê-lo-iam tornado “disposto a empreender uma visão do conjunto do passado e do presente”. Para Wells, a história era uma chave para a elucidação dos enigmas que se apresentavam²⁸². Contudo, tal proposta leva a uma pergunta imediata: qual é o risco de se escrever sobre algo quando já se sabe o resultado?²⁸³

Assim, ele enfatiza que resolveu “reunir mapas e notas, ler mais sistematicamente do que havia feito até então e esclarecer-se sobre certo número de problemas históricos a respeito dos quais seu conhecimento era extremamente vago”. Percebe rapidamente que “poderia fazer trabalho muito mais útil, desenvolvendo as suas notas particulares”.

²⁸¹ “O autor não é, em nenhum sentido profissional, um historiador, mas trabalha no seu próprio “escorço” desde o começo de sua carreira. Sempre se preocupou com a história como um todo e com as forças gerais que fazem a história. Foi essa a inclinação peculiar do seu espírito. Mesmo quando estudante de ciência, não deixaria a leitura nem as notas sobre a história.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 3.

²⁸² Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 4.

²⁸³ Sobre essa questão, as palavras do historiador francês René Rémond são lapidares, ao considerar que o imprevisível, o acaso, os variados conflitos e as consequências não intencionais não podem ser obliterados em nome da coerência e de um sentido maior, ainda que possam existir em algum nível. Para Rémond, “Os historiadores, conhecendo a sequência dos fatos, sentem a grande tentação de conferir aos acontecimentos uma racionalidade que o contemporâneo era incapaz de discernir, não somente por causa da debilidade de seu olhar, mas porque a realidade histórica tal não comporta. Ao considerar do alto o desenrolar circunstancial, perdemos de vista a contingência dos encadeamentos, o imprevisto das situações. É essencial reafirmar a importância da conjuntura, de reencontrar o papel do acontecimento, a influência das individualidades, em suma, reabilitar o fortuito e restituir o lugar do singular. Tal profissão de fé não implica, de modo algum, a inexistência de certa lógica nas evoluções. É um falso dilema, dentro do qual certas escolas desejam nos encerrar: ou o reconhecimento de um determinismo histórico ordenado em direção a um fim único e definitivo ou a dissolução em uma infinidade de situações sem razão nem porquê. Para não se deixar reduzir à lógica dos nossos sistemas de pensamento e interpretação, a experiência histórica não escapa de todo à racionalidade. Devemos admitir que um movimento, inerente à história, apresenta grandes orientações e os processos pelos quais se manifesta e se efetua comportam sempre uma pluralidade de combinações possíveis.” RÉMOND, René. Advertência. _____. In: *Introdução à história de nosso tempo: O Antigo Regime e a Revolução (1750-1815)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2015. p. 12-13.

Wells procura mostrar que não deixara de lado as questões relacionadas ao poder, um dos principais norteadores de seu trabalho recente²⁸⁴, ainda que sua motivação fosse construir uma “história total”, que articulasse política, economia, cultura, entre outros aspectos, que explicassem o passado e o presente e inspirasse os rumos futuros.

Wells acreditava em uma “exatidão” histórica? É possível entender que sim. Se a política e seu exercício estão intimamente ligados com a concepção dos homens, em especial, do homem público, sobre o passado, então se pode afirmar que, para Wells, o conhecimento e a percepção de cada indivíduo sobre a história são capazes de influenciar diretamente suas ações no presente e, por que não dizer, sua visão acerca do futuro. Nesse sentido, o futuro seria algo a ser construído tendo como base as experiências do passado.

Ao propor uma abordagem nova, Wells reconhece que tal esforço possuía, ao mesmo tempo, um intuito nobre, pois, aos seus olhos, uma “utopia” cosmopolita parecia se vislumbrar no horizonte²⁸⁵.

Revela-se, assim, um lampejo utópico: criar uma história “definitiva”, que possa clarear e homogeneizar o conhecimento sobre o passado do homem. Além disso, a história deve ser universal, em contraposição às histórias nacionais, diante do quadro mais amplo das transformações mundiais.

A princípio, a intenção do autor era escrever para o homem e a mulher comuns, ou seja, um público que não fosse fortemente intelectualizado, sobre os principais pontos e aspectos da história, pois entende que são por demais atarefados e/ou excessivamente preocupados com outros assuntos para “arguir e alterar”.

Tratava-se, portanto, de um manual de História que se pretendia definitivo, sem a necessidade de reflexões complexas, para ser lido e consultado frequentemente, onde poderia

²⁸⁴ “Semelhante trabalho (constituição da comissão inglesa para os debates na Liga das Nações) havia de forçosamente envolver participação nas discussões e levou ainda à organização de uniões e sociedades de propaganda. Os debates nessas associações revelaram, soberanamente, a importância vital em todas as atividades políticas de determinada concepção sobre o passado. Com efeito, que são as atividades políticas de um homem senão sua ideia do passado posta em ação? Todos os interessados nos projetos de liga de nações viviam em controvérsia e oposição, porque tinham a respeito do que era o mundo, do que havia sido e do que podia ser as mais vagas, heterogêneas e desarticuladas noções. Em muitos casos, havia um conhecimento especializado, extraordinariamente exato, combinado com as mais grosseiras e ingênuas suposições sobre a história em geral.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 4.

²⁸⁵ “Se algumas vezes este “escorço” é laboriosamente e lastimavelmente insuficiente, em outras partes parece quase ter-se planejado e escrito a si mesmo. O seu quadro, o seu feudo, é o indevassável mistério, a marcha das estrelas e a incomensurabilidade do espaço e do tempo. Aí aparece a vida lutando para atingir a consciência, recolhendo força e poder, acumulando vontade através de milhões de anos e bilhões sem conta de vidas individuais, até alcançar as trágicas confusões e perplexidades do mundo de hoje, tão cheio de terror e, ainda assim, tão cheio de promessa e oportunidade. Vemos o homem erguer-se dos seus solitários começos até a presente aurora de uma fraternidade mundial. Vemos todas as instituições humanas crescer e mudar; e, agora, mudar mais rapidamente do que em qualquer outro tempo. A representação termina numa tremenda interrogação. O autor é exatamente o guia que traz o leitor até a borda do presente, a borda que avança das coisas, e para, e lhe cochicha ao ouvido: essa é a nossa herança.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 8-9.

ser encontrada, por que não, a “verdade”. Era uma síntese do saber existente, objetivando a popularização do conhecimento histórico.

Wells foi um árduo crítico da elitização do saber, do confinamento para poucos do conhecimento. O autor entendia que, de uma forma geral, a História estava longe do alcance dos indivíduos. O distanciamento se devia, em parte, à natureza do trabalho dos historiadores e a pouca atração que sentiam pelas sínteses, pelas articulações e pela valoração dos fatos e episódios do passado²⁸⁶.

Para Wells, os fatos são importantes, cabendo aos historiadores reuni-los de forma precisa e objetiva. Contudo, a partir desse trabalho, Wells atribui, a si próprio, a tarefa primordial de escolher, resumir e, finalmente, construir uma narrativa histórica para o homem e a mulher comuns, em linguagem e estilo acessíveis.

Como não imaginar que um homem de letras como Wells, com sua vasta experiência como escritor e romancista, não seria a pessoa fundamental para essa tarefa? Tal “escorço” para Wells seria inaceitável para um acadêmico e não seria cumprido rapidamente. Aquele trabalho deveria ser feito por ele, Wells, afastado do “respeito acadêmico”, “sem sacrifícios de dignidade”, “sem nenhum desses riscos de críticas hostis” ou, em outras palavras, sem amarras ou constrangimentos.

Wells aponta as vantagens da sua posição ante um acadêmico no empreendimento que pretende realizar, assim como descreve resumidamente seu método e motivações. Ele afirma nada ter acrescentado sem se dar conta de que sua “história” é produzida a partir de outras escolhas e interpretações.

Além de tornar a história acessível e compreensível, seu trabalho teria outro objetivo essencial: relacionar a experiência de vida do homem e da mulher comuns a essa história.

²⁸⁶ “Os historiadores são, na sua maior parte, nos dias de hoje, homens de erudição e de saber especializados; receiam muito mais os pequenos erros do que de conexão; atemorizam-se mais do pequeno ridículo de uma data errada do que de atribuir um valor errado aos acontecimentos. É bom e justo que seja assim, e que, em uma era de pressa e de precipitação, uma intensa classe de homens devotados mantenha um alto padrão de precisão e de exatidão. Mas esses altos padrões de exatas minúcias retiram-nos qualquer possibilidade de nos voltarmos para os historiadores ante o que é exigido aqui. Para eles, isso não será tarefa atraente, mas desesperadora. Devemos ir procurá-los para o material acumulado, mais do que para os resultados reunidos e associados. Eles não estão dando, com efeito, agora, em numerosos volumes, de numerosas mãos, de diversíssimos pontos de vista e numa agradável diversidade de espírito e de intenção, grandes e nobres compilações, de extremo valor para os estudiosos. [...] Estas magníficas realizações são, porém, para os propósitos de cada dia do cidadão comum em viagem pela vida, tão impressionantes e tão úteis quanto uma enciclopédia de numerosos volumes para a direção imediata de sua conduta.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 6-7.

Dito de outra forma, estabelecer os nexos que vinculam os indivíduos à dinâmica do processo histórico²⁸⁷.

Wells reconhece que tal “escorço”, por mais desprezioso que se possa querer, é carregado de grandeza e dignidade arrebatadoras. Diante disso, como não suspeitar que o autor entende a história como um processo evolutivo? A Primeira Guerra Mundial, que devastou a Europa de seu tempo, não tinha sido suficiente para impossibilitar a “fraternidade mundial”, uma utopia que então se mostrava oportuna e bem-vinda. Apesar dos horrores da guerra, Wells parece entender que a utopia pode ser progressivamente alcançada. Seu papel nessa trama seria tornar o mundo e sua história inteligíveis, permitindo ou mesmo abrindo os caminhos rumo ao futuro utópico.

Por fim, entendo ser relevante complementar que, em 1943, H. G. Wells escreveu *A Construção do Mundo*, originalmente intitulado como *The work, wealth and happiness of mankind*, sendo publicado no Brasil em 1952, com tradução de Monteiro Lobato²⁸⁸. Escrita na forma de um gigantesco ensaio, repleta de informações e pontos de vista pessoais, essa obra parece carregar motivações similares as que levaram Wells a escrever *História Universal*, ainda que, nessa empreitada, tenha privilegiado os aspectos econômicos.

A introdução, intitulada “O objeto desta obra e o método a que obedece”, foi dividida em seis partes pelo próprio autor: “As atividades humanas e seus motivos”, seguida por “A educação nova”, “A propósito de Roger Bacon”, “A *História Universal* e a *Ciência da vida*”, “A urgente necessidade de sólidas ideias gerais sobre o trabalho e a riqueza” e, finalmente, a enigmática parte “Dificuldades e problemas na elaboração desta obra. Museus do progresso industrial. O artifício de uma enciclopédia imaginária”. A seguir, farei algumas observações sobre esse capítulo introdutório, que acredito contribuir para os objetivos da pesquisa.

Inicialmente, o autor enfatiza que tamanho esforço nunca foi tentado antes e que, mesmo se tivesse feito, não seria útil. Entretanto, as grandes transformações de sua época tornavam tal esforço imprescindível, pois era preciso saciar a sede por esclarecimentos que tão repentinamente havia surgido naqueles tempos turbulentos. Suponho que Wells se referia

²⁸⁷ “Este ou aquele especialista pode enraivecer-se ante o seu escandaloso esquecimento deste ou daquele precioso item do seu monopólio de especialista; não tem isso maior importância. [...] O autor podia dirigir-se sem corar para as obras de texto e para o material ordinariamente acessível, não era sequer obrigado a pretender descobertas originais ou originais pontos de vista; sua tarefa, bem mais simples, era a de coligir, arranjar, determinar a proposição das partes e das fases da grande aventura da humanidade, e escrever. Nada ele acrescentou à história. Pelo menos, ele espera nada lhe ter acrescentado. Faz apenas um digesto de grande massa de matéria, em parte de muito recente material, e o fez no caráter de um escritor popular, considerando as necessidades de outros cidadãos comuns, como ele próprio.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 8.

²⁸⁸ De forma semelhante ao que mencionei sobre a escolha de Anísio Teixeira, não será um dos objetivos dessa pesquisa analisar as razões e circunstâncias que levaram Monteiro Lobato a ser o tradutor dessa obra.

em especial às guerras entre os Estados e as crises econômico-financeiras do sistema capitalista que, de um modo ou de outro, devastaram as vidas de milhões de indivíduos.

Porém, é necessário um novo método investigativo, segundo Wells. No passado, analisar as atividades humanas restringia-se a um estudo de geografia, que explicasse as diferenças entre os países, com suas “raças e costumes”. Entretanto, o autor acredita que os tempos contemporâneos se distinguem pela intensa e progressivamente maior comunicação entre os homens, por sua crescente interação e dependência, pelo entrelaçamento das relações, pela percepção de aceleração das mudanças, não sendo mais possível pensar unicamente numa história local, em pensamentos, saberes e morais locais, apartados do restante do mundo. Para Wells, o intercâmbio de ideias e mercadorias com povos e “raças”, sendo essa a palavra utilizada pelo autor, outrora distantes e inacessíveis, se tornaram indispensáveis. Essa mudança teria acarretado a mais profunda perplexidade²⁸⁹.

A título de esclarecimento, nota-se que o autor utiliza de forma corriqueira e natural a palavra “raça”. Assim, cabe observar que a ideia de “raças”, assim como as teorias raciais, tem o seu nascedouro no contexto intelectual do século XVIII, estendendo-se aos séculos posteriores, segundo Lilia Moritz Schwarcz. Por um lado, construiu-se um olhar humanista, herdeiro da Ilustração, que compreende a igualdade entre os homens como natural. Nessa corrente, destaca-se o pensamento de Jean-Jacques Rousseau. Porém, a faculdade de aperfeiçoamento do homem, a “perfectibilidade” rousseauiana, não dava acesso obrigatoriamente a um caminho virtuoso. Essa característica inerente a uma humanidade entendida como unitária conduzia a trajetórias diversas, o que para Rousseau apontava para os “vícios” da civilização, a origem da desigualdade. O “bom selvagem” rousseauiano, do qual os homens do “Novo Mundo” se tornaram exemplares, não significava um retorno a um paraíso inicial, mas uma forma para se refletir sobre as sociedades civilizadas ocidentais.

Por outro lado, em uma linha negativa de interpretação, ganharam ênfase visões que denegriam esses “novos homens.”. De maneira insipiente no século XVIII, surgiram pensadores como Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon, com a sua tese sobre a imaturidade e carência do continente americano, na qual se inseriu a ideia de hierarquia humana, e Cornelius de Pauw, com a sua teoria sobre a degeneração, em que o termo deixou de se referir exclusivamente à forma orgânica das espécies em geral, mas à corrupção e à

²⁸⁹ “[...] E em consequência desta “abolição da distância”, o estado de equilíbrio político da humana população nos aparece com todas as suas falhas – é o que começamos a compreender. Nossos modos de negociar, de tratar a propriedade, de nos servirmos de outras pessoas e de manipularmos a nossa vida, passaram por toda sorte de deformações em consequência dessa “mudança de escala” no negócios humanos. E continuam a deformar-se sob nossos próprios olhos, exigindo de nós o maior esforço para apreender o processo em marcha.”. WELLS, H. G. A construção do mundo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952, v. 1, p. 4.

inferioridade original nos homens das Américas. Nesse contexto, o termo “raça” adquiriu um significado adicional, não se referindo exclusivamente aos animais, conforme o sistema de classificação das espécies de Carl Von Linné de 1758. Em continuidade a esse trabalho, no início do século XIX, George Cuvier utiliza o termo para marcar as diferenças de heranças físicas constantes presentes nos variados agrupamentos humanos. No decorrer dos oitocentos, a interpretação negativa se tornou predominante e buscou relacionar herança genética com envergadura intelectual e tendências morais. Em franca reação às premissas igualitárias iluministas, o discurso racial acabou por se inserir nas discussões sobre direitos e cidadania²⁹⁰.

Um ponto de vista distinto sobre “raças”, contudo, é defendido por Aníbal Quijano. Para esse autor, pertencente a uma das correntes do pensamento descolonial, a ideia de “raças” surge anteriormente àquela apresentada por Schwarcz, em particular, no processo de conquista das Américas ao longo do século XVI por portugueses e espanhóis e, posteriormente, articulando-se com formas de controle do trabalho em torno do capital e do mercado. Dito de outra forma, os processos históricos de formação do capitalismo e da colonialidade, cujo princípio da distinção e hierarquização racial é central, afluíram e se integraram como eixos essenciais de composição de um padrão novo de poder político, econômico e social que *a posteriori* se irradiou mundialmente. A ideia de “raça” nasce como uma “categorial mental da modernidade”, sendo dela indissociável e conformando a própria modernidade. Além disso, a ideia de “raça” e sua teorização em moldes “científicos” são concebidas em tempos diferentes, para Quijano²⁹¹.

Ainda sobre o termo “raça” e as “teorias raciais”, faz-se necessário fazer algumas observações e comentários sobre o trabalho, anteriormente citado, da antropóloga Lília Moritz Schwarcz. Tratando especificamente do caso brasileiro, seu estudo poderia levantar questões sobre os rumos dessas teorias em outras sociedades e contextos históricos. Por hora, é preciso

²⁹⁰ Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 43-47.

²⁹¹ “A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que, desde muito cedo, foi construída como referências a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. A formação de relações sociais fundadas nessa ideia produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol* e *português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. [...] A posterior constituição da Europa como nova *id-entidade* depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados.”. QUIJANO, Aníbal. *Op. cit.*, p. 117-118.

ênfatisar que, segundo a tese de Schwarcz, as teorias raciais do século XIX não foram sumariamente transplantadas para o contexto intelectual, político e social brasileiro, mas sofreram significativas adaptações. É no paradoxo entre a aceitação de que havia distinções humanas originárias e uma visão positiva sobre a mestiçagem “que se acha a saída original encontrada por esses homens de ciência, que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas”²⁹².

Retornando aos escritos de Wells, ele afirma que, após a Primeira Guerra Mundial, foram necessários 12 anos para que velhas ideias e tradições fossem questionadas e mesmo abandonadas por muitos. É possível especular que Wells se refere ao final dos anos 1920 e início dos anos 1930, quando o mundo liberal entrou em colapso, abrindo caminho para diversas alternativas e concepções da política, da economia e da sociedade. Wells defende que a persistência de tais ideias e tradições poderia conduzir a uma “catástrofe cada vez maior”²⁹³.

Entre as mais imperiosas mudanças, Wells destaca uma premente revisão da História: na contramão das histórias fracionadas das nações e dos seus nacionais, uma história que englobasse a todos e apreendesse a complexidade de suas relações. Tal compreensão poderia então direcionar “corretamente” as ações políticas²⁹⁴.

Ao que parece, para Wells, são as ideias os grandes motores do processo histórico, que, por meio delas, pode não apenas ser elucidado, mas também direcionado. Nesse caso, em que medida Wells acredita em uma “teoria da história”? Essa questão deve ser investigada cuidadosamente. Por hora, uma passagem parece reforçar a suspeita de que a “Nova História” mencionada por Wells está a serviço de uma causa²⁹⁵.

²⁹² “Do darwinismo social, adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que problematisassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social, sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a noção de que a humanidade era una. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso. [...] Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no Brasil.” SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 11-22.

²⁹³ “[...] Sentimos cada vez mais forte o desejo de romper com velhas e limitadas interpretações que já foram úteis, mas hoje só nos levam a desastres, e corajosamente encarar a vida nos novos e formidáveis aspectos que ela representa.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 5.

²⁹⁴ “E a Nova História tinha de ser uma revolta contra a “história social”, ou “nacional” ou de “períodos”. Tinha de ser a afirmação de que a História da Humanidade constitui um todo único, e que só por meio da compressão dessa unidade podemos formar juízo do verdadeiro lugar do nosso país, ou da nossa cidade, ou da nossa aldeia no mundo; e só com a aquisição desse juízo podemos orientar com sabedoria a nossa conduta política.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 5.

²⁹⁵ “Já de longo tempo dizia Lord Acton aos historiadores: “Cumpram-nos ter em vista o movimento das ideias, pois que as ideias não são o feito e sim a causa dos acontecimentos históricos.”. Nesse ponto nos achamos hoje. Os advogados da Nova História escreveram-na como um todo, porque desejam ver as instituições políticas se modificarem no sentido da unidade mundial; e só poderá ser assim se houver terreno preparado, isto é, a compreensão e a esperança da necessidade disso.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 6.

Contudo, um novo conceito de história não seria o suficiente; uma “nova educação” deve também esclarecer a respeito de dois pilares do conhecimento que Wells considerava essenciais: a biologia e a economia.

Segundo o autor, a ciência biológica é capaz de entender de forma sistemática os mecanismos de funcionamento do cérebro humano, “donde saem as ideias diretoras da História”. Em outras palavras, não basta entender as ideias geradas pelo pensamento humano, mas também de que forma os homens pensam, até mesmo em seu sentido biológico.

Wells afirma que a dinâmica da vida humana teria sido historicamente marcada, em grande medida, pela previsibilidade. O papel social dos homens teria obedecido a uma ordem que parecia não se perturbar. Em caso de dúvidas ou questionamentos, “lá estava o padre com a boa solução”²⁹⁶.

Entretanto, Wells enxergava um período de transição, com a dissolução do que até então existia e a possibilidade de geração de uma nova ordem, ainda que indefinida naquele momento. Para que as decisões sobre os novos rumos políticos, econômicos e sociais fossem tomadas, ao fim e ao cabo, pelo homem e pela mulher comuns, era preciso empreender um esforço de compreensão sobre a história e também sobre a “ciência do trabalho e da riqueza”²⁹⁷.

Wells acentua os motivos para a elaboração de uma “ideologia moderna”: as velhas instituições, como as escolas, acabam por perpetuar ideias ultrapassadas, como os nacionalismos, que levaram à guerra e a tragédia humana.

Para o autor, é inadmissível que assuntos essenciais à vida moderna, como a história, o socialismo e o comunismo, as questões relacionadas às moedas e às finanças, ao comércio e suas imbricações com a propriedade, fiquem apartadas do homem comum. O ensino

²⁹⁶ “[...] Desde a “Grande Guerra” que a inquietação econômica do mundo se vem tornando mais e mais penosa e desesperadora. Comparadas ao presente, as épocas passadas começam a assumir ares de idílica tranquilidade. Parece que antes do nosso tempo, a vida do homem transcorria numa pacífica e inmutável segurança, desde o berço até o túmulo. [...] Na verdade as coisas nunca foram assim, mas quase toda gente pensava que era assim. A roda da vida lhes parecia estar girando em perfeita ordem, de geração em geração; o filho fazia o que o pai fizera antes.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 14.

²⁹⁷ “[...] Toda sorte de forças se acham em trabalho, desorganizando-nos, é verdade, mas jeito de estarem a produzir alguma estranha e mais ampla organização social. Trabalhamos, e as coisas que fazemos são levadas para longe e não as vemos mais. [...] Grandes usinas se erguem nas nossas paisagens familiares, e não sabemos por que surgiram ou o que produzem. Compramos e consumimos alimentos exóticos. Tomam-nos como empregados e despedem-nos dos empregos; as coisas se tornam caras, ou baratas, ou inacessíveis, sem que possamos traçar as causas dessas flutuações. Tudo parece acima do nosso controle.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 15.

tradicional, nacionalista, de influência agressiva, antiquada e reacionária, deveria ceder frente à modernidade do esclarecimento²⁹⁸.

Para um novo tempo, é preciso uma “nova educação do homem”, assim defende Wells; portanto, faz-se premente uma “Nova História”. As ideias envelhecidas não são mais capazes de nortear o mundo transformado.

Não se trata de uma mudança da forma, mas de conteúdo, explica o autor, que acredita num descompasso entre a “ideologia”, no sentido de um sistema de ideias, ensinadas nas escolas, e as realidades que se apresentavam²⁹⁹.

3.3. Considerações sobre *História Universal* e a Primeira Guerra Mundial

Em “A paz armada antes da “Grande Guerra””, do capítulo XXXVIII intitulado “A catástrofe do imperialismo moderno”, Wells deixa claro que o breve período de paz de pouco mais de trinta anos do final do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, no século XX, foi absolutamente instável. Além disso, o progresso técnico e industrial havia alterado significativamente o modo de se fazer a guerra, tornando-a mais temida.

Mais importante do que a evolução técnica, para Wells, a principal diferença entre a guerra moderna e as guerras do século anterior era o envolvimento de povos e nações inteiras e não apenas dos exércitos profissionais, o que afetava profundamente a ordem e a estrutura das sociedades³⁰⁰.

²⁹⁸ “[...] Haverá alguém, em qualquer parte da terra, que possua uma visão realmente compreensiva do processo econômico do mundo como um todo? Aparentemente não. Pois apesar disso a decisão final de tudo cabe a nós, homens do comum. Seja qual for o controle que possa vir a ser exercido sobre o imenso e complexo tumulto mundial, será pelo nosso voto e com o nosso assentimento que ele virá a ser exercitado.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 15.

²⁹⁹ “Enquanto o mundo adulto penosamente descobre que o nacionalismo agressivo é uma desastrosa obsessão, uma grande maioria de meninos continua a ser transformada nos mesmos ardentes pequeninos patriotas em que nos transformavam antes da (Primeira) Guerra Mundial. Chegam a ser treinados militarmente. Submetem-nos à mesma disciplina dos exércitos, fazem-nos agitar bandeiras, cantar canções militares, imbuírem-se da velha história de tipo combativo, romântico, estreito. Talvez que isso não passe duma fase de transição. À medida que as ideias modernas dos adultos inteligentes se tornarem mais lúcidas, mais sólidas e completas, aprenderão eles a distinguir com mais segurança entre o mestre tradicional e o mestre esclarecido, pois que as categorias coexistem lado a lado. E a preferência irá para o mais esclarecido.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 16.

³⁰⁰ “Começara desde 1871 a se firmar a convicção geral de que a guerra moderna era algo de mais sério que a guerra profissional do século dezoito. A guerra era agora uma luta de povos, luta que podia atingir duramente a própria estrutura social. A guerra começava, afinal, a ser uma aventura grave em que se não podia entrar precipitadamente. A revolução mecânica estava, com efeito a produzir armas cada vez mais poderosas (e dispendiosas) em mar e em terra e métodos cada vez rápidos de transporte; e a tornar cada vez mais impossível fazer-se a guerra sem completa perturbação e deslocação da vida econômica da comunidade. Até as secretarias de negócios estrangeiros sentiam o medo da guerra.” WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. v. 9, p. 409-410.

Ainda que o temor se intensificasse, Wells ressalta que os esforços foram pífios no sentido de promover uma paz duradoura e, por que não dizer, “universal”. Enquanto houvesse nações separadas, que não comungavam da ideia de uma única “humanidade”, a guerra não poderia ser evitada completamente³⁰¹.

Da mesma forma, ainda que a guerra e suas consequências tivessem se transformado, Wells percebeu que o tema permanecia sendo cuidado apenas pelas chancelarias, à luz do Direito Internacional, alijando o “homem comum” das discussões políticas.

Para Wells, o cerne da questão esteve ausente das conferências de 1899 e 1907 em Haia, na Holanda, ou seja, problematizar a ideia de uma competição interestatal e entre povos e nações, entendida como natural³⁰².

Não posso deixar de ressaltar a crítica sutil de Wells aos governantes da Prússia, que se tornaria o principal alicerce do futuro Império Alemão, a respeito de um episódio ocorrido em 1848. Nesse caso, mais significativo era impedir mudanças nas relações políticas que implicassem a perda de poder por parte dos soberanos prussianos.

O autor enfatiza que o propósito das “Grandes Potências” europeias não era a busca da paz, mas assegurar posições privilegiadas em relação às demais potências, tanto do ponto de vista das leis internacionais quanto dos custos das guerras. Nesse sentido, não havia interesse em abrir mão de suas soberanias³⁰³.

Na parte “A Alemanha Imperial”, Wells faz uma descrição sucinta da trajetória do novo império, procurando ressaltar pontos específicos relacionados ao desenvolvimento econômico, à atuação política e às mudanças sociais. Essa parte é particularmente elucidativa para o tema dessa pesquisa. Vou explorá-la com mais vagar a seguir.

³⁰¹ “É verdade que, em 1898, o jovem czar Nicolau II (1868-1917) convidou as Grandes Potências europeias para uma conferência de Estados “que buscasse fazer a grande ideia de paz universal triunfar sobre os elementos de perturbação e discórdia”. O seu convite lembrava a declaração-preâmbulo da Santa Aliança. Como esta declaração, seu novo rescrito ressentia-se do mesmo vício: a suposição de que a paz pode se estabelecer entre governos “soberanos” quando somente um largo apelo às necessidades e direitos do povo único da humanidade a poderá produzir.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 410.

³⁰² “Estas conferências de Haia nada fizeram pela repulsa à ideia de que a competição é inerente à vida internacional. Aceitaram essa ideia. Nada fizeram para desenvolver a consciência de uma comunidade pública mundial, que pairasse acima dos soberanos e secretarias do exterior. Os legistas internacionais e estadistas que compareceram às reuniões estavam tão pouco dispostos a se apressar no sentido de uma comunidade pública mundial fundada nessa consciência comum, quanto os estadistas prussianos de 1848 de aplaudir um parlamento pangermânico que anulava os direitos e a “política” do rei da Prússia.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 411.

³⁰³ “[...] quanto à má vontade geral das Grandes Potências em encarar a perspectiva da fusão dos poderes soberanos, sem a qual são absurdos quaisquer projetos de paz permanente, não pode haver a menor dúvida. Não era a cessação da competição internacional, com as suas fases críticas de guerra, que desejavam, mas antes um barateamento da guerra. A guerra vinha-se fazendo demasiado onerosa. Cada Potência desejava economizar o desperdício de disputas e conflitos menores e estabelecer leis internacionais que abraçassem, em tempo de guerra, os seus formidáveis inimigos e a deixassem, tanto quanto possível, livre e desembaraçada. Estes eram os fins práticos que buscavam na Conferência de Haia.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 411-412.

Primeiramente, Wells enfatiza que o Império Alemão encarnava uma “complexa e espantosa” conjunção de modernidade e tradição, que não apenas construiu o “maior serviço educacional do mundo”, mas foi indiretamente responsável pelo aprimoramento educativo de outros países europeus, resultado da competição entre esses países e o medo de serem subjugados. Assim, Wells critica os governantes britânicos e a “classe dominante britânica”, pois não teriam realizado esforços nesse sentido se não houvesse a percepção da ameaça germânica³⁰⁴.

Ao iniciar esse trecho com os dizeres “neste nosso tempo de responsabilização da Alemanha”, Wells remete aos anos de escrita da obra, imediatamente após a “Grande Guerra” e, portanto, ciente de suas implicações imediatas. Assim, não é desprezível que perpassa o texto uma série de prováveis causas e consequências que, ao fim e ao cabo, tiveram como desfecho o gigantesco conflito.

Inicialmente, por um lado, o autor enaltece os aspectos modernos do Império Alemão. Ciência e razão se tornaram os princípios norteadores do desenvolvimento industrial, organizando a produção e estimulando a invenção. Wells enfatiza o particular cuidado com os trabalhadores ao destacar o avanço de uma legislação social em seu benefício, além de um colaboracionismo pouco comum entre os capitalistas, e também com os trabalhadores, o que em amplo sentido divergia do caso britânico.

Wells entende que houve um “projeto” nacional, cujo elemento conciliador essencial dos interesses comunitários foi o Estado alemão. Ao mesmo tempo, valendo-se do contraponto, Wells faz duras críticas ao capitalismo e seus promovedores na Inglaterra, denunciando-os como ignorantes e individualistas e, portanto, responsáveis pelo declínio relativo britânico³⁰⁵.

³⁰⁴ “Neste nosso tempo de responsabilização da Alemanha, poderá auxiliar o leitor britânico a uma atitude equilibrada recordar-lhe o progresso educativo pelo qual o seu país tem de agradecer, primeiro, ao Príncipe Consorte alemão e, depois, à competição alemã. A mesquinha inveja da classe dominante britânica, que nenhum orgulho patriótico nem impulso generoso jamais conseguiu vencer e que impedira a educação do homem comum na Inglaterra, foi destruída ante o crescente temor da eficiência germânica. Com efeito, a Alemanha entregara-se à organização da pesquisa científica e à aplicação do método científico ao desenvolvimento industrial e social com fê e energia que jamais, em tamanho grau, demonstrara ante qualquer outra comunidade.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 411-412.

³⁰⁵ “E a Alemanha liderou também o mundo em muitos aspectos de legislação social. A Alemanha compreendeu que a classe trabalhadora é um dos valores nacionais, que se corrompe com o desemprego e que, para o bem comum, deve ser objeto de cuidado dentro e fora das fábricas. O empregador britânico estava ainda sob a ilusão de que a classe trabalhadora não existia fora do seu trabalho nas fábricas, e quanto pior fosse a sua existência exterior tanto melhor de algum modo pra ele. Além disto, devido a sua incultura geral, era um individualista extremado; possuía o sentimento insensato de rivalidade que se caracteriza a mentalidade vulgar; odiava os seus colegas industriais tanto quanto odiava os seus operários e os seus fregueses. Os produtores germânicos, pelo contrário, estavam convencidos das grandes vantagens da combinação e da civilidade; as suas iniciativas tendiam a se congregar e a assumir, cada vez mais, o caráter de empreendimentos nacionais.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 414-415.

Por outro lado, para o romancista inglês, nem tudo são méritos. Um das colunas de sustentação do novo Império Alemão era a tradição absolutista prussiana, que tinha como característica uma visão reacionária: o desejo de acúmulo de poder sobre outros Estados e nações. Para Wells, essa era a principal contradição do novo Estado alemão³⁰⁶.

Segundo Wells, a construção do império pela dinastia Hohenzollern teve, como uma de suas bases essenciais, a conquista de “corações e mentes” de sua população, o que passava pelo domínio do que era ensinado nas escolas e nos colégios alemães, em particular, pela formulação e pelo ensino de uma disciplina História a serviço de um projeto de poder.

Sendo um elemento-chave nesse processo, segundo Wells, a História ensinada aos homens e mulheres alemães acabou por ser premeditadamente manipulada. As guerras, as vitórias e o patriotismo alemães eram exaltados e associados ao enriquecimento da sociedade e ao progresso. Além disso, os demais povos e nações eram considerados inferiores, como se destinados a sucumbir frente ao destino grandioso alemão³⁰⁷.

Por um lado, uma visão que defendesse a rivalidade e a hierarquização entre povos e o domínio autoritário de uma monarquia sobre uma nação seria rejeitada por Wells. Por outro lado, nessa parte do texto, percebe-se o tom de julgamento quando Wells “carrega nas tintas” e que chamou a atenção de comentadores de sua obra, como os historiadores Marc Bloch e Carl Becker, cujos textos foram discutidos anteriormente em detalhes.

Considerando ainda sua forma ensaística de escrita, em que não há fontes nas quais o autor possa minimamente mostrar ao leitor as bases para as suas descrições, percebe-se uma construção sugestiva por parte de Wells. Nesse sentido, não estaria o próprio autor agindo da

³⁰⁶ “Tirante o reino do czar, nenhum outro Estado europeu havia preservado, com tanta eficiência, a tradição da Grande Monarquia do século dezoito, quanto o Prussiano. Apoiado na tradição de Frederico, o Grande, Maquiavel reinava agora na Alemanha. No governo desse novo e esplêndido Estado moderno não se encontrava, portanto, um esplêndido cérebro moderno, capaz de guiá-lo até a supremacia mundial, ao serviço do mundo e da humanidade, mas uma velha aranha sequiosa de poder. Na Europa ocidental, na Alemanha prussianizada era, simultaneamente, a mais nova e a mais antiquada das coisas. Era o melhor e o mais perverso Estado do seu tempo.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 415.

³⁰⁷ “O mestre, o professor, que não ensinasse e pregasse com oportunidade e fora de oportunidade, a superioridade racial, moral, intelectual e física dos germanos sobre todos os outros povos, a sua extraordinária devoção à guerra e à sua dinastia e o seu inevitável destino à direção do mundo, sob a égide dessa dinastia, era o homem marcado, fadado ao desastre e à obscuridade. O ensino de História, na Alemanha, transformou-se em uma imensa falsificação sistemática do passado humano, no interesse do futuro dos Hohenzollerns. Todas as demais nações eram apresentadas como incompetentes ou decadentes; os prussianos eram os condutores e regeneradores da humanidade.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 416.

forma que denuncia e rejeita? Ele chega a afirmar que o doutrinamento da educação do povo alemão era o “maior dos crimes” dos governantes imperiais³⁰⁸.

Se Wells expõe a retórica patriótica e belicista alemã e o uso ideológico da História como possíveis combustíveis para a escalada que culminou na Primeira Guerra Mundial, deve-se enfatizar que é a partir da retórica que Wells busca convencer seus leitores. Não é desprezível que Wells cite intelectuais alemães³⁰⁹, como o filósofo Friedrich Nietzsche³¹⁰, com o intuito de dar credibilidade ao seu ponto de vista.

Nas páginas seguintes, Wells descreve pormenorizadamente os rumos do Estado governado pela dinastia Hohenzollern. De forma sucinta, é possível perceber que, para o autor inglês, o caráter belicista, agressivo, imperialista e ultranacionalista do novo império e, em especial, de seu governante, o *Kaiser* Guilherme II, teve como consequência o acirramento das tensões e dos conflitos na Europa³¹¹.

³⁰⁸ “Contamos a história da Europa; o leitor poderá julgar se o brilho da espada alemã foi assim tão excepcionalmente cegante. Mas, a Alemanha estava sendo intencionalmente intoxicada, estava sendo mantida em estado sistemático de embriaguez, com tal espécie de retórica patriótica. O maior dos crimes dos Hohenzollerns foi o de corromper, constante e persistentemente, a educação e, particularmente, o ensino de História. Nenhum outro Estado moderno pecou tanto contra a educação. A oligarquia da república coroada da Grã-Bretanha fez da educação algo de ineficiente e de faminto, mas a monarquia Hohenzollern corrompeu-a e substituiu-a.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 417.

³⁰⁹ “Jamais se poderá afirmar com suficiente insistência que o fato mais importante, na história do último século, foi o de ter sido o povo alemão metódica e sistematicamente doutrinado na ideia de uma predominância mundial germânica baseada na força e na teoria de que a guerra era, na vida humana, coisa inevitável e necessária. O eixo do ensino germânico da história encontra-se na afirmação do conde Moltke: “A paz perpétua é um sonho e nem sequer um belo sonho. A guerra é, no mundo, um elemento da ordem preestabelecida por Deus. Sem a guerra, o mundo se estagnaria e se perderia no materialismo”. E o filósofo alemão Nietzsche mostrou-se inteiramente de acordo com o piedoso marechal.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 417-418.

³¹⁰ “‘É simples ilusão e puro sentimentalismo’, diz ele (Nietzsche), ‘esperar muito (se é que se pode esperar alguma coisa) da humanidade se ela esquecer a guerra. Por enquanto, meio algum se conhece que ponha tanta coisa em ação quanto uma “Grande Guerra”: a rude energia nascida do campo de batalha, o profundo impersonalismo nascido do ódio, a consciência do assassinio e do sangue frio, o fervor nascido do esforço pela aniquilação do inimigo, a orgulhosa indiferença pelas perdas, pela própria existência, pela dos seus irmãos, o sacudir de alma que só um terremoto, provocaria é de que precisa um povo quando está perdendo a sua atividade’.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 418.

³¹¹ “Em 1895, (o imperador Guilherme II) anunciou que a Alemanha era uma “potência mundial” e que “o futuro da Alemanha estava no mar” – sem dar atenção ao fato de que os britânicos se considerarem os primeiros ocupantes – e começou a demonstrar um interesse crescente pela construção de uma grande marinha. Tomou também sob os seus cuidados a arte e a literatura germânicas; usou de sua influência para que se conservasse a característica e obscura letra gótica germânica contra o tipo romano usado pelo resto da Europa ocidental, e apoiou o movimento pangermânico, que reclamava como membros de uma grande fraternidade germânica os holandeses, os escandinavos, os belgas, flamengos e os suíços alemães – na realidade, boa alimentação assimilável para um império faminto que entendia de crescer. Todos os outros monarcas da Europa empalideceram em face dele.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 420-421.

Ao fim e ao cabo, suas ações teriam sido responsáveis pela reação dos demais países europeus, em particular, a Inglaterra³¹². Assim, no julgamento de Wells, não é absurdo pensar na Alemanha como a principal responsável pela “Grande Guerra” e suas tragédias³¹³.

Deve-se enfatizar que Wells reconhece a existência de forças internas de resistência às pretensões do governante alemão. Bávaros e outras nações se opuseram ao prussianismo impositivo. Mas talvez o movimento mais importante tenha sido o florescimento de ideias dos trabalhadores organizados, resultando em uma oposição sistemática ao governo e na formação de um partido político, o partido social democrático, de viés marxista.

Tal partido cresceu, apesar da repressão violenta e extremada do governo e das organizações clericais. Exigia que os trabalhadores possuíssem direitos que lhes pertenciam e que não eram obra de generosa concessão do imperador. Entretanto, Wells também aponta sua atitude de apoio moderado ao exército alemão.

Nesse sentido, mais do que somente o resultado do temor da “bárbara e retrógrada autocracia da Rússia, na sua fronteira oriental”, Wells ressalta que os “corações e mentes” de

³¹² Acredito ser importante fazer algumas observações sobre essa percepção, considerando interpretações historiográficas mais recentes. Para o historiador Wolfgang Döpcke, entre o início do século XIX e 1870, houve poucas conquistas territoriais na África e na Ásia. Até 1876, apenas 10% da África eram dominados colonialmente. O imperialismo ocorria de maneira “informal”, baseado no livre-comércio. A partir desse ano, até 1900, houve um rápido processo de partilha e conquista. Em 1900, cerca de 90% do território africano já estavam sob a posse do imperialismo europeu. Se, até 1860, a Inglaterra chegou a considerar o abandono de seus poucos territórios africanos, dedicando-se apenas ao comércio, tal possibilidade jamais seguiu adiante. No caso da Inglaterra, houve reações às iniciativas coloniais francesas na década de 1880. A Conferência de Berlim de 1884-1885 entre as potências europeias definiu um rigor maior para a aquisição colonial e o reconhecimento pelas outras potências, como a ocupação efetiva dos territórios. A partir dessa condição, a Inglaterra intensificou suas ações, temerosa do protecionismo das outras potências, procurando garantir posições estratégicas, como no percurso marítimo para a Índia e a dominação de territórios em que tinham interesses comerciais. O caso do sul do continente africano e o triunfo da conquista inglesa sobre os colonizadores de origem holandesa (bôeres), assim como “a declaração de protetorado sobre a Betchuanalândia, contra a Alemanha, que tinha anexado a África do Sudoeste”, são exemplos da assertividade da Inglaterra na afirmação de seus domínios. Assim, segundo essa versão, o olhar de Wells é, no mínimo, controverso. Cf. DÖPCKE, Wolfgang. *Op. cit.*, p. 99-102.

³¹³ Segundo Döpcke, a forma como os Estados europeus pensaram e agiram politicamente no período entre os anos de 1871 e 1890 foi fortemente influenciada pelas ideias e políticas do chanceler alemão Bismarck. Uma das principais marcas da diplomacia “bismarckiana” foi adotar uma postura de cautela nas políticas e nas práticas das relações internacionais com as demais potências europeias, visando a segurança do Estado alemão e o seu *status quo* interno e externo. Assim, procurou construir uma imagem de desinteresse em políticas expansionistas de poder a fim de desestimular a formação de alianças contrárias à Alemanha e um possível revanchismo francês. “No famoso ditado de Bad Kissingen, em 1877, Bismarck esboçou as metas da política exterior alemã: a criação, longe da pretensão de “qualquer conquista territorial”, de uma “situação política global”, “na qual todas as potências – fora a França – necessitassem de nós e, em suas relações entre si, fossem, o quanto possível, mantidas afastadas de coligações contra nós.” Entretanto, entre as tentativas de salvaguardar o *status quo* alemão e europeu, a política externa alemã, de forma paradoxal, chegou a estimular as rivalidades no “além-mar” entre ingleses e franceses e até mesmo a se posicionar a favor do colonialismo francês, como na ocupação da Tunísia, com o intuito de amainar os ímpetus revanchistas. Ainda que pessoalmente não fosse um apoiador da “aventura colonial”, a partir de 1880, Bismarck lançou a Alemanha em conquistas na Ásia e na África, transformando o império rapidamente em um dos principais atores coloniais. Cf. DÖPCKE, Wolfgang. *Op. cit.*, p. 91-101.

parte expressiva da população já haviam sido conquistados³¹⁴. Em 1914, havia o sentimento de que a guerra não era apenas inevitável, mas aguardada com ansiosa vibração³¹⁵.

Em “O espírito do imperialismo na Grã-Bretanha e Irlanda”, Wells afirma que o pensamento imperialista alemão, fortemente hostil, acabou por influenciar a mentalidade europeia e, em particular, a britânica, por se encontrar inferiorizada intelectualmente para apresentar alguma resistência.

Nesse ponto, Wells critica o clero, as autoridades e os empregadores britânicos pelos receios, preconceitos e individualismos que contribuíram para o atraso da educação britânica, tanto aquela voltada para a elite quanto a popular, tornando seu povo mais suscetível às ideias estrangeiras. O autor critica também a influência do nacionalismo e do romantismo. Aos poucos, os ingleses teriam abraçado o imperialismo moderno.

Segundo Wells, a influência alemã estava presente também na disseminação e fortalecimento das ideias raciais. A “pervertida etnologia e a história falseada” alemã havia criado uma “admirável raça distinta”. Assim, em oposição ao mito racial germânico, inventa-se a versão inglesa, o “anglo-saxão”.

Talvez o principal efeito desses fatores, para Wells, tenha sido o enfraquecimento de uma tradição mais liberal e humanista em prol do acirramento das rivalidades, das paixões e dos ódios entre os povos e as nações. Wells se preocupa em apresentar a pérfida conjunção de fatores que inclui a influência de ideias da elite alemã e o despreparo da elite inglesa que acolheu tais ideias³¹⁶.

É curioso como Wells ressalta que se, por um lado, a falsificação da história foi obra dos governantes alemães e que suas ideias raciais e imperialistas foram aceitas sem resistência por sua população, por outro lado, essas ideias não eram encaradas com naturalidade pelos diversos povos britânicos, não havendo um pensamento unânime. Originalmente, essas ideias

³¹⁴. Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 424-425.

³¹⁵. “Esse jovem príncipe herdeiro era apenas uma amostra da numerosa juventude da classe superior da Alemanha, na primavera de 1914. Todos haviam bebido do mesmo copo. Os seus professores e mestres, os seus oradores e chefes, as suas mães e as suas namoradas o haviam preparado para a grande ocasião agora bem próxima. Estavam todos cheios de um pressentimento palpitante de conflito iminente, de toque de clarim convocando a estupendas realizações, à vitória sobre a humanidade no estrangeiro e ao triunfo sobre os operários recalcitrantes dentro da pátria. O país estava em forma e excitado como um competidor atlético no fim de o seu treino.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 426.

³¹⁶ “A imitação das deturpações patrióticas alemãs não ficou apenas nessa fabricação do “anglo-saxão”. Os jovens inteligentes das universidades britânicas, no último quartel do século, fatigados pela insipidez e insinceridade da política interna, sentiram-se atraídos por essa nova doutrina de nacionalismo imperialista arrogante, ladino e enérgico – mistura de Maquiavel e Átila – que estava sendo imposta ao pensamento e às atividades da jovem Alemanha. E isso os levava à imitação e à rivalidade. A Grã-Bretanha também, pensaram eles, deve ter a sua armadura reluzente e brandir a sua boa espada.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 428.

não teriam feito parte do “espírito liberal” do Império Britânico³¹⁷. Entretanto, tais ideias teriam sido acolhidas por diversos grupos sociais, como militares, administradores coloniais e a imprensa popular³¹⁸.

Wells dedica algumas páginas a realizar uma digressão pela história da Irlanda, descrevendo de forma panorâmica as origens do domínio inglês sobre a ilha, marcado por incontáveis conflitos e tentativas de conciliação. Chama a atenção em sua descrição que os recentes esforços pela obtenção de autonomia tiveram como principal antagonista um movimento armado liderado pelo ““menos inglês” dos homens, moreno, romântico e violento; e desde o começo da luta falou com deleite de resistências armadas contra a união livre dos ingleses e irlandeses que o terceiro projeto de autonomia tinha em vista”³¹⁹, influenciado pelo “vírus reacionário originado do sucesso e esplendor do imperialismo germânico”³²⁰.

O autor afirma que esse movimento foi, ao mesmo tempo, “revolucionário” e “imperialista”, associado a um “esforço reacionário”, que preferia um “tipo de governo mais prussianizado”, sendo contra “o movimento do mundo no sentido da lei democrática e da justiça social”. Assim, percebe-se que, na visão de Wells, o “modelo” imperial alemão se caracteriza por ser antidemocrático e antiliberal, diferentemente do que seria a mentalidade original inglesa. Além disso, Wells parece defender que o caminho revolucionário é negativo, por levar inevitavelmente à guerra³²¹.

Por um lado, ao propor essa interpretação, o autor reforça sua tese sobre as divisões nacionais e de classes como importantes formadoras do ambiente e do processo histórico que culminou na Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, sua própria interpretação procura julgar as elites alemãs e inglesas como as responsáveis pela guerra, o que tende a reforçar as divisões, indo de encontro ao ideal universalista do autor.

³¹⁷ “Ora, a nova Alemanha havia conseguido uma grande união alfandegária, um *Zollverein* de todos os seus elementos constitutivos. Tal união transformara-se, naturalmente, em um sistema tão compacto quanto um punho fechado. O Império Britânico, pelo contrário, espalhava-se como uma mão aberta por todo o mundo, sendo os seus membros diversos em natureza, necessidades e relações, sem outro interesse comum senão a comum garantia de segurança. Mas os novos imperialistas estavam cegos para tais diferenças de situação e condições. Se a nova Alemanha tinha um *Zollverein*, então o Império Britânico devia também acompanhar a moda; e o desenvolvimento natural dos seus diversos elementos devia ser prejudicado, em toda parte, por “preferências imperiais” e coisas análogas.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 429.

³¹⁸ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 430.

³¹⁹ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 441.

³²⁰ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 442.

³²¹ “Em resumo, tal é a história do movimento revolucionário imperialista na Grã-Bretanha até às vésperas da “Grande Guerra”, porque revolucionário foi o movimento de Sir Edward Carson e seus associados. Foi claramente a tentativa para suplantam o governo parlamentar e as liberdades lentamente desenvolvidas e imperfeitas dos povos britânicos e, com o auxílio do exército, substituí-los por um tipo de governo mais prussianizado, tomando o conflito irlandês como ponto de partida. Foi o esforço reacionário de algumas dezenas de milhares de pessoas – em estreito paralelismo e íntima simpatia com o novo imperialismo dos militares aristocratas e homens ricos da Alemanha – para deter o movimento do mundo no sentido da lei democrática e da justiça social.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 443.

Esse ideal se encontra explicitado na parte seguinte, intitulada “O imperialismo na França, na Itália e nos Bálcãs”. Primeiramente, Wells apresenta sua própria definição de “imperialismo moderno”. Diferentemente do que ele chamou de “imperialismo antigo”, ou seja, um esforço de “unificação do mundo”, a versão moderna era fundamentalmente um “nacionalismo megalomaniaco, um nacionalismo tornado agressivo pela prosperidade”, dentro da lógica de competição e acúmulo de poder do “sistema das Grandes Potências”. Para Wells, a superação dessa lógica passa obrigatoriamente pelo fim das fronteiras nacionais e de intermediários no trato entre as nações e os povos, com a adoção de uma assembleia em que todos estariam democraticamente representados³²².

Para Wells, houve apelos e opiniões distintas acerca do imperialismo no interior das sociedades. Assim, existia uma “luta de classe” entre os que apoiaram o discurso imperialista e aqueles que se opuseram. Em geral, militares, funcionários públicos e novos capitalistas formavam seus principais apoiadores, enquanto os “pobres educados e cultos” foram seus críticos e os trabalhadores e camponeses foram contrários. Por isso, ao falar resumidamente do caso francês, Wells destaca que franceses socialistas e racionalistas estavam aliados aos liberais alemães, ambos em oposição ao imperialismo³²³.

Sobre o caso russo, em “A Rússia, uma Grande Monarquia”, Wells enfatiza que, diferentemente da Europa, a ausência de massas populacionais educadas e seu distanciamento dos valores da elite dirigente tornavam inócuo o discurso imperialista³²⁴. O descontentamento social dessas massas, aliado às “ideias livres” dos estudantes nas universidades, formavam as condições de possibilidade de uma revolução social³²⁵.

A seguir, Wells dedica algumas páginas para descrever o caso norte-americano em “Os Estados Unidos e a ideia imperial”. Na sua visão, o caminho da “política externa” dos Estados Unidos diverge sobremaneira do expansionismo imperialista adotado pelas potências europeias, ainda que todos tivessem objetivos econômicos semelhantes e que as trajetórias

³²² “As suas origens, que buscamos traçar cuidadosamente neste volume da nossa história, revelam, com efeito, que o imperialismo moderno é o desenvolvimento natural do sistema das Grandes Potências. Ora, este sistema foi fundado, depois da divisão da cristandade, pelos métodos políticos da secretaria dos negócios estrangeiros das monarquias maquiavélicas. E só acabará quando o intercurso das nações e povos não se fizer por intermédio de secretarias do estrangeiro e embaixadas e sim por meio de uma assembleia federal de representantes eleitos, em contato direto com seus respectivos povos.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 446.

³²³ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 446.

³²⁴ “Uma vez levada à cólera, não havia, na Rússia, nenhum laço de simpatia e compreensão, decorrente de uma educação generalizada, capaz de conter ou mitigar a fúria da explosão dessa pobre gente. As classes superiores estavam tão além da simpatia das humildes quanto espécies diferentes de animais. As massas russas achavam-se, na realidade, a três séculos de distância do imperialismo nacionalista que exaltava a Alemanha.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 449.

³²⁵ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 450.

distintas tivessem sido o resultado da ação de forças análogas³²⁶. Esse aspecto excepcional, assim interpretado por Wells, é merecedor de um exame cuidadoso.

O autor atribui tal excepcionalidade norte-americana à “diferença fundamental das suas instituições e tradições”. Primeiramente, a política externa estaria submetida ao controle do Senado, formado por representantes eleitos diretamente pelo povo, garantindo, portanto, um funcionamento democrático. Em segundo lugar, estaria ausente da administração do governo dos Estados Unidos uma burocracia do tipo europeu, ou seja, fortemente enraizada e fomentadora de uma política externa beligerante.

Além disso, os Estados Unidos teriam desenvolvido um processo de incorporação de novos territórios, orientado pela ideia de que as novas populações incluídas não deveriam permanecer dominadas. A exceção teria sido a anexação norte-americana de ilhas do Pacífico, ocupadas estrategicamente devido ao risco da presença alemã e britânica.

De forma semelhante, Wells identifica que as relações entre os Estados Unidos e os demais países do continente americano são marcadas mais pela cooperação mútua, pelo “bem-estar coletivo” e pela igualdade do que pela imposição da força. É por essa lente que o autor interpreta as intervenções norte-americanas em Cuba e Porto Rico ao final do século XIX³²⁷.

Wells faz algumas ressalvas no caso das Filipinas, identificando na repressão norte-americana à resistência local traços imperialistas à semelhança dos países europeus. Ainda assim, em rara referência a outro autor, Wells menciona um trecho da autobiografia do ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt, em que enfatiza aspectos positivos da intervenção, deixando claro que, do seu ponto de vista, os filipinos não estavam prontos para o autogoverno, mas que estavam sendo preparados pelos norte-americanos e que acreditava na retirada dos Estados Unidos caso a população filipina assim o quisesse futuramente. Tal ideia faria parte, segundo Wells, de uma tradição antiga inglesa de não submissão de outros povos, mesmo sendo diferente daquela encontrada na política externa inglesa contemporânea³²⁸.

³²⁶ “Os Estados Unidos, como as Grandes Potências, tinham interesses mercantis e financeiros em todo mundo; um grande industrialismo, vigoroso e próspero, estava na mesma necessidade de mercados além-mar; a mesma crise de fé que abalara a solidariedade moral da Europa ocorrera no mundo americano. Seu povo era tão patriótico e alerta quanto qualquer outro. Por que, então, não desenvolveram os Estados Unidos uma política armamentista e agressiva? Por que não estavam as estrelas e listras de sua bandeira flutuando sobre o México e por que, sob essa bandeira, não se encontrava expandindo na China um novo sistema a maneira da Índia inglesa? Foram os americanos que abriram o Japão ao mundo. Depois de fazerem isto, deixaram a recém-vinda potência europeizar-se e tornar-se formidável, sem um protesto. Por quê? Mais não seria preciso para fazer Maquiavel, o pai da política exterior moderna, agitar-se em seu túmulo.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 450-451.

³²⁷ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 454.

³²⁸ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 455-456.

Por fim, Wells crê não serem necessárias observações sobre o caso da construção do Canal do Panamá “porque elas não trazem nenhuma luz nova à interessante questão do método americano de política mundial”³²⁹.

Entendo que a visão de Wells é, no mínimo, controversa acerca da política externa norte-americana, tanto sobre o papel da burocracia quanto a respeito dos objetivos formulados por essa mesma política. A seguir, realizei uma breve discussão sobre esse olhar problemático de Wells.

Ao se examinar a síntese biográfica feita pelos tradutores e organizadores de uma coletânea de ensaios de Max Weber, Hans H. Gerth e C. Wright Mils afirmam que, apesar do orgulho que sentia em ser oficial prussiano, Weber, que era contemporâneo de H. G. Wells, se apresentava publicamente como crítico contumaz do militarismo da Prússia, da oficialidade e da burocracia estatal, por darem apoio à impregnação feita pelas instituições educacionais à juventude da classe superior que lá ingressavam, o que vai ao encontro das observações de Wells, pelo menos, em parte. Além disso, em várias ocasiões, Weber enfatizou seu desprezo público pelo *Kaiser*, a quem jurara fidelidade como oficial prussiano³³⁰.

Ainda nesse esforço biográfico, encontra-se uma referência importante sobre o que Weber pensava a respeito do papel da burocracia em um regime democrático como dos Estados Unidos. Segundo Gerth e Mils, Weber havia percebido a importância da “máquina política” em uma “democracia de massas”. Sua análise diferia da opinião comum dos funcionários públicos alemães, que mostravam soberba pela sua “administração honesta” e menosprezo pela “corrupção” da política norte-americana. Weber havia entendido que a formação de máquinas burocráticas (partidárias, municipais e federais) tenderia a uma “crescente eficiência racional”. Contudo, Weber havia notado contradições na formação dessas máquinas. Por um lado, Weber acreditava que a democracia estaria em oposição a uma burocracia que se constituísse como uma “casta de mandarins”, composta por funcionários técnicos, que se mantivesse apartada das pessoas comuns. Por outro lado, a distribuição de cargos públicos pelo partido que ascende ao poder, para aliados ou pessoas do próprio partido,

³²⁹ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 456.

³³⁰ Segundo o próprio Weber, “a medida do desprezo demonstrado à nossa nação no exterior (Itália, América, em toda parte!) e, no final das contas, tão merecido! – e isso é decisivo – porque toleramos o regime desse homem tornou-se para nós um fator de primordial importância política mundial. Quem lê a imprensa estrangeira durante alguns meses observará isso. Estamos isolados porque este homem nos governa desse modo e porque toleramos e ocultamos isso. Nenhum homem ou partido que cultiva, de alguma forma, os ideais democráticos e, ao mesmo tempo, nacionais, deve assumir a responsabilidade por esse regime, cuja continuação põe em risco nossa posição mundial, mais do que quaisquer tipos de problemas coloniais.” Cf. GERTH, Hans H.; MILS, C. Wright. Introdução: o homem e sua obra. In: WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982. p. 45-46.

e que não necessariamente possuem qualificações ou méritos para esses cargos, contribui para o desperdício e a falta de eficiência técnica³³¹.

Sobre a particularidade das intervenções norte-americanas ao final do século XIX, pode-se também apontar pontos polêmicos na leitura de Wells. Segundo Döpcke, os Estados Unidos teriam, ao longo de boa parte dos oitocentos, considerados a si próprios como antiimperialistas, ainda que sua influência econômica e financeira no restante do continente americano tivesse crescido expressivamente. A guerra hispano-americana e a intervenção em Cuba, Porto Rico e Filipinas teriam gerado grande reação anticolonial dentro dos Estados Unidos.

Contudo, o que começou como libertação de um jugo opressor, baseado em ideias humanitárias e liberais, acabou se transformando em domínio colonial. Paulatinamente, a Doutrina Monroe, pensada em defesa da independência dos Estados americanos, se tornou ao final do século XIX uma “ideologia” a serviço dos interesses econômicos e financeiros norte-americanos, contra os europeus, justificando as intervenções internas, declaradas ou sub-reptícias, na política dos demais Estados americanos. Döpcke interpreta que, nesse período, os Estados Unidos mudaram sua atitude, afastando-se da tradição isolacionista. A independência do Panamá da Colômbia e a construção do canal conectando os Oceanos Atlântico e Pacífico, promovidos pelos Estados Unidos, a fim de atender aos seus interesses de defesa e comércio, é um dos principais exemplos do intervencionismo norte-americano³³².

Além das inserções anteriores, é significativo comentar que, a meu ver, autor parece alinhado a uma linha política e, em certa medida, historiográfica que distingue a trajetória internacional dos Estados Unidos em dois períodos, *grosso modo*: um período isolacionista, voltado para as questões internas, que durou até as vésperas das grandes guerras mundiais, e outro período, posterior, imperialista. Segundo essa visão, os Estados Unidos se mantiveram afastados das lutas e disputas europeias ao longo do século XIX, assumindo uma postura oscilante no desfecho da Primeira Guerra Mundial e, por fim, o protagonismo e uma atitude imperialista após a Segunda Guerra Mundial.

³³¹ “Em seus escritos, Weber refere-se repetidamente aos trabalhadores americanos que foram contra a reforma do serviço público, argumentando que preferiam um quadro de políticos corruptos, que poderiam afastar e desprezar, a uma casta de funcionários especializados, que os desprezariam e que seriam irremovíveis. [...] Ele impressionou-se acima de tudo com a eficiência grandiosa de um tipo de homem, criado pelas associações livres, nas quais o indivíduo tinha de provar sua igualdade com outros, no qual não as ordens da autoridade, mas a decisão autônoma, o bom senso e a atitude responsável constituem a preparação para a cidadania.”. GERTH, Hans H.; MILS, C. Wright. *Op. cit.*, p. 31-32.

³³² “A política exterior de Theodore Roosevelt, que presidiu os Estados Unidos, entre 1901 e 1909, orientou-se pelo lema *speak softly and carry a big stick* (fale suavemente e carregue um grande porrete), que simbolizou a nova política.”. DÖPCKE, Wolfgang. *Op. cit.*, p. 105-107.

Ao comentar sobre o imperialismo do final do século XIX e os primeiros sinais de derrocada das potências europeias, René Rémond cita o caso dos Estados Unidos, ressaltando a guerra hispano-americana como um conflito interimperialista e que marca uma mudança importante da política norte-americana no âmbito internacional³³³.

Na mesma linha, para citar um autor de outro campo do saber, o economista Aloísio Teixeira, ao tratar da trajetória dos Estados Unidos em direção à hegemonia mundial, defende que seu capitalismo moderno não pode ser associado a aventuras imperialistas, que é um traço característico do capitalismo inglês, em particular, e europeu, em geral. Do seu ponto de vista, a expansão internacional da economia norte-americana, quando ocorre, é de outra natureza.

Para Teixeira, trata-se de um movimento histórico tão específico que o torna um caso único, não repetível e impossível de se tomar como modelo. Por isso, para uma precisão analítica do processo de formação do capitalismo nos Estados Unidos, segundo o autor, esse não pode ser compreendido como um prolongamento do capitalismo europeu. Além disso, sua natureza necessariamente monopolista não corresponde a uma “etapa superior”, desenvolvida a partir de uma etapa anterior, de natureza concorrencial. O capitalismo moderno surge nos EUA na segunda metade do século XIX, como resultado de um processo endógeno de formação e consolidação de um capital industrial e financeiro novo, sem necessidade de apoios externos relevantes do capital inglês, dirigido à parte “atrasada” produtora de matérias-primas³³⁴.

Entretanto, também é preciso destacar outra linha de interpretação que defende o seu contrário. Em uma visão alternativa, apresentada pelo cientista político José Luís Fiori, o ponto de partida é que os Estados Unidos não foram excepcionais, ainda que tivessem sido uma novidade; constituíram-se já em seu nascedouro como um “estado-império”, sendo um produto e componente fundamental do contínuo processo de expansão do próprio sistema interestatal e capitalista europeu.

Para Fiori, por definição, os Estados Unidos são originais, assim como todos os demais casos. Esse autor defende que é incorreto analisar o processo de forma individual,

³³³ “Em 1898, os Estados Unidos, tomando como pretexto um incidente então mal explicado – a explosão, na baía de Havana, de um cruzador norte-americano –, declaram guerra à Espanha, infligem em poucos meses derrota sobre derrota e obrigam os espanhóis a liquidar os resíduos de seu império colonial. Cuba, Porto Rico, as Filipinas tornam-se independentes, ou passam para as mãos do imperialismo norte-americano. Trata-se de uma data importante. Em seus *Regards sur le monde actuel*, Paul Valéry confia que ele teve o sentimento de que houve aí uma ruptura. A primeira derrota infligida por uma nova Europa – os Estados Unidos – à velha Europa assinala a liquidação do primeiro dos grandes impérios coloniais, a decadência espanhola.” RÉMOND, René. As reações e os sinais precursores da descolonização. In: _____. *Introdução à história de nosso tempo: o século XIX (1815-1914)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2015. p. 277.

³³⁴ Cf. TEIXEIRA, Aloísio. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. p. 155-190.

apenas do ponto de vista endógeno, como um processo fundamentalmente nacional, ainda que esse aspecto tenha que ser considerado. O estudo de Fiori parte não somente do aspecto endógeno, mas da prolongação do próprio movimento expansivo do sistema europeu. É a natureza expansiva do pequeno núcleo das grandes potências que, ao fim e ao cabo, gerou os Estados Unidos. Durante um determinado período, esse território foi um componente colonial de um “minotauro”, o Estado-Império inglês. Em seguida, tornou-se o primeiro Estado nacional nascido fora da Europa. É nesse sentido que, segundo Fiori, os Estados Unidos são originais. Além disso, no momento em que os Estados Unidos se constituíram, na década de 1780, Fiori afirma que o sistema interestatal e as primeiras economias nacionais capitalistas já estavam constituídos e foi, a partir da projeção desse sistema, que os Estados Unidos foram gerados. O sistema se expandiu e incorporou novos territórios, segundo regras e leis comuns a todos, ainda que os componentes desse sistema possuíssem poderes e riquezas hierarquicamente distintos³³⁵.

Nesse caso, está implícita na interpretação de Wells a valorização de um pensamento e um exercício político que, segundo o autor, fazem parte de uma “tradição inglesa”, ainda que não estivessem presentes nas ideias e ações imperialistas da Inglaterra contemporânea. Entendo que essa valorização está diretamente relacionada às duras críticas feita por Wells ao imperialismo do governo alemão, de forma a marcar uma oposição de pensamento.

Do meu ponto de vista, Wells constrói duas visões antagônicas sobre o modo como os países, povos e nações se relacionam entre si: um caminho “liberal”, que privilegia a liberdade, a paz, a igualdade e a autodeterminação dos povos, que estaria em sintonia com antigas “ideias inglesas” mencionadas pelo autor; em oposição, há um caminho autoritário, de cunho belicista e dominador, cujo principal representante seria a elite política da Alemanha com a sua mentalidade. Assim, Wells parece apontar para um embate de ideias e visões de mundo que estariam por trás das origens da Primeira Guerra Mundial, tema que começa a ser explorado no subcapítulo seguinte, intitulado “As causas imediatas da Grande Guerra”.

³³⁵ Cf. FIORI, José Luís. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. p. 67-110.

Logo no início, há um trecho em que Wells afirma a importância do conflito de mentalidades nas origens profundas da guerra³³⁶.

Cito também uma passagem em que Wells expõe sua visão sobre o que é a história. Para o autor, “toda a história humana é, fundamentalmente, uma história de ideias”, formando um “lastro intelectual”, qualitativamente significativo e extensivamente acumulado ao longo de milhares de anos. Esse seria o elemento essencial que, para Wells, torna diferente uma geração humana da outra. Evidentemente, cabe questionar, ao longo dessa pesquisa, se minha interpretação irá ao encontro da observação de Wells.

Prosseguindo, o autor arrisca prever que possivelmente a Alemanha seria o país mais severamente condenado pela “Grande Guerra”. Procura deixar claro que não se trata de forma alguma de uma suposta natureza “cruel e abominável” dos alemães, rechaçando qualquer análise que siga por esse caminho. Para Wells, as potências europeias haviam abraçado um nacionalismo extremado, assim como o imperialismo como uma de suas principais políticas. A Alemanha teria sido o caso mais emblemático e contundente³³⁷.

Aparentemente, Wells critica possíveis interpretações que procuraram caracterizar os alemães como um povo naturalmente degenerado, ainda que nenhum historiador tenha sido mencionado pelo autor. Não surpreende que o autor enfatize esse aspecto. Afinal, como seria possível um cosmopolitismo sem fronteiras se ele acreditasse em tais categorias de povos?

Wells faz uma síntese dos primórdios da Primeira Guerra Mundial, descrevendo os movimentos e decisões dos países, em uma sequência de ações e reações que teriam resultado nos primeiros confrontos armados e invasões. Mais uma vez, o autor ressalta a ferocidade do exército alemão com as populações invadidas, mas toma o cuidado de desmitificar que tal

³³⁶ “Esforçamo-nos por examinar o estado de espírito da Europa e da América com referência às relações internacionais, nos anos que precederam a tragédia mundial de 1914, porque, segundo o reconhece cada vez maior número de pessoas, essa “Grande Guerra” ou alguma outra no mesmo gênero era a consequência necessária e inevitável da mentalidade da época. Todos os atos dos indivíduos ou das nações resultam de motivos instintivos reagindo sobre as ideias que as conversas as conversas, os livros, os jornais os mestres, o cinema, o teatro, o rádio, etc., puseram nas cabeças dos homens. As necessidades físicas, as pestes, as mudanças de clima e outras cousas externas podem desviar ou torcer o desenvolvimento da história humana, mas a sua raiz viva é o pensamento.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 456-457.

³³⁷ “Estamos muito próximos dos acontecimentos da Grande Guerra para pretender que este escorço possa registrar o veredito da história sobre eles, mas podemos aventurar a predição de que, apagadas as paixões do conflito, será a Alemanha julgada a mais culpada na sua deflagração, e de que será assim condenada não porque fosse intelectual e moralmente muito diversa dos seus vizinhos, mas porque fora atacada pela doença comum do imperialismo em sua forma mais aguda e virulenta. Nenhum historiador que se respeite, por mais superficiais e populares que sejam os seus objetivos, pode apoiar a lenda, produzida pelas aflições da guerra, de que o alemão é uma espécie de ser humano mais cruel e abominável do que qualquer outra variedade de homens. Todos os grandes Estados, antes de 1914, estavam imersos em um nacionalismo agressivo e tendiam para a guerra; o governo da Alemanha liderava apenas o movimento geral. Foi o primeiro a cair no abismo e o que mais fundo rolou. Tornou-se assim o exemplo terrível contra que podiam clamar todos os demais pecadores seus companheiros.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 457-458.

comportamento é inerente aos alemães³³⁸, deixando claro que a responsabilidade pelo conflito brutal deve ser atribuída aos governos e governantes, ainda que, em parte, defenda que a dinâmica da guerra acabava por impor comportamentos desumanos³³⁹.

Em “Resumo da Grande Guerra até 1917”, Wells explicita sua antipatia aos militares em geral e sua forma antiquada de pensar, em especial, sua aversão ao pensamento científico moderno³⁴⁰. Através de variados exemplos e referências, ele afirma que os grandes militares ao longo da história foram, na verdade, homens de formação diversa ao tradicionalismo militar. Ainda que se mostre absolutamente contrário às guerras, o autor parece reconhecer que o uso da ciência no aprimoramento das técnicas e dos instrumentos militares poderia dar fim aos confrontos mais rapidamente e talvez a um dispêndio menor de vidas humanas³⁴¹.

Por um lado, Wells descreve o uso e incremento contínuo de invenções bélicas, como os aeroplanos e submarinos, que, ao contrário, aumentaram enormemente a quantidade de feridos e mortos, incluindo as populações civis. Por outro lado, tratava-se de uma utilização ordinária, contrária ao que Wells chama de “inteligente”. Por isso, o autor insiste que o uso de tanques pelos aliados era uma resposta essencial à guerra de trincheiras e poderia ter sido crucial, principalmente, para um desfecho antecipado da guerra.

³³⁸ “Um ruído desproporcionado se fez em torno das atrocidades praticadas na Bélgica – isto é, desproporcionado em relação à atrocidade fundamental que foi a invasão da Bélgica, em agosto de 1914. [...] Só gente muito simples acredita poder um exército no campo manter os mesmos altos padrões de honestidade e decência e justiça de uma comunidade sedentária em sua terra. [...] Tornou-se, porém, comezinho nos países aliados contra a Alemanha tratar a vileza e morticínio desses meses belgas, como se nada no gênero tivesse jamais acontecido antes e como se tudo fosse devido a traço indistintamente perverso do caráter alemão.”. Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 462.

³³⁹ “[...] Muitos desses crimes foram resultados da brutalidade embriagada de homens que, pela primeira vez, se viam livres de usar armas mortais, ou da violência histórica de soldados alarmados ante a sua própria conduta e mortalmente temerosos da vingança do povo cujo país estavam depredando e ultrajando; e outros, muitos outros, foram cometidos por dureza, em obediência à teoria de que os homens devem ser terríveis na guerra e de que as populações são melhor subjugadas pelo terror. O povo comum da Alemanha fora arrancado de uma disciplinada obediência e mandado para a guerra em tal estado de espírito que as atrocidades eram inevitáveis. Qualquer povo, trabalhado para a guerra da maneira por que foi o povo alemão e levado afinal à guerra, procederia do mesmo modo.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 462-463.

³⁴⁰ “Por algum tempo, tudo marchou bem. Mas, sob as condições modernas, a ciência militar nunca está em dia. Os militares, como classe, são homens sem imaginação; há sempre invenções, capazes de perturbar a prática corrente de tática e estratégia, que a inteligência militar recusa aproveitar.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 465.

³⁴¹ “O problema essencial da guerra de trincheira já havia sido resolvido por essa época; existia na Inglaterra, por exemplo, o modelo de um tanque que teria dado aos aliados uma vitória rápida e fácil antes de 1916. Mas a inteligência profissional militar é, por necessidade, uma inteligência inferior e sem imaginação; nenhum homem de alta qualidade intelectual iria aprisionar voluntariamente os seus dons em uma tal profissão; quase todos os soldados verdadeiros grandes, ou foram jovens sem experiência e de mentalidade alerta como Alexandre, Napoleão e Hoche, ou políticos feitos soldados, como Júlio César, ou nômades, como os capitães hunos e mongólicos, ou amadores, como Cromwell e Washington. Ora, essa guerra depois de cinquenta anos de militarismo, era uma guerra desenganadamente profissional; de princípio a fim foi impossível arrancá-la das mãos dos generais regulares, e nem o comando germânico nem o aliado se sentiam inclinados a olhar com bons olhos invenções que destruíssem os seus métodos tradicionais. O tanque não só era desagradavelmente estranho a esses senhores militares, como dava ainda, dentro dele, uma proteção não profissional aos soldados comuns.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 468-469.

Mais adiante, Wells deduz que, se um fim prematuro da guerra era imaginável, não era, entretanto, desejado pelos governos, especialmente, pelos líderes alemães. Ao final do ano de 1916, um balanço favorável e um acordo de paz, com ganhos razoáveis sobre seus inimigos, estavam ao alcance da Alemanha. Todavia, tal possibilidade era inadmissível para uma mentalidade imperialista e ultranacionalista. Para Wells, uma vez mais, essa visão de mundo, arraigada ao pensamento das elites alemãs, impulsionou a continuidade da guerra³⁴².

Em “A Grande Guerra, da queda da Rússia ao Armistício”, o autor no início dedica algumas páginas para descrever sua visão acerca do contexto russo ao final da guerra. As decisões da decadente monarquia russa diante da guerra, movida por um militarismo exacerbado e uma mentalidade imperialista, geraram consequências nefastas e amplificaram radicalmente a insatisfação da população russa³⁴³.

As agruras crescentes teriam provocado uma ruptura da perene ordem social e “dos laços habituais” de sociabilidade. Foram substituídas as “disciplinas sutis da paz pelas rígidas brutalidades da “ordem” militar”. Esse processo resultou na derrubada do czar e na primeira “insurreição revolucionária”, liderada por Kerenski³⁴⁴.

Contudo, para o autor, a permanência na guerra e a falta de suporte dos antigos aliados, temerosos de uma sucessão de insurgências, de derrubadas das monarquias e da expansão do socialismo nos demais países, culminaram na queda do primeiro governo, na ascensão dos socialistas bolcheviques, sob a liderança de Lênin, e na posterior retirada da Rússia da “Grande Guerra”.

Nas últimas páginas desse subcapítulo, Wells descreve de forma sucinta o desfecho da Primeira Guerra Mundial, enfatizando que a entrada dos Estados Unidos ao lado dos aliados no conflito foi decisiva para a vitória sobre a Alemanha. Do ponto de vista do autor,

³⁴² “No conjunto, as coisas pareciam, no fim de 1916, muito menos perigosas para o imperialismo hohenzolérnico, do que logo depois do desastre da primeira grande ofensiva do Marne. Os aliados haviam desperdiçado dois anos. A Bélgica, a Sérvia e a Romênia e grandes áreas da França e da Rússia, achavam-se ocupadas por tropas austro-germânicas. Contra-ataque sobre contra-ataque havia falhado e a Rússia deparava-se, então, à beira de um colapso. Tivesse o governo da Alemanha um resquício de sabedoria e poderia ter feito, por esse tempo, uma paz razoável. Mas a proximidade do êxito envenenara os seus imperialistas. Eles não queriam segurança, mas triunfo; não queriam o bem-estar do mundo, mas o império do mundo. A sua fórmula era o “Domínio do mundo ou queda”; não ofereceram aos seus antagonistas nenhuma alternativa a não ser a guerra até um fim decisivo.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 478-479.

³⁴³ “Os soldados russos eram mandados para as batalhas sem canhões que lhes apoiassem a ação e até sem munições de fuzil; as suas vidas eram desperdiçadas pelos oficiais e generais em delírio de entusiasmo militarista. Por algum tempo, esses homens pareceram sofrer os animais; mas há um limite para o sofrimento mesmo dos mais ignorantes. Um desgosto profundo pelo reinado do czar foi-se alastrando por esses exércitos de homens traídos e gastos inutilmente.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 480.

³⁴⁴ “Por algum tempo, pareceu que uma revolução moderada e controlada ainda seria possível – talvez sob um novo czar. Depois tornou-se evidente que a destruição da confiança, na Rússia, havia ido longe demais para quaisquer desses ajustamentos. O povo russo estava cansado até a morte da velha ordem europeia de tzares e de guerras e de grandes potências: queria alívio, e rápido, de misérias incombustíveis.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 481.

tal desfecho foi consequência da cegueira dos líderes alemães com seu pensamento imperialista, que teria inviabilizado a compreensão de um novo momento favorável ao término da guerra, com grandes benefícios aos alemães³⁴⁵. Uma vez mais, o autor reforça sua tese principal sobre o confronto de visões de mundo e mentalidades.

No último capítulo da obra, “O mundo depois da Grande Guerra”, Wells inicia no subcapítulo intitulado “Fase da exaustão moral” afirmando que, no imediato pós-guerra, havia um sentimento de perplexidade e desejo pela paz e uma efervescência anterior à guerra, mas sem a energia necessária para busca-los. Na visão do autor, dois caminhos acabam por se impor e se confrontar.

Por um lado, Wells entende que as contingências da guerra haviam obrigado os Estados a adotar políticas “socialistas” de emergência ou, em outras palavras, políticas para os mais variados aspectos da vida social e econômica, voltadas em especial ao interesse público e não particular³⁴⁶. Os sacrifícios pessoais eram encarados de forma semelhante, ou seja, como consequência de condições atípicas em prol do bem coletivo. Havia um compromisso de que tais infortúnios seriam recompensados após o término da guerra³⁴⁷.

Por outro lado, havia aqueles que tinham lucrado com a guerra, homens que Wells vê com desprezo, que haviam acumulado poder e riqueza³⁴⁸. Terminado o grande conflito, esses “capitalistas” pressionavam os governos, os políticos e a opinião pública pelo fim daquele

³⁴⁵ “[...] Pelo fim de 1917, de novo se atravessava uma fase dos acontecimentos inteiramente favorável à Alemanha; estivesse o seu governo lutando por segurança e bem-estar e não por orgulho e vitória, e mais uma vez uma paz razoável seria possível. Mas, até o fim, até o extremo da exaustão final, o povo das Potências Centrais viu-se obrigado ao esforço de realizar um possível imperialismo mundial.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 485.

³⁴⁶ “No curso da guerra, quase todos os países beligerantes haviam feito experiências extraordinárias de administração coletiva. Compreenderam os governos que os expedientes comuns do comércio do tempo de paz – a exploração dos mercados, o açambarcamento para vender em período mais favorável – eram incompatíveis com as necessidades urgentes da guerra. Transporte, combustível, abastecimento alimentar, distribuição de matérias-primas, não somente do vestuário, abrigo, casa e coisas análogas, mas de tudo que se tornava necessário à munições de guerra, - nada escapou ao controle público do Estado.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 492.

³⁴⁷ “Nos primeiros anos de guerra, percorreu, também, todos os Estados beligerantes, um sentimento largamente difundido de fraternidade e de serviço no interesse comum. Os homens comuns, por toda a parte, sacrificavam a sua vida e saúde pelo que acreditavam ser o bem comum do Estado. Em troca, prometia-se, seriam menores, depois da guerra, as injustiças sociais e mais universal o devotamento ao bem-estar coletivo.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 493.

³⁴⁸ “Espíritos generosos haviam-se sacrificado, livremente, às necessidades urgentes da guerra, mas homens astutos e vis do mundo dos negócios e do dinheiro haviam espiado as oportunidades do tempo para se apoderar dos recursos e do poder político dos seus países. Por toda a parte indivíduos que não passariam de obscuros aventureiros antes de 1914 haviam adquirido poder e influência, enquanto homens melhores mourejavam sem proveito nem lucro. Na fase de exaustão de após-guerra, era difícil restringir e coibir esses novos homens ricos e poderosos.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 492.

“socialismo de guerra”, em benefício da apropriação privada dos meios de produção e dos lucros subsequentes³⁴⁹.

Percebo que, para Wells, a expectativa dos “homens comuns” havia sofrido uma transformação, ao vislumbrarem a oportunidade de construção de uma sociedade preocupada com a vontade geral³⁵⁰. O autor destaca que a “Grande Guerra” havia deixado em segundo plano o conflito que dominara as relações sociais nos países ocidentais ao longo de todo o século XIX, ou seja, o embate entre os capitalistas e os trabalhadores. Ao final da guerra, a situação em muitos países era de insatisfação e insegurança, exacerbadas pela falta de produtos e serviços, pela carência de crédito e por uma inflação de preços.

Com uma discreta indicação de que cabe ao historiador relatar a verdade dos fatos, Wells entende que, no confronto de caminhos possíveis a serem seguidos no pós-guerra, os anseios desses homens acabaram por serem frustrados³⁵¹. O autor vê nessa dinâmica o “perigo essencial da situação”: o acirramento da questão social e a eminência de uma revolução social, cuja característica mais grave seria estar apartada de ideias e cujos instrumentos eram o extremismo e a violência³⁵².

É por essa perspectiva que Wells enxerga a emergência do fascismo na Itália e em outros países, uma resposta extremamente agressiva às tendências comunistas e socialistas

³⁴⁹ “Deste modo, pelo fim da guerra, duas correntes de antecipação, mutuamente perigosas, percorriam os espíritos da Europa ocidental. Os homens ricos e aventureiros e muito especialmente os novos aproveitadores da guerra organizavam seus planos no intuito de impedir certos desenvolvimentos – como, por exemplo, o de que o transporte aéreo se tornasse propriedade do Estado – e de reconquistar as fábricas, a construção de navios, o transporte terrestre, o comércio de matérias-primas e os serviços públicos em geral das mãos do Estado ou do domínio coletivo para o domínio do lucro privado. E não dormiam diante desse objetivo. Entraram logo a adquirir jornais e a operar junto aos partidos nas escolhas secretas de candidatos políticos.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 494.

³⁵⁰ “Do outro lado, as massas dos homens comuns olhavam ingenuamente para frente, em busca de um novo estado da sociedade, planejado quase inteiramente no seu interesse e em harmonia com generosas ideias gerais. A história de 1919 é a história do conflito entre estas duas correntes ou tendências. O governo de “homens de negócio”, no controle da situação, vendeu, apressadamente, todos os empreendimentos públicos remuneradores aos especuladores privados...” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 494.

³⁵¹ “São fatos que o historiador da humanidade é obrigado a notar, tanto quanto possível sem comentário. A iniciativa privada, na Europa, em 1919 e 1920, não revelou nem vontade nem capacidade para satisfazer as necessidades urgentes do tempo. Uma vez livre de controle, correu naturalmente para a especulação, o monopólio e a produção do luxo, Seguiu a linha do lucro máximo. Não demonstrou nenhum senso dos próprios perigos que corria; resistiu a todas as tentativas para se restringir e moderar nos lucros e tornar útil e benfazeja, mesmo em seu próprio interesse.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 497.

³⁵² “Não era que as massas tivessem ou imaginassem ter o plano de um novo sistema social, político e econômico. Não o tinham, nem imaginavam que o tinham. Os defeitos que apontamos no plano socialista não eram nenhum segredo para elas. A situação era bem mais perigosa. A verdade é que se iam tornando tão desgostosas do sistema corrente, de seu luxo, seu desperdício e sua miséria geral, que pouco se davam do que acontecesse depois, contanto que o pudessem destruir. Era a volta a um estado de espírito semelhante ao que tornara possível a queda do Império Romano.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 498.

crecentes e ao liberalismo em crise no início da década de 1920³⁵³. Wells mostra aversão e pessimismo ante as alternativas radicais, marcadas por um intenso anti-intelectualismo e contrárias às ideias liberais e democráticas³⁵⁴.

Sobre o fascismo na Alemanha, França e Grã-Bretanha, Wells explica, no momento de escrita da obra, que se tratava mais de distúrbios na vida pública, o que levou o tradutor, Anísio Teixeira, a comentar que, no caso alemão, o fascismo também foi vitorioso³⁵⁵.

No subcapítulo “O presidente Wilson em Versalhes”, o autor dedica inúmeras páginas a descrever e comentar o papel determinante dos Estados Unidos no desfecho da guerra e na constituição da “Liga das Nações”, mas especialmente de seu presidente à época, Woodrow Wilson (1856-1924). Para Wells, a atuação do presidente norte-americano foi crucial para desfecho favorável aos aliados, assim como no fracasso de transformação da ordem mundial, cujo novo desenho havia contado com a sua essencial participação³⁵⁶.

Wells procura enfatizar que, em um primeiro momento, o professor aposentado de história, direito constitucional e ciência política, feito então presidente, seguiu o tradicional caminho isolacionista em relação ao conflito, ainda que tenha se oferecido a atuar como mediador em agosto de 1914. A “arrogância militarista” germânica, aliada aos métodos “desumanos” de conduzir a guerra, teria provocado uma lenta mudança no pensamento da sociedade e da classe política norte-americana, tornando-as contrárias à Alemanha. A manutenção de uma atitude pacífica, distante e moralmente superior³⁵⁷ teria garantido a reeleição do presidente Wilson para um segundo mandato³⁵⁸.

³⁵³ Entre alguns dos principais aspectos do fascismo, com variações dependendo do caso, encontram-se o nacionalismo exacerbado, a oposição radical ao socialismo, o uso da violência, o desprezo pelas elaborações intelectuais e pela moderação, o apego a um passado grandioso idílico e a emergência das massas como ator político importante. Considera-se que as primeiras manifestações ocorreram na Itália nos anos 1920, mas é possível identificar movimentos semelhantes em outros países europeus no mesmo período. Cf. PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

³⁵⁴ “A situação italiana continua a ser profundamente interessante para todo o mundo, porque demonstra, nas suas formas mais duras e cruas, a qualidade da extrema-esquerda e da extrema-direita nos negócios humanos contemporâneos, a impraticabilidade incapacidade da primeira e a prontidão e facilidade com que a propriedade e iniciativa privadas – quando postas na defensiva – podem degenerar em violência e banditismo.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 500.

³⁵⁵ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 501.

³⁵⁶ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 502.

³⁵⁷ Essa visão de Wells sobre o presidente norte-americano Woodrow Wilson é passível de crítica. O caso da participação norte-americana durante a Revolução Mexicana é flagrante nesse sentido. Deve-se notar que, ao longo dos anos 1910, com os Presidentes Taft e, posteriormente, Wilson, os Estados Unidos praticaram inúmeras intervenções, inclusive diplomáticas e militares, na política interna do México e no seu processo revolucionário no intuito de direcionar os rumos da revolução, de proteger os interesses de empresas mineradoras e petrolíferas norte-americanas, atuando contra a influência das potências europeias. A versão humanista e pacifista de Wilson seguramente não leva em consideração seu papel, por que não dizer, imperialista nos rumos políticos do México. Cf. WOMACK, John. *A revolução mexicana: 1910-1920*. In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Volume 5 – de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2002. p. 105-191.

³⁵⁸ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 503.

Entretanto, tal comportamento norte-americano teria incentivado os alemães a uma postura mais agressiva, convencidos de que os Estados Unidos ainda se manteriam afastados do conflito. Assim, em 1917, após seus navios terem sido atacados pelos submarinos alemães, não havia alternativa aos Estados Unidos a não ser ingressarem na “Grande Guerra”.

Para o autor, mais importante é entender a lógica que norteou o pensamento dos norte-americanos. Reafirmando sua tese original, Wells acredita que, para o presidente dos Estados Unidos, tratava-se de uma guerra entre visões de mundo distintas e incompatíveis. Embarcaram no conflito “em nome de sua própria civilização moderna, para punir e acabar com uma intolerável situação política e militar, contra as antigas concepções ideológicas das grandes potências do ‘Velho Mundo’”³⁵⁹.

Wells descreve que Wilson idealizou uma série de princípios que direcionavam as relações humanas e entre os Estados. Esses princípios estariam em sintonia com uma tradição liberal, originariamente inglesa, presente historicamente no pensamento político da nação norte-americana³⁶⁰ e que, segundo Wells, respondia às expectativas de paz e de constituição de uma nova ordem na Europa.

Nesse ponto, creio que observações complementares importantes devam ser feitas. Segundo os historiadores Williams Gonçalves e José Flávio Sombra Saraiva, em seus respectivos textos sobre a História das Relações Internacionais, a visão liberal entendia que, para o alcance da paz mundial, era necessária a reforma das instituições, o respeito à autodeterminação dos povos, o fim dos impérios coloniais, a adoção da democracia no lugar do autoritarismo, o livre-comércio contra o protecionismo, os mares livres para a navegação, a evolução do direito internacional e o respeito aos acordos firmados. Entretanto, deve-se destacar que essa visão foi solapada ao final dos anos 1920, com a grave crise econômica, tendo como efeito, em boa medida, o contrário dos preceitos acima listados.

A título de comentário, o historiador francês Pierre Renouvin, veterano da Primeira Guerra Mundial, é considerado por muitos estudiosos o inaugurador não apenas da história das relações internacionais, como também da “escola francesa” desses estudos. Em uma obra pioneira, iniciada em 1953, *Histoire de relations internationales*, esse autor junto com colaboradores buscaram superar as limitações da História Diplomática, concebida em torno

³⁵⁹ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 504.

³⁶⁰ “Os acordos secretos deveriam cessar, as “nações” determinariam os seus próprios destinos, acabaria a agressão militarista, os mares seriam livres para toda a humanidade. Estes lugares-comuns do pensamento americano, estes secretos desejos de todos os homens são, caíram como uma grande luz sobre as trevas de ira e conflito da Europa. Até que afinal, pensaram os homens, se rompiam as fileiras da diplomacia e se rasgavam, de meio a meio os véus da “política” das Grandes Potências. Era o desejo do homem comum, em todo o mundo, expresso por fim claramente e sustentado pela autoridade e pelo vigor de uma poderosa nação nova.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 504.

dos chefes de Estado, das Chancelarias e dos tratados internacionais, em um grande contexto de revisão crítica da historiografia tradicional proposta pelos *Annales*. Em suma, ainda que não despreze as decisões políticas dos Estados, o que caracteriza essa escola de pensamento é a consideração pelas influências dos aspectos geográficos, econômicos, culturais e ideológicos nas relações externas, o que Renouvin chamou de “forças profundas”³⁶¹.

Igualmente inserida em um espírito crítico, mas não tributária dos franceses, a “escola inglesa” das relações internacionais lançou suas bases, a partir de 1954, com a chegada de Donald Watt na *London School of Economics and Political Science*, atuando na formação profissional e na construção de um “ângulo insular” da história das relações internacionais. Foi igualmente importante nos anos 1950 o surgimento do *British Committee on the Theory of International Politics*, que reuniu historiadores e teóricos como Martin Wight e Hedley Bull.

Algumas das marcas dessa escola são as preferências pelo “estudo do Estado nas relações internacionais, a percepção do duradouro sobre o imprevisível, a ordem sobre a anarquia, e os processo de continuidade”, refutando interpretações sem a crítica rigorosa da pesquisa histórica. As guerras e as relações anglo-americanas sempre foram temáticas privilegiadas, mas também outros temas e objetos foram incorporados, como os estudos sobre a mídia, o papel do Estado-nação na política europeia contemporânea e o projeto de integração.

Por fim, cabe enfatizar que a necessidade de compreensão que a visão liberal não foi capaz de fornecer de forma satisfatória, aliada a uma enorme curiosidade e inquietação com os dois conflitos mundiais, estão presentes nas escolas francesa e inglesa, resultando em uma extensa produção intelectual. Ambas sofreram aperfeiçoamentos que perduram até os tempos atuais³⁶².

Retornando, dois aspectos são enfatizados por Wells em seu texto e que teriam perpassado a atuação dos Estados Unidos e de seu presidente ao longo do conflito e após o seu término. O primeiro diz respeito a uma visão de mundo liberal, cuja tradição já fora previamente mencionada pelo autor e que, acredito, vai ao encontro de suas convicções.

O outro aspecto diz respeito à moralidade. A certeza de uma superioridade “moral” política em relação à Europa teria afastado os Estados Unidos da ideia de intervenção nos

³⁶¹ Cf. GONÇALVES, Williams. História das Relações Internacionais. In: LESSA, Mônica; GONÇALVES, Williams (org.). *História das Relações Internacionais: teoria e processos*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2007. p. 24-26.

³⁶² Cf. SARAIVA, José Flávio Sombra. História das relações internacionais: o objeto de estudo e a evolução do conhecimento. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. p. 16-20.

assuntos europeus. Da mesma forma, ao escolher que outros líderes norte-americanos não se envolvessem no processo de paz, Wilson teria sido pouco hábil em manejar os atributos “morais e intelectuais” norte-americanos. Além disso, teria faltado à geração de norte-americanos daquele tempo maturidade para entender a força “moral” que detinham e utiliza-la no exercício de uma profunda transformação das relações mundiais³⁶³.

“Com a sabedoria dos acontecimentos subsequentes”, Wells entende que, por estar demasiado apartado das ideias políticas europeias, o presidente norte-americano não teria compreendido plenamente os efeitos a favor e contrários aos seus princípios, assim como o jogo político que se daria na Conferência de Paz de Paris de 1919, comprometendo seriamente seus resultados. Para o autor, foi desperdiçada uma gigantesca oportunidade de “reconstrução da vida internacional” em favor de uma “comunidade humana” maior que qualquer nação e nacionalismos.

Considero importante fazer uma digressão nesse momento. Para alguns historiadores, como Williams Gonçalves, o presidente norte-americano Woodrow Wilson é considerado um expoente de uma visão liberal das relações internacionais³⁶⁴. Sua crítica à atuação dos Estados europeus no período que antecedeu e durante a Primeira Guerra Mundial foi exposta em documentos que ficaram conhecidos como “Quatorze Pontos”.

Para Gonçalves, Wilson acreditava que a guerra não acontecera devido a alguma falha no mecanismo de equilíbrio de poder entre os Estados, mas em razão da própria arquitetura desse sistema. Wilson elaborou novas bases de relacionamento entre os países, com a crença de que as guerras poderiam ser erradicadas e uma paz duradoura pudesse ser garantida.

A partir das ideias de pensadores como John Locke, Adam Smith, Montesquieu, Immanuel Kant, Jeremy Bentham, John Stuart Mill e John Hobson, Wilson formulou sua proposta, cujos principais pontos foram: a prática do livre-comercial internacional; a livre

³⁶³ “Pudessem aqueles princípios ter constituído a base para o entendimento e a paz mundial em 1919, e se teria aberto uma era nova e melhor nos negócios humanos. [...] Mas, como teremos de relatar, tal não se deu. Caracterizava a personalidade do Presidente Wilson uma certa estreita egolatria; e a geração americana sobre o que descera, nos Estados Unidos, essa grande ocasião – uma geração nascida na segurança, criada na abundância e, no que diz respeito à história, na ignorância – uma geração que não conhecera nem sofrera nenhuma das crises trágicas que haviam tornado a Europa grave – essa geração caracterizava-se por certa superficialidade e leveza de espírito. Não era que o povo americano fosse superficial por natureza e necessidade, mas, que não fora agitado profundamente pela ideia de uma comunidade humana maior que a sua própria. Essa nova comunidade era, pra eles, uma convicção intelectual e não moral. Tinha-se, de um lado, este novo povo do Novo Mundo, com as suas novas ideias de paz e justiça universal, e, do outro, os povos velhos, amargos e profundamente enredados do sistema das Grande Potências; o primeiro era verde e quase infantil em sua imensa inexperiência e os últimos, maduros, azedos e intrincados.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 507.

³⁶⁴ Cf. SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. Dicionário de Relações Internacionais. Barueri: Manole, 2005. p. 105-107.

navegação em águas internacionais; a redução dos armamentos estatais a um nível mínimo para a sua segurança; a autodeterminação dos povos e sua imediata aplicação; governos democráticos no lugar de governos autoritários; e a criação de uma associação de nações.

Sobre este último ponto, a consolidação de tal associação ficou conhecida como “Liga das Nações” ou “Sociedade das Nações”. Para Gonçalves, a premissa fundamental era que a segurança internacional deveria ser tratada por instituições internacionais, tendo como instrumentos a negociação, a mediação e o direito internacional, de forma que decisões em conjunto pudessem evitar confrontos bélicos entre Estados nacionais. Por trás dessa ideia de cunho liberal, existe uma forte crença na razão e um olhar otimista sobre a capacidade do aprendizado e do conhecimento acumulado dos homens em erradicar as guerras e promover um mundo pacífico³⁶⁵.

Retornando à obra de Wells, é perceptível o tom religioso com que ele se refere ao presidente norte-americano. Em algumas passagens no texto, Wells se refere a Woodrow Wilson como “Messias” e “Esperança da Humanidade”, sua proposta como “evangelho”, “salvador” e “mandamentos”. Entendo que o autor não apenas procura enfatizar a atmosfera de esperança transformadora que havia no período entre o término da guerra e a Conferência de Paz em Paris, mas sua narrativa denuncia seu próprio desejo pelo alvorecer de uma “Idade Nova”.

Comentando, em alguns momentos, trechos do livro *The Peace Conference* do jornalista irlandês Emile Joseph Dillon, que cobriu a Conferência de Paris de 1919, Wells procura ressaltar que as expectativas rapidamente se frustraram. Entre os principais motivos para o “fracasso”, o autor destaca a ausência nos líderes e demais participantes de um conhecimento denso sobre história, geografia, política, relações internacionais, entre outros³⁶⁶. Na visão de Wells, esse conhecimento especializado era ferramenta essencial e indispensável para a reconstituição do mundo em novas bases³⁶⁷.

Um segundo motivo apontado por Wells teria sido a influência demasiada de políticos representantes de uma visão de mundo impregnada de um nacionalismo radical.

³⁶⁵ Cf. SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. *Op. cit.*, p. 125.

³⁶⁶ “[...] não haviam percebido a necessidade de confiar o trabalho de organização da paz a homens mais especialmente qualificados para esta imensa responsabilidade.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 511.

³⁶⁷ “Eram em negócios internacionais os noviços mais elementares. Geografia, Etnologia, Psicologia e História Política constituíam para eles livros fechados. [...] os chefes de Estado, tendo alcançado a mais alta posição em seus respectivos países sem mais do que uma tintura de conhecimentos a respeito de assuntos internacionais, eram incapazes de compreender a importância de conhecê-los e dominá-los profundamente ou a impossibilidade de reparar a omissão à medida a omissão à medida que prosseguiam. [...] O que lhes faltava, entretanto podia ter sido suprido de algum modo se tomassem como auxiliares homens mais afortunadamente preparados e capazes que eles próprios. Mas escolheram, deliberadamente, mediocridades.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 511-512.

Nesse sentido, Wells destaca negativamente a atuação do primeiro-ministro francês George Clemenceau³⁶⁸ e, em menor grau, a do seu colega britânico David Lloyd George.

Acredito que tal ênfase se deva ao papel agressivo do político francês, interessado em compensar a França e punir duramente a Alemanha pelos infortúnios da guerra³⁶⁹, enquanto o político inglês defendia interesses econômicos que aprofundavam o nacionalismo e o imperialismo de seu país³⁷⁰. É perceptível, no texto de Wells, a ausência de qualquer empenho de ambos os líderes em conduzir a construção de um novo ordenamento no mundo. Para o autor, as decisões da Conferência de Paz representaram o fracasso da tentativa de firmar os princípios de Wilson como regras das relações internacionais.

No subcapítulo seguinte, “A Constituição da Liga das Nações”, Wells deixa claro que a proposta wilsoniana para uma associação de nações em prol da manutenção da paz fora completamente subvertida. Em linhas gerais, o autor afirma de forma crítica que, ao fim e ao cabo, fora mantida a dinâmica estatal, nacionalista e imperialista, não havendo efetivamente uma promoção da liberdade, da democracia e da autodeterminação dos povos, exemplificado pelo autor no caso da Índia³⁷¹. Além disso, o funcionamento do organismo apresentava graves problemas na origem, como a obrigatoriedade de um consenso entre todos os membros nas decisões, o que comprometia sua eficácia e relevância. Uma vez mais, Wells enfatiza o

³⁶⁸ “Patriota profissional mais do que estadista, foi este o homem que a guerra projetou para mal representar e falsear a fina inteligência e o generoso espírito da França.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 516.

³⁶⁹ “Os fins de M. Clemenceau eram simples e, de certo modo, realizáveis. Queria que fosse desfeito tudo que tivesse sido estabelecido em 1871 (a guerra franco-prussiana, a derrota francesa e a formação do Império Alemão). Queria a Alemanha punida, como se fosse ela a única nação pecadora, e a França, uma terra mártir e sem pecado. Queria a Alemanha tão manietada e devastada que nunca mais se pudesse erguer ante a França. Queria ferir e humilhar a Alemanha mais do que a França fora ferida e humilhada em 1871. Pouco de lhe dava que, esmagada a Alemanha, esmagada também ficasse a Europa; a sua mentalidade não ia muito além do Reno para compreender tal possibilidade.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 517.

³⁷⁰ “Mr. Lloyd George levou para o Conselho dos Quatro a sutileza de um gaulês, a complexidade intrincada de um europeu e a urgente necessidade de respeitar e atender a egolatria nacionalista dos imperialistas e capitalistas britânicos que o haviam repostos no poder.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 518.

³⁷¹ “Esse homúnculo em uma garrafa que se esperava poder transformar-se, por fim, no Homem governando a Terra, essa Liga de Nações tal como se corporificara no Pacto de 28 de abril de 1919, não era, de modo algum, uma liga de Povos; era, o mundo depressa descobriu, uma liga de “estados”, “domínios” e “colônias”. Estipulara-se que os membros seriam “inteiramente *self-governing*”, mas não houve definição alguma desta expressão. E nenhuma restrição se formulou quanto à existência de sufrágio limitado e limitada liberdade; também não se estatuiu que o governo direto dos Estados deveria caber ao povo. A Índia figurava – presumidamente um Estado “inteiramente *self-governing*”! Qualquer autocracia poderia fazer parte da Liga como uma democracia “inteiramente *self-governing*”, apesar de se reduzir nesses casos o sufrágio a uma só pessoa. A Liga do Pacto de 1919 não passava, na realidade, de uma liga de “representantes” de secretaria do estrangeiro, não abolindo sequer o absurdo das embaixadas em cada capital.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 519.

conflito entre ideias: de um lado, a concepção estatal do mundo, pautada pelo confronto e a dominação entre as nações; de outro, a concepção de um governo mundial cosmopolita³⁷².

Por fim, o autor comenta que, após retornar aos Estados Unidos, Wilson não obteve a ratificação pelo Senado norte-americano do Tratado de Versalhes e a incorporação do país à Liga das Nações. Para Wells, a objeção teria acontecido pela diferença de visões de mundo entre as duas margens do Atlântico, considerando a mentalidade liberal que norteava as decisões políticas norte-americanas³⁷³ e o resultado de fato obtido pelo acordo de paz que acabou por fortalecer o imperialismo europeu.

A aparente adesão das potências europeias foi encarada com enorme desconfiança. Um discurso antiexpansionista e contrário às alianças secretas parecia direcionado aos rivais imperialistas, procurando assim garantir as posições privilegiadas de cada potência³⁷⁴. No seu nascedouro, segundo Wells, a ideia por trás do projeto da Liga das Nações foi desvirtuada e maculada pelo seu exato oposto³⁷⁵.

Em “O bolchevismo na Rússia”, o autor descreve um panorama do contexto russo imediatamente após a Primeira Guerra Mundial e a eclosão revolucionária. Inicialmente, Wells deixa evidente seu julgamento sobre revoluções políticas em geral: são processos destrutivos, que acabam por gerar guerras e mortes, incapazes, por si mesmas, de uma transformação positiva da sociedade³⁷⁶. Nesse sentido, entendo que, na perspectiva do autor, as revoluções vão de encontro à expectativa de construção de uma “fraternidade mundial”, alicerçada na razão, conforme pensada por Wells, como uma solução para o fim das guerras e seus infortúnios.

Essa interpretação se torna mais clara ao analisar os comentários subsequentes do autor sobre as ideias socialistas. Em síntese, para Wells, o marxismo apoiava-se no conceito

³⁷² “A não ser em condições especificadas, a liga constituída por esse pacto não podia tomar decisões unânimes. Uma voz divergente no Conselho podia obstar a qualquer projeto ou proposta [...]. Impossível determinação mais desastrosa. Para muitos espíritos tornou o pacto da Liga ainda menos desejável do que nenhuma liga. Era o reconhecimento completo da inalienável soberania dos Estados e a negação da ideia de uma comunidade pública suprema da humanidade.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 520.

³⁷³ “Pode ser que tenha havido algum motive menos nobre entre os muitos que contribuíram para a disposição dos americanos de romper com as responsabilidades morais, o que os Estados Unidos haviam contraído com os negócios do Velho Mundo, e reduzir à realidade as enormes vantagens financeiras e políticas que a guerra dera ao Novo Mundo; mas o largo instinto do povo americano parece ter sido são e nobre em sua desconfiança, em sua repulsa ao arranjo proposto e estabelecido pela Paz de Versalhes.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 522.

³⁷⁴ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 529.

³⁷⁵ “Ora, uma Liga de Nações para ser de alguma utilidade deve dominar e substituir os imperialismos; tem de ser um superimperialismo – um liberal império mundial de Estados unidos, participantes ou tutelados – ou não será coisa alguma; mas poucas pessoas, na Conferência de Paris, tinham sequer o vigor mental necessário para afirmar tão óbvia consequência do projeto da Liga.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 530-531.

³⁷⁶ “Provou ainda a segurança e certeza do princípio de que *uma revolução nada pode criar que não tenha sido plenamente discutido, planejado, pensado e explicado antes*. Fora disto, as revoluções apenas destroem governos, dinastias ou organizações, conforme seja o caso. As revoluções não são operações criadoras, mas revulsivas.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 533.

de “luta de classe”, mas que a aplicava fundamentalmente ao operariado industrial em oposição aos capitalistas, não incluindo os camponeses no campo ou as classes médias que compunham as comunidades urbanas.

Nesse sentido, não seria possível à minoria operária alcançar o poder e provocar as transformações sociais e econômicas que almejavam por meio da via democrática, restando então o caminho da revolução. Wells reforça a ideia de “credo” que estaria implícito na concepção transformadora para “uma nova e melhor ordem social” a partir da “ditadura do proletariado”. Porém, “já demonstramos, em nossa análise do socialismo, quanto era ilusória tal ideia”³⁷⁷.

Nesse ponto, vou retroceder algumas páginas e décadas a fim de discutir brevemente as considerações de Wells acerca das ideias de socialismo, de nação e de nacionalismo que entendo serem importantes para o entendimento do caso da Rússia após a Primeira Guerra Mundial e, principalmente, para o escopo dessa pesquisa.

No capítulo XXXVII, intitulado “As realidades e as aparências do século dezenove”, Wells procura sintetizar a origem e a evolução da ideia de socialismo.

Fundamentalmente, para o autor, sua origem se encontra na lenta renúncia da busca da satisfação do indivíduo, que ele chama de “egoísta”, em prol de uma comunidade e, no limite, da “humanidade”. Um dos principais incentivadores dessa renúncia teriam sido as religiões, em especial, o cristianismo. Nesse processo, teria ocorrido uma revolta paulatina e expansiva contra aqueles que detinham o poder, os dominadores, e o principal símbolo e instrumento do poder de dominação, a propriedade³⁷⁸.

Segundo Wells, essa revolta adquire um duplo sentido nas “revoluções francesas” de final do século XVIII. Por um lado, havia aqueles que, ao se insurgirem contra os homens que governavam, defendiam a inviolabilidade da propriedade. Por outro lado, havia outros que, contra os empregadores, reivindicavam a extinção da propriedade. Em comum, a ideia de que a vontade de muitos deve superar a vontade de poucos ou de apenas um. Para Wells, trata-se de um conflito perene entre, de um lado, a dominação e, de outro, a liberdade.

Contudo, como harmonizar a existência de um governo com os interesses individuais dos governantes? Da mesma forma, como tornar possível a existência de propriedade sem a dominação econômica de poucos sobre muitos? A crença na revolução social como o modo

³⁷⁷ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 535.

³⁷⁸ Cf. WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. v. 8, p. 282.

conclusivo de encerrar o velho conflito terá a discordância de Wells. No âmago dessa crença, para o autor, encontram-se as ideias “incompletas” de Karl Marx³⁷⁹.

Wells estabelece algumas vertentes para o socialismo na primeira metade do século XIX. Ainda que reconheça a impossibilidade de descrever cada uma delas, o autor detalha os casos que ele considera mais importantes, cujas ideias centrais procurarei sintetizar.

Nos anos 1820, um plano de gestão comum dos meios de produção e de colaboração entre trabalhadores foi concebido a partir dos experimentos e das ideias do inglês Robert Owen (1771-1858). Não se distinguiu pelo espírito democrático, mas por ser uma concessão “benevolente e patriarcal”³⁸⁰. Na mesma época, formaram-se associações de trabalhadores (*trade unions*) que se espalharam em diferentes versões nos países ocidentais como Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha. Procuraram extrair ganhos, principalmente econômicos, e melhores condições de trabalho para os trabalhadores³⁸¹.

Diferentemente das correntes do socialismo utópico³⁸², exemplificado pelo primeiro, e das variações do socialismo reformista³⁸³, representado pelo segundo, Wells afirma que Karl Marx teria formulado uma vertente do socialismo que pregava uma transformação radical do sistema capitalista.

Diferentemente do que teria ocorrido no movimento das *trade unions*, na visão de Wells, Marx teria enxergado nesse movimento a oposição entre capital e trabalho, a “luta de classes”. O desenvolvimento da “consciência de classe e solidariedade social” se daria *pari passu* ao processo contínuo de concentração dos meios de produção, formando as condições

³⁷⁹ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 283.

³⁸⁰ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 287.

³⁸¹ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 289.

³⁸² Ainda que críticos dessa vertente do socialismo o tenham designado de “utópico” ao final dos anos 1830, Karl Marx e Friedrich Engels foram aqueles que estabeleceram mais claramente a distinção entre socialismo “utópico” e socialismo “científico”, sendo o último posteriormente associado à tradição marxista. Em linhas gerais, esses autores identificaram aspectos positivos naquela corrente como o reconhecimento das contradições das sociedades industriais e na concepção de uma nova ordem social (ausência de diferença entre campo e cidade, extinção da propriedade privada, mudança do papel do Estado a fim de administrar a produção, unir a educação e o trabalho produtivo, entre outros). Contudo, consideraram imaturas por se apresentarem como um “ideal” e não uma necessidade decorrente da superação do capitalismo como modo de produção e por não reconhecerem no proletariado um ator histórico autônomo. Cf. PIANCIOLA, Cesare. *Op. cit.*, p. 1198.

³⁸³ Inspirada nos estudos de Eduard Bernstein (1850-1932), essa vertente se distinguiu por demandar a integração dos operários às estruturas políticas e econômicas do capitalismo pela via democrática e parlamentar, objetivando a paulatina mudança do sistema, a melhoria socioeconômica dos trabalhadores. Seu “horizonte” era a socialização das liberdades e o autogoverno das massas. Foi duramente criticada por intelectuais como Marx e Engels em seus diversos escritos, como na edição inglesa de 1888 do “Manifesto do partido comunista” e por Rosa Luxemburgo em “Reforma social ou revolução?” de 1899. Em linhas gerais, essas críticas enfocavam o aspecto elitista e burguês do reformismo, acusado de ser distante do movimento operário e próximo das classes “instruídas”, e no não alinhamento do reformismo às teses da crescente proletarização das classes médias e do agravamento da miséria operária. No início do século XX, encontrou espaço na *práxis* do operariado de diversos países industriais ocidentais. Na Inglaterra, tornou-se a teoria oficial da chamada Sociedade Fabiana, sendo também acolhida pela maioria do partido trabalhista e do movimento sindical. Cf. PIANCIOLA, Cesare. *Op. cit.*, p. 1199.

de possibilidade para a tomada do capital pelos trabalhadores e o estabelecimento de um “capitalismo” em que os proprietários privados seriam substituídos pela comunidade de trabalhadores³⁸⁴.

Entre as diversas concepções de “socialismo”, aquela teorizada e propagandeada por Marx teria prosperado, segundo Wells. Ele entende, contudo, que teria escapado à percepção do pensador alemão que, a despeito do interesse comum dos trabalhadores espalhados pelos diversos países europeus contra o capital e considerando as guerras deflagradas entre as grandes potências europeias durante o século XIX, esses trabalhadores também ansiavam pela paz. Assim, Wells julga ter sido um erro restringir a ideia do socialismo à organização única e exclusiva do mundo do trabalho para combater, à semelhança de uma guerra, a estrutura política, social e econômica difundida nos países capitalistas³⁸⁵.

Se, por um lado, Wells admite o caráter instável do sistema político e econômicos presente nos países capitalistas, principalmente, pela submissão dos interesses coletivos pelos individuais “egoísticos”³⁸⁶, por outro lado, ele não acredita que o socialismo seja um caminho viável para a “sociedade humana”. Assim, uma série de “deficiências” são traçadas pelo autor sobre o socialismo. A meu ver, tais críticas precisam ser analisadas, pois entendo que vão ao encontro das questões levantadas por essa pesquisa.

Aos olhos de Wells, o socialismo de viés marxista é uma ideia “incompleta”. Essa incompletude diria respeito à capacidade de planejar e criar uma nova ordem social, política e econômica que pudesse abarcar todos os homens, ou seja, a humanidade. Entre suas críticas, Wells enfatiza o aspecto destrutivo inerente às revoluções, cuja ideia estaria por trás da teoria

³⁸⁴ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 290.

³⁸⁵ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 291.

³⁸⁶ “Há, por certo, pouca gente hoje, no mundo, que não reconheça o caráter provisório e a perigosa instabilidade do nosso presente sistema econômico e político, e ainda menos, que acredite, com os doutrinários individualistas, que o “proceda como quiser” da caça ao lucro guie a humanidade a algum porto de prosperidade e felicidade. Grandes reajustamentos são necessários e necessária é a subordinação legal e sistemática da busca pessoal do interesse próprio ao bem público.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 292.

de Marx de superação do capitalismo e transformação da sociedade, mas que necessitaria de uma concepção apurada de governo³⁸⁷.

Propositadamente, Wells afirma sua convicção contrária ao caminho revolucionário lembrando seus próprios comentários a respeito da Revolução Francesa, iniciada em 1789. Em comum com a discussão a respeito do socialismo de viés marxista, a noção de que a precipitação revolucionária perde força devido à ausência de “ideias acabadas”³⁸⁸, ou seja, pensadas e refinadas previamente de forma consistente para que, a partir de sua execução, os resultados esperados se tornem perenes. Caso contrário, as forças reacionárias podem adquirir um novo fôlego³⁸⁹.

Fundamentalmente, para o autor, a ausência teórica no socialismo sobre a inclusão da humanidade, como uma comunidade única, em uma nova ordem social, política e econômica guarda profunda relação com as ideias de Estado, nação e nacionalismo.

Em primeiro lugar, Wells entende que não há clareza sobre a proposta socialista do tipo de organização comunitária que deve ter a posse e a administração da propriedade da terra e dos meios de produção e distribuição da riqueza. Assim, o autor pergunta: o termo “coletivo” abrangeria “o Estado soberano, ou a região, ou o município, ou a nação, ou a

³⁸⁷ “Chegaram, porém, o socialismo e o pensamento moderno a *desenvolver* a concepção da nova ordem social e política de que o mundo, todos o admitimos, está carecendo? Somos obrigados a responder que não há nenhuma clara concepção do novo estado pelo qual vagamente lutamos, que a nossa ciência das relações humanas é ainda tão grosseira e conjectural que nos deixa sem direção definida em uma porção de problemas primariamente importantes. [...] O sistema marxista chama a nossa atenção para uma acumulação de forças revolucionárias do mundo moderno. Tais forças tenderão, continuamente, para a revolução. Marx admitiu, entretanto, muito apressadamente, que o impulso revolucionário produziria necessariamente um Estado ordenado de uma nova e melhor qualidade. Uma revolução pode parar em meio caminho, na pura destruição. Nenhuma seita socialista definiu, até hoje, claramente, o seu projetado governo. Os bolchevistas, em sua experiência russa, parecem ter sido guiados por uma frase, a “ditadura do proletariado”; e, na prática, segundo sabemos, Trotsky e Lênin revelaram-se tão autocratas quanto o menos inteligente, mas igualmente bem-intencionado czar Alexandre I.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 293.

³⁸⁸ Wells assim sintetizou sua crítica à Revolução Francesa como instrumento de transformação social do ponto de vista das ideias que lhe davam alicerce para a ação e a prática: “Todavia, essa onda revolucionária realizou, no final de contas, quase tudo que havia sido lucidamente pensado, antes dela. Se declinava agora, não era por falta de ímpeto, mas por falta de ideias acabadas. Muitas instituições, muitos costumes, muitas leis que oprimiam a humanidade foram, para sempre, varridos. E agora que haviam sido destruídos, é que se tornava evidente quão despreparados estavam os homens para as oportunidades criadoras, que lhes trazia a clareira aberta pela destruição. Períodos de revolução são períodos de ação; neles os homens apanham e colhem os frutos das ideias, que se desenvolveram nas fases de entremeio e de preparação, deixando os campos limpos para uma nova estação sementeira. Não podem, entretanto, produzir repentinamente novas ideias maduras para atender a dificuldade e enigmas não antecipados.”. WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. v. 7, p. 196.

³⁸⁹ “Buscamos demonstrar, em nosso breve estudo da Revolução Francesa, que uma revolução nada pode estabelecer de permanente que não tenha sido antes pensado e apreendido pela mentalidade geral. A República Francesa, confrontada por dificuldades inesperadas em economia, meio circulante e relações internacionais, fez-se a presa fácil do egoísmo dos novos ricos do Diretório e, finalmente, do egoísmo de Napoleão. Lei e plano firmemente mantidos são mais necessários em tempos revolucionários do que em acidentais tempos ordinários, porque em tempo de revolução, a sociedade degenera muito mais facilmente numa competição desordenada, sob a ascendência da força e da velhacaria.”. WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. v. 8, p. 294.

humanidade?”³⁹⁰. O autor afirma ser contrário à limitação da abrangência, ou seja, uma abrangência que não contenha a “humanidade” em amplo sentido, por entender que as ideias de “nação” e “nacionalismo” são, ao fim e ao cabo, egoísticas e destrutivas³⁹¹.

Antes de continuar, acredito ser importante fazer uma observação sobre a leitura de Wells sobre o socialismo e o pensamento de Karl Marx. Interessou-me destacar o seu ponto-de-vista, sem que isso signifique uma concordância. Analisar inconsistências e erros de leitura levaria obrigatoriamente a uma pesquisa detalhada da obra do filósofo e economista alemão, o que, a meu ver, potencialmente demandaria uma nova tese. Nesse sentido, minha escolha foi por somente interpretar as restrições de Wells frente a essas ideias.

Dando prosseguimento, Wells entende que a reorganização territorial da Europa a partir do Congresso de Viena de 1814-15 representou a perda de uma enorme oportunidade de “paz social e internacional” ao restaurar os antigos privilégios e as restrições à liberdade de pensamento, marcantes nos absolutismos das monarquias depostas por Napoleão, assim como por redefinir limites e fronteiras que geraram grandes insatisfações nas potências europeias.

Esse novo traçado foi considerado pelo autor uma construção artificial e negativa aos interesses do “homem comum”. Em outras palavras, Wells defendia que deveria haver uma divisão político-geográfica a partir do que chamou de “mapa político natural do mundo”. Essa divisão não seria imposta por governantes, chancelarias, leis e lealdades relacionadas à configuração geopolítica daquele tempo. Ela deveria respeitar basicamente a língua, a cultura, a religião e as “raças” dos povos de cada região. Outro atributo seria a função administrativa autônoma dos governos desses territórios, voltada para os “negócios dos povos”³⁹².

São inúmeras as inconsistências presentes nas ideias de Wells sobre esse ponto. Por exemplo, não há clareza sobre o significado de “negócios dos povos”. Além disso, o autor utiliza o caso europeu para apresentar o que entende ser a “única” e “melhor” forma de organização comunitária, não considerando outros países e povos em sua análise.

³⁹⁰ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 295.

³⁹¹ “Se os socialistas objetam a que um único indivíduo se atribua a propriedade de uma mina ou de um grande trecho de terra cultivável, com o direito de recusar ou negociar o seu uso e lucro com outros, por que haveriam de permitir a uma nação monopolizar as minas, ou os caminhos comerciais, ou a riqueza natural dos territórios em que existe contra o resto da humanidade?”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 295.

³⁹² “Ainda hoje, os homens relutam em reconhecer que áreas de governo são matéria para transação, e jogo de tzares e reis e secretarias de exterior. Há *um mapa político do mundo, natural e necessário*, e que se imporá, um dia, sobre esse incrível aventurismo diplomático. Há *um melhor modo possível* de dividir qualquer parte do mundo em áreas administrativas, e uma melhor forma possível de governo de cada área, tendo em consideração a língua e a raça dos seus habitantes, e é do interesse comum da humanidade assegurar essas divisões e estabelecer essas formas de governo, sem nenhum respeito por diplomacias e bandeiras, por “direitos” ou melodramáticas “fidelidades”, nem pelo mapa político atual do mundo. O mapa político natural do mundo afirma-se por si mesmo. Ele palpita e se agita por baixo do mapa político artificial, como um gigante desajustado.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 248-249.

Para os objetivos dessa pesquisa, cabe ressaltar a crença de Wells para uma tendência de paz entre os povos a partir dessa configuração dita “natural”. Nesse sentido, a interferência do poder e de interesses “maquiavélicos” iriam de encontro a um processo que o autor compreende como natural e o resultado não seria outro senão conflitos e guerras³⁹³.

Wells questiona que a ideia de “nação” esteja relacionada a qualquer agrupamento humano que se considere um povo, exemplificando que diversas “nações” em sua época são formadas de diferentes povos, línguas, religiões e culturas, como no caso dos “britânicos” ou mesmo dos ingleses. Teria adquirido força nas políticas dos governantes europeus ao longo do século XIX e que se opôs a uma tendência “natural” de organização dos povos³⁹⁴. Ele enfatiza o caráter impositivo e doutrinário da ideia de “nação”³⁹⁵, a construção política de identidades com uma pedagogia presente no ensino, na imprensa e em outros aspectos da cultura e que o autor vê de forma extremamente negativa por estar impregnado de artificialidade e de um fervor que lembra o religioso³⁹⁶.

Por fim, do meu ponto de vista, o maior equívoco da ideia de “nação”, segundo Wells, foi não privilegiar a satisfação dos interesses e necessidades humanas coletivas. Algumas das consequências da “Grande Guerra”, cuja eclosão estaria diretamente ligada aos

³⁹³ “Já observamos que há um mapa político natural do mundo: o mapa que obedecer à melhor divisão geográfica possível para as administrações humanas. Qualquer outra divisão política do mundo que não a desse mapa natural político será, necessariamente, inadequada, devendo produzir movimentos de hostilidade e insurreição tendentes a mudar as fronteiras no sentido indicado pelo mapa natural político.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 313.

³⁹⁴ “O “nacionalismo” que dominou o pensamento político do século dezenove não foi mais, na realidade, do que a exageração romântica e emocional das tensões produzidas pela discórdia entre o mapa político natural e os desajustados arranjos políticos feitos no interesse dessas “Potências.”. Durante o século dezenove e, particularmente, durante a sua última metade, foi este nacionalismo grandemente cultivado em todo o mundo. Todos os homens são, por natureza, partidários e patriotas, mas o tribalismo natural dos homens viu-se, no século dezenove, exagerado artificialmente, atritado, superestimulado, aquecido enfim ao rubro e submetido ao molde nacionalista.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 315.

³⁹⁵ “Podemos pois sugerir que uma nação é, na realidade, qualquer reunião, mistura ou confusão de gente que se vê afligida ou deseja ser afligida por uma secretaria de negócios estrangeiros que lhe seja privativa, para o fim de se poder conduzir, coletivamente, como se as suas necessidade, desejos e vaidades fossem incomparavelmente mais importantes do que o bem-estar geral da humanidade.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 315.

³⁹⁶ “O nacionalismo passou a ser ensinado nas escolas, proclamado e exaltado pelos jornalistas, e a ser pregado e assoviado e cantado. Tornou-se uma monstruosa música que enegreceu todos os negócios humanos. Consegiu-se fazer que os homens se sentissem mal e indecentes sem uma nacionalidade. Não ter nacionalidade era como estar despido e nu perante uma assembleia. [...] A caricatura e o cartaz político tiveram um grande papel na elevação do culto desses novíssimos e maiores deuses tribais – pois isso, na verdade, é que são as nações modernas – até à sua enorme ascendência sobre a imaginação do século dezenove. Se alguém folhear as páginas da revista *Punch*, esse estranho registro da época na Inglaterra (existe já desde 1841), encontrará as figuras da Britânia, Hibernia, França e Germânia, abraçando-se, brigando, reprovando, alegrando-se e lastimando-se.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 316.

nacionalismos, reforçariam a tese de que os interesses de poucos homens foram sobrepostos aos interesses de muitos³⁹⁷.

Contribuindo para os efeitos nocivos da ideia de “nação”, Wells enfatiza a ideia de “imperialismo”, que igualmente se alastrou pelas “potências” europeias. Para o autor, essa ideia tinha como significado o direito de dominação de outros povos, considerados inferiores e que, portanto, precisavam ser tutelados segundo os padrões políticos, econômicos e culturais do dominador³⁹⁸. Wells afirma ser completamente distinta da ideia de “império” aos moldes da Roma antiga, pois estaria embutida nessa forma o princípio da paz coletiva e duradoura³⁹⁹. Ainda que se possa questionar tal visão do passado, entendo que Wells procurou ressaltar o contraponto. Dito de outra maneira, as ideias de “nação” associadas às de “imperialismo”, que se fortaleceram na segunda metade do século XIX, jamais tornariam possível um ambiente que fosse propício à paz e à prosperidade mundial⁴⁰⁰. Para o autor, o fortalecimento ocorreu principalmente porque faltou aos homens e mulheres “comuns” um profundo conhecimento histórico do mundo de uma perspectiva universalista⁴⁰¹.

Ao fazer essa crítica, Wells propõe o que considera ser um projeto para uma profunda reorganização da grande “sociedade humana”. Trata-se de um plano para que homens e mulheres “comuns” sejam preparados para conhecer, colaborar e criticar de forma constante e sistemática as complexas relações que envolvem as comunidades humanas, no passado e no presente. Tendo como base a educação e a informação livres, ou seja, não

³⁹⁷ “A ideia essencial do nacionalismo do século dezenove foi a do “legítimo direito” de cada nação à completa soberania, isto é, ao direito de dirigir os seus próprios negócios dentro do seu próprio território, sem atenção e a despeito de qualquer outra nação. O erro fundamental dessa ideia está em que os negócios e interesses de qualquer das comunidades modernas se estendem até os confins da Terra.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 317.

³⁹⁸ “Um mundo de nações soberanas e independentes significa, portanto, um mundo em estado de perpétuas injúrias mútuas, um mundo de países constantemente se preparando para a guerra. Mas, concorrentemente, e em discordância com a pregação desse nacionalismo, havia entre as nacionalidades mais fortes a propagação vigorosa de uma série de ideias, as ideias de imperialismo, pelas quais se concedia a uma nação poderosa e avançada o direito de dominar outras nações menos avançadas, ou menos desenvolvidas politicamente, ou outros povos cuja nacionalidade ainda não se desenvolvera. Dessas nações ou povos submetidos, esperava o povo dominante enternecida gratidão pela proteção e domínio que, assim, recebiam.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 319.

³⁹⁹ “Tal emprego da palavra império não obedecia evidentemente à antiga significação universal do vocábulo. Os novos impérios não pretendiam sequer ser a continuação do império mundial de Roma. Havia desaparecido toda e qualquer conexão entre a ideia de império e a paz do mundo.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 319.

⁴⁰⁰ “Estas duas ideias de nacionalidade e de “império”, a última como o coroamento do triunfo nacional, dominaram o pensamento político europeu, dominaram, na realidade, o pensamento político do mundo, durante toda a última metade do século dezenove, e o dominaram com a exclusão de qualquer concepção mais ampla do bem-estar humano. Eram as ideias aparentemente plausíveis e perigosamente maléficas. Nada representavam de fundamental e inalterável na natureza humana e se revelaram incapazes de satisfazer as novas necessidades de controle mundial e de segurança mundial que a revolução mecânica vinha, dia a dia, tornando mais imperativas.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 319.

⁴⁰¹ “Tais ideias eram aceitas porque o povo, em geral, ainda não tinha a visão compreensiva que só o estudo da história do mundo pode dar, e já havia perdido o espírito de caridade amplo e geral de uma religião universal. O perigo dessas ideias para a vida ordinária e corrente dos homens não foi percebido senão demasiado tarde.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 320.

submetidas a interesses particulares, as leis deverão ser simplificadas e postas à disposição de todos, potenciais representantes e governantes deverão ser preparados para atuarem em nome da coletividade e, por fim, um pensamento crítico deverá assegurar a evolução permanente da “sociedade humana” e sua organização⁴⁰².

Retornando à crítica de Wells ao socialismo de viés marxista, ao privilegiar o Estado como *locus* político essencial que deve ser conquistado pelos trabalhadores para que as estruturas políticas, econômicas e sociais sejam transformadas, os mesmos Estados que compõem o sistema interestatal impregnado pelas ideias de nação e nacionalismo e pela antiga “cultura” política, esse socialismo marxista teria se revelado uma ideia “incompleta” para o autor. O principal motivo é que o socialismo marxista não teria conseguido propor uma solução satisfatória que envolvesse os diversos povos e territórios do mundo de forma a constituir um “Estado mundial” democrático⁴⁰³.

As decisões dos partidos políticos socialistas ocidentais, relacionadas ao apoio à guerra durante os momentos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, assim como a ausência de um plano alternativo às formas existentes de governos e ao sistema interestatal capitalista vigente, teriam mostrado que uma agenda voltada para os interesses coletivos amplos, que superasse as fronteiras e as delimitações e intolerâncias artificiais, referentes às identidades nacionais, não fazia parte do núcleo das ideias principais desses partidos⁴⁰⁴.

Nesse ponto, é possível retornar à análise de Wells sobre o bolchevismo da Rússia após a Primeira Guerra Mundial. O autor inicia o subcapítulo afirmando que a experiência socialista russa se mostrou decepcionante e “demonstrou todas aquelas insuficiências da teoria

⁴⁰² “No mundo em torno de nós, encontramos, em todos os setores mencionados, instrumentos provisórios que, além de mal coordenados, uns com os outros, não são nada satisfatórios em si mesmos. É um sistema educacional magramente financiado e aparelhado, mal organizado e estropiado pelas intervenções e hostilidades de corpos religiosos; é a informação popular suprida principalmente por uma imprensa venal, dependente de anúncios e subsídios; são métodos de eleição, que constituem verdadeiras farsas, elevando ao poder políticos tão pouco representativos quanto quaisquer governantes hereditários ou conquistadores casuais; por toda a parte, é o executivo mais ou menos influenciado ou controlado por grupos de ricos aventureiros, e a busca da ciência social e política e da crítica pública, e ainda o trabalho mais de devotados e excêntricos indivíduos do que uma função de Estado, reconhecida e honrada.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 297-298.

⁴⁰³ “O leitor da literatura socialista encontrará os socialistas a escrever e falar constantemente do “Estado”, não revelando jamais qualquer compreensão de que o “Estado” pode ser toda espécie de organização, em todas as espécies de áreas, desde a república de São Marino até o Império Britânico. É verdade que Karl Marx tinha a concepção de uma solidariedade de interesses entre os trabalhadores de todos os países industrializados, mas há pouca ou nenhuma referência, no socialismo marxista, ao corolário inevitável, ao estabelecimento de um governo federal mundial e democrático (com governos “estaduais”, nacionais ou provinciais), como consequência natural de sua projetada revolução social.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 299.

⁴⁰⁴ “Submetidos, ao teste da guerra de 1914, os socialistas de quase todos os países europeus revelaram que a consciência internacionalista de classe era, de fato, bem pouco venerada em face dos seus sentimentos patrióticos, e que de nenhum modo os havia substituído. Por toda a parte, durante a guerra, os socialistas alemães denunciaram-na como feita pelos governos capitalistas; mas produz pouco ou nenhum efeito permanente denunciar um governo ou sistema mundial, a não ser que se tenha uma ideia prática de um melhor governo e um melhor sistema para substituí-los.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 300.

socialista para que já chamamos a atenção e, mais particularmente, a esterilidade da escola marxista”⁴⁰⁵. Procurei sintetizar anteriormente essas críticas de Wells.

Em 1918, realizado o controle na maior parte das cidades do país e tendo assinada a paz com a Alemanha, Wells afirma que, em um primeiro momento, os líderes bolchevistas teriam desejado levar o comunismo para além das fronteiras russas, convocando operários de todo o mundo para a grande revolução. Contudo, uma forte aversão, que o autor chama de “doutrinária”, a qualquer reminiscência capitalista teria levado o governo a desprezar um conhecimento operacional e administrativo fundamental ao reerguimento da antiga indústria russa, levando a uma crescente decadência das cidades e da população, que o próprio Wells teria constatado em visita ao país em 1920⁴⁰⁶.

Wells especula que os dirigentes russos teriam reconhecido suas próprias falhas e encontrado saídas sociais e econômicas, caso o novo governo não tivesse sido obrigado a enfrentar as agressões de países estrangeiros como a França e a Inglaterra⁴⁰⁷. Nesses países, por um lado, a propaganda reacionária teria exagerado em seus ataques contra os bolchevistas. Por outro lado, no outro extremo, uma defesa excessiva teria deixado de lado uma postura mais crítica em relação ao novo regime russo⁴⁰⁸. Entre as implicações desse processo, teria ocorrido um forte crescimento do militarismo e do nacionalismo na Rússia, ou seja, uma situação paradoxal, pois significava seguir na contramão do internacionalismo defendido pelos marxistas⁴⁰⁹.

Após um breve período de retrocesso das hostilidades em 1920, a partir de 1921, uma grande seca teria assolado grandes áreas de cultivo na Rússia, levando milhões de pessoas à morte ou a uma condição de extrema miséria e barbárie⁴¹⁰. O autor informa que, apesar do auxílio do governo norte-americano, não houve a mesma disposição dos principais governos europeus. Assim, Wells ressalta que divergências entre visões de mundo, em que não há a aceitação de uma ideia de sociedade humana em sentido amplo, teriam resistido às lições dos flagelos da “Grande Guerra”, provocando um quadro de desolação na Rússia⁴¹¹.

⁴⁰⁵ Cf. WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. v. 9, p. 533.

⁴⁰⁶ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 538.

⁴⁰⁷ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 539.

⁴⁰⁸ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 540.

⁴⁰⁹ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 541.

⁴¹⁰ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 544.

⁴¹¹ “Mas os principais governos europeus, com as suas populações enganadas pela propaganda antibolchevista da imprensa europeia, responderam relutantemente ou de todo não responderam ao apelo extremo da situação. O governo britânico, que havia despendido centenas de milhões em operações militares ilegítimas contra a sua antiga aliada, manchou o bom nome da Grã-Bretanha no mundo, coma recusa de qualquer contribuição ao trabalho de socorro. Tão pouco havia sido aprendida a lição de solidariedade que a Grande Guerra deveria ter ensinado.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 544.

Até o momento em que essa obra foi escrita, Wells destaca um reerguimento russo com a Nova Política Econômica de Lênin e superação das crises. Lênin morre em 1924, sendo sucedido por Stalin. Ao falar do novo governante e suas ações, Wells mostra-se ambíguo. Por um lado, ele afirma que Stalin atuou de forma inflexível e implacável contra o capitalismo e as religiões, além de destruir e expulsar antigos companheiros, como Trotsky. Por outro lado, o autor também informa que, com o Plano Quinquenal, iniciado em 1928, em substituição à Nova Política Econômica, Stalin pretendia acabar com a desigualdade social permitida pela última, reconstruindo a vida econômica do país com uma produção dirigida pelo governo a serviço da coletividade⁴¹². Aqui, Wells não parece tão crítico das ações de Stalin, ainda que os expurgos e o caráter nacionalista das políticas caminhem na direção contrária dos princípios defendidos pelo autor.

Uma ambiguidade semelhante se encontra presente quando o autor trata do pós-guerra nos territórios do Império Britânico. A militarização excessiva da sociedade e a hipertrofia do Estado, associados ao uso intenso da propaganda de guerra, especialmente sobre as notícias do exterior, teriam fortalecido as ações de subjugação e repressão. Assim, revoltas na Índia, no Egito e na Irlanda, que reivindicavam o cumprimento de promessas anteriores à guerra por reformas em prol de autonomia e liberdade, foram reprimidas com brutalidade, gerando reações igualmente violentas. O autor descreve com mais detalhes o caso irlandês. Após um extenuante processo de negociação, o território irlandês foi dividido, com uma parte tornando-se independente e livre e outra submetida ao governo inglês. Contudo, a paz estava longe de ser alcançada, pois uma guerra civil eclodiu no território livre⁴¹³.

Sobre esse trecho, entendo que é importante enfatizar a ambiguidade que citei acima. O autor lamenta os métodos adotados pelo governo inglês, levando ao aumento da violência e a ampliação dos movimentos separatistas. Ele afirma ter nutrido o sonho de que o Império Britânico pudesse ter se constituído em uma “confederação de nações livres de língua inglesa” que promovesse os princípios ressaltados pelo autor como necessários à condução dos diversos povos e territórios, conforme descrevi anteriormente, sendo o embrião de um

⁴¹² Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 546-547.

⁴¹³ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 547-555.

processo que envolvesse paulatinamente todas as sociedades humanas⁴¹⁴. Entretanto, o autor afirma que tal pretensão falhou devido a uma visão estreita das classes governantes imperiais.

Por um lado, creio que Wells parece ingênuo e vai de encontro a sua própria proposta de um governo mundial universalista. Acreditar que o Império Britânico pudesse ser o líder de um cosmopolitismo é, ao mesmo tempo, negar seus próprios argumentos contra o imperialismo, o nacionalismo e as teorias raciais, que estiveram no centro da formação dos impérios a partir do século XIX, ou seja, a divisão entre dominadores e dominados, entre o território nacional e as áreas administradas, entre nação e os “Outros”, os subjugados e os inimigos, e entre raças superiores e inferiores. Por outro lado, nas palavras do autor, as crises e os conflitos estariam alinhados a uma expectativa, cujo horizonte parecia se vislumbrar: apesar da ausência de uma liderança específica, haveria o clamor dos povos por liberdade, progresso e autonomia⁴¹⁵.

Esse pensamento acompanha Wells ao falar do caso da China, em particular, da reação chinesa às divisões internas e às tramas políticas entre as potências europeias, os Estados Unidos e o Japão pela influência e controle da China. O autor acrescenta que, de uma forma geral, as insurgências aos domínios anteriores a Primeira Guerra Mundial tinham por objetivo buscar caminhos autônomos e independentes, uma vez superado o caos inicial. Assim, todos os insurgentes compartilhavam um mesmo horizonte de expectativa⁴¹⁶.

⁴¹⁴ “Tempo houve em que o Império Britânico pareceu ir constituir-se como que a matriz de uma grande e exemplar confederação de nações livres de língua inglesa, ou que usassem o inglês como *lingua franca*, destinada a desenvolver no mundo uma grande tradição de franqueza de pensamento e de palavra, de negócios claros e de justiça. Tempo houve em que sua grande rede imperial, fortalecida por um entendimento mais e mais profundo e uma cooperação cada vez mais íntima com os Estados Unidos da América, deu esperanças de vir a representar um papel de pioneira e condutora na obra de unir e ligar todo o mundo em uma mais ampla unidade. Tais sonhos, o próprio autor deste trabalho acalentou. Mas o historiador é obrigado necessariamente a afirmar os fatos – e os que vão aqui relatados combinam muito mal com tais sonhos.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 554.

⁴¹⁵ “A educação das classes governantes britânicas não parece suficientemente ampla, nem suficientemente sólida para as suas oportunidades. Os ingleses que as compõem não são grandes bastante, nem bastante *gentleman* para as responsabilidades que assumiram. O mundo não pode esperar pelos britânicos para ser guiado. Os povos de língua inglesa falharam. Não lograram desenvolver a necessária organização educativa nem atingiram à indispensável grandeza moral para a liderança da humanidade. As oportunidades negaceiam e fogem do seu alcance. Raças e povos, outrora os discípulos voluntários da civilização ocidental, experimentam agora e pensam por si mesmos, ao longo de suas próprias linhas. Amplia-se a frente do progresso, e aqueles, que foram outrora líderes, devem contentar-se agora em marchar com os demais.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 555.

⁴¹⁶ “Mais uma vez, a ascendência material e intelectual da Grã-Bretanha e da Europa ocidental revela-se em declínio, apresentando as despertadas populações indígenas uma capacidade de iniciativa que pareceria inteiramente além de suas possibilidades, durante o século dezenove. A primeira fase é, sem dúvida, uma fase de desordem e conflito, mas é por meio de tais lutas e só por meio delas que poderão as grandes populações, fora da área europeia, firmar o seu direito de ser consultadas a respeito do futuro do mundo e de participar, em termos honrosos, no seu desenvolvimento e progresso. O Ocidente não as educará; o Ocidente apenas saberá explorá-las. Elas não devem esperar pelo saber; devem levantar-se e tomá-lo; devem afirmar-se e educar-se a si mesmas.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 558.

Em um momento posterior da obra, o autor propõe uma digressão de cunho mais filosófico, que, do meu ponto de vista, vai ao encontro dos objetivos dessa pesquisa. Afinal, Wells parece preocupado com o “sentido” da história, seus rumos e potencialidade futuras⁴¹⁷.

Em “O conflito entre a tradição e a reconstrução”, Wells afirma que uma das marcas da história seria a disputa infindável entre “inovação racional” e “tradição”. Ou seja, a capacidade de transformação da condição humana por meio do uso sistemático da razão, cuja ideia teria como origem a filosofia da Antiguidade clássica, se relacionaria posteriormente à concepção de progresso humano. Esse progresso teria conduzido os homens ao longo de séculos ao pensamento científico e às ideias de liberdade, em sentido amplo. Contudo, contrário ao progresso e à liberdade, estaria a “tradição”, cujas forças lutam pela conservação e pelo retorno de antigos poderes, leis e prerrogativas⁴¹⁸. Para que se avance, o autor defende a educação como um de seus instrumentos mais importantes. Nesse sentido, considerando o poder de adaptação humana, aliado ao desenvolvimento de novos métodos e teorias científicas, a educação teria uma finalidade fundamental: iluminar aspectos humanistas e pacifistas de uma compreensão liberal e cosmopolita do mundo⁴¹⁹.

Contra as ideias progressistas que se referem à união de toda a humanidade, Wells relembra os nacionalismos e sua intolerância em relação ao “Outro”, ao estrangeiro. Para o autor, a luta travada por forças progressistas e cosmopolitas ocorria em dois âmbitos, em síntese: primeiramente, envolvendo governos e parlamentos, cujas estruturas e composições estariam impregnadas da visão nacionalista hostil; em segundo lugar, nos “corações e mentes” dos homens, cujos pensamentos e emoções eram influenciados por ideias de naturezas

⁴¹⁷ “Em nosso registro da aventura humana, temos podido, até agora, demonstrar a ligação entre as grandes mudanças de experiência humana e as sementes e germes de que brotavam, por isto mesmo que todas as mudanças, ao se realizarem, revelavam as suas raízes e origens. Mas calcular forças cujos resultados se acham escondidos do futuro é problema de natureza absolutamente diversa.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 577.

⁴¹⁸ “A nossa história pôs em acentuado destaque a luta permanente entre a inovação racional e a tradição. Desde Platão com o seu utopismo, confiante no poder do homem para mudar o seu estado, e Aristóteles com a sua insistência na supremacia da razão e do fato provado, até o esforço construtivo e a ciência de hoje, acompanhamos o espírito humano a adivinhar, a pressentir, a descobrir o caminho para a liberdade criadora. E sempre as forças do conservadorismo instintivo, do privilégio e da autoridade dogmática têm resistido ou impedido esse progresso.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 577.

⁴¹⁹ “Talvez seja necessária, para o próximo passo da humanidade, em sua marcha de progresso, uma nova e mais verdadeira concepção da vontade e da imaginação humanas. E tal concepção, parece que a vamos atingindo. A multidão está atrasada, mas a multidão é móvel; se pouco aprende, também esquece facilmente. Pode ser entornada em novos receptáculos e prontamente tomará a forma das novas instituições. Os seus patriotismos, as suas fidelidades, as suas hostilidades e até as suas crenças mais apaixonadamente expressas não vão além de sua pele. Todos os meios e métodos de por ideias nas cabeças dos outros, de lhes apresentar pontos de vista, de auxiliá-los a ter visões mais claras, têm hoje uma eficiência incomparavelmente superior a tudo que jamais o homem tenha, no passado, pensado em conseguir na espécie. Estamos passando além daquela primeira concepção de democracia que esperava pela massa dos votantes para a iniciativa e direção. O futuro, compreendemo-lo mais e mais claramente, prepara-se no laboratório e no gabinete, e não nas ruas.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 578.

distintas e conflitantes a todo o momento. Nos subcapítulos finais, o autor se dedica a sintetizar a ideia geral de sua obra e a pensar no potencial de efetivação de um cosmopolitismo na forma de um “governo ou Estado mundial”. Entendo que esse é um dos possíveis sentidos que se pode atribuir à concepção de história pelo autor, tanto como deve ser entendido o processo histórico quanto como tal compreensão deve ser transmitida às novas gerações⁴²⁰.

Em “A unificação só poderá ser produzida pelo esforço consciente”, o autor não se mostra seguro quanto ao tempo necessário para a realização desse “Estado mundial”, a depender da conjunção de forças voltadas para esse empreendimento. Se ele deixou claro em diversas passagens anteriores o papel essencial da razão e de seus instrumentos para o esclarecimento dos homens, como a educação, nesse trecho, entretanto, ele ressalta uma força adicional: a religião. Quando descreve os esforços por uma paz duradoura, motivados pelas consequências da Primeira Guerra Mundial, expressões como “devotamento religioso” ou “explosão universal de fé e esperança” são utilizadas pelo autor.

O autor aponta as religiões preexistentes em geral como fundamentais, ao lado da educação, para a formação das sociedades humanas. Unidas frequentemente, a separação entre o ensino religioso e a educação, a partir das transformações intelectuais na Europa do século XIX, teria gerado consequências nefastas como a ânsia por lucros e o nacionalismo hostil. Sobre os imperativos para se alcançar o “Estado mundial”, tal separação teria que ser temporária. É válido comentar que, nesse ponto, o autor se refere menos às religiões tradicionais. A religião estaria relacionada a um desejo cuja essência seria a fraternidade entre os homens, a devoção ao coletivo e “uma completa libertação do próprio eu”⁴²¹.

Entre “as forças que trabalham pela unificação do mundo”, a educação não deve se dar apenas do ponto de vista formal. Tão ou mais significativo é o processo educativo “por informação e por experiência”, ou seja, por meio da imprensa, dos órgãos de comunicação e do diálogo entre os homens. Entretanto, é imprescindível uma mesma noção sobre a história,

⁴²⁰ “Se este esboço foi fielmente traçado e se estas breves conclusões são seguras, segue-se que nos achamos empenhados em imensa obra de ajustamento a uma escala mais e mais ampla e que tal é o sentido compreensivo dos negócios humanos em geral. As nossas guerras, o nosso conflito social, os nossos enormes esforços econômicos são, todos, aspectos desse ajustamento. As lealdades e fidelidades de hoje são, no melhor dos casos, lealdades e fidelidades provisórias. Nosso verdadeiro estado, o estado que já começa a existir, o estado a que todos os homens e cada homem devem dar o seu supremo esforço político, deve ser agora esse nascente Estado Universal Federal para que apontam as necessidades humanas. Nosso verdadeiro Deus agora é o Deus de todos os homens. O nacionalismo, como Deus, deve acompanhar ao limbo o destino dos demais deuses tribais. Nossa verdadeira nacionalidade é a humanidade.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 581-582.

⁴²¹ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 584.

assim como um mesmo conteúdo. Essa “nova história” deve envolver nada menos que todos os povos e ser compartilhada por todos⁴²².

Wells se mostra cético sobre a possibilidade da recém-criada Liga das Nações ser o embrião do “Estado mundial”. Para o autor, o motivo é simples: a criação da Liga não eliminou os Estados nacionais, soberanos, suas ideologias nacionalistas responsáveis pela xenofobia e muito menos a competição travada entre esses Estados pela acumulação de poder e riqueza mundial⁴²³.

Uma observação que não considero desprezível diz respeito às diferentes expressões que o autor utiliza para a entidade supranacional a qual a humanidade seria englobada. Percebo que Wells utiliza “Estado mundial” ou “governo mundial” mais frequentemente, enquanto outras expressões como “Estado Universal Federal”, “sistema federal mundial” ou “governo universal” também aparecem, de forma mais esporádica. Percebe-se ao longo da obra, portanto, a carência de um termo específico e uma definição formal sobre essa entidade. No final, entretanto, o autor busca distinguir algumas de suas características, o que procurei explorar mais adiante.

3.4. Reflexões sobre a ideia de progresso e o sentido da história em H. G. Wells

É importante ressaltar que as diversas concepções de história e os rumos de sua escrita foram seriamente problematizados ao longo do tempo e permanecem como questões relevantes na atualidade. Para Francisco Falcon, a historiografia científica representou o rompimento de uma história entendida até então como um gênero literário, lembrando que a

⁴²² “[...] Mas embora os governos possam ser aqui favoráveis e cooperadores, e ali, hostis e desesperadores, a missão essencial de todos os homens de boa vontade, em todos os Estados e regiões, conserva-se a mesma, uma missão educadora, e a sua própria essência consistirá em levar a todos os espíritos, a todos os homens, por toda a parte, como base indispensável para a cooperação mundial, uma nova narrativa e interpretação da história, uma interpretação comum da história.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 587.

⁴²³ “[...] Poucos são os sinais, atualmente, de qualquer entusiasmo deste gênero pela Liga. A Liga não sabe sequer como falar aos homens comuns. [...] Talvez a Liga não seja mais do que um primeiro projeto de união, exemplar apenas nas suas insuficiências e perigos, destinado a ser substituído por algo mais íntimo e mais completo, como foram os Artigos da Confederação dos Estados Unidos pela Constituição Federal. A Liga é atualmente uma simples liga parcial de governos e Estados. Sua base é a da nacionalidade; sua subordinação é à soberania. O de que o mundo precisa não é de tal liga de nações, nem sequer de uma simples liga de povos, mas de uma liga mundial de homens. O mundo perecerá, a menos que a soberania se venha a fundir em algo de mais amplo e maior e a nacionalidade a se lhe subordinar. E, para isto, os espíritos dos homens devem primeiro ser preparados por experiência e conhecimento e pensamento. A tarefa suprema, em face dos homens, atualmente, é a de educação política.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, p. 587.

prosa historiográfica adquiriu rigor científico e autonomia enquanto disciplina apenas na segunda metade do século XIX⁴²⁴.

Por um lado, uma das vertentes da História Intelectual preconiza a autonomia das ideias e de concepções de textos e discursos como realidades próprias. Por outro lado, diversos autores defendem que as ideias são produtos históricos e sociais, ou seja, elas não existem por si mesmas, mas integram a existência social⁴²⁵. Ainda que um dos biógrafos de Wells, Vincent Brome, tenha destacado a influência de Platão sobre o escritor inglês, entendo não ser possível pensar que o sentido da história de Wells manifeste uma matriz platônica. Farei uma breve discussão sobre esse ponto a seguir.

Numa carta autobiográfica, Platão afirma que a política ateniense se corrompia, degenerando-se em injustiça. Ao abandonar o ideal de participação política, faz da crise um tema de reflexão. Entendia que, para a busca de fundamentos sólidos para a conduta humana, é necessário um distanciamento da vida prática dos homens, alterando seu olhar para outro ponto onde se possa encontrar a “Verdade”, fazendo dela objeto de contemplação. Em seus diálogos, constrói por meio da dialética uma concordância que não é uma simples aceitação, mas uma legítima uniformidade de pensamento.

Para Platão, o pensamento separa a essência da aparência. Entretanto, os homens permaneceriam no nível das aparências, que são a forma como percebem as coisas por meio dos sentidos. Para Platão, as aparências constituem assim o mundo sensível, onde tudo é instável, variável, de acordo com as circunstâncias e os pontos de vista. Nesse mundo sensível, cada homem se aproxima de uma característica das aparências e o transforma em sua certeza, sua “verdade”. Como cada homem percebe o mundo de uma forma distinta, também serão variadas as “verdades” resultantes. Platão dirá que não se trata da “verdade”, mas de opinião (*doxa*) e que, portanto, não pode fornecer o verdadeiro conhecimento das essências.

Mas é possível obter esse conhecimento? Sim, de acordo com Platão, com a condição de que essas essências existam. Por meio dos sentidos, o homem percebe uma diversidade de cavalos, de diferentes tamanhos e cores, mas jamais se engana sobre serem cavalos. Assim também seria a justiça. Em outras palavras, o que estrutura o sensível são as categorias universais, que remetem às essências, ou seja, uma ideia única de cavalo e de justiça.

Por um lado, a pluralidade das coisas e sua volatilidade são próprias do mundo sensível; por outro, cada ideia é singular e imutável. Assim, a “Verdade” encontra-se no

⁴²⁴ Cf. FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 152-153.

⁴²⁵ Cf. FALCON, Francisco. *Op. cit.*, p. 152-153.

mundo das ideias, suprassensível. Os dois mundos estão relacionados, ainda que separados: as coisas sensíveis imitam as ideias que lhes correspondem, assim como um pintor imita a natureza em seu quadro. Como imitação, as coisas sensíveis são sempre imperfeitas e isso explica por que o mundo sensível está sempre em constante alteração.

De acordo com Platão, os artistas e os poetas estimulam as emoções humanas, afastando os homens da razão. Esse afastamento da razão não permitiria aos homens atingir o mundo suprassensível, o mundo das ideias e, portanto, a “Verdade”. Na alegoria da caverna, no Livro VII de *A República*, o filósofo que alcança a verdadeira realidade deve voltar à caverna, ao mundo sensível, mesmo que não seja ali compreendido. Conhecer a “Verdade” é alcançar o mundo das ideias, que possuem consistência e possibilitam o conhecimento de como os homens devem agir.

Nesse sentido, é relevante lembrar um dos pontos centrais da obra da filósofa Hannah Arendt⁴²⁶. Para os gregos, segundo Arendt, os homens enquanto espécie são seres singulares e, nesse sentido, não precisariam ser lembrados, pois não existiria o risco de serem esquecidos. Os eventos e os grandes feitos dos homens contêm uma singularidade, mas não como fatos que se interligam e adquirem um sentido maior. Os gregos colocavam a ênfase na singularidade dos eventos ao romper com o cíclico, a repetição, de forma extraordinária. Assim, os historiadores deveriam ser convocados para narrar e escrever esses eventos e imortalizá-los. Sendo a finitude uma questão central para os gregos, a história daria, portanto, imortalidade aos grandes feitos e aos grandes homens.

Contudo, a transformação de eventos e ocorrências singulares em história era, essencialmente, a mesma imitação da ação em palavras. Logo, não seria possível a Platão desenvolver uma filosofia da história, como a modernidade viria a desenvolver. Para o filósofo grego, a imortalidade, ainda que não tenha um fim, pressupõe um início. As ideias não são construções humanas: a “Verdade” é algo imutável e eterno, sem início e sem fim. Assim, não poderia se realizar na história, que é sempre inconstante.

Diferentemente, acredito que é possível incluir H. G. Wells e a obra analisada no campo da segunda vertente, mencionada antes, da História das Ideias. Uma interpretação possível para o sentido da história em H. G. Wells é aquele da história das ideias formadas a partir do pensamento racional humano.

O autor pressupõe a existência de ideias “inacabadas”, ou seja, são aquelas que não sofreram a evolução e o refinamento necessários para que se tornem ideias “universais”, no

⁴²⁶ Cf. ARENDT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 69-126.

sentido de abarcar a humanidade de uma forma ampla. Em virtude das necessidades humanas estarem em constante mudança, não existe, entretanto, uma superação definitiva. As ideias necessitam ser continuamente reconstruídas.

Os dois autores mencionados não poderiam estar mais distantes temporalmente quanto em sua maneira de ver a história. No entanto, parecem ter algo em comum: ambos observam, de certa forma, que “os feitos humanos, a menos que sejam rememorados, são as coisas mais fúteis e perecíveis que existem na face da terra”⁴²⁷.

A história concentra significado filosófico, seja por representar uma maneira de imortalizar-se mediante a descrição de seus feitos ou da grandeza dos eventos, como Platão admitia, seja na forma de um processo universal, na tentativa da construção de um futuro melhor, via o “fio condutor” do progresso, aproveitando-se da experiência adquirida com a análise do passado, como parece propor Wells.

Segundo Brome, sabe-se que Wells também foi um leitor de Thomas Morus, em especial, da obra *Sobre a melhor condição do Estado e sobre a Nova Ilha de Utopia* ou simplesmente *Utopia*, como ficou conhecida. Segundo Ferrater Mora, o termo “utópico” significa “o que não está em nenhum lugar”. Apropriada por More, a palavra “utopia” diz respeito a uma sociedade considerada modelar em todos os aspectos. Conforme analisada de forma breve anteriormente, a obra trata da descrição de um Estado perfeito, apresentando também uma crítica ao contexto social inglês de seu tempo⁴²⁸.

More foi um humanista e esteve a serviço de Henrique VIII entre 1529 e 1533. Caiu em desgraça ao discordar do rompimento com o Papa e da vontade do rei inglês de se tornar chefe da igreja inglesa, sendo preso, declarado traidor e decapitado. Sobre sua obra, é possível salientar que foi influenciada por outra obra de caráter utópico, *A República* de Platão.

Ambos acreditavam no papel crucial da sabedoria no governo. Porém, diferentemente do filósofo grego, Morus idealizou uma sociedade sem hierarquias, classes e castas sociais. Essa sociedade seria fundamentada na virtude, na abolição da sujeição econômica e na satisfação de todos, de maneira moderada.

Existem diversas obras⁴²⁹ cujos temas tratam de “utopias”. Ainda que sejam muito diferentes entre si, elas têm em comum o ideal de perfeição das sociedades que descrevem e a

⁴²⁷ Cf. ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, p. 120.

⁴²⁸ Cf. MORA, J. Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 2013.

⁴²⁹ Além da obra de Thomas More, Ferrater Mora menciona, entre as mais conhecidas obras “utópicas”, *A República* de Platão, *Cidade do sol* de Campanella, *Nova Atlântida* de Francis Bacon (1561-1626), *Théorie de l'unité universelle* de Charles Fourier (1772-1837), *Viagem a Icária*, de Étienne Cabet (1788-1856), *Notícias de lugar algum e Paraíso terrestre* de William Morris (1834-1896) e, por fim, *Uma utopia moderna* de H. G. Wells. Cf. MORA, J. Ferrater. *Op. cit.*, p. 2961.

riqueza de detalhes na descrição dessas sociedades. Tentei não repetir as digressões que fiz no 1º capítulo, quando abordei uma parte importante da obra ficcional de Wells. Entretanto, acredito ser necessário recordar alguns elementos sobre as “utopias” da era moderna e sua complexa relação com o tempo e a história de forma a propor algumas interpretações para a obra histórica do autor.

Segundo Ferrater Mota, alguns autores não acreditavam que suas “utopias” fossem realizáveis. Contudo, não era raro que essas obras censurassem as sociedades de seu tempo, possuindo um propósito de transformação dessas sociedades. Assim, “desse ponto de vista, as utopias são revolucionárias”⁴³⁰.

Uma das principais críticas feitas às “utopias” diz respeito ao seu aspecto ilusório, em que características humanas não são consideradas, como o desejo por dominação, paixões e ambições, entre outras. No sentido político, a “utopia” estaria do lado oposto da visão política “realista” de que fala Edward Carr. Além disso, uma vez alcançada a “utopia”, não haveria lugar para a revolução, pois uma sociedade perfeita não demandaria por qualquer mudança e progresso.

Porém, há de se ressaltar que, conforme citado previamente, uma ideia “utópica” pode nortear as ações humanas, pois o que, em um dado momento, é considerado utópico pode se converter em algo concreto, “real”, *a posteriori*. Assim, essa ideia tem o poder de influenciar os rumos das decisões e dos acontecimentos, transformando a realidade social⁴³¹. A meu ver, essa também é uma possibilidade de interpretação para *História Universal* de H. G. Wells.

Apesar dos efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial e do seu ceticismo em relação ao desdobramento político e econômico, acredito que, no entendimento de Wells, por meio da razão e do progresso é que a humanidade pode avançar paulatinamente rumo à prosperidade e à paz. Então, qual seria o significado de progresso para Wells? Antes de tratar dessa pergunta, é necessário lembrar que a ideia de progresso precisa ser problematizada historicamente.

Para Reinhart Koselleck⁴³², o conceito de progresso é formulado inicialmente por Immanuel Kant, ao final do século XVIII, tendo como base uma mudança essencial da percepção do tempo histórico, conforme procurei detalhar previamente. O autor lança mão de

⁴³⁰ Cf. MORA, J. Ferrater. *Op. cit.*, p. 2961.

⁴³¹ Cf. MORA, J. Ferrater. *Op. cit.*, p. 2962.

⁴³² Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006. p. 318-319.

duas categorias de conhecimento, “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, como chaves interpretativas para compreender tal transformação.

Recordando, Koselleck afirma que a ideia de *historia magistra vitae* ou “história, mestra da vida” é uma formulação de história que remete ao modo de pensar dos tempos de Cícero, na Roma antiga. Esse pressuposto parece indicar um aspecto pedagógico da história, ou seja, a possibilidade de se obter lições e ensinamentos. Nesse sentido, eventos do passado poderiam se repetir ao longo do tempo ou seriam semelhantes entre si, apontando respostas para as situações do presente⁴³³.

A percepção magistral da história está relacionada com categorias como o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”. O “espaço de experiência” se refere a um tempo passado que permanece em um determinado presente, enquanto o “horizonte de expectativa” indica um futuro que é arquitetado no presente.

De forma concisa, pode-se afirmar que, na modernidade, as expectativas de futuro se distanciaram do que era apreendido a partir das experiências passadas. O presente passa a ser percebido como uma ruptura com o passado e o futuro vem a ser encarado como um espaço novo de experimentação, não mais limitado pelas experiências do passado, sendo portador de inúmeras possibilidades. Por trás desse pensamento, existe uma ideia de aprimoramento, não mais alcançável apenas no além-vida, mas que se volta à existência mundana.

Ao publicar *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, Kant instaura a base teórica da moderna Filosofia da História. Com suas proposições, o autor, contemporâneo da Revolução Americana, de certa maneira, prenuncia o surgimento do movimento que o segue, encarnado principalmente no filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel: o homem que segue o propósito da natureza, em condição de escrever a história a partir de seu “fio condutor”⁴³⁴.

O caráter teleológico da natureza possibilita a existência do “fio condutor” da razão, em oposição ao desconsolo do indeterminado, ou seja, todos os seres possuem uma finalidade que eventualmente deve se desenvolver. Dessa forma, nada produzido pela natureza é supérfluo. Dentro dessa lógica finalista, as potencialidades humanas, tanto que levem aos louros ou às derrotas, são frutos da autonomia da razão – possibilidade de emancipação em relação à natureza, obtida por meio do domínio científico alcançado com o progresso.

⁴³³ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*, p. 41-60.

⁴³⁴ Cf. KANT, Immanuel. *Ideia de uma história univesal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 5.

O futuro, para Kant, deve ser único e, portanto, diferente do passado. Mais do que distinto, o futuro será melhor. Inaugurando a moderna Filosofia da História, Kant revoluciona a maneira de se ver o passado. É com a Modernidade que a história passa a ser percebida e experimentada como “único processo global cuja existência se deveu exclusivamente à raça humana”, cujos feitos fazem parte de um *continuum* chamado progresso⁴³⁵.

Em conformidade com os aspectos anteriormente identificados a *História Universal*, eu creio que as interpretações históricas de Wells estão relacionadas ao seu tempo histórico, como resultado de uma articulação singular entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. A obra de Wells, assim como os textos de outros intelectuais contemporâneos do autor, evidencia seu próprio tempo de produção. A partir de seu “presente” específico, o texto constrói uma versão do passado e as condições de possibilidade de futuro, estabelecendo assim julgamentos, com aproximações e distanciamentos entre ambos, mas que, ao fim e ao cabo, tem um objetivo principal: contribuir para o aperfeiçoamento da humanidade.

Por fim, qual é então o sentido da história em H. G. Wells? A meu ver, algumas possibilidades de significados podem ser apontadas. Primeiramente, a própria palavra “sentido” é polissêmica. De acordo com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*⁴³⁶, “sentido” significa ponto de vista, modo de considerar. Mas a mesma palavra também pode significar razão de ser, lógica, encadeamento coerente de coisas ou fatos. Um terceiro significado está relacionado à finalidade, propósito, aquilo que se pretende alcançar.

No caso de H. G. Wells e sua obra, entendo que há uma noção de completude que une a compreensão da história ao ofício do historiador. Por um lado, a História tem um “sentido” educacional: trazer luz e esclarecimento aos homens sobre o passado para que decidam seu caminho futuro. Mas é um engano pensar que Wells parece propor um retorno a um passado exemplar, a história como “mestra da vida”. Por outro lado, para que a História tenha uma função educadora, é necessário que a história aponte o seu propósito: tendo como “bússola” o progresso da inteligência humana e a evolução das ideias por ela concebidas, a vida em comunidade na forma de um “Estado mundial”, “universal” e “cosmopolita”, reflexo de todos os indivíduos e todas as nações, deve ser permanentemente perseguida.

Mas quais seriam as características desse gigantesco e peculiar Estado, desejado e, ao mesmo tempo, vislumbrado por Wells? Quais são os caminhos sugeridos pelo autor de forma a alcançá-lo? E em que medida a ideia de uma “nova ordem mundial” dessa natureza é

⁴³⁵ Cf. ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, p.89.

⁴³⁶ Cf. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

factível e se torna perene até a atualidade? Por meio de um esforço analítico e interpretativo, procurei propor algumas respostas possíveis a essas e outras questões na sequência dessa pesquisa, no último capítulo, longe de ser definitivo e derradeiro.

4. O MUNDO DO AMANHÃ: H. G. WELLS E A “NOVA ORDEM MUNDIAL”

4.1. Economia, política e relações internacionais

Ao narrar dramaticamente o processo revolucionário francês iniciado ao final do século XVIII, Wells afirma que as conquistas da revolução, como a extinção dos privilégios ancestrais do Antigo Regime, não foram suficientes para alcançar o ideal de liberdade e felicidade igual a todos os homens. Seu declínio não ocorria por uma ausência de vigor ou ânimo, mas pela carência de ideias maduras. Segundo o autor, não é plausível amadurecê-las diante do caos e de perturbações imprevistas. Em meio à ação conflituosa revolucionária, são as ideias refletidas e amadurecidas nos períodos prévios de elaboração, que podem permitir o entendimento e a efetivação das novas “oportunidades criadoras”⁴³⁷.

Nesse sentido, a ruína das instituições e da estrutura política e social antigas trouxe grandes dificuldades para a ordem emergente. Questões essenciais para o autor não haviam sido devidamente pensadas: como devem ser encaradas a propriedade, a moeda e as relações internacionais⁴³⁸? Segundo Wells, esses não são problemas circunscritos ao contexto histórico da Revolução Francesa, mas se tornam particularmente agudos a partir desse período para o desenvolvimento da vida social e das comunidades humanas⁴³⁹.

Considerando o peso e a importância atribuídos pelo autor às questões citadas, como não pensar que essas preocupações guardam uma profunda relação com o seu próprio tempo de reflexão, ou seja, o período subsequente a Primeira Guerra Mundial? Assim, considere ser importante que eu me debruçasse sobre as possibilidades interpretativas em Wells a respeito de propriedade, moeda e relações internacionais, assim como seus potenciais vínculos.

Em primeiro lugar, percebe-se que o escritor inglês compreende a propriedade como um atributo natural e instintivo, remetendo essa característica para além do homem, ao mundo animal. A princípio, ele minimiza os fatores sociais relacionados à ideia de propriedade. Faz proveito de sua explicação para mostrar sua antipatia quanto a uma interpretação sociológica do chamado “comunismo primitivo”. Contudo, contraditoriamente, ao descrever uma situação

⁴³⁷ Cf. WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. v. 7, p. 196.

⁴³⁸ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 197.

⁴³⁹ “Tomemos esses três problemas e indaguemos o que são e de como apareceram no mundo. A vida de todos os seres humanos está profundamente dependente da solução que for conseguida para esses grandes enigmas. Daqui por diante, toda a nossa história será, cada vez mais claramente, a história dos esforços desenvolvidos para a solução desses problemas, isto é, dos esforços para de tal modo interpretar a propriedade, de tal modo estabelecer a moeda e de tal modo controlar as relações internacionais, que se torne possível uma comunidade de vontade, universal, progressiva e feliz. São os três enigmas da esfinge do destino: a humanidade, ou os decifra ou morre.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 197.

hipotética, inserida em um “mito de origem” das primeiras comunidades humanas, o autor ressalta os aspectos “egoísticos” associados à ideia de propriedade⁴⁴⁰. Não perdendo de vista a natureza ficcional de textos anteriores de Wells, em uma dessas histórias, *Os dias do cometa*, o autor elucubra a respeito das implicações relacionadas ao surgimento e à transformação da ideia de propriedade, em que elementos “egoísticos” como a preponderância e a exploração de um homem por outro estão fortemente presentes.

É perceptível, na referência ao antropólogo James Jasper Atkinson e à sua obra intitulada *Primal law*⁴⁴¹, as bases interpretativas de Wells sobre a conexão entre homem e propriedade. A instituição de um “pacto social”, com o estabelecimento de um conjunto de regras de convivência, permitiu que as pretensões individuais e o imperativo da vida em comunidade, em contraposição a outro agrupamento humano, pudessem se harmonizar em relação à propriedade. Para Wells, a sociedade humana surge marcada por relações de poder. Porém, deve sua perenidade a um arrefecimento das tensões entre os indivíduos, permitido por um processo de distensão do “princípio ou direito de propriedade”⁴⁴².

⁴⁴⁰ “A instituição da propriedade tem a sua origem nos instintos combativos da espécie. Muito antes que os homens fossem homens, o macaco ancestral já era um proprietário. A propriedade primitiva é aquilo por que um animal luta. O cão e seu osso, o tigre e a sua toca, o grande veado macho e o seu rebanho, são afirmações vivas do direito de propriedade. Não é concebível expressão mais sem sentido em sociologia, do que o termo “comunismo primitivo”. O Homem Velho da família-tribo dos primeiros tempos paleolíticos afirmava-se veementemente dono e proprietário de suas mulheres e filhas, dos seus petrechos e do campo visível do seu universo. Se qualquer outro homem vagasse neste seu universo, ele o combatia e, se pudesse, matava-o.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 197.

⁴⁴¹. *Social origins and Primal law* é uma obra publicada em 1903, composta por dois ensaios distintos e independentes, escritos por Andrew Lang (*Social origins*) e James Jasper Atkinson (*Primal law*). Nascido na Índia e com pais escoceses, Atkinson realizou seus estudos na Escócia e, posteriormente, residiu na colônia francesa da Nova Caledônia por praticamente toda a sua vida, excetuando as viagens eventuais que fez à Inglaterra e à Austrália. Atkinson desenvolveu um profundo interesse pelas leis e costumes das comunidades nativas do arquipélago da Nova Caledônia, escrevendo sobre as mesmas, antes mesmo de se tornar familiarizado com a moderna antropologia. Ao se aproximar da antropologia, que lhe ampliou os horizontes, ele desenvolveu uma série de especulações sobre a origem da moralidade e da família. Pouco antes de falecer, seus manuscritos foram deixados aos cuidados de seu amigo, Andrew Lang. Em síntese, Atkinson observa que, em grande medida, nas sociedades ditas “primitivas”, não importando a hierarquia dos indivíduos no interior dessas sociedades, pode ser percebida a existência de códigos que regulam diversos aspectos da vida em comunidade. Entre esses aspectos, estão o casamento e as noções de propriedade. Cf. LANG, Andrew; ATKINSON, James Jasper. *Social origins and primal law*. Londres: Longsman Green & Co., 1903. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

⁴⁴². “A tribo cresceu e se expandiu, no curso das idades, como o mostrou convincentemente Atkinson, em seu *Primal Law*, pela gradual tolerância do Homem Velho, que pouco a pouco foi permitindo a existência dos homens mais novos e lhes reconhecendo a propriedade das mulheres que capturassem, fora da tribo, dos instrumentos e ornamentos que construíssem, e da caça que matassem. A sociedade humana desenvolveu-se graças à transação ou à conciliação entre propriedade de uma só pessoa e essa mais larga compreensão das necessidades da vida em comum. A evolução foi por certo o resultado das transigências e alianças impostas aos homens pela necessidade de expulsar alguma outra tribo do seu universo visível. Se as colinas e florestas e rios não eram a *tua* terra, nem a *minha* terra, e só disso abria mão, porque de todo não era possível porque, nesse caso, os outros o destruiriam. A sociedade foi, portanto, desde os começos, uma mitigação do princípio ou direito de propriedade. A propriedade entre os animais e entre os selvagens primitivos foi algo de muito mais intenso e exclusivo do que a propriedade do mundo civilizado de hoje. Por isso mesmo, o seu sentimento está mais fortemente arraigado em nossos instintos do que em nossa razão.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 198.

Segundo o autor, a primeira crítica ferrenha ao princípio da propriedade teria surgido no alvorecer do cristianismo. Não é objeto dessa pesquisa a verificação da veracidade dessa afirmação ou analisar em que medida o cristianismo se opôs à ideia de propriedade. Cabe enfatizar que, para Wells, teria sido somente no século XVIII que questionamentos agudos a respeito do poder e da vontade dos homens sobre suas propriedades surgiram. Assim, como uma das principais motivações para as experiências revolucionárias dos setecentos, estaria a necessidade de proteção da propriedade diante dos excessos dos reis e da nobreza.

Porém, tendências igualitárias teriam surgido no interior do próprio movimento revolucionário francês, gerando perguntas a respeito de suas contradições internas. Por um lado, havia o anseio de defesa da propriedade privada e, por outro lado, o desejo de igualdade social entre os homens⁴⁴³. Segundo o autor, o jacobinismo teria respondido a essas aspirações mediante uma “universalização” da propriedade, o que significava torná-la acessível a todos. Contudo, aqueles que ele chama de “socialistas primitivos” ou “comunistas” teriam tido como objetivo a eliminação total da propriedade. Nesse caso, seu único detentor seria o Estado⁴⁴⁴.

O autor afirma que, ao longo do século XIX, houve maior clareza sobre os múltiplos significados da ideia de propriedade. Em outras palavras, buscou-se problematizar em que medida algo pode ser “privado”, a serviço de interesses pessoais, assim como o que deve ser “público”, em prol da coletividade e aos cuidados do Estado⁴⁴⁵. No entanto, ainda que essa questão tivesse sido amplamente debatida ao longo de mais de um século, entre a Revolução Francesa e o alvorecer do século XX, segundo Wells, o maior problema é que tal discussão

⁴⁴³. “Mas o mundo dos fins do século dezoito ainda se encontrava, neste último ponto (a ideia de que “um homem pode fazer o quiser com o que é seu”), no simples estágio interrogativo. Não havia conseguido nada de suficientemente claro, e muito menos de suficientemente estabelecido, para lhe conduzir a ação na matéria. Um dos impulsos primários foi o de proteger a propriedade contra a ambição e o desperdício de reis e a exploração dos aventureiros nobres. Foi para proteger a propriedade privada que a Revolução se desencadeou. Mas suas fórmulas igualitárias a levaram à crítica da própria propriedade para cuja defesa se havia levantado. Como podem homens ser livres e iguais, quando numerosos dentre eles não têm solo sobre o que ficar e nada para comer, e os proprietários não os alimentarão nem agasalharão a não ser que labutem e mourejem? E excessivamente! – queixavam-se os pobres...”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 200.

⁴⁴⁴ “A este enigma, a resposta jacobina foi a de “dividir”. Desejavam intensificar e universalizar a propriedade. Visando o mesmo fim, por um outro caminho, havia, já no século XVIII, certos socialistas primitivos – ou, para ser mais exato, comunistas – que desejavam “abolir” inteiramente a propriedade privada. O Estado possuiria toda a propriedade.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 200-201.

⁴⁴⁵ “Somente no curso do século dezenove é que os homens começaram a compreender que a propriedade não é uma instituição singela e única, mas um grande complexo de posses de diferentes valores e conseqüências; que muitas coisas (tais como o próprio corpo, os instrumentos de um artista, roupas, escovas de dente), constituem algo que há de sempre ser profunda e irremediavelmente propriedade pessoal e que outra grande série de coisas – estradas de ferro, maquinismos de diversas qualidades, casas, jardins cultivados, botes de passeio, por exemplo – precisa de ser objeto de análise cuidadosa e sutil para se determinar como e em que limite podem ficar algumas sob o domínio da propriedade privada e como e em que limite devem cair outras sob o domínio público e ser administradas e alugadas pelo Estado, no interesse coletivo.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 201.

era marcada menos pela racionalidade do que pelas paixões e que a ideia de propriedade permanecia incompleta⁴⁴⁶.

Nesse momento, entendo ser importante inclinar-me cuidadosamente sobre as considerações de Wells descritas até então em *História Universal* a respeito da ideia de propriedade. Primeiramente, é possível afirmar que o sentido comum de uma palavra esclarece o significado que uma determinada sociedade lhe confere em um tempo histórico específico. Apesar do pensamento inicial do autor, em que a noção de propriedade seria algo mais instintivo do que racional, Wells expõe de forma sucinta a incerteza semântica que poderia derivar sem esforço em análises equivocadas.

Um conceito presumível, do ponto de vista do indivíduo, é a do “objeto” que lhe pertence de modo exclusivo, em oposição ao restante de indivíduos e objetos de um mesmo universo. Desse conceito decorre a noção de direito de posse de algo ou de decidir sobre algo, mesmo que não haja posse no sentido eminentemente material. Ainda que esse direito seja, em teoria, acessível a todos os indivíduos de um determinado universo, limitações podem ser formalmente previstas. Para além das limitações formais, os requisitos e os mecanismos previstos para o exercício do direito podem impor limitações práticas, como, por exemplo, a condição socioeconômica de cada indivíduo⁴⁴⁷. A meu ver, tal compreensão vai ao encontro das observações de Wells.

Um aspecto relevante a ser considerado é a variedade de “objetos” em diversos tipos. Para Wells, uma equiparação de “objetos” é passível de questionamento ao considerar que ser dono de “escovas de dente”, um dos exemplos utilizados pelo autor, tem o mesmo significado, no sentido socioeconômico, que ser proprietário de terras ou de uma fábrica. Assim, torna-se imprescindível o exame analítico dos “objetos”, de sua relação com o indivíduo ou grupo de indivíduos e como tal relação se altera no espaço e no tempo. Dito de outra forma, identificar a função social dos “objetos”, dentro de um determinado contexto histórico, social, político e econômico, é algo fundamental.

Indo além, Wells propõe que um cauteloso exame, além de essencial, é urgente para decidir se certo “objeto” pode estar aos cuidados do interesse privado ou do interesse público.

⁴⁴⁶ “Temos, hoje, sobre a primeira geração revolucionária, a vantagem de cento e trinta anos de discussão e estudo mas, mesmo hoje, essa crítica da propriedade ainda é mais uma vasta e apaixonada agitação do que uma ciência. Na França do século XVIII, portanto, e com maior razão, nada mais seria possível senão aquele espetáculo de vagos e confusos movimentos populares a procurar confiscar os bens dos proprietários, enquanto as classes de pequenos e grandes proprietários agarravam-se ferozmente ao que possuíam, exigindo antes de tudo, e acima de tudo, a segurança da propriedade.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 201.

⁴⁴⁷ Cf. MARTIGNETTI, Giuliano. Propriedade. In: BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 1021-1022.

O autor atribui assim um significado para a “propriedade pública”: todas as “coisas” a serem “administradas e alugadas pelo Estado, no interesse coletivo”. Deve-se enfatizar que o uso de tais palavras qualificadoras revela uma contraposição explícita entre cada uma das relações individuais, que se excluem reciprocamente. Dito de outra forma, a propriedade pública se contrapõe à propriedade privada⁴⁴⁸.

Outro aspecto que merece ênfase na digressão de Wells diz respeito à relação entre “propriedade” e “sistema social”: a propriedade privada pode ser compreendida como crucial à estrutura do sistema capitalista, atuando como um dos componentes que manobra a alocação e distribuição de papéis sociais, ocupações e recursos econômicos, incluídos também os meios de produção.

Do meu ponto de vista, em seus comentários sobre o que levou à Revolução Francesa ao final dos anos 1700, está implícito no texto de Wells que tal função atributiva transforma a propriedade em estrutura capaz de alterar a distribuição de poder, sendo este entendido como a “capacidade de controlar e de impor a própria vontade”. Assim, uma vez que parte do sistema possui autonomia, mesmo que não absoluta, e é capaz de controlar recursos humanos e econômicos, assim como agir de maneira a alterar todo o sistema, essa parte se torna uma força política real, concorrendo com outras estruturas de poder. Isso pode ocorrer mesmo que, em um contexto histórico anterior, essa força fosse menos manifesta e atuante e estivesse em oposição, ainda que parcial, às estruturas de poder dominantes até então.

A meu ver, Wells aponta que os conceitos de “liberdade” e “igualdade” estão ligados de forma conflituosa com as noções de propriedade. Por um lado, entendida como um bem exclusivo que remete à independência da necessidade e de outros homens, à estabilidade, à segurança e à garantia da possibilidade de sobrevivência, a propriedade acaba por se identificar com a ideia da liberdade, tornando-se seu símbolo. Por outro lado, sendo elemento importante da estrutura de poder, fiel da balança em sua distribuição, torna-se fator de desigualdade. Tal desigualdade, que alimenta a si mesma, reforça a oposição à ideia de liberdade pertinente à propriedade privada, ainda que a ideologia burguesa dos séculos XVIII e XIX tenha buscado enfatizar as ideias de propriedade privada, liberdade e igualdade como inseparáveis.

Adicionalmente, entendo que os apontamentos de Wells a respeito da propriedade, à exceção da sua leitura inicial, na qual identifica na origem da propriedade algo de instintivo, natural e irracional, vai ao encontro de estudos mais recentes sob um ponto de vista marxista. Esses estudos indicam uma ideia de propriedade no capitalismo intrinsecamente excludente.

⁴⁴⁸ Cf. MARTIGNETTI, Giuliano. *Op. cit.*, 1970, p. 1022.

Ainda que, a princípio, todos possam ser proprietários, a lógica que prevalece é invertida: independentemente de serem ou não proprietários, exige-se o respeito total de todos pela propriedade de outrem. Contudo, algo que não se encontra presente na leitura de Wells diz respeito à interpretação da força de trabalho como um tipo de propriedade privada. Pela teoria marxista, sabe-se que a força de trabalho possui a capacidade de agregar valor, alterando os bens produzidos. Porém, esse valor é apropriado pelos capitalistas. Assim, pode-se presumir na noção capitalista de propriedade um aspecto expropriatório⁴⁴⁹.

Continuando, Wells enxerga uma imprecisão conceitual semelhante no caso da moeda. Para o autor, a dinâmica social tem relação estreita com uma construção cultural: a “valia” conferida ao trabalho humano, sendo-lhe equivalente. A representação da “valia” teria sofrido inúmeras mudanças, progressivas ao longo do tempo, até que uma “confiança” fosse construída em torno de metais preciosos e moedas. No entanto, essa “confiança” teria sido atingida negativamente pela atuação dos governos, substituindo as moedas e os metais preciosos por papéis-moedas e títulos públicos, chamados de “promessas de pagamentos”, controladas pelo Estado de forma arbitrária tanto no seu valor quanto na sua circulação⁴⁵⁰.

A título de exemplo, Wells faz comentários sobre os problemas enfrentados pelas jovens repúblicas norte-americana e francesa no final do século XVIII e início do século XIX. Segundo ele, os governos dos dois países haviam tomado empréstimos e emitido títulos de dívida pública, com um respectivo pagamento de juros. Porém, esses juros representariam custos superiores à arrecadação e, portanto, dificuldades de pagamento desses países. Ambas as revoluções teriam gerado não apenas o endividamento como também uma diminuição na produção de riqueza, o que teria impactado o potencial tributário. Em ambos os casos, terras teriam sido utilizadas como garantia da emissão de papel-moeda e dos títulos. Entretanto, a

⁴⁴⁹ Cf. OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. *Op. cit.*, p. 174-175.

⁴⁵⁰ “Em estreita correlação com o vago e o impreciso das ideias dos homens a respeito da propriedade, estavam a confusão e imprecisão das suas ideias a respeito da moeda. Tanto a república americana quanto a francesa caíram em sérias dificuldades nesta matéria. É o nosso segundo enigma e, como o primeiro, não se trata de algo simples, mas de um emaranhado de costumes e convenções, leis e hábitos mentais de que brotam problemas de vital importância para a comunidade e que não admitem soluções simples. A valia que se atribui ao dia de trabalho de um homem é, manifestamente, de importância primária para o funcionamento da máquina social. E, conseqüentemente, o que se escolher para representar essa valia. Deve ter sido bem gradual, na história humana, o desenvolvimento da confiança em metais preciosos e em moedas, até se firmar, de modo praticamente universal, a certeza de que se podia confiar na capacidade aquisitiva do dinheiro em toda e qualquer parte que estivesse. Mas, estando razoavelmente estabelecida, essa segurança foi abalada pela ação dos governos que se puseram a aviltar o meio circulante e substituir a moeda metálica real por papel-moeda ou promessas, em papel, de pagamento. E, como era natural, assim que se processaram deslocamentos políticos e sociais de certo volume e seriedade, o mercado do dinheiro entrou a funcionar estrangulado e inadequadamente.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 201-202.

utilização do ouro no pagamento das dívidas, aliada à emissão exacerbada de papel-moeda e dos títulos, teriam gerado uma crise de “confiança” na população⁴⁵¹.

Assim, entendo que, independentemente da veracidade histórica da descrição de Wells, é muito significativa sua interpretação de que a confiabilidade da moeda é um atributo básico fundamental para a dinâmica capitalista e a estabilidade social⁴⁵².

Na sequência, o escritor inglês faz uma ponderação, admitindo a inexistência de um equilíbrio constante do ponto de vista dos preços e do poder aquisitivo. Assim, ele descreve situações que podem ser compreendidas como possíveis exemplos de processos de inflação, assim como o seu reverso, ainda que não utilize explicitamente esse termo⁴⁵³.

Até essa parte do texto de Wells, alguns pontos saltam aos olhos do leitor atento. Em primeiro lugar, está explícita a noção de que a moeda é resultante do amadurecimento lento e

⁴⁵¹ “Os Estados Unidos e a República Francesa começaram as suas respectivas carreiras nacionais entre graves dificuldades financeiras dessa natureza. Ambos os governos haviam tomado emprestado e emitido bônus em papel com garantia de juros, juros superiores aos que poderiam comodamente coletar. Ambas as revoluções haviam provocado não só empréstimos e gastos desesperados, como também a interrupção das culturas e da produção, o que ainda diminuiu mais a riqueza real tributável. Ambos os governos, não podendo pagar em ouro, recorreram à emissão de papel-moeda, com a garantia das terras inexploradas (na América), ou das terras recentemente confiscadas da Igreja (na França). Em ambos os casos, o quantum da emissão foi muito além da confiança dos homens na nova garantia. O ouro desapareceu da circulação, escondido pelos astuciosos ou mandado ao estrangeiro para pagamento das importações; e o povo se viu com as mãos cheias de toda sorte de títulos e notas, em lugar de moedas, todos de valor incerto e decrescente.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 202-203.

⁴⁵² “Embora sejam complicadas as origens da moeda, como meio circulante, os seus efeitos práticos e o fim a que tem de servir na comunidade podem ser expostos, de modo sumário, em termos simples. O dinheiro que um homem recebe pelo seu trabalho (mental ou corporal), ou por privar a sua propriedade de alguns bens consumíveis, deve, em última análise, ser bastante para a aquisição de uma quantidade razoavelmente equivalente de bens consumíveis para o seu próprio consumo. (“bens consumíveis ou de consumo” é uma expressão que deveremos compreender no mais amplo sentido, incluindo mesmo coisas como viagens, conferências ou divertimentos teatrais, casa, conselho médico, etc., etc.). Quando cada um, na comunidade, tem isso garantido e está ainda garantido de que o dinheiro não diminuirá de poder aquisitivo, então a moeda (o meio circulante) está boa e sadia e, com ela, a distribuição dos bens pelo comércio. Então, e só então, os homens trabalharão alegremente. A necessidade imperativa dessa firmeza e segurança da moeda é portanto o dado fixo, a premissa, de onde devem partir o estudo científico e o controle da moeda.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 203-204.

⁴⁵³ “Mas, ainda sob a mais estável das condições, haverá sempre flutuações no valor da moeda circulante. A soma total dos bens consumíveis vendáveis no mundo e em diversos países varia de ano para ano e de estação para estação: o outono é, provavelmente, uma época de abundância em comparação com a primavera; com o aumento dos bens disponíveis do mundo, o poder de aquisição da moeda também aumenta, a não ser que haja simultaneamente um aumento de moeda em circulação. Por outro lado, se há uma diminuição na produção ou uma grande e desperdiçada destruição de bens consumíveis, tal como ocorre numa guerra, a porção do total de bens consumíveis representada por certa soma de dinheiro diminuirá e os preços e salários se hão de elevar. Na guerra moderna, a explosão de um grande projétil, mesmo que não atinja coisa alguma, destrói trabalho e material grosseiramente equivalentes a uma confortável pequena residência de campo, ou às férias de um ano para um homem. Se o projétil atinge alguma coisa, então essa nova destruição tem de ser acrescentada à diminuição dos bens consumíveis. Cada bala que explodiu na “Grande Guerra” *diminuiu* (grifo do autor) por uma pequena fração o valor aquisitivo de cada moeda, no mundo inteiro. Se há, além disso, um aumento de meio circulante durante o período em que os bens consumíveis estão sendo usados, mas não substituídos completamente – e as necessidades de governos revolucionários ou em estado de guerra quase sempre exigem isto – então, a exaltação dos preços e a queda no valor da moeda paga em salários ainda são maiores.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 204.

progressivo de “costumes e convenções, leis e hábitos mentais”. Desse modo, o autor defende que se trata de uma construção histórica e cultural. Simultaneamente, encontra-se presente a noção de que a interferência de governos, quaisquer que sejam, tende a ser danosa. Entre as razões políticas que interferem negativamente naquilo que Wells considera a lógica inerente do funcionamento das moedas, a qual busca didaticamente explicar, o autor ressalta as guerras e as revoluções. Não é pouco relevante que Wells utilize esses exemplos, pois realça aspectos relacionados ao caos e à destruição. Assim, caso não houvesse tais interferências da política, haveria uma tendência lógica para a estabilidade na oferta de bens e na mecânica das moedas, dos preços desses bens e dos salários dos trabalhadores.

O estudo da moeda tem um caráter “científico”, segundo Wells. Seu manejo requer conhecimento e de forma alguma deve ser entendido como trivial. Mas, além da ingerência negativa da política, o autor destaca os egoísmos de “inteligentes” e “estúpidos”, que atuam em prejuízo da comunidade em geral. O autor não explica como exatamente tais egoísmos operam na prática. Entretanto, do meu ponto de vista, encontra-se implícita a ideia que, se governos em dificuldades econômicas emitem títulos a juros, compensando com um aumento de impostos, essa situação se torna agravada com a interferência política dos mais ricos, os prováveis detentores dos títulos⁴⁵⁴. Wells entende que essa manipulação provoca uma inflação de preços e uma conseqüente erosão da capacidade de compra dos salários. Assim, no limite, ele acredita que haveria uma regressão das práticas econômicas associada a uma crescente instabilidade social⁴⁵⁵.

⁴⁵⁴ “Acresce a tudo isso que os governos, sob essas dificuldades, tomam ordinariamente dinheiro emprestado – isto é, emitem papéis ou títulos sujeitos a juros e garantidos pela boa vontade e capacidade da comunidade em geral para suportar as novas tributações. Ora, tais operações seriam difíceis e mais que difíceis, se fossem conduzidas, francamente, por homens perfeitamente honestos à plena luz do conhecimento científico. Mas nada disto sucede. Até aqui, pelo menos, há sempre os egoístas inteligentes, a má espécie de gente rica, a procurar, em tais casos, desviar as coisas em seu próprio favor. E se por toda a parte há sempre esse egoísta inteligente, há sempre o egoísta estúpido, pronto a se assustar e entrar em pânico. E como resultado inevitável a vida do Estado perturba-se e desorganiza-se, embaraçada não só por um excesso de meio circulante, que nada mais é do que uma dívida que não paga juros, como também por uma grande sobrecarga de juros provenientes dos empréstimos. Tanto o crédito quanto a moeda começam então a flutuar, desesperadamente, com a inevitável evaporação da confiança pública. Ambos estão, dizemos, desmoralizados.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 205.

⁴⁵⁵ “A conseqüência final de uma moeda inteiramente desmoralizada seria a de acabar com todo o trabalho e todo o comércio que não pudesse ser conduzido por pagamento em espécie ou troca. Os homens recusariam a trabalhar, exceto por alimento, roupa, casa e pagamento em espécie. A conseqüência imediata de uma moeda parcialmente desmoralizada é a de fazer subir os preços e tornar o comércio febrilmente aventureiro e os trabalhadores suspeitosos e irritáveis. Um homem sagaz não deseja, sob tais condições, reter o dinheiro em suas mãos senão pelo período mais breve possível; pede o máximo pelas coisas reais que possuir e compra outra coisa real logo que puder, com o fito de se libertar desse precíval material, o papel-moeda. Todos que têm rendas fixas e economizaram, sofrem com a elevação dos preços, e os assalariados verificam, com fúria crescente, que o valor real de seus salários é cada vez menor.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 205-206.

Em seguida, o autor faz uma longa explanação em que relaciona os dois “enigmas” fulcrais até então analisados: “propriedade” e “moeda.” Para ele, a corrente do pensamento revolucionário francês do final dos anos 1700 que enfocou a proteção da propriedade privada como um dos seus principais objetivos políticos também buscou maximizar “direitos, títulos e propriedade tangível” e concentrá-los em poucas mãos, em detrimento dos demais. Wells ressalta a convicção com que esses revolucionários agiram, “sem nenhuma desonestidade consciente”, como se estivessem a cumprir seu “destino manifesto”. Uma vez bem sucedidos, esses homens teriam procurado em termos políticos a garantia da conservação de sua riqueza acumulada⁴⁵⁶.

Percebo nesse trecho a corriqueira intransigência de Wells às revoluções, sendo, no caso específico, à Revolução Francesa e à Revolução Americana. Se, anteriormente, Wells focalizou nas mortes e na destruição causadas pelo processo revolucionário francês, suas supostas ideias mal acabadas e sua evolução imatura e problemática, nesse momento, ele se esforça em expor a sua visão sobre os efeitos econômicos, concentradores da riqueza material e danosos à maior parte da população, que também seriam implicações das mesmas ideias.

Mas talvez o ponto mais importante a ser lembrado sobre a moeda, segundo Wells, seja a ideia de uma engrenagem histórica e naturalmente construída em que a “confiança” dos indivíduos e das comunidades é um atributo essencial para a sua continuidade e a atuação do Estado é entendida como potencialmente prejudicial ao seu funcionamento. Esse é um olhar que não permite considerar o poder e o Estado como basilares para a existência, utilização e perenidade da moeda.

Assim, conforme observa Maurício Metri, não é incomum que, de forma genérica, economistas e historiadores assumam a interpretação de que a moeda nasceu como um meio de tornar as trocas mais triviais e menos onerosas no lugar das práticas de escambo, assim como uma importante ferramenta auxiliar na atividade mercantil, concomitantemente ao surgimento dos mercados. Nesse sentido, a moeda é vulgarmente compreendida como uma

⁴⁵⁶ “Essa foi a situação a que levou o período revolucionário. Eis aí um estado de coisas em que o dever de toda pessoa inteligente seria, manifestamente, o auxiliar a ajustar e a reassegurar a máquina financeira. Mas todas as tradições da iniciativa privada, todas as ideias do século dezoito, surgiram para justificar a ação de pessoas hábeis, e sagazes em explorar a situação. Estes especuladores puderam-se acumular direitos, títulos e propriedade tangível, à custa das tempestades e deslocções dessa falência da moeda. O número de pessoas esclarecidas, que se devotou sincera e simplesmente à tarefa de restaurar a moeda honesta e eficiente e as condições do crédito, foi pequeno e ineficaz. A maior parte do pessoal financista e especulador do tempo estava a representar o papel dos apanhadores de salvados de naufrágio. E isto faziam, sem nenhuma desonestidade consciente, mas, pelo contrário, com a perfeita aprovação de sua consciência e o aplauso dos seus patrícios. O fito de toda pessoa inteligente passou a ser o de acumular tanto quanto pudesse de riqueza realmente negociável, então, e só então, trabalhar em prol de qualquer espécie de processo político que estabilizasse a situação e a deixasse na posse vantajosa de sua riqueza. Que melhores fatores serão precisos para se criar uma má atmosfera econômica, suspeitosa, febril, ambiciosa e especuladora?...”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 206-207.

“construção coletiva, realizada ao longo de séculos e manifesta em diferentes sociedades e épocas históricas; constitui-se num bem público, numa espécie de linguagem, numa técnica cuja utilização está à disposição de qualquer indivíduo”⁴⁵⁷. Entendo que a visão defendida por Wells vai parcialmente ao encontro dessa leitura, mas apenas parcialmente, o que será explicado adiante.

Segundo Metri, a tradição “mercadológica” da moeda, ao não conferir relevância ao seu aspecto político, não problematiza as características intrínsecas às diversas moedas, desde a sua constituição, como uma ferramenta singular para o exercício e expansão do poder e como forma de subjugar indivíduos, grupos sociais e Estados soberanos. Sua despolitização acarreta em um equívoco da leitura de certos eventos e processos históricos ao ignorar e não reconhecer os atributos e o potencial hierarquizante da utilização das moedas em benefício de quem tem a capacidade de impô-las e deliberar o que representam⁴⁵⁸.

Metri procura demonstrar que, entre os séculos XI e XV na Europa Ocidental, a formação histórica dos poderes soberanos passou pelo processo articulado de acumulação de poder e de riqueza, em que as moedas atuaram duplamente: primeiro, como uma ferramenta primordial dos chefes locais para constituir uma centralidade política, apoiada em um domínio territorial e um espaço de tributação, de forma a rivalizar com outros poderes concorrentes; indo além, convertendo-se paulatinamente na representação mais relevante da riqueza e, desse modo, na forma preferencial para a sua acumulação, assim como no referencial distintivo e organizador entre os que disputavam os lugares mais importantes para a sua perpetuação⁴⁵⁹. Em suma, a centralidade da moeda nas relações de poder intraestatais e interestatais se tornou contínua, estendendo-se até a contemporaneidade.

Por um lado, parece escapar à análise de Wells outros pontos de vista que buscaram se distinguir da tradição “mercadológica” que naturaliza a moeda, apontando principalmente para as relações profundas entre a economia e a política e que considera a moeda como uma manifestação e um instrumento do poder. Por outro lado, o autor parece reconhecer o aspecto político, a diversificação de forças e suas influências na ideia de propriedade, em que pese as diferentes acepções.

Por fim, uma questão pendente a que Wells dedica algumas reflexões diz respeito às relações internacionais. Inicialmente, ele afirma que de forma semelhante os problemas se

⁴⁵⁷ Cf. METRI, Maurício Médi. Poder, moeda e riqueza na Europa medieval. 2007. 205f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 2.

⁴⁵⁸ Cf. METRI, Maurício Médi. *Op. cit.*, p. 3.

⁴⁵⁹ Cf. METRI, Maurício Médi. *Op. cit.*, p. 3.

devem à ausência de ideias formadas ante ao caos revolucionário. Assim, o “estado de guerra” permanente da recém-criada república, em que se incluem as reações contrarrevolucionárias internas e de outras monarquias europeias, teria afetado negativamente a propriedade privada e a moeda na França. A criação de novos impostos teria sido importante no financiamento da guerra, mas, ao fim e ao cabo, teriam sido incapazes de evitar a carência material e financeira. Nesse quadro, uma saída contraditória acabou por ser adotada.

Se os territórios estrangeiros haviam sido invadidos pela França em nome da ideia de liberdade, da autonomia e da libertação dos povos, contra o despotismo do Antigo Regime, simultaneamente, esses territórios dispunham de variadas riquezas que então passaram a ser exploradas em benefício dos franceses, inclusive para viabilizar a continuidade do esforço de guerra. É nesse sentido que Wells alerta para as contradições do processo revolucionário, conduzido por um conjunto de ideias mal-acabadas: o “novo regime” se tornava cada vez mais parecido com o “antigo”. Eram outros os protagonistas, sem dúvida. Entretanto, abaixo da superfície das mudanças, escondia-se um oceano de permanências⁴⁶⁰.

Por fim, creio ser necessário fazer alguns comentários adicionais. Pode-se apreender no texto de Wells sua costumeira aversão às revoluções, conforme foi apontado em diversas ocasiões anteriores. Não é absurdo avaliar que o autor se mostra pessimista em relação às transformações trazidas pelas rupturas, que não se pode desconsiderar a força da conservação, particularmente, associada aos “egoísmos” humanos. Essas questões são abordadas por Wells com razoável frequência em suas obras.

⁴⁶⁰ “No problema das relações internacionais, o terceiro aspecto em que a Revolução se viu desaparelhada da necessária bagagem de ideias claras, as surpresas não foram menores. Os novos fatos internacionais e os seus desenvolvimentos iriam reagir desastrosamente sobre o estado de aventura econômica e financeira, sobre aquela corrida e confusão desenfreada de especulação e sobre a atordoante rapidez com que se diluíam a sua propriedade privada e a sua posição monetária no país. A República esteve, desde o seu nascimento, em estado de guerra. Por algum tempo, pôde custeá-la com novos impostos, recebidos com patriotismo e zelo sem paralelos na história do mundo. Mas isso não poderia continuar. O Diretório viu-se à testa de uma nação conquistadora, intoleravelmente necessitada e embaraçada no interior, e ocupando no exterior terras estrangeiras cheias de riqueza arrebatável e de oportunidades materiais e financeiras. Ora, todos temos uma dupla natureza, a boa e a má, e os franceses, especialmente, cultivam, com certo senso de simetria e de equilíbrio, esses dois lados. Nessas terras conquistadas, a França entrara como libertadora, como a professora do republicanismo da humanidade. A Holanda e a Bélgica tornaram-se a República Batávia, Gênova e a sua Riviera, a República Ligúria, o norte da Itália, a República Cisalpina, a Suíça foi rebatizada de República Helvécia. Mülhausen, Roma e Nápoles passaram a ser designadas de repúblicas. Agrupadas em torno da França, essas repúblicas seriam a constelação da liberdade, conduzindo o mundo. Este era o lado ideal. Ao mesmo tempo, porém, o governo francês e indivíduos particulares franceses, em concerto com o governo, procediam a uma completa, exaustiva e desenganada exploração dos recursos desses estados libertados. Era o outro lado da natureza humana. [...] Passados dez anos, a contar da reunião dos Estados-Gerais, a Nova França começa a apresentar singular semelhança com a velha. É mais entusiasta, mais vigorosa; usa o barrete da liberdade em vez da coroa; tem um novo exército – mas uma marinha antiquada; tem nova gente rica em vez da antiga gente rica; uma nova classe de camponeses trabalha ainda mais rudemente que antiga e sofre mais impostos; uma nova política exterior, curiosamente semelhante à velha política exterior, despida de suas vestes; e... não há nenhum milênio.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 207-208.

Assim, para que um “Estado mundial” seja construído a partir dos escombros da Primeira Guerra Mundial, é imprescindível um exercício de “prudência”. Ainda que seja a partir de um evento traumático sem precedentes, sendo, portanto, um tipo de ruptura, seus desdobramentos precisam acontecer mediante o devido esclarecimento prévio. Afinal, envolvem questões complexas, de difícil compreensão pelas pessoas “comuns”, como aquelas tratadas anteriormente pelo próprio autor: propriedade, moeda, relações internacionais, entre muitas outras. Decorre dessa imensa complexidade o imperativo de obras com teor educativo e pedagógico, mesmo que ficcionais, como os romances, contos e ensaios escritos por Wells, e não simplesmente obras lúdicas.

Mas é um engano pensar que a “prudência” significa menor ênfase transformadora. Ao contrário, entendo que, na visão de Wells, é através do esclarecimento coletivo e do uso da “prudência” que uma transformação ampla e radical pode se tornar viável, alcançando assim as profundezas das sociedades humanas. O resultado final dessa mudança é exposto por Wells em *Historia Universal* e outras obras e foi analisado por mim a seguir.

4.2. O pós-guerra e a idealização do Estado “mundial” e “universal”

Na parte final de *História Universal*, no capítulo “Dívidas, dinheiro e estabilização”, Wells se dedica a descrever e comentar questões relacionadas à economia da Europa no pós-guerra. O autor enfatiza que alguns teriam percebido a enorme complexidade das dificuldades econômicas dos Estados europeus, como as dívidas, a restrição do crédito e a inflação, cujo enfrentamento deveria passar necessariamente por todos os países e governos, ou seja, vencedores e vencidos, pois suas economias desde há muito tempo se encontravam interdependentes⁴⁶¹.

Wells ressalta que uma das implicações das ideias de nacionalismo e de imperialismo exacerbados teria sido alimentar uma dinâmica de competição entre os Estados pela concentração do poder e da riqueza. Apesar do entrelaçamento das economias nacionais, que seria um processo crescente e inevitável, Wells afirma que tais ideias, na sua essência,

⁴⁶¹ “Homens práticos começaram a compreender a impossibilidade de se conseguir qualquer solução geral das dificuldades dos Estados europeus, sem a plena participação de um povo que é ainda um dos mais bem educados e mais disciplinados, espiritualmente, dos povos do mundo (os alemães). [...] Aquelas dificuldades e problemas, dia a dia, mudavam de caráter e aspecto. Ilusões a respeito de qualidades raciais, tradições de animosidades nacionais, patriotismos e paixões sectárias, tudo se ia desvanecendo em face de interesses mais imediatos. Começaram os europeus a perceber que os seus negócios se achavam emaranhados e embaraçados na rede de sua própria contextura, e que as suas vidas quotidianas se achavam minadas e estranguladas por uma série de dívidas, impostos e traiçoeiras mudanças monetárias.”. WELLS, H. G. *História Universal*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. v. 9, p. 562-563.4

antiliberais, teriam permanecido como norteadoras da condução da política interna, em especial, na formação educacional de cada população, e na política externa dos governos europeus, comprometendo a superação dos graves problemas econômicos⁴⁶².

Para o autor, a falta de um olhar cosmopolita que erradicasse as fronteiras nacionais, com seus protecionismos comerciais e suas moedas próprias, abolisse a maior parte das multas e reparações de guerra⁴⁶³, estancasse a propagação de ideias antiliberais e “egoísticas” e privilegiasse o interesse público, entre outros aspectos, era um grave empecilho para que se alcançasse a estabilização econômica, a união entre os diversos povos europeus sob um mesmo governo e, ao fim e ao cabo, uma paz duradoura⁴⁶⁴.

Wells chama a atenção para as políticas monetárias dos países naquele período, com particular ênfase na manutenção do padrão-ouro e no processo inflacionário que atingiu em maior ou menor grau os países constrangidos pelo pagamento das dívidas e das penalidades de guerra. Tal constrangimento os obrigou a adotar políticas econômicas que enfraqueciam suas moedas de forma a cumprir como os encargos das dívidas, que se tornavam ainda maiores. Esse processo causava a perda do poder de compra dos salários, arrastando diversas populações para a pobreza e insatisfação crônicas. Uma vez que havia uma forte inter-relação entre as economias nacionais, com empréstimos entre os países que eram fundamentais para o cumprimento das obrigações de guerra, o esgotamento desse processo levaria a uma crise generalizada.

⁴⁶². “A ilusão da soberania nacional, com os seus fanatismos consequentes por “Deus, Rei e Pátria” e coisas análogas, é a mais monstruosa de todas as superstições que ainda flagelam ativamente o mundo. Fundado nessa aberração política, cada Estado deve ser livre na fatura do seu próprio dinheiro, em regular o seu próprio crédito, em impedir e dificultar o transporte em seu território e em levantar barreiras tarifárias à corrente do comércio. Cada um deve suportar as suas próprias dívidas e se conservar obstrutor, hostil e armado até os dentes contra os seus vizinhos essencialmente semelhantes. Cada um deve manter seu próprio sistema educativo, ensinar uma história parcial e mentirosa e instilar em cada nova geração o veneno de um falso orgulho nacional e de uma ruinosa hostilidade para com os estrangeiros.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 563-564.

⁴⁶³ “[...] a Europa pôde sentir em toda a sua gravidade as tremendas consequências dessa maldita herança de Estados soberanos e não federalizados. Cada Estado se deparou em estado de pobreza e miséria, mas cada Estado arguia, contra cada um dos outros Estados, dívidas sem-fim contraídas para auxílio nacional na guerra em que haviam sido aliados, sem falar nos fantásticos encargos impostos aos vencidos. Embora os Estados Unidos tivessem sido, nos últimos estágios da guerra, antagonistas da Alemanha, e tivessem sofrido menos do que qualquer outro Estado interessado, haviam eles suprido todos os seus aliados, a preços exagerados, de munições americanas, e a Europa se encontrava, assim, estupidamente endividada à América.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 564.

⁴⁶⁴ A anulação franca da maior parte dessas dívidas da Guerra e desses direitos de Guerra teria purificado o ar de todo o mundo, mas só um poderoso governo federal na Europa seria capaz de ato tão atrevido e corajoso. E a Europa não possuía governo federal, nem políticos mundiais, nem líderes de espírito largo, mas apenas reis, estadistas e políticos de espírito paroquial, líderes comerciais apoiados em tarifas, jornais de visão limitada pela língua e áreas de distribuição, professores mantidos pelos Estados, universidades nacionais e grupos de financistas “patriotas”; e todos se sentiam aterrorizados com a simples ideia de qualquer sistema maior, que lhes destruísse as abundantes vantagens pessoais desfrutadas à custa da comunidade europeia. Não admitiam uma Europa comum; não consentiriam sequer que se falasse em tal; preferiram antes uma Europa morta do que desnacionalizada.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 565.

Entre aqueles que se posicionaram contrários à penosa dinâmica descrita acima, estava o economista inglês John Maynard Keynes, destacado por Wells em seu texto em, pelo menos, dois segmentos. A primeira vez ocorre quando o autor aborda detalhes referentes às negociações da Conferência de Paz de Paris de 1919. Wells o menciona de passagem, como sendo um dos integrantes da comitiva inglesa. A segunda vez ocorre ao tratar das questões econômicas, que abordei na sequência.

Entendo que não faz parte do escopo dessa pesquisa realizar uma análise densa da obra de Keynes. Interessa perceber que Wells adota um ponto de vista “keynesiano” sobre as críticas ao Tratado de Versalhes e as alternativas que considerava corretas. Nesse sentido, ele concorda com o seu conterrâneo que as exigências finais do tratado eram desastrosas, tendo prevalecido uma orientação “perversa” durante as negociações de paz⁴⁶⁵.

Wells também concorda com Keynes sobre a premência da anulação de uma fração das dívidas e dos direitos de guerra. Assim, é possível perceber o caráter humanístico presente nos textos dos dois autores. Pode-se, todavia, ressaltar que, segundo Marcelo de Paiva Abreu, existem críticas que denunciam aspectos francofóbicos presentes nas análises de Keynes. Curiosamente, Wells também sofreu críticas semelhantes, ainda que relacionadas a outros assuntos.

Retornando, o autor acrescenta que outras questões estariam por trás do quadro de dificuldades que se encontravam as economias de alguns países, afetando tremendamente suas populações. Essas dificuldades não seriam o resultado direto das políticas nacionalistas ou da guerra, ainda que tivessem contribuído para esse fim. Na verdade, seriam problemas a serem enfrentados mesmo em um mundo unificado por um mesmo governo. Em resumo, tratava-se de um paradoxo do capitalismo: de um lado, uma superprodução, incentivada pelo progresso técnico, que excedia a capacidade de consumo interna e externa aos países produtores; de outro lado, trabalhadores cujos salários eram historicamente baixos e que, com o aumento da produtividade gerada pelo progresso técnico, tinham seus salários ainda mais reduzidos ou se tornavam desempregados⁴⁶⁶.

⁴⁶⁵ Cf. ABREU, Marcelo de Paiva. *Op. cit.*, p. xvii.

⁴⁶⁶ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 576.

Para Wells, qualquer esforço de “unificação do mundo” precisaria necessariamente encontrar alternativas ao “sistema de produção para o lucro”, que, ao seu tempo, pareciam não se vislumbrar no horizonte⁴⁶⁷.

No capítulo “As forças que trabalham pela unificação do mundo”, uma das marcas do “Estado mundial” pensado por Wells é o domínio irrestrito sobre aspectos específicos das relações entre países e povos. Assim, o autor destaca a necessidade constante de controlar as guerras, cuja capacidade de destruição cresce permanentemente devido ao avanço científico, tornando-as inaceitáveis.

Além das guerras, Wells propõe que haja um controle em conjunto da circulação do dinheiro. Esse controle deve assegurar também que haja livre movimentação de mercadorias e mão-de-obra. A respeito da mobilidade humana, o autor acrescenta que é necessário garantir comunicações seguras e ininterruptas, padrões mundiais de saúde, uma uniformização das condições laborais e um nível mínimo de educação e das condições de vida em geral.

Para a efetivação do controle, Wells se restringe a afirmar a obrigação desse “Estado mundial” ser “dotado de autoridade considerável e armado de poderes capazes de obrigar ao cumprimento de suas determinações”, não explicando, todavia, em termos práticos e de forma detalhada, o que tais requisitos significam⁴⁶⁸.

Em “Haverá probabilidade de um Estado Federal universal?”, Wells entende que, a despeito de forças contrárias, o principal movimento que vai ao encontro da “conquista e realização” do “Estado mundial” é o progresso “livre e crescente” da inteligência humana. Nesse sentido, considerando o “fio condutor” previamente analisado em Wells, é perceptível que o autor se mostra otimista, pois se trata de uma força evolutiva e irremediável.

Sua visão otimista também pode ser percebida na comparação que o autor faz entre historiadores, arqueólogos, economistas, sociólogos, psicólogos, entre outros, e os “homens de ciência”, assim chamados, dos séculos XVII e XVIII. Na sua visão, o progresso científico e material proporcionado pelas criações dos últimos o induz a pensar que os primeiros poderiam realizar semelhante progresso nos “negócios humanos” ou, em outras palavras, compreender e aprimorar o homem em seu sentido ontológico⁴⁶⁹.

⁴⁶⁷ Ainda que Wells tenha sido um leitor de Keynes e que *História Universal* contenha informações sobre a economia europeia e mundial até o início dos anos 1930, as ideias do economista inglês sobre uma reformulação do liberalismo econômico teriam amadurecido entre o final dos anos 1920 e a primeira metade dos anos 1930, tendo sido consolidadas no livro *A teoria geral do emprego, dos juros e da moeda*, de 1936. Suas ideias sobre políticas públicas no enfrentamento do desemprego e na superação da grave crise econômica da década de 1930 foram de suma importância, sendo adotadas em diversos países. Cf. ABREU, Marcelo de Paiva. *Op. cit.*, p. xii-xiii.

⁴⁶⁸ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 588-589.

⁴⁶⁹ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 590-591.

Partindo-se do princípio de que essa comparação é possível de ser estabelecida e, mesmo considerando que Wells enfatiza, em particular, o desenvolvimento das comunicações e dos meios de transporte, há de se relativizar o otimismo excessivo de Wells ao não ponderar que o progresso científico e material também foi capaz de produzir efeitos profundamente nocivos às sociedades humanas, como o seu emprego no modo de produção capitalista⁴⁷⁰.

Wells traça, *grosso modo*, o que considera os alicerces de sua “utopia”. Em primeiro lugar, o autor defende uma religião comum a todos, que não seria nenhuma das religiões pré-existentes, mas o que considera a “religião em si mesma, pura e incorrupta”. Wells utiliza expressões como “abnegação de si mesmo” e desviar-se da “obsessão do eu”. Portanto, do seu ponto de vista, essa ideia de religião tem como marca principal a supressão de tendências individualistas e egoísticas de toda espécie em prol da ampla comunidade humana⁴⁷¹.

Wells afirma ainda que uma “educação universal” deve ser disseminada por toda a população mundial, sem distinção de classes, povos e “raças”. Nesse trecho, não há clareza sobre o significado de educação para Wells. Ele apenas afirma que tal educação deverá ser de qualidade superior a qualquer educação antecedente. A julgar pela sua compreensão acerca da história, é possível supor que seus conteúdos seriam únicos ou, melhor dizendo, “universais”. Conforme procurei discutir anteriormente, esse aspecto é problemático, remetendo a questões etnocêntricas e epistemológicas⁴⁷². O autor ainda enfatiza que essa educação não poderá ser algo estanque. Caberá aos homens e mulheres organizar e atuar, simultaneamente, como alunos e professores, aprendendo e ensinando ao longo da vida, para si mesmos e as demais

⁴⁷⁰ Frieden sintetiza assim as transformações sociais negativas em consequência do progresso técnico: “A mudança tecnológica também não foi algo inofensivo. As novas técnicas de fabricação tornaram os artesãos obsoletos, e com os avanços na produtividade agrícola os trabalhadores do campo perderam importância. A produção de quase todos os bens agrícolas aumentou de forma significativa devido às mudanças tecnológicas, mas os benefícios desses avanços não eram distribuídos de forma proporcional. Quando uma máquina e cinco homens passaram a fazer o trabalho de cem deles, o benefício para a sociedade era evidente. Mas mesmo que alguns dos outros 95 homens tenham sido empregados para produzir as máquinas, a maioria precisou abandonar a vida que estava acostumada a ter e buscar outras formas de sustento. Ou seja, o comércio e as tecnologias que aumentaram a renda agregada também arruinaram milhões de trabalhadores e produtores agrícolas.”. FRIEDEN, Jeffrey A. *Capitalismo global: história econômica e política do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 24.

⁴⁷¹ “Será baseado em uma religião comum, muitíssimo simplificada e universalizada e melhor compreendida. Essa religião não será o cristianismo, nem o islamismo, nem o budismo, nem nenhuma forma assim especializada de religião, mas a religião em si mesma, pura e incorrupta – o Caminho dos Oitos Passos, o Reino do Céu, fraternidade, serviço criador, abnegação de si mesmo. Por todo o mundo, pensamentos e motivos dos homens serão desviados, pela educação, pelo exemplo e pelo círculo de ideias do ambiente, da obsessão do eu para o serviço entusiástico do saber humano, do poder humano e da unidade humana.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 591.

⁴⁷² Cf. MIGNOLO, Walter. *Op. cit.*, p. 35-38.

gerações⁴⁷³. Esse último ponto se relaciona a outros que estabelecem a necessidade de pesquisa e registro histórico-documental, até então jamais vistos, assim como de discussões e críticas, com total liberdade para fazê-las⁴⁷⁴.

Sobre a organização político-militar, Wells propõe que não deverá haver exércitos ou marinhas de guerra. Além disso, o governo deverá ser democrático e estar em acordo com o “pensamento geral” de toda a população. A “direção dos negócios” e o governo deverão estar diretamente conectados. A meu ver, não há uma especificação do sentido de “democracia” em Wells ou como tal conexão direta do governo com a população mundial seria estabelecida do ponto de vista prático⁴⁷⁵.

Com relação à economia mundial, Wells menciona que não haverá “classes de gente desempregada, seja rica ou pobre”. Indo além, afirma que a riqueza natural e o progresso técnico deverão obrigatoriamente servir ao benefício de todos. Sobre a “iniciativa privada” ou, em outras palavras, a burguesia, é entendida como algo positivo, se estiver subordinada ao interesse comum. Ao citá-la como “salteadora” em um passado recente, Wells deixa claro que a exploração do homem pelo homem não será tolerada⁴⁷⁶.

Por fim, a percepção de Wells é que alcançar e manter a estabilidade desse “Estado mundial” tem profunda relação com um equilíbrio no funcionamento das práticas políticas e econômicas. Assim, se o “bem-estar político” está associado a eleições honestas, o “bem-estar

⁴⁷³ “Tal Estado mundial será sustentado por uma educação universal, organizada em escala e com poder de penetração e qualidade superiores a toda e qualquer experiência atual. Toda a espécie humana, e não apenas classes e povos, será educada. A maior parte dos pais possuirá conhecimentos técnicos de ensino. Além dos deveres gerais da paternidade, achar-se-á sempre uma parte substancial da população adulta, talvez dez por cento, consagrada em um tempo ou outro de suas vidas ao trabalho da organização educacional do mundo. E a educação, como a conceberá a nova era, continuará por toda a vida; não cessará em nenhuma idade determinada. Os homens e as mulheres se tornarão, simplesmente, à medida que amadureçam em idade, auto-educadores, estudantes individuais e estudantes-mestre.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 591.

⁴⁷⁴ “A organização do Estado universal em relação à pesquisa científica e ao registro e história, comparada com a de hoje, será um transatlântico moderno ao lado do tronco cavado da canoa de algum errante homem neolítico primitivo. [...] Haverá uma imensa literatura crítica e discussão completamente livres.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 592.

⁴⁷⁵ “Não haverá exércitos, nem armadas [...]. A organização política do mundo será democrática; quer dizer, o governo e a direção dos negócios estarão em contato imediato e responderão sensivelmente ao pensamento geral de toda a população educada.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 592.

⁴⁷⁶ “(Não haverá) nem classes de gente desempregada, seja rica ou pobre. [...] A sua organização econômica corresponderá à exploração de toda a riqueza natural e de cada nova possibilidade que a ciência revele pelos agentes e serventários do governo comum para o bem comum. A iniciativa privada será a serva – uma útil, estimada e bem recompensada serva – e não mais a salteadora, em pleno poderio e domínio, da comunidade.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 592.

econômico” depende de um meio circulante, uma moeda, que não esteja à mercê de interesses sub-reptícios, contrários à coletividade⁴⁷⁷.

Entendo ser importante pontuar uma vez mais que, até esse momento, não é possível identificar elementos de natureza pragmática sobre o funcionamento econômico do “Estado mundial”. Contudo, é perceptível que, para o autor, são imperativos o controle e o planejamento por parte dos agentes e servidores do Estado, ainda que esses termos não tenham sido empregados por Wells diretamente. Guardo essas impressões de ocasião de modo a verificar se, na parte final da pesquisa, podem ou não ser confirmadas.

No capítulo subsequente, intitulado “Algumas das possibilidades novas do Estado federal universal”, é significativo enfocar algumas das ideias políticas, econômicas e sociais de Wells que, inter-relacionadas, levam à constituição de sua “utopia”. Segundo o autor, a edificação de um “Estado mundial” politicamente unido e socialmente justo que garanta “saúde, educação e uma substancial igualdade de oportunidade à maior parte das crianças do mundo” teria como principal conquista nada menos que a “libertação e expansão da energia humana” e, subsequentemente, “uma nova fase se abriria na história humana”⁴⁷⁸.

Para o autor, a preparação para a guerra e sua efetivação é um gigantesco desperdício de trabalho e vidas humanas. Wells afirma que tal energia, liberada e expandida, teria como ganho um enorme aumento da produtividade, o atendimento das necessidades humanas e, por consequência, o refinamento dessas necessidades. Ele também compreende que a riqueza e a pobreza extremas tornam os homens incapazes para o trabalho, seja pela falta de vontade, seja pela falta de condições mínimas de sobreviver e produzir, respectivamente.

Outro efeito seria a especialização crescente do trabalho, na qual o autor afirma que “toda uma multidão seria transferida de nível de produção baixa para trabalhos mais altos, como das artes e toda a espécie, o ensino, da pesquisa científica e de coisas análogas”⁴⁷⁹.

⁴⁷⁷ “E tudo isso envolve duas realizações que nos parecem hoje bem difíceis. São questões de mecanismo, mas tão essenciais ao bem-estar no mundo quanto o é para o soldado, por mais bravo que ele seja, o fato de que sua metralhadora não engasgue, e, para o aeronauta, que as suas alavancas de controle não lhe falhem em meio do ar. O bem-estar político exige que os métodos eleitorais possam ser usados, e o bem-estar econômico exige que um meio circulante possa ser utilizado, com a perfeita segurança de serem aqueles métodos e esta moeda instrumentos à prova de combinações e manipulações por homens desonestos e inteligentes.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 592-593.

⁴⁷⁸ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 593.

⁴⁷⁹ Cf. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 593.

Mesmo que o termo não seja utilizado por Wells, a meu ver, pode-se perceber, ainda que de forma implícita, a noção de excedente⁴⁸⁰ como agente dessa especialização qualitativa.

Mas talvez mais significativo para o autor seja a libertação da “capacidade humana”. Do seu ponto de vista, a liberdade do pensamento humano teve, como um de suas marcas fundamentais, a chamada Revolução Científica dos séculos XV e XVI, engendrada por uma parcela ínfima de homens. Sendo assim, Wells especula que a condução da grande massa de homens à “rede fina da educação universal”, aliada à eliminação das guerras e à diminuição sensível dos conflitos econômicos e sociais, poderá conduzir a outro grande salto libertário: a ampla e irrestrita libertação do homem do trabalho pesado compulsório⁴⁸¹.

Em outra passagem, Wells associa a ampla libertação humana a transformações de cunho econômico e social. Assim, qualquer laço de “servidão” seria extinto, haveria liberdade de circulação de mercadorias e de pessoas. A educação, aliada a uma “justiça econômica universal”, traria uma eliminação da riqueza exagerada e da pobreza excessiva, uma profunda redução da criminalidade, uma valorização moral e uma melhoria da saúde e das condições gerais de vida da população. Nesse sentido, seu reverso, ou seja, riqueza e pobreza extremas,

⁴⁸⁰ Segundo Carlos Medeiros e Franklin Serrano, o conceito de excedente econômico faz parte das “teorias econômicas do funcionamento geral dos mecanismos de mercado”. Está entre as principais ideias ou princípios de economia política. Oriundo dos chamados economistas clássicos, incluindo William Petty, David Ricardo e retomado por Karl Marx, de uma forma geral, o excedente econômico é obtido de acordo com as condições técnicas de produção e um salário usual de “subsistência”. Influenciado pela competição e através dos preços, esse excedente é distribuído segundo os diversos tipos de rendas da propriedade. Na visão desses economistas, com um aumento da produtividade dos setores básicos, como a agricultura, e, exatamente por isso, a possibilidade de surgimento de uma divisão social do trabalho, progressivamente a estrutura da demanda se torna mais complexa, permitindo que outros setores da economia se desenvolvam. Cf. MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. *Revista de Economia Política*, vol. 24, n. 2 (94), abril-junho, 2004. p. 238-256. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/94-6.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

⁴⁸¹ “Já acentuamos a imensa eliminação de trabalhos pesados e corveias que trouxe, para a vida humana, a criação de uma nova espécie de escravos, as máquinas; isto e o desaparecimento da guerra e a extinção de inúmeras competições, por meios de arranjos econômicos e sociais mais justos, subtrairão dos ombros de nossos filhos o peso dos trabalhos estúpidos e rotineiros, que têm sido, desde o alvorecer das primeiras civilizações, o preço da segurança humana. O que não quer dizer que deixarão de trabalhar, mas que deixarão de fazer, por compulsão, trabalhos monótonos e estúpidos. Trabalharão livremente, planejando, construindo, criando, de acordo com os seus dons e inclinações. Já não mais lutarão contra a natureza como estúpidos conscritos do eito, e da enxada, mas para uma esplêndida conquista. Só a lassitude de nossa atual depressão nos cega para os claros sinais oferecidos pela razão de que, no curso de poucas gerações, cada pequena vila se poderá tornar uma Atenas, cada ser humano poderá ser gentil de trato e sadio de corpo e espírito, e toda a sólida terra, a riqueza do homem, e as suas extremas regiões, o seu campo de recreio.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 596-597.

para Wells, levam à concorrência e à deterioração humana, tanto física quanto moral. Sua eliminação permite o florescimento de paixões e necessidades mais nobres⁴⁸².

De acordo com Wells, a reunião de todos os homens em uma única comunidade não significa uma homogeneização. Mas, no “Estado mundial”, não haverá lugar para nacionalismos e racismos excludentes e hierarquizantes. O autor entende como fator positivo e progressista a comunhão de tipos humanos tanto física quanto culturalmente diversos, ainda que uma breve observação levante dúvidas sobre as ideias de Wells acerca da miscigenação⁴⁸³.

Além disso, para o autor, é significativo enfatizar que o movimento rumo ao “Estado mundial” poderá ocorrer de forma descontínua. Por um lado, Wells entende que haverá resistências, assim como houve no passado diante de outros empenhos unificadores. Nesse caso, conflitos econômicos e lutas de classes, marcantes do capitalismo, tenderão por certo a um desfecho calamitoso. Pelo período de publicação da obra, creio que a “lição de serviço” a

⁴⁸² “Haverá pouco trabalho servil enfadonho nesse mundo mais ordenado do futuro. A força natural domesticada pela máquina será o servo geral. O pouco de trabalho servil que for inevitável será feito como um serviço e dever, durante alguns poucos anos ou meses de cada vida; não consumirá nem degradará a vida inteira de ninguém. E não somente os servos, mas muitas outras espécies de homens ou modos de vida que avultam, sobremodo, no plano social corrente, terão, necessariamente, diminuído de importância ou desaparecido completamente; haverá poucos lutadores profissionais ou nenhum mesmo, como não haverá também funcionários aduaneiros; a maior quantidade de mestres terá abolido as grandes forças policiais e os quadros avultados de funcionários das prisões; os hospícios de loucos serão raros ou não existirão; condições sanitárias generalizadas diminuirão a proporção de hospitais, enfermeiras, empregados de doentes e coisas análogas; e uma justiça econômica universal reduzirá a população flutuante de fraudadores, sabidos, jogadores, açambarcadores, parasitas e especuladores em geral. Mas não haverá diminuição nem de aventura nem de romance nesse mundo dos dias vindouros.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 598-599.

⁴⁸³ “Há profetas sombrios que veem na reunião dos homens em uma só comunidade a possibilidade de violentos conflitos raciais por “ascendência”, mas seria isto supor que a civilização fosse incapaz dos ajustamentos pelos quais homens de qualidades, temperamentos e aparências diversas pudessem viver, lado a lado, representando papéis diversos e contribuindo com diversos dons. O entrelaçamento da humanidade em uma só comunidade não importa na criação de uma comunidade homogênea, mas antes no reverso: o bom recebimento e a adequada utilização de qualidades características, em uma atmosfera de acolhimento e compreensão. São os maus modos quase universais da idade atual que tornam as raças intoleráveis umas às outras. A comunidade para que poderemos estar a marchar será mais misturada – o que não significa, necessariamente, mais cruzada – mais diversa e mais interessante do que qualquer outra comunidade existente. As comunidades, todas de um só modelo, como caixas de soldados de chumbo são mais coisas do passado que do futuro.”. WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 600-601.

que a “iniciativa privada” foi submetida se refere a brutal deterioração econômica e social sofrida pela Europa em decorrência da Primeira Guerra Mundial e os eventos subsequentes⁴⁸⁴.

Por outro lado, Wells entende que, a despeito das tragédias, os avanços tendem a superar os retrocessos. Apesar do impacto profundo causado pela “guerra total”, em especial, pela quantidade de mortes e destruição material, pelos ódios e rancores envolvidos, o autor alimenta a crença nos aspectos positivos do uso da razão, da ciência e do progresso humano rumo ao que considera inevitável, o “Estado mundial e universal”. Uma vez alcançada essa “utopia”, isso não significaria o “fim da história”, a “entropia” da humanidade. Ao contrário, a curiosidade jamais cessaria, levando os homens a avançarem rumo a novos horizontes.

Em seu parágrafo final, “E depois?”, percebe-se claramente o entusiasmo do escritor de sucesso, do construtor de realidades fantásticas, com uma vivacidade plena no escrever que busca encantar e convencer. Acreditando ou não, como não refletir sobre esse mundo ideal e arrebatador, imaginado e tão laboriosamente proposto por H. G. Wells?⁴⁸⁵

⁴⁸⁴ “Não se podem prever as surpresas ou desapontamentos que o futuro guarda em depósito. Antes que este capítulo do Estado universal se possa inscrever regularmente em nossas histórias, outros capítulos, até agora não suspeitados, terão talvez de ser escritos, tão longos e tão cheios de conflitos quanto o nosso relato do desenvolvimento e das rivalidades das Grandes Potências. Poderá haver trágicas lutas econômicas, ferozes choques de raça contra raça, e classe contra classe. É possível que a “iniciativa privada” se recuse a aprender a lição de serviços, enquanto não for atingida por alguma revolução inteiramente catastrófica. Não sabemos; não podemos dizer. São desastres desnecessários, mas talvez inevitáveis. A história humana se faz cada vez mais uma corrida entre a educação e a catástrofe. Contra o esforço unificador, da cristandade e contra a influência unificadora da revolução mecânica, venceu a catástrofe – pelo menos até o ponto de realizar a “Grande Guerra”. Não podemos dizer quantas vitórias da catástrofe ainda se darão, para se ajuntarem a esta última. Novas falsidades poderão surgir. E os homens, submetidos a algum injusto e fatal plano de existência, viverão, mais uma vez, subjugados, até que essas próprias falsidades caiam, a seu turno, por entre a miséria e o massacre de gerações e gerações.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 601-602.

⁴⁸⁵ “A História é e será sempre uma narração de começos. Podemos aventurar a profecia de que os próximos capítulos a serem escritos contarão, embora, talvez com longos entremeios de retrocesso e desastre, a realização final da unidade política e social do mundo. Mas quando tal for conseguido, não significará isto um estágio de repouso, nem mesmo, nem mesmo um estágio de descanso, mas antes o desenvolvimento de uma nova luta e de novos e mais vastos esforços. Os homens se unificarão tão somente para intensificar a busca pelo saber e pelo poder, e viver cada vez mais e sempre em busca de novas oportunidades. A vida vegetal e animal, dos processos obscuros da psicologia, a estrutura íntima da matéria e o interior de nossa terra hão de revelar os seus segredos e enriquecer o seu conquistador. A vida é um perpétuo começar. Submetida afinal à direção do homem – o estudante-mestre do universo – unificada, disciplinada, armada com as forças secretas do átomo e com saber acima até agora de nossos sonhos, a Vida, sempre a morrer para renascer de novo, para sempre jovem e ardente, erguer-se-á, então, sobre a terra, como sobre um pedestal, e estenderá os seus domínios por entre os astros e as estrelas.” WELLS, H. G. *Op. cit.*, 1970, p. 603-604.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS ARMADILHAS DA CRENÇA EM UMA “NOVA ORDEM MUNDIAL”

Para Wells, a ruptura política deve ocorrer não de forma abrupta, que poderia levar a radicalismos irrefletidos e, portanto, ao fracasso. Deve-se dar por meio de um conjunto amplo de reformas e, principalmente, pela persuasão e pelo esclarecimento dos “homens do Estado”, como a burocracia e os governantes, mas, sobretudo, das pessoas “comuns”, homens e mulheres, assim como das novas gerações. Por isso, Wells confere tamanha importância às mudanças na educação e dedicou alguns anos de sua vida a escrever uma obra como *História Universal*. Nessa postura do autor, a meu ver, encontram-se presentes algumas das marcas do “fabianismo” inglês: a cautela, o convencimento e o reformismo.

Além disso, do ponto de vista político e econômico, há uma óbvia contradição. Por um lado, há uma concepção de um tipo de Estado “planejado” no qual haveria a atribuição fundamental de regular e controlar aspectos centrais da economia capitalista, como o lucro do capital, o enriquecimento, os ganhos do trabalho, a engrenagem da dívida pública, sendo mais um conjunto de regramentos superficiais do que um detalhamento teórico e prático.

Por outro lado, quando eventualmente aborda os mecanismos da economia, Wells mostra-se um parcial defensor do liberalismo. Ele chega a afirmar que, afinal, se não fossem a exploração demasiada existente no capitalismo, os nacionalismos, o imperialismo, a intervenção dos governos, sobretudo, aqueles de viés autoritário, voltados para uma atitude bélica, agressiva e armamentista, uma economia baseada na autorregulação dos mercados poderia funcionar a contento.

Nesse sentido, em sua *História Universal* e na descrição do seu projeto de reforma mundial, para que a liberdade seja atingida inteiramente, o *leitmotiv* do progresso humano, torna-se categórica e indispensável a criação e a permanência de um único “super” Estado, planejador e regulador, capaz de mediar todos os interesses, sem exceções, e que atue em prol do bem coletivo. Porém, se a efetivação da plena liberdade da existência humana depende de um *Leviatã* supremo, como não pensar que essa dependência é paradoxal?

Assim sendo, se esse raciocínio está correto, não é incoerente considerar que a *História Universal*, assim como os “sentidos da história” apreendidos em Wells, em que toda a humanidade é conduzida a um futuro almejado e que o processo histórico pode e deve ser acelerado, possam ser compreendidos como uma “forma moderna de crença”.

A partir das reflexões do historiador Marcelo Jasmim, é possível afirmar que, na visão do escritor inglês, ao planejar o seu futuro, a humanidade será capaz de “fazer” a sua

própria “História”⁴⁸⁶, com H maiúsculo e proferida no singular, tornando-a “o verdadeiro tribunal e a última instância para ajuizar o valor das coisas humanas”⁴⁸⁷.

Em seu texto clássico lançado em 1835, o historiador francês Alexis de Tocqueville afirma, de forma contundente: “Quando o passado não ilumina mais o futuro, a mente humana caminha nas trevas”⁴⁸⁸. Se a obra ficcional de Wells alerta metaforicamente para o aspecto de imprevisibilidade do futuro, sua obra histórica, de forma semelhante às modernas Filosofias da História um século antes, funciona como um amparo e, ao mesmo tempo, uma maneira de ter algum domínio diante do precipício de um futuro incerto e absolutamente singular.

Jasmim propõe perguntas⁴⁸⁹ que perfeitamente poderiam ser feitas ao escritor inglês e que deliberadamente me apropriei, reelaborando-as: se existe uma “história universal” que conduz a humanidade a uma “nova ordem mundial” na forma de um “Estado “mundial”, “cosmopolita” e “universal”, o que fazer quanto àqueles indivíduos ou grupos de indivíduos cujas intenções ou comportamentos não estejam de acordo com os seus desígnios? Se toda a humanidade é a protagonista da “história universal” e se esta possui uma direção inequívoca, o que são aqueles que não se adaptam ou não conseguem se adaptar ao processo histórico? E quanto àqueles que resistem a esse processo?

Talvez essas perguntas interessassem em particular às jovens nações do continente americano e, num futuro próximo ao do autor, às novas nações dos continentes africano e asiático que seriam criadas a partir da descolonização. Ou aos vários povos que, em nome de um “sentido” que movimenta a história e com o intuito de precipitá-la, sofreram exclusão e eliminação nas experiências totalitárias dos anos 1930 e 1940. Em minha leitura das obras de Wells, porém, não encontrei indícios que pudessem fornecer potenciais respostas a essas perguntas.

Entretanto, pode-se afirmar certamente que, mesmo uma crença “meta-histórica” pouco convincente à luz do pragmatismo, como a que apresentada por Wells, foi capaz de ter uma significativa repercussão. Esse fenômeno, sem dúvida, não foi isolado. Como lembra Williams Gonçalves, após a guerra, a partir dos anos 1920, o mundo intelectual e acadêmico se debruçou sobre as relações internacionais de forma a transformar o tema, de interesse eminentemente político, filosófico e jurídico em conhecimento científico dotado de bases

⁴⁸⁶ Cf. JASMIM, Marcelo. As armadilhas da história universal. In: NOVAES, Adauto (org.). *Mutações: A invenção das crenças*. São Paulo: Ed. SESC, 2011, p. 357.

⁴⁸⁷ “O justo passa a ser identificado com o que está de acordo com o futuro. É este o sentido da famosa frase de Fidel Castro perante o tribunal da ditadura de Fulgêncio Batista: “A História me absolverá.” JASMIM, Marcelo. *Op. cit.*, 2011, p. 374.

⁴⁸⁸ Cf. TOCQUEVILLE, Alexis *apud* JASMIM, Marcelo. *Op. cit.*, 2011, p. 375.

⁴⁸⁹ Cf. JASMIM, Marcelo. As armadilhas da história universal. In: NOVAES, Adauto (org.). *Mutações: A invenção das crenças*. São Paulo: Ed. SESC, 2011, p. 376.

teóricas e metodológicas próprias. Conforme citei anteriormente, as principais razões eram a compreensão das causas de uma guerra tão extensa e letal e fornecer instrumentos de análise, em especial, aos estadistas e à burocracia, de maneira a evitar a irrupção de outras guerras no futuro. No limite, pôr um fim a todas as guerras.

Entretanto, apesar do enorme volume de investimentos, que possibilitaram a criação de instituições de ensino e pesquisa, em particular, nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países da Europa, Gonçalves afirma que não foram obtidos resultados de expressão do ponto de vista científico. Fosse pela dinâmica do trabalho acadêmico, fosse pela conjuntura marcada por profundos embates ideológicos à época, foram poucas as obras que de fato contribuíram rigorosamente para o entendimento das razões que levaram à Primeira Guerra Mundial e, principalmente, na construção do conhecimento científico das relações internacionais⁴⁹⁰. O que não se deve esquecer é que, assim como a obra de Wells, procuraram naquele momento, ainda que limitadamente, dar respostas a uma imensa sensação de ignorância e desamparo.

As perguntas formuladas previamente são significativas inclusive para uma reflexão contemporânea. Cabe enfatizar que, em tempos mais recentes, com uma diferença de muitas décadas em relação ao tempo dos escritos de Wells, alguns pensadores realizaram esforços objetivando a construção intelectual de um cosmopolitismo unificador, apresentando diferentes propostas. Assim, tendo como referência os trabalhos de Jürgen Habermas, Pablo de Greiff analisa as bases de seus argumentos em defesa de uma organização política cosmopolita, assim como os aspectos concretos da proposta institucional do filósofo alemão. Para os fins dessa pesquisa, privilegiei os aspectos basilares de sua proposta. Para De Greiff, Habermas, ao propor a institucionalização de um sistema de governo cosmopolita, considera como premissa o que denomina uma “atitude cosmopolita”, baseada na relação entre lei e moralidade⁴⁹¹.

De Greiff aponta alguns problemas na premissa de Habermas e na trajetória de seus argumentos. Primeiramente, Habermas entende que uma “atitude cosmopolita” consiste em avaliar a moral dos atos de alguém à luz da aceitabilidade, mesmo que parcial, de suas conseqüências por todos aqueles afetados por esses atos, independentemente de fronteiras, territórios ou outros limites. O ponto principal em favor de uma “atitude cosmopolita” se

⁴⁹⁰ Cf. GONÇALVES, Williams. O campo teórico das relações internacionais. In: BRIGADÃO, Clóvis (org.). *Estratégias de negociações internacionais: uma visão brasileira*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 89-90.

⁴⁹¹ Cf. DE GREIFF, Pablo. *Habermas on Nationalism and Cosmopolitanism*. Ratio Juris, Oxford, vol. 15, n. 4, dezembro, 2002. p. 419.

encontra no modo como se relacionam uma concepção universalista de moralidade e a noção de validade legal⁴⁹².

Para De Greiff, há pelo menos duas leituras de Habermas sobre essa relação, em momentos distintos. Em trabalhos anteriores a *Between facts and norms*, Habermas defende que a validade de uma norma ocorre se, e somente se, satisfaz um princípio universal de moralidade, ou seja, subordina a legitimidade legal a esse princípio. Nesse caso, não há restrições de fronteiras nacionais, o que poderia conduzir a um cosmopolitismo mais incisivo.

Contudo, em *Between facts and norms* e em trabalhos posteriores, Habermas altera de forma expressiva seu entendimento sobre a relação entre lei e moralidade. Buscando superar a subordinação, Habermas defende que a lei deve se submeter a outro princípio, da legitimidade democrática, indo ao encontro da concordância de “todos” os cidadãos a partir da constituição de um processo legislativo. Assim, tanto a moralidade quanto a legalidade passam a obedecer a um princípio mais amplo, da aceitação racional⁴⁹³.

Para a primeira leitura, a legitimidade legal decorre diretamente de uma moralidade universal. Nesse caso, qual seria o papel a desempenhar da democracia e da vontade popular? Um ponto importante diz respeito à noção de soberania legislativa. Inúmeras leis poderiam ser consideradas ilegítimas devido aos seus potenciais efeitos negativos além das fronteiras. O caso mais emblemático seria o das fronteiras nacionais. Legisladores de uma comunidade estariam livres para formular leis com base em razões éticas e pragmáticas, desde que, do ponto de vista de uma moralidade universal, respeitassem outras comunidades que seriam afetadas por essas leis, independentemente de limites ou fronteiras convencionais. A meu ver, o problema que se apresenta diz respeito a se “todos” compartilham e aceitam os mesmos preceitos de uma moralidade universal. Além disso, o que seriam “todos”? Os cidadãos de uma comunidade, um conjunto de comunidades ou a totalidade da humanidade?

Considerando a segunda leitura, razões éticas e pragmáticas introduzem um elemento contextual ao processo de legitimação legal. Essa legitimação tende a ser histórica e socialmente comunitária, delimitada geograficamente em torno de uma coletividade, que pode ser nacional. A princípio, esse aspecto é contraditório com as pretensões de uma “atitude cosmopolita”. Uma vez mais, a noção de “todos” se mostra fundamental⁴⁹⁴, à semelhança dos questionamentos feitos anteriormente ao Estado “mundial”, “cosmopolita” e “universal” de Wells.

⁴⁹² Cf. DE GREIFF, Pablo. *Op. cit.*, p. 420.

⁴⁹³ Cf. DE GREIFF, Pablo. *Op. cit.*, p. 421.

⁴⁹⁴ Cf. DE GREIFF, Pablo. *Op. cit.*, p. 422-423.

Retornando a esse autor, sobretudo tratando da questão do “Outro”, um ponto central, tão extensamente suscitado em suas obras ficcionais ou não, é se o Estado “mundial” concebido por Wells seria, ao fim e ao cabo, centralista e monocultural. Em caso afirmativo, seria, portanto, um Estado excludente, ao avesso do que idealizou o autor?

Um tema extremamente significativo e que simplesmente não é abordado por Wells em seus escritos históricos diz respeito aos movimentos migratórios. Nesse caso, são variados os elementos que merecem reflexão. Segundo Hobsbawm, na segunda metade do século XIX, assiste-se a um movimento de massas sem precedentes, ocorrendo não apenas no interior dos Estados, mas entre diversos países e diferentes continentes, formando um colossal processo de desenraizamento⁴⁹⁵.

A maioria era oriunda das áreas rurais, mas dirigiram-se preferencialmente para as cidades. Migração, urbanização e industrialização caminharam com frequência juntas nesse processo⁴⁹⁶. Em geral, as pessoas emigravam para fugir das condições difíceis ou impossíveis de sobrevivência ou porque buscavam condições melhores em outros lugares. É enganoso pensar que as emigrações foram permanentes. Muitos homens e mulheres retornaram e alguns emigraram novamente, a maioria sem ter alcançado a prosperidade desejada⁴⁹⁷.

Hobsbawm chama a atenção para os efeitos sociais e econômicos tanto nos países de origem dos emigrantes quanto nos de destino. Se, preliminarmente, acreditava-se que os países de origem tinham obtidos ganhos no envio de sua força de trabalho como forma de lidar com a pobreza e o desemprego, o autor enfatiza que esses países teriam se beneficiado mais em manter e utilizar essa mão-de-obra. Por outro lado, os países receptores obtiveram enormes benefícios com a disponibilidade de uma mão-de-obra farta e barata em suas expansões econômicas e nas ocupações territoriais, como no caso dos Estados Unidos⁴⁹⁸.

Um detalhe relevante é que a mudança de país não necessariamente significava romper os laços com o antigo, nem tampouco a aceitação por parte daqueles já residentes nos países receptores. Não foram raros nem casuais os conflitos, as confrontações, as resistências e a xenofobia entre os povos⁴⁹⁹. Esse importante processo, que modificou substancialmente o sistema internacional, em particular, no que concerne à cultura e à divisão internacional do trabalho, parece ter escapado ao exame de Wells.

⁴⁹⁵ Se no meio século anterior, a movimentação total não passou de 1,5 milhão de pessoas, entre 1846 e 1875, apenas a emigração de europeus, a grande maioria rumo ao Estados Unidos, foi superior a 9 milhões. Na década de 1880, entre 700 mil e 800 mil europeus em média emigraram por ano e, nos anos posteriores a 1900, entre 1 milhão e 1,4 milhão. Cf. HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 271-272.

⁴⁹⁶ Cf. HOBBSAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 274-275.

⁴⁹⁷ Cf. HOBBSAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 280-281.

⁴⁹⁸ Cf. HOBBSAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 279-280.

⁴⁹⁹ Cf. HOBBSAWM, Eric. *Op. cit.*, p. 276-277.

Ainda sobre a questão de um Estado “mundial” idealizado por Wells que, ao fim, se revela centralista e monocultural, cabe lembrar que o autor defende uma educação que alcance de forma plena “homens e mulheres comuns”. Porém, quais seriam as especificidades dessa educação? Por um lado, Wells apontou repetidas vezes em seus textos uma enorme ojeriza a um tipo de educação formal que segrega e alimenta a rivalidade e o ódio entre povos e nações. Por outro lado, a partir do exame das mesmas obras, não é absurdo apreender que a ideia de educação do autor possui um viés eurocêntrico, baseado na noção de modernidade ocidental.

Em seu *tour de force* histórico, à exceção das passagens relacionadas aos Estados Unidos, não há uma única linha descritiva ou analítica sobre os novos países das Américas, constituídos ao longo do século XIX e que outrora fizeram parte dos domínios de Portugal e da Espanha. Em relação à época de Wells, esses países haviam se tornado recém-independentes no sentido político e apresentavam questões específicas como a identidade, a diversidade cultural e a mestiçagem, que envolviam, entre os mais variados aspectos, uma complexa relação social entre os povos originários e as elites *criollas*. Nesse sentido, é significativo notar que Wells não questiona do ponto de vista epistemológico sua própria formação. Ao mesmo tempo, entendo que pode soar anacrônico pensar que essa questão deveria ser relevante aos olhos do escritor inglês. A continuar no caso dos países ibero-americanos, diversos grupos dessas sociedades, marcadamente plurais, conseguiram conferir centralidade a questões dessa natureza em sua agenda política apenas ao final do século XX. Após muitas décadas de resistência e enfrentamentos, conseguiram iniciar um processo de transformação política e jurídica de suas sociedades, assim como de reformulação de seus Estados⁵⁰⁰.

Também é possível assinalar que Wells compreendia o ambiente dos anos seguintes à guerra como um momento oportuno para a mudança. Por isso, o seu grande desapontamento com os rumos da Conferência de Paz de 1919 é flagrante. Assim, para não contrariar seu já característico pensamento paradoxal, se a obra histórica de Wells constrói um passado de forma seletiva, repleto de significados e julgamentos, enquanto vislumbra um futuro utópico, ao mesmo tempo, é o seu “presente” que ele tentou influir e mudar.

A meu ver, ainda que Wells tenha percebido uma dinâmica de disputa e concentração de poder e riqueza existente no sistema internacional, em inúmeras passagens de seus textos, o autor interpretou que tal dinâmica era marcada por egoísmos e irracionalidades individuais.

⁵⁰⁰ Cf. SANTOS, Boaventura de Souza. *Refundación del Estado en América Latina: perspectivas de una epistemología del Sur*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010, p. 67-111.

Talvez tenha escapado a Wells uma possível leitura de que essa dinâmica é constituinte da lógica do sistema interestatal. Ou ainda que a “luta de classes” não se restringe às sociedades e seus respectivos Estados, mas que transborda para o sistema internacional. *Grosso modo*, essas são leituras alternativas presentes no campo de estudos das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional.

Mesmo que possa soar anacrônico, deve-se enfatizar que elementos, *a posteriori* identificados com a tradição realista das relações internacionais, se encontravam presentes em textos anteriores ao estudo teórico sistemático desenvolvido por Edward Carr nos anos 1930, conforme apontado por mim anteriormente. Assim, cabe destacar que, pela lente do Realismo, o desequilíbrio de poder em um sistema internacional hierarquizado é a causa essencial e objetiva dos conflitos e das guerras. Teria, portanto, faltado a Wells um olhar crítico ao construir sua proposta de constituição do Estado “mundial” e “universal”. Temáticas como a natureza do sistema internacional, que, segundo o Realismo, é fundamentalmente anárquica e carente de um poder soberano supranacional que faça com que todos obedeçam às normas e leis por ele instituídas, deveriam ter sido problematizadas⁵⁰¹.

Outro tema fundamental diz respeito à imbricação entre o sistema interestatal e o capitalismo, na qual a competição e hierarquização de poder e riqueza entre os Estados se mostra crucial na engrenagem de acumulação capitalista. A partir de uma leitura marxista das relações internacionais, à semelhança da “luta de classes” entre trabalhadores e capitalistas, o sistema interestatal é marcado por uma exploração do excedente produzido pelos Estados, com o favorecimento de poucos em detrimento dos demais. Desse modo, a multiplicação do número de Estados no sistema internacional tende a favorecer o mecanismo de acumulação e concentração de poder e riqueza⁵⁰². Assim, a criação de um Estado “mundial” e “universal” vai diretamente de encontro a esse mecanismo, o que também parece não ter sido analisado criticamente por Wells. Entretanto, ressalto uma vez mais que se deve atentar para um possível anacronismo nessas observações.

Cabe ainda perguntar se é possível enquadrar Wells como um liberal. Sob alguns aspectos, pode-se afirmar que Wells estava alinhado com o pensamento liberal, em particular, sua dimensão normativa. Em outras palavras, além de pretender mostrar como era a realidade, seus esforços também buscaram mostrar como a realidade deveria ser. Contudo, em relação a

⁵⁰¹ Cf. GONÇALVES, Williams. Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 54-58.

⁵⁰² Cf. FIORI, José Luís. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. p. 11-64.

outros aspectos, percebe-se nitidamente uma divergência, em especial, nas diversas restrições apresentadas pelo autor ao direito de propriedade privada.

É pertinente também fazer comentários adicionais sobre os aspectos educativos e pedagógicos possíveis de serem apreendidos nas obras de Wells. Relembrando a filósofa Hannah Arendt sobre a lógica e o papel dialético da educação, em seus escritos, ela afirma que, se a educação permite iniciar os indivíduos e os grupos em um universo existente, ao mesmo tempo, é responsável por elaborar um “novo mundo”. Ao fim e ao cabo, a educação acaba por propor novos olhares e maneiras de pensar e viver, ou seja, enseja uma existência diferente. Se a educação na contemporaneidade se tornou extremamente relevante nos projetos de diversos governos e países, transformando-se inclusive em um campo de confrontação entre as mais diferentes “visões de mundo”, o entendimento salientado por H. G. Wells acerca do papel da educação não seria distinto. Nesse sentido, deve-se enfatizar que seus escritos apresentam uma contradição adicional.

Por um lado, é possível apontar diversos elementos libertários em suas obras. Inclusive, cabe lembrar que, segundo Wells, a educação deveria ir para além dos ambientes, das convenções e das restrições do mundo escolar e acadêmico tradicional. Por outro lado, suas escolhas históricas e temáticas, assim como seus julgamentos constantes, podem ser compreendidas como um amplo esforço propositivo de substituição de um conjunto de ideias, que Wells entende como “incompletas”, por outras que ele considera mais “sólidas”.

Em seu empenho de disseminar uma determinada visão sobre o passado, assim como um monumental projeto para o futuro, Wells se lança nessa arena de disputas utilizando como principais armas seu prestígio e sua verve literária.

Pode-se ainda apontar que, de acordo com Tavares, a trajetória literária e intelectual de Wells reflete suas oscilações. Como escritor de “romances científicos”, ele lançava seus protagonistas em realidades presentes ou futuros incertos, repletos de perigos, contando apenas com seus próprios recursos e habilidade e com sua capacidade de observação e análise para compreender o que viam. Como escritor não ficcional, tinha um olhar com tendências utópicas, que norteava um impulso didático transformador da sociedade⁵⁰³.

Uma vontade de controle sobre o tempo e o espaço está presente em algumas de suas ficções, em particular, em seu primeiro romance, *A máquina do tempo*. Tavares chama a atenção para o ano de publicação do livro, 1895, o mesmo ano em que os irmãos Lumière inventaram o cinematógrafo, sendo os precursores do cinema. Seriam, portanto, duas

⁵⁰³ Cf. TAVARES, Bráulio. Prefácio. In: WELLS, H. G. *A máquina do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 12.

“máquinas do tempo”, produtos da mentalidade científica e industrial, indícios de uma época em que o homem parecia querer manipular o tempo e o espaço.

Diferentemente de outras viagens no tempo mostradas na literatura, em que os deslocamentos temporais ocorrem fantasticamente, mediante poções mágicas, sonhos, visões ou períodos extremamente prolongados de sono, o meio utilizado por Wells é uma máquina. Como outras máquinas, essa foi planejada e concebida artificialmente, ou seja, pelo intelecto humano, norteador pela razão e pela ciência, podendo ser manejada da forma que for mais conveniente ao seu usuário. Esse aspecto da prosa literária de Wells é considerado inovador por Tavares, um sintoma dos “tempos modernos”.

Não é absurdo pensar que um desejo semelhante estivesse presente em *História Universal*. Nesse sentido, a “viagem no tempo” proposta por Wells, ao se aventurar por um *tour de force* historiográfico, é expressiva menos pela leitura dos fatos e passagens históricas do que pelo ideal transformador da realidade nele presente, ainda que marcadamente utópico e idealista, e que, de forma alguma, se esgotou na atualidade.

A busca por um sentido da história levou inúmeros pensadores, fossem historiadores ou não, a reflexões de variados aspectos e matizes. O sentido da história pode variar de acordo com cada época, ao se observar tão diversificados pontos de vista. Na contemporaneidade, não há uma preocupação real em definir um sentido da história. Faz-se História por motivos diversos: porque o tempo não para, porque simplesmente se gosta ou porque sem história não sabemos quem somos.

Por fim, caberia perguntar em que medida as obras e a efetiva participação de H. G. Wells influenciaram esforços de cooperação e resolução de conflitos a fim de evitar a guerra, como a formação futura da União Europeia. Obviamente, não se pode perder de vista que foi no período do “entre guerras”, nos anos 1920 e 1930, em que aconteceu uma intensa crise do liberalismo político e econômico e da democracia ocidental, o florescimento dos fascismos, com sua ideologia excludente, e que o gigantesco enfrentamento bélico posterior, a Segunda Guerra Mundial, foi ainda mais devastador e mortífero. Para propor uma resposta a essas dúvidas, certamente, seria necessária uma nova pesquisa de tese.

Mas essa é uma outra história!

REFERÊNCIAS

Fontes

WELLS, Herbert George. **A construção do mundo**. Tradução de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. 2 v.

_____. **A guerra dos mundos**. Tradução de Thelma Médici Nóbrega. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

_____. **A ilha do dr. Moreau**. Tradução de Braulio Tavares. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. **A máquina do tempo**. Tradução de Braulio Tavares. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

_____. **A modern utopia**. Londres: Penguin Classics, 2005.

_____. **Experiment in autobiography**. Nova Iorque: Macmillan, 1934.

_____. **História Universal**. Tradução de Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. 9 v.

_____. **Mr. Belloc objects to “The outline of History”**. Londres: Watts & Co., 1926.

_____. **O homem invisível**. Tradução de Elsa Martins. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1989.

_____. **Os dias do cometa**. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1984.

_____. **The new world order**. Project Gutenberg, 2004.

_____. **The outline of History: being a plain history of life and mankind**. Nova Iorque: Sterling, 2004. 2 v.

Bibliografia

ABREU, Marcelo de Paiva. Prefácio: Keynes e as consequências econômicas da paz. In: KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. ix-xxx.

ALBORNOZ, Suzana Guerra. Trabalho e utopia na modernidade. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 6, dezembro, 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v6/v6a02.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

ANGELL, Norman. **A grande ilusão**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ARENDDT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno. In: _____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 69-126.

BECKER, Carl. Mr. Wells and the New History. **The American Historical Review**, Chicago, v. 26, n. 4, p. 641-656, jul.1921.

BLOCH, Marc. Uma nova história universal: H. G. Wells historiador. In: _____. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 256-269.

_____. Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986.

BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale [et ai.], 5ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BORRADORI, Giovana. **Filosofia em tempo de terror**: diálogos com Jürgen Habermas e Jacques Derrida. Tradução de Roberto Muggiati. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BROME, Vincent. **H. G. Wells**: a biography. Londres: Longmans, Green, 1951.

BUKHARIN, Nicolai. **A economia mundial e o imperialismo**. Tradução de Raul de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise 1919-1939**: uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CROUZET, Maurice. A renovação da vida intelectual e artística. In: _____. **História geral das civilizações**: a época contemporânea. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958. p. 100-115.

DÁVALOS, Pablo. Movimiento indígena ecuatoriano: construcción política y epistémico. In: MATO, Daniel (org.). **Cultura, política y sociedad. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 337-357. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

DE GREIFF, Pablo. Habermas on Nationalism and Cosmopolitanism. **Ratio Juris**, Oxford, vol. 15, n. 4, dezembro, 2002. p. 418-438.

DÖPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1914). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

DOWNEY, Richard. **Some errors of H. G. Wells**: a catholic's criticism of the “Outline of History”. Nova Iorque: Benziger Brothers, 1921.

EKSTEINS, Modris. **A sagração da primavera**: a “Grande Guerra” e o nascimento da era moderna. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1991.

FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 139-188.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O imperialismo global**: teorias e consensos. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: Fiori, José Luís, MEDEIROS, Carlos, SERRANO, Franklin (org.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008. p. 11-70.

_____. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, José Luís (org.). **O poder americano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. p. 11-64.

_____. **O poder global dos Estados Unidos**: formação, expansão e limites. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. p. 67-109.

FRIEDEN, Jeffrey A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOMME, Arnold W. **Mr. Wells as historian**: an inquiry into those parts of Mr. H.G. Wells's Outline of History which deal with Greece and Rome. Glasgow: MacLehose, Jackson and Co., 1921.

GONÇALVES, Williams. História das Relações Internacionais. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams (org.). **História das Relações Internacionais**: teoria e processos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007, p. 13-41.

_____. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. O campo teórico das relações internacionais. In: BRIGADÃO, Clóvis (org.). **Estratégias de negociações internacionais**: uma visão brasileira. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 89-103.

HABERMAN, Frederick. **Nobel lectures**: Léon Bourgeois - biographical. 1972. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1920/bourgeois-bio.html>. Acesso em: 09 mar. 2015.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **A era do capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSON, John. **Estúdio del imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HUGHES, David. British “scientific romance”. **Science Fiction Studies**, Greencastle, v. 14, n. 41, mar. 1987.

IACHTECHEN, Fábio Luciano. Evolução, progresso e universalidade: elementos do conceito de história em H. G. Wells. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Gênero utópico e o discurso científico na ficção de H. G. Wells**. 2008. 99f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

JASMIN, Marcelo. Futuro(s) presente(s). In: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações: o futuro não é mais o que era**. São Paulo: Edições SESC SP, 2013. p. 381-402.

_____. As armadilhas da história universal. In: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações: A invenção das crenças**. São Paulo: Ed. SESC, 2011, p. 357-382.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?: textos seletos**. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005. p. 63-71.

_____. **Ideia de uma história univesal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KAUTSKI, Karl. Imperialism and the war (September 1914). In: **Marxists Internet Archives**. 1914. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: 26 dez. 2016.

_____. Ultra-imperialism (September 1914). In: **Marxists Internet Archives**. 1914. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: 26 dez. 2016.

KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

KONDER, Leandro. Marx, Engels e a Utopia. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **O Manifesto do Partido Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

LANG, Andrew; ATKINSON, James Jasper. **Social origins and primal law**. Londres: Longsman Green & Co., 1903. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

LEITE, Leonardo de Magalhães. Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 2 (51), ago. 2014. p. 507-534.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

LOON, Hendrik Van. **The story of mankind**. 1921. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/754/754-h/754-h.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

LÖWY, Michael. Prefácio. In: FARIAS, Flávio Bezerra de. **O imperialismo global**: teorias e consensos. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. 2. ed. Tradução de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MACHIAVELLI, Niccolò. **O Príncipe**. Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

MARIOTTI, Humberto. Apresentação. In: MATOS, Olgária. **Vestígios**: escritos de filosofia e crítica social. São Paulo: Palas Athena, 1998.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, v. 2. 20. ed. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1953.

MAURÍCIO, Carlos. Hobsbawm, o quando o nacionalismo inventa a nação. **Ler História**, n. 62, 2012. Disponível em: <<http://lerhistoria.revues.org/604>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

McKILLOP, A. B. **The spinster and the prophet**: H.G. Wells, Florence Deeks, and the case of the plagiarized text. Nova Iorque: Publishers Group West, 2002.

MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. **Revista de Economia Política**, vol. 24, n. 2 (94), abril-junho, 2004. p. 238-256. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/94-6.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

_____. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, José Luís. **Estados e moedas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 119-151.

METRI, Maurício. **Poder, moeda e riqueza na Europa medieval**. 2007. 205f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 35-54. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MORA, J. Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Maria Stela Gonçalves [et al.]. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. **Um estudo crítico da União Europeia: contradições de seu desenvolvimento institucional e normativo**. 2015. 244f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PLATÃO. **A República**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

RÉMOND, René. **Introdução à história de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2015.

RODRIGUES, Henrique Estrada. A utopia no tempo, o tempo na utopia. In: FÓRUM DE TEORIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

ROSS, William. **H. G. Wells world reborn: the outline of History and its companions**. Danvers: Rosemount Publishing, 2002.

SALES, Tomeu. El realismo político crítico de Danilo Zolo. In: VI JORNADAS DE FILOSOFÍA POLÍTICA, 2009, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Universidade de Barcelona, 2009. Disponível em: <http://www.ub.edu/demoment/jornadasfp2009/comunicaciones/1_lunes/sales-tomeu-danilo-zolo.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2016.

SATO, Eiiti. Prefácio. In: CARR, Edward H. **Vinte anos de crise 1919-1939**: uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. p. xiii-xxxv.

SCHNERB, Robert. A era do cientificismo. In: CROUZET, Maurice (Org.). **História geral das civilizações**: o século XIX. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1958. p. 109-119.

SHAW, George Bernard. **H G Wells**: the man I knew. 1946. Disponível em: <<http://www.newstatesman.com/archive/2013/12/h-g-wells-man-i-knew>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. Barueri: Manole, 2005.

STAROBINSKI, Jean. A literatura: o texto e seu intérprete. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 132-143.

TAVARES, Bráulio. Prefácio. In: WELLS, H. G. **A máquina do tempo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 7-13.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (org.). **Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

TREIN, Franklin. Relações Internacionais: uma introdução ao seu estudo. **Sinais Sociais/Serviço Social do Comércio**. Departamento nacional. Vol. 3, n. 9 (janeiro/abril), Rio de Janeiro, 2009.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

WARD, A. C. **História da literatura inglesa**. Lisboa: Estúdios Cor, 1959.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1999.

_____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história: algumas questões. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista>>. Acesso em: 09 mar. 2015.